

BEATRIZ MEDEIROS DE MELO

**MIGRAÇÃO, MEMÓRIA E TERRITÓRIO:
O TRABALHADOR RURAL NORDESTINO NA IBATÉ PAULISTA.**

Dissertação de Mestrado

**Presidente Prudente
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Beatriz Medeiros de Melo

Dissertação de Mestrado.



Migração, Memória e Território.

O trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista.

Presidente Prudente, SP.

2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Campus de Presidente Prudente

Migração, Memória e Território.

O trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista.

Beatriz Medeiros de Melo

Orientadora: Maria Aparecida de Moraes Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Área de concentração: Estudos Rurais e Movimentos Sociais) da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

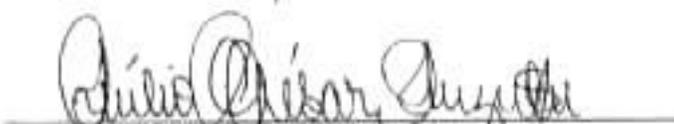
Presidente Prudente – SP

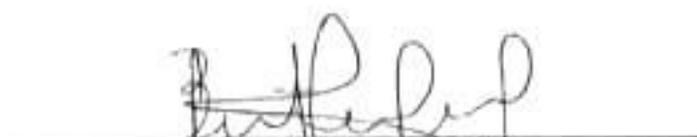
2008

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida de Moraes Silva
(Orientadora)


Prof. Dr. Raul Borges Guimarães (FCT)


Prof. Dr. Júlio César Suzuki (FFLCH / USP)


Beatriz Medeiros de Melo

Presidente Prudente (SP), 28 de abril de 2008

Resultado: Aprovada

À

minha Mãe, Dona Lourdes (*in memoriam*):

Por ter sido educadora tão atenta, a detalhes tão substanciais.

Lição de afetividade, cuidado, compromisso, persistência e fé.

Por ter ensinado o gosto pela criação e a descoberta.

- Berço de ouro, minha mãe.

AGRADECIMENTOS.

Quando nos dispomos a refletir sobre algo, a interpretar qualquer objeto ou evento que se passa diante de nós (de qualquer de nossos sentidos) há sempre um sem-número de pessoas que de alguma forma tornam possível determinada compreensão, porque contribuíram com nossa formação social, ou porque nos colocaram questionamentos, *insights*, chaves interpretativas, tornaram-se modelos... Algumas contribuições [em virtude de sua força de sentido ou mesmo de uma força terceira, que envolve outros vínculos, como os de afetividades construídas em outros espaços-tempos] personalizam-se e estarão sempre diretamente atreladas à lembrança daqueles que nos ofertaram. Outras passam a nos constituir, são apropriadas por nosso pensamento, por nossas perspectivas, tanto e tão naturalmente que algumas vezes podemos incorrer na ousadia de acreditar que são autenticamente nossos! A todos que compartilharam momentos de reflexão comigo, àqueles que me foram inspiração (de vida, de luta, de pensamento, de caráter...) e que sem saber estão aqui, aos que me auxiliaram em tarefas mais objetivas e igualmente necessárias, aos que estimularam e acompanharam o desenrolar deste projeto com simpatia e desejo de bom êxito.

Este sem-número de pessoas compõe os grupos nos quais estive inserida desde a infância, na trajetória que se seguiu e nos dois anos e alguns meses em que estive voltada à especificidade da questão que esta dissertação discute. Cada um destes grupos de socialização é responsável por uma ou outra perspectiva aqui expressa. São homens e mulheres que trabalharam para a construção da memória coletiva específica de seu grupo, de meus grupos.

À **minha família consangüínea**: Francisco (pai); Robson, (irmão); Ady, (irmã), Carlos (cunhado), Mateus (sobrinho), e ao pequeno Pedro (sobrinho) que nasce no período em que finalizo essa dissertação. Pelo apoio desde o início mais remoto desta trajetória, de uma forma ou de outra. Pelo esforço de compreensão de minhas escolhas e por acompanharem, até mesmo, o difícil processo de construção delas. Ao meu irmão, especialmente, por ter sido inspiração e incentivo incansável.

Também a todos os outros familiares que estiveram observando ao longe e torcendo, importantes formadores de minha identidade e compreensão primeira. Aos da **família Medeiros**, na pessoa de minha avó, Dona Biá, tia Nena, prima Fabiana e afilhada

Maria Beatriz, as quatro gerações de nordestinos e seus descendentes do Vale do Paraíba Paulista. Aos da **família Melo**, nas pessoas do avô Francisco (in memorian), tia Edna e Leonardo, as três gerações de nordestinos e descendentes dos arredores de Brasília; avó Luzia, tia Socorro e prima Milena representando as três gerações de nordestinos do sertão paraibano, que estão ou estiveram em São Paulo ou que nunca do Nordeste saíram.

Também aos **padrinhos** Ary, Antonia e Adriana, paulistas do Vale do Paraíba Paulista.

Aos vizinhos e amigos de infância, **dos arredores da Rua Teresina**, que estiveram sempre acompanhando minha trajetória: D. Moralina e Seu Aristides, D. Elisa e Seu João, D. Ivonete e Seu Mauro; Marquinhos (in memorian), Márcia, Marcilene, Michele, Maurício e Marcelo; Lilian, Andréia, Léia, Marquinhos (in memorian) e Angela; Daniele, Stênio e Amanda; Muamba e Rafael. Aos grandes amigos de São José dos campos: Cibele, Vanessa, Joyce, Andréia, Sheila.

Às amigos de **Araraquara**, que em nossos diálogos durante os cinco anos de graduação (e também durante esses dois anos de mestrado em que mantivemos contato) abriram-me novos horizontes de reflexões e deixaram grandes lições. Às irmãs de coração: Rosa, Viviane, Mariana, Rosana e Elisangela. Aos queridos amigos: Lívia, Dú, Nicolino, Luis, Cláudio, Amauri, Marivaldo, Bianca, Juliana, João, Sucelaine, Léo, Muba, Henrique, Aline, Walber, Motoca, Davi, Maurício (Ceará).

Aos amigos de **Presidente Prudente**: Cristina, Reinaldo, Cristina e Giunei, Marcelino e Flávia, Ricardo, Rodolfo e Fernandinha, Fernanda, Silvia, Atamis, Sobreira, Cíntia, Ademir Terra e Lucilene, Xisto e Priscila, Ana Cristina, Igor, Sampaio, Adriano, Marcos, Maurício, Fernando e Camila, Luis Paulo, Adilson e Judith, Lucas, Clara Maria, Ana Maria.

Aos amigos que acompanharam e contribuíram mais de perto com minha **trajetória de pesquisa**: Ocada, pela confiança; à Amauri, Juliana, e especialmente Andréia, por terem sido grandes parceiros. Também aos amigos do grupo de Pesquisa "Terra, Trabalho, Memória e Migração", com os quais compartilho de importantes valores e opções teórico-metodológicas: Carmem, Stella, Rodrigo, Adriana, Andréia, Claudirene e Jadir.

E ainda àqueles que contribuíram especificamente no **desenrolar desta pesquisa**.

Que me acompanharam no trabalho de campo: Rosa, Elisangela e Juliana; que contribuíram com sugestões, referências bibliográficas importantes, leituras de parte do trabalho, *insights*, ou simplesmente tiveram a paciência de me ouvir construindo pensamentos: Igor, Motoca, Elisangela, Davi, Rosa, Felipe, Raul, Marcelino, Cristina, Giunei, Silvia, Robson, Atamis, Karla, Sampaio, Sobreira, Ana Cristina, Matão... Á Leandro, Girardi, Marcelo e Raul, que me auxiliaram na cartografia de alguns dados.

Aos professores da UNESP de Presidente Prudente, que contribuíram com as discussões em suas disciplinas: Raul, Eda, Carminha, Eliseu, Bernardo, Thomaz. E em especial ao professor Raul, que teve participação importante desde a qualificação até a finalização deste trabalho.

Aos **trabalhadores e trabalhadoras de Ibaté** sem os quais este trabalho não se faria possível: Padre Herculano, Padre Adonis, Marcos, Stéfano, Adriana, Mauro, Carlos, Nilcilene, Givanildo, Gilvan, Elicarlos, Sueli, Ivani, João, Ana, Severino, Silvia, Rosino, Jesuíta, Maria do Socorro, Antonio, João, Daniel.

Às **instituições e funcionários** que forneceram importante suporte, sem o qual este trabalho não teria se desenvolvido tal como hoje se apresenta: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/FCT, Ivonete, Erinati, Márcia, CAPES/CNPq e FAPESP.

Aos **mestres e professores** de outros espaço-tempos. Pela dedicação, incentivo e confiança: Dirce, Mara, Renata, Maria Helena, Miglioli, Dagoberto, Maria Orlanda, Leila, Darlene, Sérgio, Maria Helena.

À minha **orientadora e co-autora** deste trabalho, Maria Apararecida de Moraes Silva. Pelos grandes ensinamentos; por me mostrar a arte que há no trabalho de pesquisa, de investigação social; por mostrar-me um caminho de reflexão sensível; comprometido. E, sobretudo, por sua fé na experiência, e por ter sido grande orientadora de muitas que eu vivi.

*Por muito tempo achei que a ausência é falta.
E lastimava, ignorante, a falta.
Hoje não a lastimo.
Não há falta na ausência.
A ausência é um estar em mim.
E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços,
que rio e danço e invento exclamações alegres,
porque a ausência, essa ausência assimilada,
ninguém a rouba mais de mim.*

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

RESUMO

A década de 1990 aponta para o alargamento do fluxo migratório de nordestinos para o trabalho agrícola (fundamentalmente para a atividade do corte da cana de açúcar) na região administrativa de Ribeirão Preto. Ademais, tais trabalhadores têm servido de mão-de-obra em atividades de baixa qualificação e rendimentos em diversas regiões, em diferentes períodos e ciclos econômicos, desde a década de 1920. Tais fatos nos convidam a compreender o processo de territorialização subjacente ao processo migratório de nordestinos, no sentido de observar os níveis de apropriação possíveis, tanto no interior da cidade como no movimento entre o lugar de origem e de destino. Partimos, assim, do método regressivo-progressivo de Lefebvre, buscando, depois de observada a sincronia do tempo e espaço presentes, investigar outros tempos e espaços aos quais este de onde partimos (Ibaté) relaciona-se, e ainda localizar o sujeito-objeto desta pesquisa (o trabalhador rural nordestino) no contexto desvendado. A partir de então, percorremos o trajeto mesmo da migração, passando pela análise do momento da partida, analisando as trajetórias de alguns migrantes e, por fim, compreendendo os territórios constituídos entre cá e lá. Nesse sentido, num primeiro momento, apreendemos o papel das relações sociais e das estruturas no processo de territorialização no interior da cidade, e, num segundo momento, da circulação (de pessoas, objetos e sentimentos) entre o lugar de origem e de destino na constituição dos "territórios migratórios". Na análise destes dois níveis (local e regional) estivemos atentos às relações de poder que envolvem os sujeitos desta pesquisa, aos processos de resistência empreendidos, nos espaços públicos e privados, e às diversas dimensões (econômica, política, cultural) que constituem as relações territoriais. Tal esforço investigativo apontou, sobretudo, para o caráter de precarização da vida nos espaços de reprodução destes trabalhadores (os bairros periféricos das pequenas cidades da região) e os desequilíbrios de poder na luta pela constituição de seus territórios. De outro modo, revelou o papel que a memória e identidade cumprem no processo de resistência.

Palavras-chave: migração – memória – território – cultura – identidade

ABSTRACT

The decade of 1990 appears for the enlargement of the migratory flow of Northeasterners for the agricultural work (fundamentally for the activity of the cut of the cane of sugar) in the administrative area of Ribeirão Preto. Besides, such workers have been serving as labor in activities of low qualification and incomes in several areas, in different periods and economical cycles, since the decade of 1920. Such facts invite us to understand the process of underlying territorialization to the migratory process of Northeasterners, in the sense of observing the possible appropriation levels, so much inside the city as in the movement among the origin place and of destiny. We left, like this, of the regressive-progressive method of Lefebvre, looking for, after having observed the synchrony of the time and space presents, to investigate other times and spaces to the which this from where left (Ibaté) associates, and still to locate the subject-object of this research (the worker rural Northeasterner) in the unmasked context. Starting from then, we traveled the same itinerary of the migration, going by the analysis of the moment of the departure, analyzing the paths of some migrants and, finally, understanding the territories constituted among here and there. In that sense, in a first moment, we apprehended the paper of the social relationships and of the structures in the territorialization process inside the city, and, in a second moment, of the circulation (of people, objects and feelings) among the origin place and of destiny in the constitution of the "migratory territories". In the analysis of these two levels (place and regional) we were attentive to the relationships of power that involve the subject of this research, to the resistance processes undertaken, in the public and private spaces, and to the several dimensions (economical, politics, cultural) that constitute the territorial relationships. Such I make an effort of investigation appeared, above all, for the character of precarization of the life in the spaces of these workers' reproduction (the outlying neighborhoods of the small cities of the area) and the unbalances of power in the fight for the constitution of their territories. In another way, revealed the paper that the memory and identity accomplish in the resistance process.

Key word: migration - memory - territory - culture - identity

LISTA DE FIGURAS.

Figura 1. Localização de Ibaté e das principais cidades circunvizinhas	48
Figura 2. Processo de crescimento da malha urbana	57
Figura 3. Moradores do Cruzado I e II segundo origem	65
Figura 4. Trajetória de Elias	95
Figura 5. Trajetória de Celso e Nice	98
Figura 6. Trajetória de Gilberto	102
Figura 7. Trajetória de Adalto	106
Figura 8. Trajetória de Inês	111
Figura 9. Trajetória de Selene	113
Figura 10. Trajetória de Gilmar	116
Figura 11. Trajetória de Roberto e Joana	119
Figura 12. Trajetória de João e Ana	124
Figura 13. Trajetórias Sazonais.....	166
Figura 14. Trajetórias Permanentes.....	167
Figura 15. Trajetórias Circulares.....	168

LISTA DE FOTOS.

Foto 1. As diversas temporalidades no espaço da cidade	44
Foto 2. Uma das ruas do Cruzado II	58
Foto 3. Rua Araraquara: a "rua do comércio" no bairro Cruzado I	60
Foto 4. Jovem no trabalho de quebra do coco-babaçu	93
Foto 5. Homem lavando arroz colhido	93
Foto 6. Interior da casa de Joana e Roberto	143
Foto 7. Casa de Adalto e sua família	144
Foto 8. Plantas ornamentais cultivadas por Joana.....	146
Foto 9. Horta cultivada no terreno de Adalto	146
Foto 10. Cultivo em área pública	146
Foto 11. Horta mantida para fim comercial	146
Foto 12. Galo caminhando pela calçada do bairro.....	147
Foto 13. Cabras e cabritos de Eva em pastoreio.....	147
Foto 14. Uma das unidades do PSF do bairro	152
Foto 15. Centro de Formação Artística	152
Foto 16. Unidade do PSF.....	153
Foto 17. Unidade do Centro de Referência da Assistência Social.....	153
Foto 18. "Chapadão Relâmpago", um dos campos de futebol do bairro.....	153
Foto 19. Um dos parques infantis do bairro Cruzado II.....	153
Foto 20. Final de campeonato no "Chapadão Relâmpago".....	156
Foto 21. Festa das Crianças em 2006, no Cruzado I.....	156
Foto 22. Ginásio de Esportes cuja obra não fora concluída.....	156
Foto 23. Frase registrada na parede do ginásio.....	156
Foto 24. Frase registrada na parede do ginásio.....	157
Foto 25. Crianças fazendo bolinhas de argila.....	157
Foto 26. Crianças brincando na rua.....	157
Foto 27. Crianças banhando-se no lago.....	157
Foto 28. Buracos no asfaltamento do bairro Cruzado I.....	158
Foto 29. Erosão causada em área não asfaltada.....	158
Foto 30. Desalinhamento dos bloquetes de concreto.....	159
Foto 31. Carro de passeio preso entre sua não pavimentada e ponte.....	159
Foto 32. Local de bombeamento de esgoto do Cruzado I e II.....	160

Foto 33. Ponto de encontro da água que desce da estação desativada com a água do córrego	160
Foto 34. Ponto de encontro entre a água do córrego de Ibaté poluída pelo esgoto com a água limpa que chega da água da nascente de São Carlos	160
Foto 35. Armação de madeira encobrindo esgoto a céu aberto	160
Foto 36. Água escoada por uma avaria na canalização do esgoto	161
Foto 37. Bar do Paraíba	162
Foto 38. Lago utilizado para rituais religiosos.....	163
Foto 39. João servindo-nos doce de banana trazido da BA.....	182
Foto 40. Filhos de Inês segurando colcha trazida da BA	183
Foto 41. Candeeiro de Adalto, trazido de Pintadas-BA	184

LISTA DE GRÁFICOS.

Gráfico 1. Crescimento populacional (%) 1960-2000	51
Gráfico 2. Taxa de crescimento da população rural- urbana 1970-2000	52
Gráfico 3. Distribuição dos migrantes segundo Estado de origem e faixa etária (%) .	67
Gráfico 4. Gênero e região de origem dos moradores dos bairros Cruzado I e II (%)	.72
Gráfico 5. Localização de parentes dos moradores segundo região de origem (%) ...	76
Gráfico 6. Renda familiar (em salários mínimos) dos nordestinos moradores do Cruzado I e II	145
Gráfico 7. Consumo de objetos de cozinha de primeira ordem	150
Gráfico 8. Consumo de objetos de cozinha de segunda ordem	151
Gráfico 9. Consumo de objetos de lazer e comunicação	151
Gráfico 10. Equipamentos de telefonia em residência de migrantes	175

LISTA DE TABELAS.

Tabela 1. Origem de migrantes sazonais nos alojamentos	40
Tabela 2. Função dos moradores ocupados	49
Tabela 3. Município onde trabalham	49
Tabela 4. Principais empresas empregadoras	50

Sumário.

Introdução	18
Os caminhos da pesquisa	19
Das primeiras observações em campo	23
Dos objetivos e do universo empírico	25
Dos pressupostos teórico-metodológicos	25
Das técnicas de pesquisa	28
Capítulo 1. A pequena cidade de Ibaté e os migrantes	31
1.1. A história: entre economia e migração	36
1.2. A cidade dos trabalhadores e a rede urbana	46
1.3. Organização do espaço: os trabalhadores migrantes na periferia	54
Capítulo 2. A partida	62
2.1. Quem são os que partem	65
2.2. Porque partir.....	69
2.3. O papel das redes sociais no processo de partida/chegada	75
Capítulo 3. A trajetória: percursos de resistência	78
3.1. Sobre memória, trajetórias e quadros sociais	86
3.2. Entre ficar e partir, a diversidade de trajetórias	91
Capítulo 4. Territórios de migrantes nordestinos.....	126
4.1. Território e cidade: a tessitura constituída pelas relações de apropriação do espaço da cidade.	131
4.2. Território para além da cidade: entre os “territórios migratórios” e os “lugares de memória”	165
4.3. Entre a exclusão-inclusão precária e a resistência: apontamentos sobre memória território	186
Considerações Finais	194
Bibliografia	201
Anexos	
Anexo A. Questionário aplicado nos bairros Cruzado I e II	208
Anexo B. Procedimento realizado para aplicação dos questionários	217

Introdução.

Algumas primeiras informações sobre o objeto desta pesquisa são apresentadas no título e na imagem que inauguram este trabalho. Eles informam que tratamos aqui de migrantes nordestinos que foram encontrados na cidade de Ibaté, e que para lá se dirigiram em busca de trabalho agrícola, em geral nos canaviais e laranjais da região. E que procuramos observar, sobretudo, as relações construídas através do espaço, no sentido de possibilitar a sua apropriação e, assim, a construção de territórios de vida. E ainda que para construir esta análise demos especial atenção ao substrato da memória, captado através do método da História Oral, e a seu papel na construção destes territórios.

Assim, a “caçarola” de Nice, um dos poucos objetos trazidos do Maranhão na mudança para Ibaté, ilustra a precariedade que marca tanto os espaço de origem como de destino destes migrantes, reunidos, neste caso, em um objeto que, ao mesmo tempo em que cumpre função importante na reprodução da família, carrega informações sobre a memória deste grupo. Por outro lado, essa “Ibaté paulista” onde realizamos a pesquisa, por uma ironia da linguagem tem uma etimologia derivada do tupi guarani cujo significado remete à idéia de “lagoa seca” ou “lagoa imaginária” e fala de uma *visão* muito comum ao se percorrer estradas de rodagem, ou caminhar pelo deserto¹. Pensamos em estabelecer, com esta “imagem” de algo que se acredita existir à distância e que a aproximação progressiva dá conta de retirar o conteúdo factível, uma relação com o conteúdo visionário que leva tantos migrantes a sonhar e a desejar a migração para São Paulo. Tal conteúdo é expresso, por exemplo, na lenda (ou na hipérbole) bastante difundida entre os nordestinos de que em São Paulo “se varre dinheiro pelas ruas”. É o que se pensa enquanto o olhar está distante, mas a aproximação com a vida cotidiana aí desenrolada aponta o conteúdo falsário de tal visão, tal como a lagoa que avistamos ao longe pelas rodovias nos vai sumindo à medida da aproximação. Esta pesquisa se oferece como *veículo* para *alcançar* a realidade vivenciada pelos trabalhadores do setor canavieiro nas pequenas cidades da região de Ribeirão Preto.

¹ Embora este seja o significado da palavra *ibaté* difundido pela “história oficial” da cidade, há aqueles que discordam da tradução do tupi, afirmando que o nome da cidade viria da palavra tupi *ybate*, que significa o cume, lugar alto. A cidade está localizada a uma altitude de 839 metros.

Os caminhos da pesquisa

Alguns apontamentos sobre o caminho trilhado até o desenvolvimento do projeto que deu origem a esta pesquisa podem, também, conceder importantes referências para aqueles que percorrerão as páginas que se seguem. O momento que inaugurou este trajeto, dando-lhe a *forma* como hoje ele se desdobra, foi a integração da pesquisadora no projeto "Gênero e exclusão social"², na categoria IC, a partir do segundo semestre do ano de 2001. Neste momento inicia-se um processo de reconhecimento do contexto sócio-espacial da grande região administrativa de Ribeirão Preto, onde então a pesquisadora residia desde o início do ano de 2000, quando ingressa no curso de graduação em Ciências Sociais na UNESP de Araraquara. É quando se inaugura o contato com a ruralidade nos termos em que se constitui hoje, e se envereda na proposta de compreender os processos intrínsecos na transformação do rural em sua relação com o urbano.

O projeto acima citado se constituiu como um desdobramento de estudos que vinham sendo realizados por sua coordenadora desde a década de 1980 acerca da migração para o trabalho assalariado nos canaviais paulistas e das condições de vida e trabalho dos denominados *bóias-frias*. Ex-colonos, arrendatários, parceiros, meeiros ou pequenos proprietários, que, expropriados ou expulsos em função dos processos de constituição e fortalecimento do setor sucroalcooleiro (no interior de um processo de monopolização e constituição dos grandes latifúndios) e das conseqüências do projeto de modernização (conservadora) da agricultura se viram (e muitos continuam vendo-se) impelidos à migração para esta grande região, onde se constituía os chamados Complexos Agro-Industriais.

Inseri-me na discussão no momento em que investigávamos as diferentes formas de exploração que atingiam diretamente estes trabalhadores assalariados rurais por meio das reclamações constantes nos processos trabalhistas abertos por estes sujeitos contra seus empregadores. Quando, então, trouxemos à tona os diversos mecanismos através dos quais estes buscam, progressivamente, precarizar as condições de trabalho desta categoria enquanto aumentam as possibilidades de lucratividade no seio de um intenso processo de competitividade entre grandes aglomerados econômicos. Por outro lado, nos esforçamos por compreender o papel do campo jurídico na mediação das relações entre empregadores e empregados, capital e

² Projeto 101191/2001-4, com vigência de 01/07/2001 a 31/07/2004, sob coordenação da Prof^a. Maria Aparecida de Moraes Silva. O trabalho de campo desta pesquisa foi realizado na cidade de Rincão, também na região administrativa de Ribeirão Preto.

força de trabalho. Assumindo, que, embora a lei possa ser compreendida com um campo onde se reproduz diferenças, hierarquias e lógicas, é também um campo em disputa, que pode ser utilizado para impor limites às ações do capital (WENSKO & MELO, 2002).

O momento seguinte³, portanto, foi o investigar, como, a partir da escassez da vida material, produzida pelos baixos salários e pelo intenso processo de exploração-dominância, era possível a sobrevivência. Este momento fez emergir ao nosso olhar a coexistência das temporalidades na construção do espaço e das práticas urbanas, sendo essa coexistência ainda mais intensa nas áreas urbanas que fazem limite com a rural ou se confundem com ela, como Lefebvre já apontava. Assistimos, por um lado, a questão da precariedade da vida se agravar em função de uma prática que pode ser atribuída também à herança do colonato, que é a constituição de extensas famílias. No interior daquele sistema esta prática tinha uma funcionalidade bastante específica, que era a de aumentar os braços para o trabalho, e, por conseqüência os rendimentos da família. Mas transplantado para outro momento, como esse do trabalho assalariado, individualizado, precarizado e em processo de recrudescimento, corroborava no sentido de agravar o processo de precarização da vida destes trabalhadores. Por outro lado, a revificação de outros costumes e relações próprias do sistema do colonato, como as relações de compadrio e vizinhança e a força do laço consangüíneo, acabavam cumprindo papel de muita importância na reprodução social destas famílias, constituindo-se em meio para se dividir as responsabilidades sobre o grande número de crianças e criar laços de solidariedade que possibilitem a sobrevivência nos momentos de escassez (MELO,2003).

Um terceiro momento que participou do percurso de reflexão que compôs este projeto foi a participação, também como pesquisadora de IC, no projeto "Reforma Agrária: a experiência das mulheres"⁴, coordenado também pela Prof^a. Maria Aparecida Moraes a partir da experiência da construção dos assentamentos Bela Vista, em Araraquara, e Horto Guarani, em Pradópolis, ambos localizados, portanto, na mesma região administrativa de Ribeirão Preto. Neste projeto investigamos um processo de resistência de natureza diversa daqueles estudados anteriormente, despontado através de um processo de formação da consciência sobre os direitos no seio de uma verdadeira luta política. Neste momento, concedemos especial atenção ao desdobramento das relações de gênero, tanto na fase da ocupação como da

³ Ainda no âmbito do projeto "Gênero e Exclusão social".

⁴ Projeto 109615/2004-2, com vigência de 01/08/2004 a 31/07/2006.

constituição e consolidação dos assentamentos. Pudemos, assim, dar transparência não apenas à luta pela resistência no plano econômico, mas também aquela que se desenrola no plano da transformação das relações de gênero e da vontade de *reconhecimento* (MELO,2004).

Embora cada um destes projetos tenha se desdobrado em momentos de análise diferentes, estiveram todos inseridos, de uma forma ou de outra, na tentativa de compreensão das conseqüências das opções político-econômicas tomadas substancialmente a partir do projeto de modernização da agricultura. E, neste contexto, dando relevo àquela população mais duramente atingida pelo processo de transformação da estrutura fundiária do país, desvelando um processo de exploração/dominação que atravessa a questão econômica para atingir diversos outros âmbitos da vida social. Sem, no entanto, deixar de acompanhar os diversos processos de resistência que despontam no interior destes acontecimentos, resistências que possuem também múltiplos aspectos.

É no momento em que se desenrolava este último projeto de pesquisa que se dá o primeiro contato da pesquisadora com a cidade de Ibaté. Pois paralelamente ao projeto nos assentamentos, investigávamos uma outra faceta do processo de exploração do trabalho nos canaviais, aquela que atinge também os corpos dos trabalhadores, consumindo-lhes as energias vitais, desdobrando-se em processos de invalidez por problemas de saúde ou mesmo a morte. E investigávamos esta questão na cidade de Ibaté, e essencialmente nos bairros Popular I e II e Cruzado I e II, bairros onde residem uma maioria de trabalhadores ligados ao setor sucro-alcooleiro.

Do encontro entre a realidade reconhecida na cidade de Ibaté e a trajetória mesma da pesquisadora é que então surge o impulso que dá origem ao projeto de pesquisa que aqui se apresenta. Encontramos na cidade muitos nordestinos, baianos, pernambucanos, piauienses, paraibanos... E a forte presença destes na cidade é reflexo, todavia, da própria transformação da dinâmica migratória. Se, na década de 1970 e 1980, esta região recebia grandes contingentes de mineiros expulsos por um violento processo de expulsão causado pela apropriação de suas terras pelos grandes capitalistas e pauperização dos pequenos agricultores, especialmente na região do Vale do Jequitinhonha, a partir da década de 1990 vemos o acirramento da migração de nordestinos para os canaviais paulistas, conforme atestam o relatório da Pastoral dos Migrantes publicado em 2004⁵.

⁵ PASTORAL DOS MIGRANTES, 2004, p. 27.

Esse processo sensibilizou a pesquisadora de forma particular, haja vista fazer parte do processo da migração de nordestinos para o Estado de São Paulo, ainda que em outro momento e espaço. Filha de paraibanos que migraram para a região do Vale do Paraíba paulista na década de 1970 – quando se desenrolava lá o mesmo processo de industrialização e mundialização da economia, ainda que em diferentes bases – vivenciou as conseqüências do processo migratório destes homens e mulheres “do Norte”, de costumes tão diferentes e estranhados nos lugares onde se destinam, e de grande familiaridade com a escassez e a resistência.

A condição de intensa propensão à mobilidade – advinda de questões político-ambientais, como a aridez do solo, a escassez de chuvas, a privatização de recursos naturais como a água, aliada a processos outros de expropriação que acompanham o processo de reprodução ampliada do capital não apenas na região, como em todo o país – caracteriza a região Nordeste desde o início da década de 1920 como o celeiro de mão-de-obra para os espaços de fronteira. Assim, constituíram grande parte da força de trabalho que dinamizou o ciclo da borracha, na Amazônia, a expansão da fronteira agrícola na Região Centro-Oeste e a consolidação da economia canavieira no Sudeste (POVOA NETO, 1994).

A partir, então, do encontro entre inquietações relacionadas à própria trajetória da pesquisadora e um momento bastante particular da dinâmica migratória para a região de Ribeirão Preto, caracterizado pelo aumento da migração de nordestinos, se gestou o interesse mais específico em investigar os processos de territorialização decorrentes da intensa mobilidade que a perspectiva histórica denuncia, interpretando-os à luz dos processos de exclusão-inclusão precária destes sujeitos.

A passagem das Ciências Sociais (e, mais propriamente, da Sociologia Rural, campo mais específico no qual se desenrolaram as pesquisas descritas acima) para a Geografia, dá-se, neste momento, através da necessidade do aprofundamento da análise dos processos espaciais e por estar se desenrolando no interior desta subárea das Ciências Sociais, nos últimos anos, um grande esforço de compreensão dos processos de territorialização, em suas mais diversas dimensões. Compreendemos, então, que o esforço interdisciplinar viria no sentido de abrir novos caminhos para a compreensão e a interpretação. Assim, passamos a destacar o princípio *relacional*, quando assumimos sociedade (e suas diversas instituições e sujeitos) e espaço (as *formas* construídas no seio das relações sociais) como agentes do processo histórico, trazendo para a discussão o papel ativo tanto de uns como de outros.

Das primeiras observações em campo.

Dos primeiros contatos com a cidade de Ibaté, durante os trabalhos de campo desenvolvidos na cidade no primeiro semestre de 2005, surgem as primeiras inquietações que paulatinamente foram construindo o projeto que funda esta pesquisa. Num primeiro momento a própria questão da “invisibilidade” da cidade, que, embora localizada no interior de uma das regiões mais prósperas do Estado, do ponto de vida econômico, é praticamente desconhecida mesmo pela população que a circunda.

De outro ponto de vista salta-nos aos olhos a questão da segregação sócio-espacial. Em algumas porções da malha urbana da cidade podemos atribuir características semelhantes ao menos à maioria de seus habitantes. Assim, depois de um contato mais próximo com a cidade pudemos logo identificar os espaços de uns e outros e as questões que se inter-relacionam ao fenômeno da segregação: proximidade de uns e afastamentos de outros; facilidade na circulação e acesso à cidade a uns, dificuldade de circulação e acesso a outros; disponibilidade ótima de serviços públicos (como saúde e educação) a uns, abandono à outros; condições estruturais ótimas a uns (como asfalto, energia elétrica, canalização do esgoto, entre outros); abandono a outros. “Uns” residem no Centro da cidade e suas redondezas, sendo proprietários/empregados em função administrativa do setor do comércio, serviços, ou mesmo da agro-indústria, na própria cidade de Ibaté e também nas cidades circunvizinhas (São Carlos e Araraquara). “Outros” residem nas periferias das grandes cidades, são em sua maioria migrantes e representam a mão-de-obra para serviços rurais/urbanos de baixa qualificação no setor da indústria, agro-indústria e construção civil, tanto na cidade de Ibaté quanto nas cidades circunvizinhas. Estas primeiras observações sobre a segregação nos fazem pesar o papel das condições materiais de existência e das relações de poder na constituição dos territórios destes migrantes.

Salta-nos aos olhos também a constituição de espaços (ou territórios, como passaremos mais adiante a denominar os espaços apropriados, ou territórios em uso) que agregam os trabalhadores segundo sua região de origem, destacando o princípio da identidade étnica e o papel das redes na organização territorial destes trabalhadores. Assim, falaram-nos sobre o bairro Cruzado (I e II) e Icaraí como uma verdadeira “colônia nordestina”. Observamos também que nas pensões e alojamentos há sempre um agrupamento segundo o Estado de origem.

Não apenas nas moradias, mas também em alguns espaços de lazer essa identidade cultural é solicitada. Caminhando pelas ruas do bairro Cruzado, o "Bar do Paraíba" aponta um primeiro indício da formação de territórios que, por um lado, apelam à identidade étnica e, de outro, propiciam o encontro e a vivência entre "iguais". Mas o agrupamento segundo o princípio da identidade étnica/cultural é produzido tanto pelo processo de identificação entre iguais como da percepção das diferenças, que compõe uma das facetas do processo de segregação social. Ou, dito de outra forma, esta forma de agrupamento é produto e produtor de um tipo de estigma ou preconceito.

Questionamo-nos, portanto, a partir destas novas observações, os processos que fundam essa segregação segundo a identidade cultural e seus sentidos mais profundos. De outro modo questionamos também em que outros espaços seria possível a vivência dessa identidade étnica ou a reprodução de hábitos e costumes adquiridos através da cultura, e que papel estes territórios cumprem no processo de territorialização dessa gente "do Norte" e da construção da territorialidade local.

Todavia, tanto para entendermos os territórios apropriados para a vivência da identidade cultural como os espaços de moradia construídos para a reprodução da vida em seu sentido mais amplo, precisamos analisá-los segundo as diferentes tipologias de migrantes encontradas no interior desse grupo. De um lado, temos os já característicos *migrantes sazonais*, que ficam entre cá e lá⁶, passando de 6 a 10 meses nestas cidades de destino e o tempo da "parada" em suas cidades de origem. De outro os "migrantes estabelecidos", aqueles que decidiram fixar-se nas cidades de destino, como Ibaté, em função das mais variadas razões. "Migrantes estabelecidos" devem ser considerados apenas aqueles que residem em Ibaté há um tempo relativamente alongado e expressam o desejo de aí se fixarem. E há ainda os "migrantes circulares", aqueles que efetivamente apresentam uma trajetória de circularidade por diversas regiões agrícolas e não agrícolas do país, que, em geral, não possuem mais uma referência física, de morada própria, que lhes possibilite o retorno ao lugar de origem, e que estão a relativamente pouco tempo na cidade.

A partir destas primeiras observações, então, construímos os objetivos da pesquisa.

⁶ Sobre esta forma já bastante tradicional de migração para a Região de Ribeirão Preto fala tanto o livro "Errantes do Fim do Século" (1999) como o vídeo "Andorinhas nem cá, nem lá" (1991), de MORAES SILVA.

Dos objetivos e do universo empírico.

Apontamos como princípio central de nossa análise a compreensão dos diferentes processos de territorialização relativos ao processo de migração de nordestinos para a cidade de Ibaté, na intenção última de analisar o processo de exclusão/inclusão precária a que estão expostos e as possíveis formas de resistência manipuladas através da constituição de territórios. Assim levaremos em conta tanto as diferentes formas de apropriação dos territórios, enfatizando suas diferentes dimensões, como as diferentes tipologias de migrantes. E ainda nos remeteremos aos diferentes sujeitos (segundo as categorias de gênero, classe social e etnia) e instituições que participam da produção e reprodução destes territórios.

A princípio, elegemos o bairro Cruzado I e II, na periferia nordeste da malha urbana da cidade, como o *lócus* da pesquisa empírica, haja vista termos o identificado como o bairro onde se encontra uma maioria de migrantes nordestinos e, nós supúnhamos, tanto sazonais como permanentes, ou estabelecidos. No entanto, com o decorrer do trabalho de campo descobrimos que este bairro era constituído por uma maioria de migrantes estabelecidos, e que grande parte dos migrantes sazonais se concentram, em verdade, no bairro Icaraí, à sudoeste da malha urbana da cidade, numa direção diametralmente oposta ao bairro Cruzado (observar mapa na página 56). Assim, nossas observações sobre os migrantes sazonais ficaram circunscritas às narrativas de alguns sazonais encontrados no bairro Cruzado.

Dos pressupostos teórico-metodológicos.

Para a compreensão dos objetivos propostos tivemos como pré-supostos alguns princípios relacionados à natureza própria do espaço. Assim, o concebemos como o lugar da "reprodução das relações de produção", ao modo de Lefebvre (1991a), estudioso de viés marxista que marcou a retomada da discussão do conceito de espaço no interior da Geografia Crítica na década de 1970. O autor dá conta de ampliar o conceito de produção, dando-lhe um sentido amplo e vigoroso. Para ele, "o termo designa, de uma parte, a criação de obras (incluindo o tempo e o espaço sociais), em resumo, a produção 'espiritual', e, de outra parte, a produção material, a fabricação de coisas" (p.37). Assim ele não se limita ao sentido estrito de produção econômica, mas fala também da produção do 'ser humano' por si mesmo, no decorrer do seu

desenvolvimento histórico, o que implica a produção de *relações sociais*, ou mais amplamente, o sentido próprio da *reprodução*.

Chamamos a contribuição, também, de outros autores como Bourdieu e Foucault, que ressaltam a questão do poder como intrínseca à noção de espaço. O primeiro destes autores afirma que o *espaço social* é construído a partir de um processo de diferenciação que organiza os agentes e os grupos sociais segundo dois princípios estruturantes que, para ele, "são sem dúvida os mais eficientes": o capital econômico e o capital cultural (1996, p.19). A partir daí constrói os conceitos de habitus (p. 114), capital simbólico (p.150) e violência simbólica (p. 168), conceitos que podem nos auxiliar a compreender as relações de poder que concorrem na construção de territórios. Em "Microfísica do Poder" (1979) Foucault também resalta a questão da distribuição do poder por todo o espaço social, retirando esta discussão do âmbito em que ela mais frequentemente é abordada, como ligada estritamente às ações empreendidas diretamente pelo Estado.

A noção de conflito (ou de poder) está também na base das discussões que envolvem o conceito de *território*, desenvolvidas, sobretudo, no âmbito da Geografia. Dentre as revoluções conceituais atualizadas através deste conceito, Giuseppe Dematteis, na apresentação do livro "Abordagens e concepções de território", de autoria de Marcos Saquet (2007), dá destaque ao importante papel da crítica marxista da economia política e da sociedade capitalista, realizada por Marx. Sua inspiração concede ao território o papel de "mediador das relações sociais de produção", no interior dos quais se desdobram os conflitos de classe. E, ainda, através das preocupações fundadas com a construção do conceito de fetichismo, impede que se o observe como um simples objeto material, e, ao contrário, impõe que este seja percebido através das relações "intersubjetivas derivadas (...) da necessidade de produzir e de viver que, ligando os sujeitos humanos à materialidade do ambiente, provoca interações entre si, como membros de uma sociedade" ⁷ (p. 8).

Ao utilizarmos o conceito de território damos luz, assim, aos sentidos do conflito e das relações sociais que marcam os espaços. E afirmamos, ainda, que procuramos explorar sobretudo o sentido de *apropriação* que o conceito carrega, destacado por autores das mais diferentes áreas do conhecimento (Antropologia,

⁷ Outras das revoluções conceituais atualizadas pelo conceito de território citadas por Dematteis são: 1. a lição de Humboldt e de Ritter, "para os quais o conhecimento científico do mundo é acompanhado pelo caráter subjetivo e pelo projeto moral e cívico implícito nas suas representações". 2. inspiração da escola regional francesa, que dá margem ao pensamento sobre uma "territorialidade ativa", ou seja, "um processo histórico de co-adaptação recíproca e contínua entre sociedade humana e ambiente material, através do que se realiza a grande diversificação cultural da humanidade e das paisagens" (p. 8).

Sociologia, Ciências Política, Geografia...), e que trataremos tal sentido de apropriação em suas mais diferentes dimensões, fugindo às abordagens “unidimensionais” frequentemente desenvolvidas nos estudos *territorialistas* e denunciadas por HAESBAERT (2006, p. 74). Caminharemos no sentido da visão “integradora” do território defendida por HAESBAERT (2006), para o qual as dimensões cultural, econômica e política que envolvem tal conceito devem ser compreendidas de forma articulada/conectada (p. 113-114).

E é exatamente a forma como trataremos cada uma destas dimensões, procurando identificá-las no espaço dos bairros escolhidos como *lócus* da pesquisa e compreender o papel de cada uma destas na reprodução dos trabalhadores. Procuraremos, assim, integrar a dimensão territorial produzida no bojo das migrações e do processo de des-re-territorialização com a discussão sobre o processo de exclusão/inclusão precária⁸ a que são submetidos estes migrantes.

Reafirmando ainda nossa posição de pensar nas diferentes dimensões do espaço e das relações sociais, o conceito thompiano de experiência, utilizado aqui não apenas como instrumental teórico, mas também metodológico, nos lembra que os homens “experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida *tratam* essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura*” (THOMPSON, 1981, p. 182). Sua preocupação, ao elaborar o conceito, é criticar toda forma de determinismos na análise social, seja ele economicista, sexista ou de outras naturezas, ressaltando “a natureza provisória e exploratória de toda teoria” e a “abertura do espírito com que se deve abordar todo conhecimento” (p. 186) Eleva assim, a posição do sujeito enquanto o *ser que experimenta* e a partir do qual o conhecimento adquire sentido. Ao levarmos em conta a questão da experiência torna-se indispensável ainda localizá-la na intersecção das categorias analíticas de classe, gênero e raça/etnia⁹.

O conceito de memória, outro dos instrumentais teórico-metodológicos, é o substrato através do qual procuraremos recolher informações sobre o espaço de origem destes migrantes para daí perceber como se reconstroem neste novo espaço, como também conceito indispensável para compreendermos a relação dialética entre as diferentes temporalidades. Esta afirmativa parte do esclarecimento efetuado por Halbwachs acerca da natureza fundamentalmente *social, coletiva* da memória. Dando relevo às instituições formadoras do sujeito, nega a afirmação de Bergson de que “o

⁸ MORAES SILVA (2003) utiliza esta expressão no texto publicado referindo-se aos mesmos trabalhadores rurais de que tratamos neste trabalho.

⁹ O *nó* definido por SAFFIOTI (1986).

espírito conserva em si o passado na sua inteireza e autonomia” (BOSI,1987); para Halbwachs o momento presente é definidor do substrato da memória. Memória é trabalho.

Ainda, as reflexões de Halbwachs (2006) sobre a importância da preservação da memória para os processos de reconhecimento da apropriação dos espaços e aquelas de Pollak (1992) sobre os conflitos que permeiam o processo de conservação/transformação da identidade de um grupo nós concederão importantes subsídios para refletir sobre os processos de territorialização vividos pelos sujeitos da realidade estudada.

Das técnicas de pesquisa

O caminho metodológico escolhido para investigação das características de cada uma das dimensões do território conjugou método qualitativo e quantitativo.

A princípio a coleta de dados bastante pontuais sobre as condições de moradia, a ascendência e descendência dos moradores, a renda familiar, a trajetória de migração e trabalho e o estabelecimento de redes sociais entre os migrantes foram coletados através da aplicação de questionários nos bairros Cruzado I e II¹⁰. Seleccionada a amostra iniciamos o trabalho do registro da informação¹¹. Totalizando 85 questionários aplicados, tratamos de realizar a tabulação de dados, utilizando essencialmente o programa Excel, da Microsoft Office, para a construção de tabelas e gráficos e o programa Philcarto e Corew Draw, versão 4.5, para confecção de mapas. Outros dados bastante pontuais foram coletados em secretarias da Prefeitura Municipal, nos CENSOS do IBGE e em conversas informais com funcionários da Prefeitura.

O momento posterior foi o de, a partir da escolha de alguns depoentes registrados nos questionários, selecionar aqueles com os quais aplicamos o método de investigação da história de vida, e através das quais os dados colhidos adquiriram cores, texturas, *sentidos* propriamente ditos. Estes primeiros entrevistados selecionados se tornaram também fonte para o conhecimento de outros moradores, outras histórias e outros ricos depoimentos. E, então, encerramos esta etapa depois de

¹⁰ O modelo do questionário encontra-se no Anexo A.

¹¹ Maiores detalhes sobre os procedimentos adotados na aplicação dos questionários ver no Anexo B. Ressaltamos a contribuição de Juliana Dourado Bueno (graduada em Ciências Sociais pela UFSCar), Elisângela de Jesus Santos e Rosa Maria Scaquetti (mestrandas do PPG de Sociologia da UNESP/Araraquara) na aplicação dos questionários.

realizadas 20 entrevistas com trabalhadores e ex-trabalhadores do setor canavieiro¹². Contribuições de todas elas poderão ser encontradas por entre as páginas que se seguem, mas, no momento de análise das trajetórias (realizada no terceiro capítulo, como veremos adiante) decidimos tomar como exemplos significativos os casos de 12 trabalhadores (seis trajetórias individuais e três trajetórias de casais).

Nas duas etapas do trabalho de campo (aplicação de questionários e realização de entrevistas) realizamos o registro daquelas informações que não puderam ser captadas pelo gravador, bem como algumas reflexões produzidas no encontro imediato com a realidade estudada, nos Cadernos de Campo, que servem também de fonte de dados para as afirmações feitas no decorrer desta pesquisa.

O registro fotográfico compõe, ainda, o rol das técnicas de pesquisa utilizadas. Ressaltamos que seu conteúdo não foi utilizado aqui como mera ilustração, tal como adverte KOSSOY (2001, p. 32), mas como fonte que, sistematizada e percebida como parte do processo de investigação, contribuiu no sentido de aprofundar seu entendimento. Assim, as imagens recolhidas foram organizadas, num primeiro momento, em um Álbum de Fotografias a partir da divisão em temas relacionados aos objetivos desta pesquisa. Compõe este álbum não somente as fotografias produzidas pela pesquisadora durante o transcorrer do trabalho de campo, mas também fotografias produzidas pelos próprios entrevistados (ou por pessoas ligadas à sua família, mas mantidas em seu poder), de seus lugares de origem e do próprio bairro onde residem em Ibaté. Assim, exploramos não somente o papel "revelador de informações" que a fotografia pode cumprir, mas também seu papel de "detonador de emoções" (KOSSOY, 2001, p. 28) que contribui no momento da realização das entrevistas. Parte dessas fotografias poderá ser encontrada no corpo do texto.

De posse dos elementos fundamentais que possibilitarão ao leitor a compreensão de nossos propósitos com tal pesquisa, terminamos esta introdução por tratar do ordenamento dado à exposição da reflexão empreendida. Procuramos, na escolha da forma e do caminho seguido por tal exposição, aproximarmo-nos da

¹² Tais entrevistas compuseram cerca de 30 horas de gravação que, transcritas, integraram o "Caderno de Entrevistas" desta pesquisa, constituído de 284 páginas de transcrição. Os depoentes serão identificados no corpo do trabalho através de nomes fictícios, a fim de preservar sua identidade.

dinâmica própria, de um lado, ao pensamento em seu sentido mais genérico e, de outro, ao objeto que é centro de nossas discussões.

Assim, num primeiro momento, inspirados pelas concepções do método lefebvriano da análise horizontal e vertical¹³, que indica uma direção progressiva da sincronia para a diacronia que compõe o espaço visível (e que sugerimos ser o caminho a que nos vemos impelidos quando decididos enveredar pelas mais diferentes reflexões), decidimos por conceder ao leitor, no **primeiro capítulo**, informações valiosas sobre o espaço onde a realidade observada se desenrola cotidianamente, a cidade de Ibaté. Tratamos de conceder informações que possibilitam iniciar uma reflexão diacrônica que caminha em dois sentidos: um primeiro diz respeito às diferentes temporalidades que compõem o espaço visível, e, um segundo, às diferentes escalas às quais a realidade local relaciona-se.

Em seguida, a partir do segundo capítulo passamos a perseguir o caminho mesmo da migração realizada pelos sujeitos dessa pesquisa. Assim, no **segundo capítulo** trazemos algumas discussões sobre o momento da partida, quando então definimos quem são os sujeitos de nossa pesquisa a partir de dados sobre a origem dos migrantes que hoje residem nos bairros Cruzado I e II e discutimos algumas das razões que os fazem deixar a região de origem (Nordeste) e se dirigir ao Estado de São Paulo. No capítulo seguinte (**terceiro capítulo**) apresentamos as trajetórias percorridas por estes migrantes entre a região de origem e de destino, organizadas na forma de *portraits* ilustrados com mapas de trajetória e reunidas segundo as *classes* por nós definidas (marcadas pela sazonalidade, permanência ou circularidade). O **quarto capítulo**, por fim, dá conta de discutir os processos territoriais vivenciados por nossos sujeitos, num primeiro momento no interior da cidade, e, num segundo momento, através da relação mantida com pontos da trajetória localizados em outras regiões do país, como aquela de origem (Nordeste) e outras por onde se tenha transcorrido. Este último capítulo configura o momento regressivo-progressivo definido por Lefebvre: é um retorno ao objeto de pesquisa já elucidado, percebido através das múltiplas causalidades que o constroem e reconstroem.

Esperamos que esse esforço de sistematização venha a tornar agradáveis a leitura e a compreensão da discussão que nos dispomos a empreender aqui.

¹³ Sobre tal método nos fala MARTINS (2000)



CAPÍTULO 1.
A pequena cidade de Ibaté e os migrantes.

Foi em Ibaté que as inquietações que fundaram esse projeto de pesquisa se iniciaram, e é também a partir da reflexão sobre o território desta cidade que começaremos a contá-la. Foi observando a particularidade do município em suas fronteiras político-administrativa, como uma unidade distinta daquelas circunvizinhas (Araraquara e São Carlos) e, ao mesmo tempo, semelhante a tantas outras cidades da região, que o objeto de investigação foi se delineando. Essas diferenças e semelhanças observadas desde o princípio podem ser expressas em adjetivações que incorporadas pelos espaços passam a nomeá-lo, a definir sua substância, sua lógica espacial própria, suas propriedades. Tal como os termos brasilidade, africanidade, sexualidade..., o termo territorialidade nos serve para designar uma dinâmica territorial singular (SOUZA, 2005, p. 99).

Foi tal singularidade territorial observada na cidade de Ibaté que nos fez tomá-la como *lócus* desta pesquisa. Fincada na região da "Califórnia Brasileira", a cidade expressa a territorialidade própria do capital agroindustrial, este que vem se fortalecendo desde que se instauraram os primeiros Complexos Agroindustriais na região de Ribeirão Preto (1970). Territorialidade que marca a região com a paisagem plástica das extensas áreas de monocultura de cana-de-açúcar, com a bandeira do progresso, da modernidade, do empreendedorismo dos grandes latifundiários. Mas que marca também a estrutura de classes sociais com distâncias cada vez maiores, marca as cidades com a presença do "outro", o trabalhador rural migrante, segregado tantas vezes nas periferias, este espaços precários e inchados...

Mas poderíamos ser ainda mais específicos ao falar de Ibaté. Porque há algo que a distingue das cidades circunvizinhas, Araraquara e São Carlos, e essa especificidade necessita apontamento. Seja, sugerimos aqui, a especificidade das cidades pequenas da região, que servem, sobretudo, como cidades-dormitórios para os trabalhadores. A territorialidade de "cidades-dormitórios". Algumas destas cidades aparentam grandes periferias das cidades maiores do entorno, outras parecem perdidas por entre o extenso tapete verde dos canaviais, distantes e isoladas de centros maiores... De toda forma expressam sempre certa invisibilidade por sua posição na hierarquia da estrutura urbana, hierarquia estabelecida sobre valores que sustentam uma economia que sustenta as diferenças. Estas pequenas cidades seriam, assim, a base de uma pirâmide que ilustrasse a hierarquia urbana, base que expressaria o "fundamento" mesmo desta sociedade de diferenças. Mas para expressar melhor tal invisibilidade imaginemos que a base de uma tal pirâmide fosse separada do

plano do visível, tendo sido construída como um porão, escuro, invisível, precário, insalubre.

A territorialidade destas pequenas cidades seria a da precariedade mais extrema, da dependência, por sua reduzida complexidade funcional – de espaço de reprodução de mão-de-obra a baixos custos, um espaço que deve oferecer condições mínimas de reprodução, como morar e se alimentar. Mas seria também a territorialidade da contradição mais extrema, aí dominação e resistência estão envoltas num jogo de forças constante pela apropriação do espaço, pela constituição de seus territórios. A territorialidade própria do capital agroindustrial, territorialidade do progresso, do moderno, do individual, de um tempo acelerado, de uma estética plástica, é produtora de uma territorialidade do precário, do “atrasado”, assim como é também desafiada por uma territorialidade do tempo lento, do comum, da subsistência. Assim diversas territorialidades encontram-se e se desencontram, se chocam e se complementam: a territorialidade do capital agroindustrial, do camponês, do cidadão, do marginal (aquele que está à margem), do traficante, do migrante...

São estes traços de confusão, de encontros e desencontros, que delineiam o território da cidade de Ibaté. Este território, no sentido jurídico-administrativo, nos surge como um microcosmo do Estado Nação, refletindo a crise que o caracteriza hoje. Santos, tanto no texto publicado em 1999 nos Cadernos IPPUR quanto em tantos outros de seus livros (entre os quais citamos os trabalhos publicados em 1996 e 2005) defende que se tome como categoria de análise a noção de “território usado”. Toma o conceito de “território” de François Perroux, que o define “como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos” (p.19). E se utiliza dessa definição para pensar o Estado-Nação, é para aí que se voltam suas preocupações, na tentativa de refletir sobre como se resolvem tais contradições e tais relações dialéticas.

E então Santos nos fala desta confusão, que observamos também no território de Ibaté, utilizando um termo bastante peculiar, o de *nervosidade* do território:

Não há melhor indicador da crise por que passa a Nação que o território; pela sua nervosidade, pela sua instabilidade, pela sua ingovernabilidade, como território usado. (1999, p. 21)

É um termo que nos remete à sensações, nos recordando da vida que há em cada território. Fala-nos de uma confusão, mas mais do que isso de uma disputa, e se há disputas por um território então somos conduzidos a negar que nos encontremos em um estado de coisas em que há tão somente domínio e passividade. É, então, através desta afirmação da *nervosidade* do território que chegamos à questão que é centro desta pesquisa: *o espaço e território são constituídos por relações sociais*. E os sujeitos que constituem tais relações sociais são o centro de nossa pesquisa. Falaremos de território a partir dos sujeitos. Preocupamos-nos em compreender como vivem os tantos homens e mulheres que circulam pelo território buscando um espaço de reprodução da vida.

Os migrantes nordestinos que conhecemos durante esta pesquisa, com os quais mantivemos contato por cerca de um ano em meio através de visitas freqüentes, possuem trajetórias distintas. Alguns circularam bastante por diversas regiões do país, exercendo atividades rurais e urbanas. Negaram-se a algumas destas atividades em cidades por onde passaram (pelas condições de trabalho e remuneração ou talvez por certa inadaptação na própria realização do trabalho), em outras se sentiram isolados por demais de seu grupo familiar e da comunidade à qual se sentem ligados por laços de identidade e reciprocidade, em outras encontraram dificuldade de empregar-se... Outros destes migrantes estabeleceram relações mais duradouras com as cidades de adoção, pelo envolvimento em redes sociais formadas por familiares e conterrâneos, por terem se empregado com mais facilidade, por ser esta cidade de adoção também cidade onde nasceram e se criaram os filhos (alguns deles ou todos eles), por terem se adaptado à territorialidade desta terra escolhida... E há também aqueles que construíram seus territórios no movimento entre cá e lá, entre o lugar de origem e esta região de Ribeirão Preto, atribuindo sentidos diferentes a cada um destes espaços percorridos e vividos, mas compondo cada um destes pontos seu *território migratório*.

Todos estes sujeitos, com trajetórias distintas, possuem em comum o fato de serem advindos da região Nordeste, já terem trabalhado, em algum momento da trajetória, como bóias-frias nos canaviais paulistas e serem uma parcela considerável no interior da cidade de Ibaté.

Neste primeiro capítulo mostraremos que cidade é essa e qual o lugar que o migrante nordestino ocupa dentro dela. Depois de um reconhecimento do território da cidade, realizado durante a pesquisa de campo, realizaremos aqui o trabalho da análise vertical, buscando compreender como a cidade foi adquirindo as feições que possui hoje através do tempo histórico. Delinearemos um pouco da territorialidade desta

pequena cidade, para, no último capítulo, refletirmos sobre as formas de apropriações possíveis, dispostas aos migrantes que se relacionam com seu território.

1.1. A história: entre economia e migração.

De tradição inicialmente pecuarista, a ocupação da região central do Estado de São Paulo, também conhecida no passado por Campos ou Sertões de Araraquara, onde se insere também a cidade de Ibaté, a partir da última década do século XVIII se inicia com a abertura dos caminhos que levavam às minas de ouro de Cuiabá e Goiás. Em princípios do século XIX a região começa a receber grandes contingentes de mineiros que, a princípio, mantinham culturas de subsistência ao lado de grandes pastagens (BENINCASA, 2003). É com a crise da produção do café da região do Vale do Paraíba que, na segunda metade deste século, o café começa a ser produzido nesta região. À chegada do novo produto e ao aumento progressivo de sua produção se segue a instalação dos trilhos da primeira via ferroviária, fundamentalmente em virtude dos esforços de fazendeiros da região interessados no escoamento da produção (CAIRES, 1993). A estação Visconde do Pinhal, que teve seu nome alterado em 1908 para Estação Ibaté e que mais tarde empresta seu nome à cidade, foi inaugurada em 1885. Foi a construção da ferrovia que permitiu uma maior circulação do produto e o fez chegar às áreas que criavam uma demanda cada vez maior de seu consumo. Assim, o ano de 1884 marca a era do café na região.

Ao café e às estradas de ferro seguem o surgimento dos pequenos núcleos urbanos, localizados sempre às margens das ferrovias. Com a presença de escravos libertos, imigrantes, e de trabalhadores nacionais, como caboclos e caipiras, começa a se constituir na cidade um mercado consumidor, os pequenos estabelecimentos comerciais e industriais. Nesta fase, denominada por MORAES SILVA (1999) de civilização cafeeira,

a configuração espacial era baseada nesta complementaridade entre cidade-campo, no seio de uma divisão social do trabalho determinada pela produção dos meios de subsistência da maioria dos trabalhadores e demais residente no campo (p. 221).

A crise de superprodução do café e baixa dos preços do produto, no início do século XX, concede novo impulso à produção da cana-de-açúcar, desta vez em larga escala, substituindo os cafezais que se iam progressivamente erradicando. Os incentivos fiscais à diversificação das culturas fazem com que, nesta região, onde a cana-de-açúcar já estava presente desde 1817, os fazendeiros vejam no retorno ao cultivo deste produto uma saída para a crise. Assim o período de 1910 a 1930 marca o período da retomada da cana-de-açúcar na região (CAIRES, 1993).

Neste contexto de constituição da monocultura da cana na região e fortalecimento da economia local, em 1953 é instalada em Ibaté a primeira e única usina existente no município até os dias de hoje, a Usina da Serra. Neste mesmo ano a cidade é elevada da condição de vila, atrelada ao município de São Carlos, à condição de município, tomando, então, o nome da estação de trem que deu início à Vila Ibaté. É, portanto, nos períodos de auge dos ciclos econômicos do café e da cana-de-açúcar que a cidade é concebida e em seguida adquire relativa independência administrativa.

A Usina da Serra, que inicialmente fora sustentada pelo sistema de colonato, nesta mesma década já começa a assistir sinais de decadência desta forma de organização do trabalho. Caíres (1993), estudando a constituição e decadência da Usina Tamoio, localizada na cidade de Araraquara, também nos aponta este dado.

... o colonato, que lhe ofereceu as bases de afirmação ao permitir a cultura intensiva da cana com custo reduzido, a partir de meados da década de 50, coincidindo com o início da mecanização da lavoura, começou a apresentar sinais de decadência com a saída paulatina das famílias colonas que abandonaram o empreendimento: transferindo-se para usina como assalariados agrícolas, tornando-se pequenos proprietários ou mudando-se para a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho. (p. 284)

Moraes Silva (1999) ressalta o importante papel do Estatuto do Trabalhador Rural no fechamento das colônias. Com ele, o trabalho de mulheres e crianças passa a ser individualizado e a produção de subsistência descontada do salário. O colonato, então, perde sua razão de ser. E seu fim compõe o quadro da migração campo-cidade, quando ex-colonos passam a migrar para as cidades circunvizinhas.

Vale destacar, aqui, dois momentos distintos em que colonos deixam as fazendas para ocupar outros espaços do município. O primeiro deles aconteceu entre o fim do século XVIII e início do século XIX, no período marcado pela imigração de colonos (sinônimo, no Brasil, de empregado¹⁴) europeus em substituição à mão-de-obra cativa (escrava) em crise. Para estes imigrantes, a possibilidade de vender sua força de trabalho apresentava-se como meio para conquista da propriedade da terra, um processo, que, segundo Martins (1986), veio a legitimar a extorsão de trabalho pelo fazendeiro, ao mesmo tempo em que criava "condições para que a propriedade fundiária substituísse o escravo como base do crédito hipotecário, como fonte de capital de custeio" (p. 31). Assim, a mão-de-obra disponível para o trabalho nos grandes cafezais e canaviais esteve em constante circulação nesse período, com alguns

¹⁴ MARTINS, 1986, p. 61.

colonos chegando ao país enquanto outros se tornavam pequenos e médios proprietários de terras. Um segundo momento em que colonos abandonam as fazendas é aquele da crise do colonato, com a instituição do ETR, entre as décadas de 1950 e 1960. Nesse momento, imigrantes e seus descendentes (aqueles que não conseguiram apropriar-se de terra alguma) bem como trabalhadores nacionais atraídos para as colônias pela expansão da produção de cana-de-açúcar são expulsos das fazendas, alojados fundamentalmente em bairros localizados em área rural do município.

Os primeiros moradores do município de Ibaté são, assim, ex-colonos que conseguiram adquirir sua pequena propriedade, como a família de Adalto, o primeiro entrevistado para esta pesquisa. Adalto é filho de um casal de descendentes de italianos, nascido pouco depois de adquirida uma propriedade de 12 alqueires no município de Ibaté com os proventos do trabalho na Usina Tamoio e empréstimos de familiares. A partir de então passam a fornecer cana para a recém instalada Usina da Serra, e Adalto, que herdou a propriedade, há 51 anos ininterruptos continua o trabalho que seus pais iniciaram em 1954. Outros casos semelhantes, de imigrantes (essencialmente descendentes de italianos e espanhóis) que adquiriram terras no município foram narrados por ele.

Em seguida, com o fim do colonato, outro conjunto de imigrantes e trabalhadores nacionais (fundamentalmente mineiros e nordestinos) dão impulso ao crescimento urbano da cidade de Ibaté. No início da década de 1960 foram loteados dois bairros para abrigar os trabalhadores remanescentes da falência da Usina Tamoio. São eles primeiro a Vila Tamoio e em seguida o Jd. Santa Terezinha.

(...) e a Vila Tamoio foi um terreno que foi comprado pela Usina Tamoio pra dar pro pessoal que trabalhou na Tamoio... Sabe esse pessoal que trabalhava de cana, as pessoas que eles tinham conta pra pagar...? Então eles resolveram fazer um bairro exclusivo pros trabalhadores da Usina Tamoio. Aí virou uma troca. Eles trocaram essa área de terra com uma outra área mais distante. O antigo proprietário fez uma permuta. Então ficou uma vila nova, que chama Vila Tamoio. (Entrevista com José, fazendeiro, fornecedor de cana para a Usina da Serra, 15/12/2005¹⁵)

Com a instalação do programa de incentivos à produção de álcool no país em 1970, o Proálcool, a produção de cana-de-açúcar atinge altos índices de produção. A expansão das áreas de plantio necessita de grande volume de mão-de-obra para o

¹⁵ A entrevista com José foi a primeira realizada para essa pesquisa. Em função de problemas com a gravação não a transcrevemos na íntegra.

trabalho agrícola e passa a atrair migrantes de diversas regiões do país. A princípio, a expansão destas áreas cultivadas passa a atrair um grande volume de mineiros, advindos da região do Vale do Jequitinhonha, uma das regiões de maior miséria no país. O Estatuto da Terra, acompanhado de outras leis federais, como o Plano de Revigoração dos Cafezais, são, por um lado, responsáveis pela expulsão de colonos, arrendatários e pequenos proprietários de diversas regiões do país, inclusive desta região do Vale do Jequitinhonha, que, por caracterizar-se como uma área bastante empobrecida, tornou-se fortemente suscetível ao poder de compra dos grandes fazendeiros, nesta fase conhecida como de acumulação primitiva para o capital agro-industrial. Retiradas suas condições de pequenos proprietários ou arrendatários, o Estatuto do Trabalhador Rural dá conta de retirar-lhes também os direitos trabalhistas, fazendo emergir, da vontade política e econômica da acumulação, o trabalhador "bóia-fria". "Esse processo de volantização da força de trabalho permitiu os sucessos da modernização agrícola garantida pelo Estatuto da Terra (1964) e pelo Proálcool (1975)" (MORAES SILVA, 1999, p. 66-67)

No entanto, a migração de mineiros que, com a modernização da agricultura passa por um processo de acirramento entre as décadas de 60-70, expande o fluxo migratório já tradicional de meeiros, posseiros e deserdados das terras dos diversos estados nordestinos que desde a década de 20 partem para a região Sudeste do Brasil como para outras regiões de fronteira, como o Centro-Oeste e a Amazônia.

Todo esse processo de transformação econômica liga-se a uma nova articulação inter-regional consolidada por movimentos migratórios. As áreas açucareiras e algodozeiras-pecuaristas expulsam trabalhadores para a Amazônia, sendo os mesmo empregados no extrativismo da borracha ou em obras como a ferrovia Madeira-Mamoré. A virada do século é, alias, o momento da exaltação do sertanejo nordestino como 'antes de tudo um forte', elogio no qual se sugere que o seu caráter resistente pode ser empregado, com proveito, para trabalhos que exigem pouca ou nenhuma qualificação.

Simultaneamente, os migrantes nordestinos que se dirigem para o Sul participam da transição que se dá, nas primeiras décadas do século, de uma economia baseada principalmente na mão-de-obra imigrante, para uma utilização intensiva do trabalho nacional. Apesar de desprezados como pouco afeitos ao trabalho, indisciplinados, errantes e tendentes ao banditismo e ao fanatismo, os nordestinos vão ocupando postos de trabalho na região mais dinâmica da economia capitalista nacional. (POVOA NETO. 1994, p. 21)

Assolados pelas condições do clima, pela privatização contínua dos elementos naturais necessários para o plantio (como a questão da água), pelo abandono político-econômico que sempre privilegiou os investimentos nas ricas e férteis terras roxas do

Estado de São Paulo, pelos baixos rendimentos obtidos no trabalho da diária nas pastagens dos grandes latifundiários, os nordestinos, especialmente aqueles das áreas do agreste e do sertão, viram-se recorrentemente suscetíveis à migração para as áreas de fronteira e para lugares onde se pensava conquistar uma condição de trabalho mais segura, como o assalariamento. Tanto os “corumbas”, camponeses das regiões do agreste e sertão que se dedicam à agricultura de subsistência, como os trabalhadores “da rua”, grande parte deles expulsos também pelo fim do colonato nas Usinas da região Nordeste (MENEZES, 2002), com a decadência da produção canavieira na região (e a transferências de capitais agro-industriais do Nordeste para a região Sudeste), passam cada vez mais a migrar para outras regiões do país.

Assim, o quadro que nos anos de 2001-2003 a Pastoral do Migrante – entidade ligada à Igreja Católica que vêm acompanhando a trajetória de vida e trabalho de migrantes de diversas regiões do país para a Região Sudeste – aponta é o da forte presença de nordestinos, superando então o fluxo de trabalhadores mineiros expropriados que teve forte presença nas décadas de 70-80 e início de 90. Os percentuais de trabalhadores encontrados nos alojamentos das diversas usinas da região são os que seguem.

Tabela 1. Origem de migrantes sazonais nos alojamentos do interior paulista.

Região Nordeste		Região Sul		Região Sudeste	
Baianos	25%	Paranaenses	8%	Mineiros	20%
Pernambucanos	15%	Total: 8%		Total: 20%	
Paraibanos	12%	Outros: 7%			
Piauienses	10%				
Cearenses	2%				
Alagoanos	1%				
Total:	65%				

Fonte: Dossiê 2001-2003. (PASTORAL DOS MIGRANTES, 2004. p. 27)

Com o transcorrer do estabelecimento da cultura canavieira na região temos, então, num primeiro momento, a migração dos expropriados da terra para as áreas urbanas, configurando um forte período de migração campo-cidade. Este movimento ainda se mantém, embora em níveis reduzidos, fundamentalmente em virtude da migração sazonal, daqueles pequenos proprietários que mantém suas roças de subsistência e suas famílias recorrendo à migração para as lavouras paulistas apenas durante as safras, num período que varia de 6 a até 10 meses. Um outro fluxo que

ganha força a partir das décadas de 80 é a migração urbana-urbana (FERNANDES, 2004, p. 64-65), daqueles que, tendo se desfeito de sua pequena propriedade, numa condição de errância migram de uma pequena cidade para outra em busca de melhores condições de sobrevivência. Configuram uma outra tipologia de migrante, que se distingue do sazonal por sua circularidade pelo território. Podemos apontar, a princípio, alguns dos fatores que impulsionam essa intensa mobilidade urbana-urbana: o papel das redes sociais, o valor da renda da terra urbana, a esperança de transferência do emprego nas atividades agrícolas para a o emprego em outros setores, a liberação de mão-de-obra em função do processo de modernização da agricultura, entre outros.

Há também aqueles migrantes que se estabelecem nestas pequenas cidades de forma permanente. Muitas vezes, a oportunidade de construir a casa própria é a razão da fixação destes migrantes nestas regiões de destino. Sendo trabalho e moradia necessidades vitais para a reprodução do homem, quando uma relação de permanência mais ou menos longeva – ainda que a duras penas – é constituída com um ou outro, trabalho ou moradia, inicia-se o processo de reenraizamento, ou de reterritorialização destes trabalhadores.

Estes migrantes “estabelecidos”, portanto, compõem uma nova situação no tocante à disponibilidade de mão-de-obra. Não são mais considerados apenas exército de reserva para as agro-indústrias. Mas, com a necessidade premente de manutenção do pequeno patrimônio adquirido ou em busca dele, tornam-se mão-de-obra disponível para qualquer atividade produtiva. Seja ela o emprego rural ou urbano, formal ou informal, estável ou eventual. Destaca-se, nestas diferentes oportunidades de emprego um processo intenso de precarização do trabalho. Transitam muitas vezes entre o emprego agrícola e industrial, trabalhando na colheita da safra da cana-de-açúcar por um período e em atividades de outra natureza nos períodos de entressafra¹⁶.

Neste movimento de intensa “plasticidade” (THOMAZ JUNIOR, 2006) entre as diferentes formas de realização do trabalho há uma generalização do processo de exclusão/inclusão precária dos pobres. Já não há mais distinção entre pobreza rural/urbana: constituem todos uma grande massa de “esquecidos”. Neste contexto, não somente as transformações ocorridas *no* setor agro-exportador atingem a população desta rica região de Ribeirão Preto, mas também as decisões tomadas *pelelo* setor, direta ou indiretamente. Tomando-se por referência o próprio município de

¹⁶ Sobre a “permanente disponibilidade para qualquer tipo de trabalho” desta categoria também nos fala D’INCAO E MELLO (1976, p. 87).

Ibaté, tomamos conhecimento de que o fechamento de algumas pequenas indústrias foi também responsável por uma “grande chacoalhada” na dinâmica local. Nas palavras de Manoel:

Um grande desfalque que nós tivemos aqui em Ibaté foi que fechou essa fábrica aqui, a L Motores. Porque aqui eles tinham uma média de mil e quinhentas a duas mil pessoas que trabalhavam aqui. Do tempo que ela tava aí, girava muito Ibaté, o comércio faturava muito. (...) A L Motores fazia motor pra CBT, que é lá em Água Vermelha. (...).Então se nós tivermos possibilidade de trabalhar com pequenas indústrias junto ao lado dessas grandes indústrias é importante. Não deixar que essas grandes indústrias administrem a cidade, tomem o poder da cidade no setor do trabalho. Sabe por quê? Porque daí fica essa cidade dependente dessa grande indústria, o qual acontece em Ibaté e pode acontecer com outras cidades. (Entrevista realizada em 28/11/2006)

Tinha também a NSS, que era daqui, tava aqui e foi pra São Carlos, já não tá mais em Ibaté essa empresa.

B.: Você sabe por quê?

M.: Segundo o que eu fique sabendo é porque eles tavam precisando de um área e o governo anterior não cedeu essa área pra eles ampliar. Aí eles tiveram que se deslocar, porque em São Carlos eles deram mais condições.

B.: E faz o quê essa empresa?

M.: Prateleira... Tudo de prateleira assim eles trabalham, prateleira de aço. (Entrevista realizada em 28/11/2006)

Vemos, portanto, através do depoimento de Manoel como também do próprio percurso do desenvolvimento econômico do país, o nítido privilegiamento de concessão de financiamento e isenção de impostos para as empresas do setor agro-exportador¹⁷. Assim, o soerguimento e a derrocada de diversas pequenas empresas locais, que, especialmente nesta região canavieira são responsáveis pela absorção de uma parte dos desempregados da agroindústria, abalam a economia local e participam das causas da intensa mobilidade territorial e laboral.

Essa massa expropriada e desempregada toma diferentes rumos na região, configurando diferentes atitudes de resistência à miséria e à fome. Grande parcela dela ocupa hoje as periferias destas pequenas cidades. Uma outra relativamente pequena parcela dela retornou à terra em áreas desapropriadas pelo Estado, ou através da luta de sindicalistas ou da aquisição de financiamento pelo Banco da Terra. Em Araraquara,

¹⁷ Para a sustentabilidade deste setor agro-exportador concorre não somente a contribuição do Estado, mas também o processo de internacionalização do capital. No interior de um acirrado processo de competitividade, diversos grupos econômicos ampliam seus domínios através da compra de Usinas mantidas antes pelas tradicionais famílias que iniciaram o processo da constituição do setor sucroalcooleiro. Em 1997 o Grupo Cosan efetua a compra da Usina da Serra, que vinha passando por um período de enfraquecimento econômico frente à competitividade com os capitais internacionais.

município vizinho à Ibaté, na década de 1980 houve a desapropriação da Fazenda Bela Vista para fins de Reforma Agrária. Em relatos dos moradores do bairro Cruzado em Ibaté soubemos de antigos moradores da cidade que participaram do processo de ocupação da área e hoje são assentados nesta fazenda.

Esse tempo mesmo a gente foi lá. Tem o Joaquim, tem o Sival... Tem umas par deles que morava aqui no bairro e foi pra lá. De vez em quando a gente vai lá na casa deles.

B.: Eles trabalhavam aqui com cana também?

A.: Com cana também. Tem um que trabalhava na Usina Santa Cruz, o Sival era pedreiro, o seu Joaquim era já um senhor de idade, eu não sei se ele... não sei qual era a função dele, mas eu acho que era em São Carlos, na Eletrolux parece. (...) E o Tião tinha um bar aqui. Lá ele faz horta, negócio de alface..., essas coisas assim. Já deve estar fazendo uns quatorze a quinze anos que moram lá. (Entrevista com Sr. Adalto, 09/12/2006)

No município de Ibaté, no ano de 2002, foi o Banco da Terra o protagonista do processo de Reforma Agrária. Hoje, vivem nos dois assentamentos promovidos por este capital público sessenta famílias de trabalhadores rurais¹⁸.

As transformações até então descritas, encerradas fundamentalmente pelas decisões político-econômicas, que afetaram a região e que atingiram tanto aqueles que hoje se encontram nos bairros periféricos como aqueles que retornaram à terra pelo processo de Reforma Agrária, não se reduzem à esfera do econômico. Sociedade e espaço, como entidades intrinsecamente interdependentes, que se constituem no encontro dialético que se perfaz entre a complementaridade e a contradição, são mutuamente alterados.

Numa primeira fase, a do fim do ciclo do café e início do ciclo da economia canavieira, a territorialidade local toma novos contornos em função de um violento processo de reestruturação espacial promovido essencialmente pela destruição das colônias e surgimento dos bairros periféricos na cidade. Moraes Silva (1999) fala destas transformações em termos da transição da "civilização cafeeira" para a "civilização da usina". O termo "civilização" fala de todo um conjunto de caracteres próprios da vida social (incluindo aí as manifestações culturais), política e econômica do lugar.

Assim, a cidade é hoje caracterizada pela coexistência de reminiscências de tempos passados e características da civilização urbana, moderna. Os fogões e fornos à lenha, as hortas mantidas no terreno de algumas moradias, os "objetos da

¹⁸ Informação apresentada pelo padre Adonis, que celebra as missas nos assentamentos, em 12/09/2006.

memória”, os móveis trazidos de lugares e tempos passados, os tanques de concreto, dividem espaço com as televisões, os DVD’s, os aparelhos de som, os tanquinhos, os automóveis e as motocicletas. E os pequenos supermercados que atendem a população dos bairros de trabalhadores rurais dividem espaço não apenas com as hortas dos quintais, mas com terrenos inteiros de hortas cultivadas para o comércio. Encontramos sorveterias mais modernas e também os geladinhos de Adalto. E não apenas nos espaço e nos objetos estão as marcas do passado, também na subjetividade, nos hábitos dos moradores. Na manutenção de fortes laços de vizinhança, nas relações de compadrio, nos fortes laços estabelecidos entre os “conterrâneos” – semelhantes quanto à origem de um espaço já distante no tempo –, nos hábitos alimentares, nos utensílios domésticos, na religiosidade, na moral e nos costumes mantidos.



Foto 1. As diversas temporalidades representadas, como uma progressão temporal: o cavalo, a bicicleta e o automóvel; o concreto e o caminho de terra. E o contexto de tal temporalidade: as casas (à direita) daqueles que trabalham nas extensas monoculturas da cana-de-açúcar (à frente, ao fundo). (Produzida por Elisângela de Jesus Santos, 2006)

Observamos que os diversos tempos históricos deixaram marcas pelo chão da cidade, nos habitações, nos hábitos dos cidadãos e nos valores preservados e defendidos, que em alguns momentos chocam-se, e em outros se encontram, transformando-se. Esta breve retrospectiva histórica veio nos trazer os tempos

históricos que podemos retomar com uma série de detalhes um pouco mais extensa, sobre os quais muito já se escreveu e muito ainda se ouve contar, com narrativas vivas e sempre inéditas em seus detalhes e suas perspectivas: o tempo do ouro e da pecuária, o tempo do café e do colonato, o tempo da cana e muitas migrações.

Traremos ainda mais outras informações que atestam a função de Ibaté como cidade-dormitório, remetendo-nos a algumas informações próprias da Geografia Urbana, quais sejam: a localização, a relação com as cidades do entorno, o processo de crescimento populacional e expansão urbana.

1.2. A cidade dos trabalhadores e a rede urbana.

Como pudemos observar desta breve retrospectiva histórica, o processo de modernização da agricultura foi o responsável pela constituição da autonomia administrativa da cidade de Ibaté. Santos (1979, p.73) afirma que foi assim em toda a América Latina. Neste contexto é que são realizadas melhorias no sistema de transportes (fator de viabilização técnica da difusão), implementados importantes serviços públicos – como educação e saúde – em virtude das exigências por parte da população e construídas as condições para a generalização consumo, cuja estrutura territorial apóia-se na rede urbana.

Para o pensamento acerca destas pequenas cidades, a compreensão das funções que elas podem cumprir para a população local e a maior ou menor dependência em relação à rede urbana impõe questionamentos que, como podemos notar em Santos (1979), leva à problematização da própria atribuição do conceito de “cidade”. O autor parte da concepção de Sorre de que só existe uma cidade quando há “coalescência” de funções numa aglomeração, ou seja, quando há uma divisão do trabalho que garanta o mínimo de complexidade econômica e social.

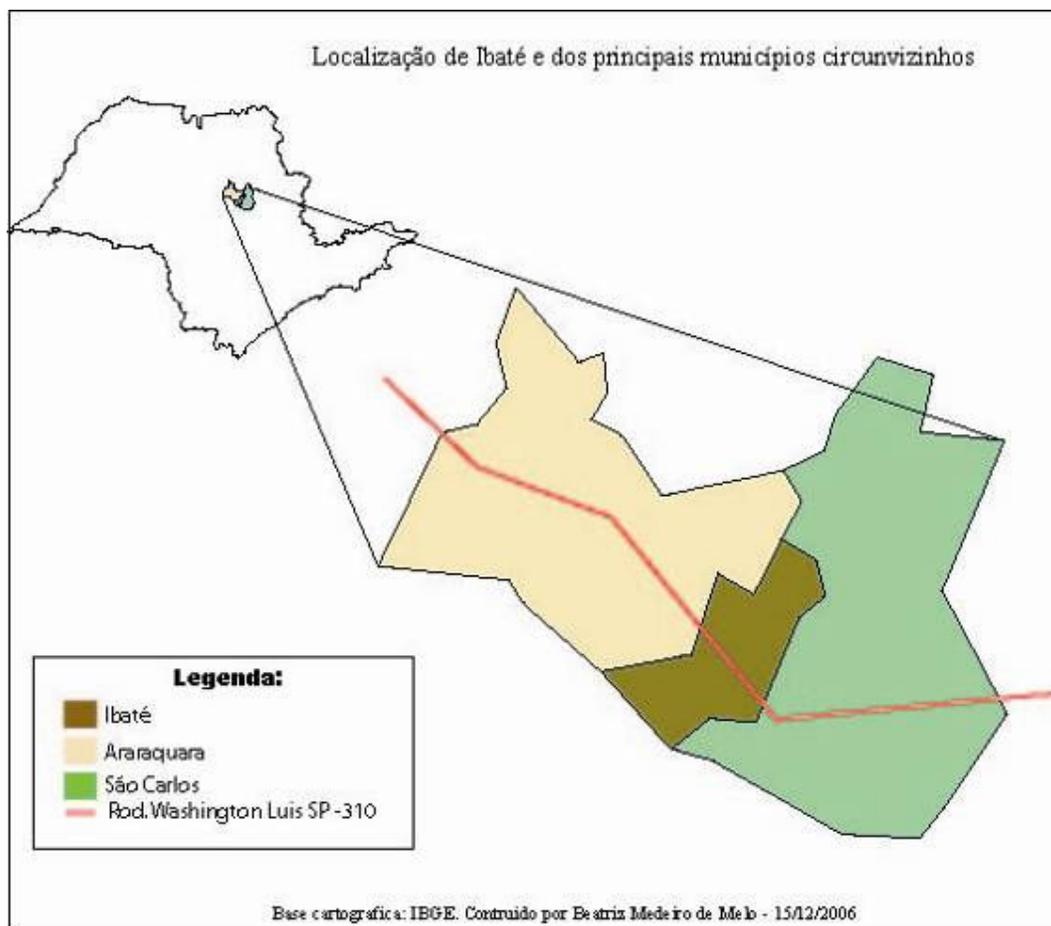
Quando encontramos localidades em que tal condição não pode ser observada, estas são, para o autor, “pseudocidades” ou “cidades de subsistência”. Considera como “pseudocidades” aquelas que em geral dependem de um só tipo de atividade produtiva, do setor primário como também do terciário e secundário, como as cidades religiosas, universitárias, balneárias, serranas, etc., e aquelas que ficam em zonas de influência industrial. Aquelas mais dependentes das funções primária e terciária são as que, mais frequentemente, assumem a função de cidades-dormitórios. Estas cidades, que Santos prefere chamar por “cidades locais”, não podem ser compreendidas de forma isoladas, mas inseridas em outros núcleos da rede urbana.

A cidade de Ibaté compõe a Aglomeração Urbana (AU) Araraquara/São Carlos, constituída também pelos municípios de Gavião Peixoto e Américo Brasiliense. É caracterizada por dividir-se entre os dois centros não contíguos que dão nome à AU (CAIADO, 2004). Ibaté está localizada justamente no interstício entre estes dois centros, São Carlos (distante 10 km) e Araraquara (distante 30 km), dois outros municípios que possuem extensão e funcionalidades de maior relevância estrutural para o capital. Por sua maior eficiência no processo de acumulação; por seu importante papel no desenvolvimento científico-tecnológico do país; por caracterizarem-se como maiores centros consumidores; por uma localização de maior

destaque na hierarquia da rede urbana, e, portanto, uma posição relativa que as aproximam dos grandes centros de decisão.

Araraquara possui pelos menos cinco indústrias e agro-indústrias de grande revelo (Usina Maringá, Usina Zanin, Cutrale S/A, Citro Maringá e Lupo S/A.), uma das unidades da Universidade Estadual Paulista e, mais recentemente, uma unidade da Embraer. Em São Carlos encontramos também quatro indústrias de destaque para a região (Eletrolux, Lápis Johann Faber, Tecumseh e Rei Frango) e dois grandes centros tecnológicos considerados como referência no país (o campus de tecnologia da USP e da UFSCar). Destas empresas, quatro foram citadas na pesquisa desenvolvida por ELIAS (2003) no rol das "maiores empresas da Região de Ribeirão Preto, segundo número de funcionários e faturamento líquido" (p. 174-175): Eletrolux e Faber em São Carlos; Lupo e Citro Maringá em Araraquara. Ainda em São Carlos encontramos uma das maiores empresas de compressores do mundo, a Tecumseh, com 6.500 funcionários. Quanto ao município de Ibaté, esta possui apenas uma agro-indústria de importância relativa, a Usina COSAN, e três destilarias, Santa Helena, Coal e Nova Era.

Portanto, quem percorre a Rodovia Washington Luis SP-310 – que possibilita o trajeto do município de Cordeirópolis, na região de Campinas, ao município de São José do Rio Preto – ao atravessar este pequeno interstício localizado entre as cidades de São Carlos e Araraquara quase não se apercebe da existência de uma unidade administrativa independente ali. Pela proximidade entre a malha urbana de Ibaté e São Carlos (10 km), pode mesmo acreditar tratar-se de um bairro periférico ou um distrito deste município.

Figura 01.

Com uma população de pouco mais de 30.000 habitantes mais recentemente, Ibaté é um dos pequenos municípios da região de Ribeirão Preto considerados como “cidades-dormitório”, por sua pequena complexidade funcional e por abrigar, assim, grande parcela dos trabalhadores rurais que se destinam tanto ao trabalho agrícola como a atividades industriais de baixa qualificação e ocupações informais (como a construção civil e o comércio ambulante) nas cidades circunvizinhas. As tabelas 1 e 2 demonstram, respectivamente, as ocupações e o local onde trabalham os moradores dos bairros Cruzado I e II.

Tabela 2.

Função dos moradores "ocupados"		
Situação	Nº. Absoluto	%
Cozinheira	3	2,0
Doméstica	3	2,0
Comerciante	6	4,0
Func. do comércio	6	4,0
Motorista	6	4,0
Pedreiro	15	10,0
Funções diversas	17	11,3
Operário	32	21,3
Trabalhador rural	62	41,4
Total	150	100,0

Fonte: Dados dos questionários, 2006.

Tabela 3.

Município onde trabalham		
Município	Nº. absoluto	%
Bauru	1	0,7
Santo André	1	0,7
Guariba	2	1,3
São Paulo	3	2,0
Américo Brasiliense	4	2,7
Pirassununga	4	2,7
Descalvado	8	5,3
Região	10	6,7
Araraquara	19	12,7
Ibaté	48	32,0
São Carlos	50	33,2
Total	150	100,0

Fonte: Dados dos questionários, 2006.

Os dados apontados acima se referem àqueles ocupados quando da aplicação dos questionários, que representavam então 39% dos moradores do bairro. Quanto ao restante dos moradores, 35% são menores de idade, 10% se declararam "donas de casa", 8% estavam desempregados e 7% eram aposentados e pensionistas.

Assim, daqueles 39% ocupados, vemos na tabela 1 destaque para os trabalhadores rurais (quase metade dos trabalhadores do bairro), os operários (21%) e os trabalhadores da construção civil (10%). De outro lado, da Tabela 2 depreendemos que apenas 32% dos trabalhadores estão empregados no próprio município e 68% fora dele, sendo destes 46% empregados nos municípios vizinhos (São Carlos e Araraquara) e 22% em outros municípios da região.

Das principais empresas empregadoras temos:

Tabela 4

Principais empresas empregadoras		
Empresa	Empregados	%
IRPA Postes - São Carlos	3	2,0
Usina Maringá – Araraquara	4	2,7
Usina Santa Cruz - Américo Brasiliense	4	2,7
Usina São Pedro – Pirassununga	4	2,7
Pref. Mun. De Ibaté	4	2,7
Tecumseh - São Carlos	6	4,0
Usina Ipiranga – Descalvado	8	5,3
Usina Zanin – Araraquara	10	6,7
Rei Frango - São Carlos	14	9,3
Usina da Serra – Ibaté	25	16,7
Empresas diversas	68	45,3
Total	150	100,0

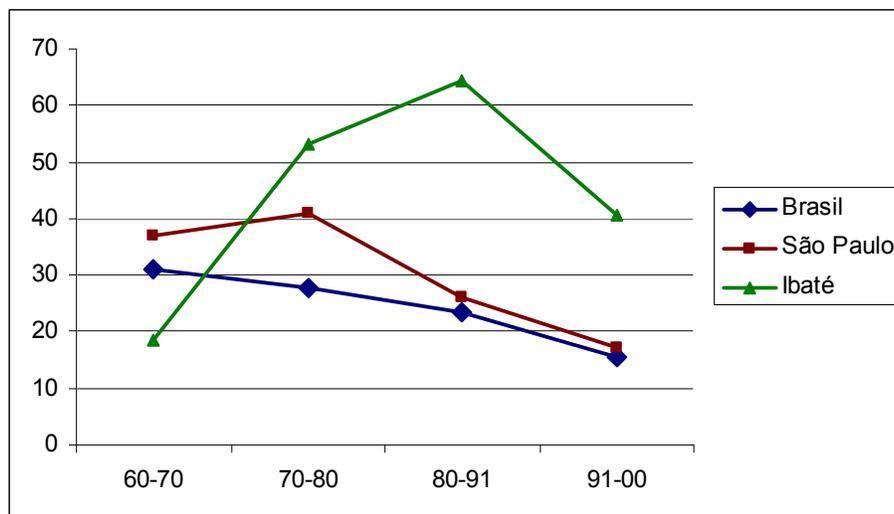
Fonte: Dados dos questionários, 2006.

Acrescentamos que é necessário atentarmos para a dinâmica da rede urbana na qual estas pequenas cidades estão inseridas não apenas para compreender seu papel urbano. Nossa intenção de compreender o processo de territorialização dos trabalhadores migrantes também reclama atenção a esse dado, na medida em que impõe um trânsito intenso de população entre núcleos interdependentes. Dados da circulação dos ônibus intermunicipais e dos relatos obtidos através das entrevistas atestam, ainda, a grande dependência da cidade de Ibaté em relação à cidade de São Carlos, ademais de desde a década de 1950 ter conquistado autonomia administrativa. Para os moradores do Cruzado I e II, por exemplo, estão disponíveis 33 horários de ônibus, entre as 5h30 da manhã e as 21h15, que os levam à cidade de São Carlos, enquanto que não há ônibus que passam no interior do bairro para levá-los à cidade de Araraquara. Estes passam na rodovia Washington Luis (que marca a divisão destes bairros com o restante do território da cidade), em apenas 8 horários durante o dia, entre as 06h05 e às 23h00. Esta rotatividade diferencial dos ônibus reflete a própria demanda por circulação vinda da comunidade.

Uma das razões que desde já apontamos (mas que será mais bem trabalhada no corpo do trabalho) como razão para os trabalhadores residirem em Ibaté e não nas cidades vizinhas é a questão do valor da renda da terra urbana. Os terrenos em Ibaté têm um valor mais acessível aos trabalhadores de baixa renda, como os operários, os rurais e aqueles da construção civil, que, como já vimos, são maioria na cidade.

Estes pequenos municípios são, assim, os que têm apresentado níveis de crescimento demográfico dos mais elevados em relação ao país e mesmo em relação ao Estado. O Censo Demográfico de 2000 apresenta Ibaté como o segundo município de maior crescimento demográfico da região Central do Estado¹⁹. O gráfico abaixo ilustra e compara o crescimento populacional do país, do Estado e do município.

GRÁFICO 1 - Crescimento populacional (%) - 1960-2000

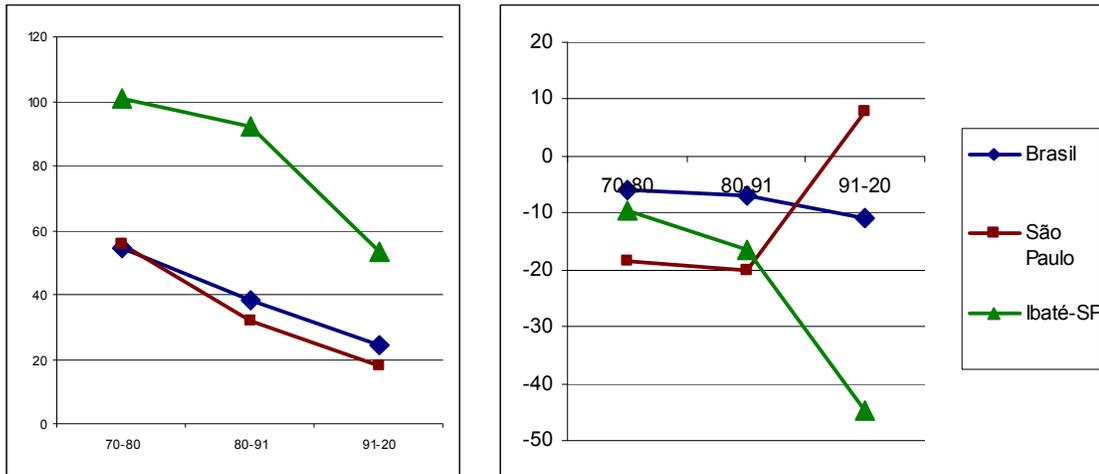


Fonte: Censo demográfico IBGE: 1960-2000. Cálculos feitos pela pesquisadora.

O município cresce e se urbaniza. Da observação da discriminação dos habitantes segundo a fixação nos espaços rural e urbano podemos observar um acirrado processo de urbanização da cidade, conseqüência do crescimento vegetativo das populações urbanas, das migrações em direção às áreas urbanas e da incorporação de áreas que antes eram classificadas como rurais. A taxa de urbanização da cidade passou de 74,4% em 1980 para 96,03% em 2005 (FUNDAÇÃO SEADE, 2005). Com o gráfico abaixo ilustramos e comparamos o crescimento da população rural e urbana da cidade.

¹⁹ Américo Brasiliense é a primeira cidade com maior crescimento demográfico, apresentando a taxa de 3,95% ao ano. (JORNAL ELETRÔNICO UNIARA)

**Gráfico 2 – Tava de crescimento da população urbana e rural (respectivamente) (%)
– 1970-2000**



Fonte: CENSO Demográfico 1970-2000. Cálculos feitos pela pesquisadora.

Concorrendo para esse acelerado processo de urbanização, destacamos o papel da migração na cidade de Ibaté. Ela é uma cidade constituída essencialmente pelos “de fora”, os migrantes. Tendo sido emancipada há relativamente pouco tempo (1950), a cidade possui muitos moradores advindos das cidades circunvizinhas, de outras cidades do Estado e também de outros Estados. Na tabulação dos dados recolhidos nos bairros Cruzado I e II separamos os nascidos no município de Ibaté e municípios circunvizinhos daqueles nascidos em outras localidades, e encontramos o percentual de 39,5% para “os do lugar” e 60,5% para “os de fora”. Consideramos aqueles nascidos nos municípios circunvizinhos também como moradores “do lugar” haja vista a dificuldade de expressão e de registro daqueles que simplesmente nasceram nos hospitais dos municípios circunvizinhos, mas cujos pais já residiam no município de Ibaté. Assim, podemos considerar que o número de ibateenses seja menor que o percentual de 39,5% apresentado.

Destacamos ainda que, aliado a este processo de urbanização acelerado, o crescimento econômico do interior paulista, como um todo, tem ultrapassado aquele das regiões metropolitanas, tendência que vem sendo investigada essencialmente por geógrafos e economistas. Santos (1994) denomina este processo de *involução metropolitana*, caracterizando, através dele, um “crescimento econômico considerável”

para os municípios atingidos pelo processo de modernização agrícola ou industrial (p. 68)²⁰.

No entanto, embora possamos dizer que há um crescimento demográfico e um processo de urbanização destacáveis na totalidade das cidades da região administrativa de Ribeirão Preto, este "crescimento econômico considerável" não se distribui igualmente entre os municípios de diferentes portes da região, sendo a relevância política destas, conseqüentemente, também diversa. Assim, embora o crescimento econômico seja responsável, na região, pela emancipação de mais de 40 municípios desde 1940²¹, BERNARDELII (2006, p. 218) enfatiza a questão na inexpressividade de muitas destas no tocante aos papéis urbanos desempenhados.

Por outro lado, FERNANDES (2004, p. 57) afirma que, ademais deste crescimento econômico, acumulam-se "conseqüências socioespaciais que estão longe de poderem ser consideradas, resultando na diminuição dos padrões de vida da grande maioria da população". E a "segregação sócio-espacial"²² é uma destas conseqüências, sobre a qual realizaremos alguns apontamentos.

²⁰ Encontramos referência ao termo *involução metropolitana* também no trabalho de SANTOS (2005:128-130) no enxerto denominado "Algumas características da nova urbanização", aquela que emerge a partir da constituição do que ele denomina "meio técnico-científico-informacional".

²¹ ELIAS cita, a partir dos dados do IBGE, o crescimento de 48 para 85 cidades, de 1940 a 1993.

²² Referências sobre essa questão são encontradas nos estudos de Kowarick (1991), Rolnik (1994), Villaça (1998), Zaluar (1994), entre outros.

1.3. Organização do espaço: os trabalhadores migrantes na periferia.

O aspecto da "segregação sócio-espacial" foi observado desde as primeiras visitas à cidade. São produzidos, de um lado, espaços empobrecidos, onde se acumulam problemas estruturais de toda natureza (ausência de pavimentação nas ruas, precariedade na disponibilidade de serviços públicos de saúde, precariedade no serviço de esgoto, ausência de terminais de serviços privados indispensáveis, como terminais bancários, entre outros problemas), distantes do centro da cidade, e, de outro, espaços privilegiados tanto no tocante à distância em relação aos serviços e bens fundamentais quanto à atenção que recebem de instituições públicas e privadas. Algumas vezes também encontramos espaços privilegiados distantes do centro da cidade, mas nestes a distância é uma opção calcada algumas vezes no desejo de evitar os problemas que acompanham as aglomerações urbanas, outras vezes de manter-se próximo à sua pequena propriedade para assim melhor geri-la. É a "segregação voluntária"²³.

Embora existam trabalhadores rurais espalhados por toda a cidade, o reconhecimento do território e de seus moradores aponta os lugares destinados a uns e outros. A localização, as condições de moradia, de acesso aos serviços públicos, a maior ou menor mobilidade espacial, as características do comércio local e dos produtos comercializados, a origem dos moradores, a cor da pele... Todos estes são elementos que nos orientam a encontrar o lugar dos grupos sociais no espaço.

Para melhor compreender o processo de produção do espaço urbano, marcado pela diferenciação sócio-espacial, convém retomarmos alguns princípios destacados por autores da Geografia Urbana. O mais importante destes nos parece ser aquele que destaca o princípio da contradição entre o uso produtivo/reprodutivo do capital e da força de trabalho na estruturação do espaço urbano. Na abertura deste capítulo, Santos já anunciava a *nervosidade* do território, constituída por tal contradição. Diversos outros autores, partindo substancialmente das reflexões de Lefebvre, destacam também este processo que em alguns momentos é tomado pela contradição e em outros pela dialética.

Carlos (1994) destaca essencialmente a questão da contradição e dos conflitos insurgentes a partir do uso diferenciado que produtor e consumidor fazem do espaço urbano. O primeiro, se utiliza do espaço para o processo de valorização, que possibilita

²³ Sobre a "segregação voluntária" consultar CALDEIRA (2000).

a reprodução de seu capital; o segundo, para a reprodução da vida, o uso residencial, o lazer.

No caminho de reflexões da mesma natureza, Gottdiener (1993) critica alguns economistas políticos que vêem as formas espaciais como receptáculos dos processos econômicos e políticos, enfatizando o crescimento econômico como determinante para entender as relações espaciais. Assim como Lefebvre, afirma a dialética entre o valor de uso e valor de troca como produtora tanto de um espaço social de uso quanto de um espaço abstrato de apropriação.

Os interesses diferenciados de uns e outros (produtores e consumidores) e as diferentes condições de apropriação do solo, referidas à posição dos sujeitos no processo produtivo, constroem a diferenciação sócio-espacial. Assim, a estruturação do espaço está diretamente ligada à manifestação da diferenciação social. SPOSITO (1996) faz a defesa desta tese, afirmando que a segregação sócio-espacial...

... pode, então, ser compreendida como resultado de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os espaços, no diálogo entre as diferenças, enfim, conduz à fragmentação do espaço urbano. (p. 74).

Ribeiro (2007), por sua vez, apresenta duas concepções para o entendimento do processo que ele denomina "segregação residencial". Uma delas refere-se à escolhas individuais e expressa a diferença de localização de um grupo em relação a outros grupos. Nesta concepção, a distância espacial expressa as diferenças entre os grupos e é construída pelo desejo de agrupamento em função de afinidades étnicas, raciais e por posição social "como forma de se resguardarem dos efeitos fragmentadores da personalidade gerados pela aglomeração e a vida na cidade". A outra concepção refere-se às desigualdades sociais expressas na organização do território da cidade. Segundo o autor,

O espaço urbano contém um conjunto de recursos importantes à reprodução das categorias sociais, na forma de bens materiais e simbólicos, mas a sua distribuição reflete as chances desiguais de acesso. Encontramos aqui duas abordagens teóricas que fundamentam esta concepção: (i) a primeira, de inspiração marxista, explica a segregação como explicação das desigualdades de classes da sociedade; (ii) já a segunda, de inspiração weberiana, explica a segregação como resultado das desigualdades da distribuição desigual do prestígio, da honra social e do poder. Nas duas vertentes, a segregação é a espacialização da estratificação da sociedade e, como consequência, ela é compreendida como

decorrência de lógicas coletivas cujo fundamento são as relações sociais. p. x.

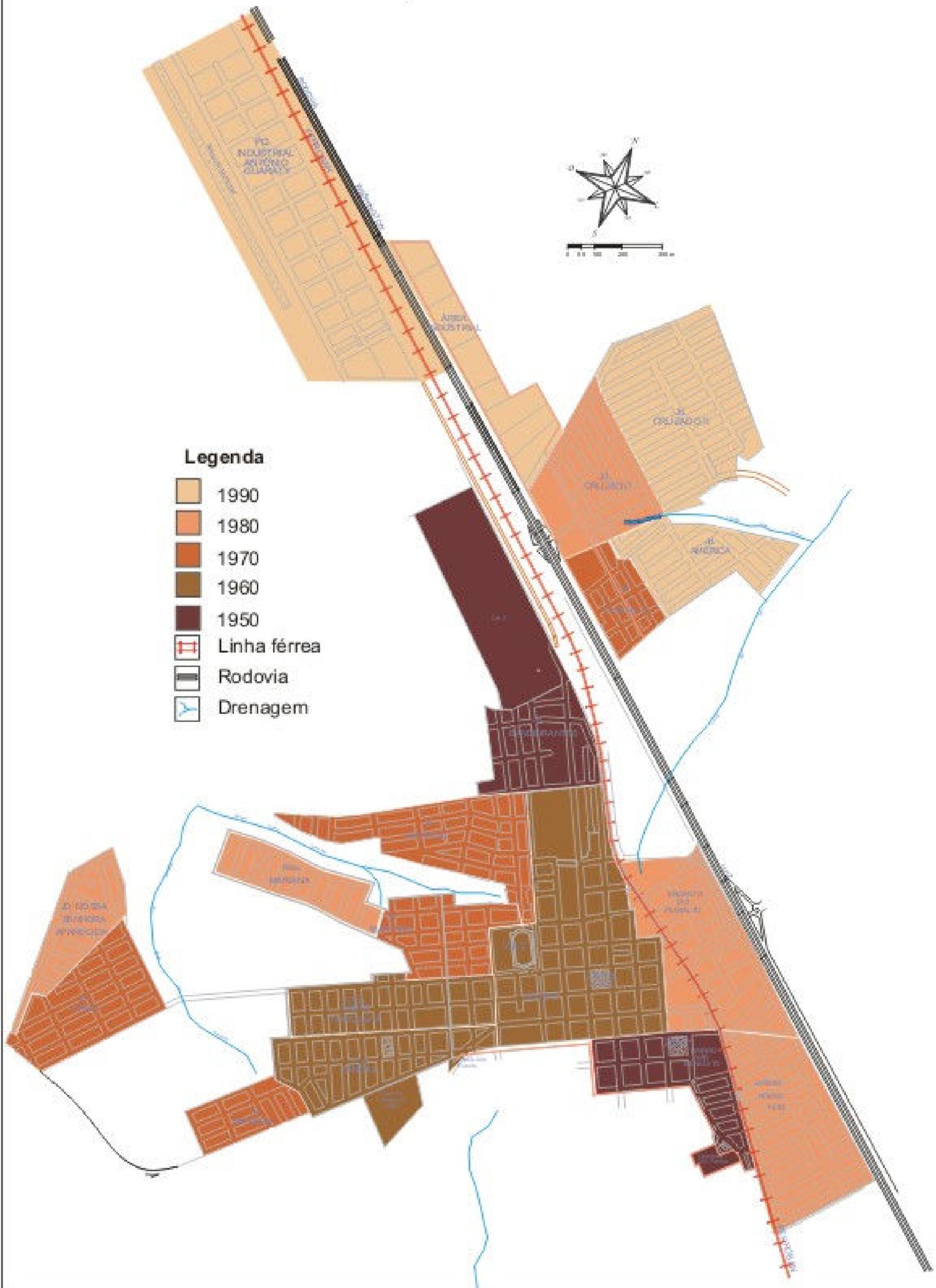
Este processo que Souza (2000) denomina de *fragmentação do tecido sócio-espacial* produz e reproduz uma verdadeira invisibilidade de uns para outros. Ele foi revelado à pesquisadora nos primeiros momentos da reflexão sobre a temática aqui proposta, antes mesmo de estabelecer um contato mais estreito com o lugar. Em um diálogo, numa cidade distante de Ibaté, com um jovem ibateense ex-morador do centro da cidade que há apenas dois anos havia saído dela, ao explicar-lhe o tema mais específico deste meu trabalho, a migração de nordestinos para o corte da cana em sua cidade natal, deparei-me com o desconhecimento do rapaz de que estes sujeitos tinham uma presença tão significativa aí. Este desconhecimento é, portanto, uma das formas de expressão desta “invisibilidade”.

No processo de ocupação da cidade, a periferia foi crescendo à Nordeste e Sudoeste, depois de consolidados os primeiros núcleos urbanos às margens da ferrovia. Na figura 2 (a seguir), os tons das cores denunciam esse processo do progressivo distanciamento da periferia em relação ao centro da cidade.

Há ainda alguns “marcos” no território que nos auxiliam na localização dos bairros onde hoje reside uma maioria de trabalhadores rurais (ver mapa a seguir). A rodovia Washington Luis é o entreposto entre os moradores dos bairros Cruzado I e II e Jd. América e o restante da cidade. “Você vê que você vai passando na rodovia e parece que aqui é outra cidade, sendo um bairro” (Entrevista com Antonieta, 07/12/2006)²⁴. Nestes bairros (onde aplicamos alguns questionários) residem os trabalhadores que expressam a *tentativa* de fixação, de permanência na cidade. Foram poucos os alojamentos encontrados. No “vão” entre a rodovia e a ferrovia estão os bairros conhecidos por Popular I e II (Jd. Encanto do Planalto e Jd. Nosso Teto), onde encontramos muitos trabalhadores remanescentes do fim do colonato bem como aqueles que se estabeleceram na região há mais tempo. Para alcançar o centro da cidade daí é necessário atravessar a ponte estreita (em mão única) que sustenta os trilhos da rodovia

²⁴ Retornando à foto em primeiro plano utilizada como epígrafe deste primeiro capítulo podemos criar uma imagem do que diz Antonieta. Ao centro está a Rodovia Washington Luis. Caminhando ao norte se chega a São Carlos; ao sul, à cidade de Araraquara. Essa foto foi produzida na altura onde se encontra uma das principais entradas que dão acesso aos bairros Jd. Cruzado I e II, Jd. Encanto do Planalto e Jd. América, à esquerda. À direita se encontra todo o restante da malha urbana da cidade

EXPANSÃO ESPAÇO-TEMPORAL DA CIDADE DE IBATÉ



e caminhar alguns minutos. Por outro lado, a Avenida Antonio Armando é o tracejado à Sudoeste da cidade que isola os bairros Icarai e Aparecidinha (Jd. Nossa Senhora Aparecida). Estes últimos são marcados pela concentração de grande quantidade de pensões e alojamentos, ao lado de residências de famílias extensas e nucleares de trabalhadores migrantes.

A maioria destes bairros periféricos faz limite com o imenso canavial que parte daí para ocupar grande parte do espaço do município. Podemos apontar tal proximidade entre as casas e as ruas (espaços de lazer de jovens e crianças) com os insumos agrícolas despejados nestas terras agricultáveis pelas Usinas como um dos graves problemas estruturais destes bairros²⁵.



Foto 2 – Uma das ruas do Bairro Cruzado II, à Nordeste da malha urbana da cidade. Destaque para o canavial ao final da rua e a proximidade entre ele, as casas e os moradores²⁶. (Produzida por Beatriz Medeiros de Melo, 2005)

Outro dado de fundamental importância refere-se à densidade demográfica diferencial das diferentes regiões da cidade. De acordo estimativas do Programa de Saúde da Família, pouco mais de 10.000 moradores residem naquela porção nordeste da cidade, à leste da rodovia (bairros Cruzado I e II, Jd. Encanto do Planalto e Jd. América), e aproximadamente 5.000 na porção sudoeste da cidade (Jd. Icarai e Nossa

²⁵ A questão dos problemas estruturais observados no bairro será melhor debatida no último capítulo, quando levantaremos alguns aspectos das relações que os migrantes estabelecem com o território da cidade.

²⁶ Foto produzida pela pesquisadora no ano de 2005, quando do desenvolvimento da pesquisa "Gênero e Exclusão Social", sob coordenação da Prof^a. Maria Aparecida de Moraes Silva.

Senhora Aparecida). Sendo a população estimada no ano de 2005 de 32.000 habitantes, temos que quase metade da população da cidade se concentra nestas extremidades. Paradoxalmente, são também nestes extremos onde encontramos as piores condições estruturais e de acesso a serviços públicos e privados.

O afastamento de uns (os moradores destas periferias) acontece em decorrência da aproximação de outros (os moradores do centro e seus arredores). Villaça, em seu estudo sobre a estrutura intra-urbana, destaca a determinação última das aglomerações humanas e o processo de constituição e surgimento do centro da cidade.

A determinação última que leva os homens a se organizar em aglomerações é a mesma que leva a desenvolver qualquer força produtiva: é seu impulso inato no sentido de poupar o desgaste físico e mental envolvido no trabalho. (...). O centro surge então a partir da necessidade de afastamentos indesejados mas obrigatórios. Ele, como todas as 'localizações' da aglomeração, surge em função de uma disputa: a disputa pelo controle do tempo e energia gastos nos deslocamentos humanos. (VILLAÇA, 2006. p. 238-239).

Sendo a característica fundamental de um centro principal a diversidade do seu comércio e serviços (p. 265) é aí que, também na cidade de Ibaté, encontramos todas (e as únicas) agências bancárias na cidade, a única unidade de Pronto Atendimento do Hospital Público da cidade, todas as unidades administrativas ligadas à Prefeitura Municipal, e uma maior diversidade de estabelecimentos comerciais. Este processo de aproximação/afastamento impõe à grande parte da população, aquela que reside nas periferias, a necessidade do deslocamento constante ao centro da cidade. Deslocamento esse feito muitas vezes à pé, haja vista a necessidade, muitas vezes, de diminuir os custos da reprodução cotidiana na cidade. A distância aproximada das áreas mais longínquas da porção nordeste da cidade é de cerca de 5 km, e daquelas mais longínquas á sudeste, de 4 km.

De outro modo, esse afastamento em relação ao centro da cidade produz também o "circuito inferior da economia" (SANTOS, 1999), produto da segmentação do consumo das classes e também alternativa de emprego para uma parte da população dos bairros periféricos onde estes circuitos se instalam.



Foto 3 - Rua Araraquara: A "rua do comércio" do bairro Cruzado I. (Foto produzida por Beatriz Medeiros de Melo, 2006)

Há também, na organização do espaço da cidade, um pequeno espaço reservado ao estabelecimento das indústrias, o Parque Industrial Antonio Guattari. Todo o restante do território do município, excluído a malha urbana, é ocupado por fazendas, essencialmente produtoras de cana-de-açúcar. Dados recolhidos na Secretária de Abastecimento do Estado de São Paulo apontam que 70% das Unidades Produtivas do município, correspondentes a 42% da área produtiva do município, são produtoras de cana-de-açúcar e que grande parte do território produtivo do município (64%) é composto por propriedades de extensão igual ou superior a 1.000 ha, ilustrando, portanto, o processo acirrado de constituição de latifúndios, em curso desde a segunda metade do século XIX.

As informações fornecidas neste capítulo, sobre a história da cidade de Ibaté – constituída por entre os ciclos econômicos que dominaram a região e os diversos movimentos migratórios que impulsionaram – e a organização do espaço nos servem, num primeiro momento, para contextualizar o leitor ante o espaço onde esta pesquisa se localiza. Adiante, no último capítulo, diversas das colocações aqui realizadas nos servirão também para refletir sobre as relações estabelecidas entre os migrantes nordestinos e o território da cidade.



CAPÍTULO 2. A partida.

Compreender o atual sentido das migrações, que significa também compreender o papel dos diferentes territórios constituídos por intermédio delas, requer que vejamos o impulso a esse momento da “partida” não apenas como referido essencialmente às transformações na estrutura. Embora autores relacionados à esse perspectiva teórico-metodológica tenham fornecido importantes contribuições para a análise dos movimentos migratórios sob o regime da economia capitalista e, neste contexto, para a compreensão das desigualdades regionais²⁷, concordamos com as autoras Moraes Silva e & Menezes (2007) que num recente artigo publicado na Revista Eletrônica do NEAD, expressam a crítica aos limites dessa interpretação macro-estrutural, “ao não incorporar o significado das migrações para os próprios agentes envolvidos neste processo social” (p. 1). Defendem, portanto, que se analise o fenômeno migratório como um *processo social*, “... enquanto um acontecimento histórico, que atinge os (as) que partem e os (as) que ficam, constituído por elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos, vis-à-vis as organizações sociais de classe, gênero e raça/etnia.” (p.4)

Enquanto *processo social*, que atinge toda uma coletividade, precisamos compreender a desterritorialização ou desenraizamento como um evento que acontece tanto na imobilidade como no movimento (HAESBAERT, 2006), ou, em outras palavras, tanto para os que partem como para os que ficam (MORAES, 2005). WEIL (1996) fala também do desenraizamento na imobilidade, quando o assalariamento é imposto a camponeses desapropriados que, então, “embora geograficamente permanecendo num local, moralmente foram desenraizados, exilados e readmitidos, por tolerância, como carne de trabalho.” (p. 413).

Tendo uma extensão, portanto, bastante ampla no conjunto da sociedade, o processo denominado por alguns de desterritorialização mostra estreita relação com o desenvolvimento da economia capitalista. Haesbaert (2006), mostra como, diversos autores de relevo na construção das Ciências Humanas e Econômicas apontam a desterritorialização: provocada pela renovação incessante de concepções, idéias e valores, bem como do violento processo de expropriação dos camponeses (Marx), como uma transformação na “moderna vida espiritual” (Berman), como um impulso à homogeneização dos espaços, através de “um processo extensivo e intensivo de banalização” (Débord), ou ainda compreendida no bojo do processo de desaparecimento do espírito provinciano (Durkheim).

²⁷ Como DURHAM (1978), SINGER(1976).

De toda forma há a necessidade de ressaltar, no bojo do desenvolvimento econômico, esse intenso processo de violência ligado ao processo de expropriação, por um lado, e, de outro, à imposição de temporalidades, umas sobre as outras. A imposição dos ritmos de trabalho, do “tempo de migrar”, de novas relações de troca para aquisição dos bens necessários à sobrevivência, de novas relações sociais... Enquanto *imposição* se configura como uma necessidade *exterior*, desconhecida pelos atingidos e vivenciada de maneira estranhada, participando, portanto, do processo de desenraizamento.

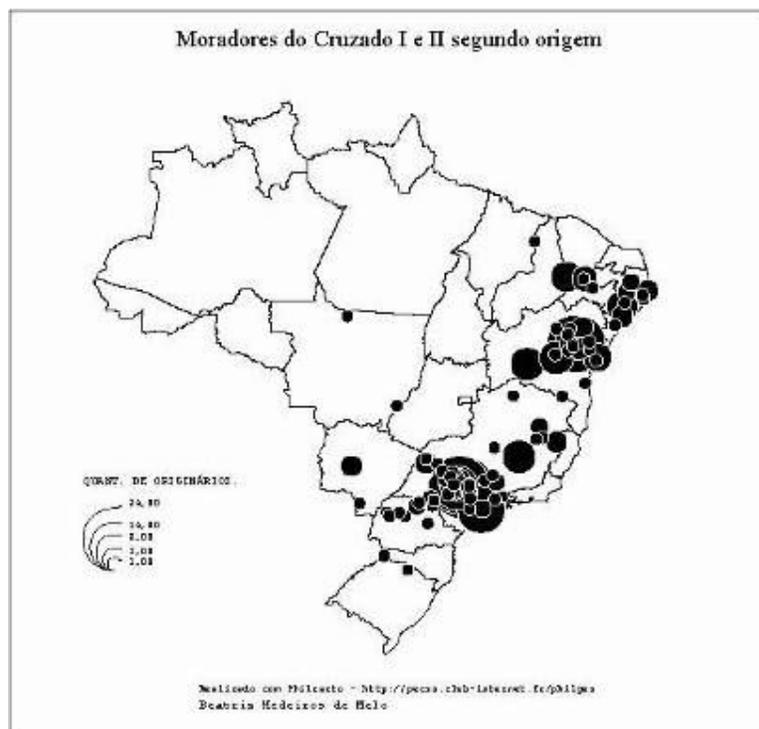
Para os sujeito-objeto desta pesquisa, o processo de desterritorialização que os alcança possui estreita ligação com o processo de modernização da agricultura e expansão dos latifúndios. Este teve seu impulso a partir da década de 1960, ancorado em bases legais instituídas pelo Estado, que implementa um projeto de desenvolvimento a nível nacional protagonizado pelos grandes latifundiários e industriais. Quanto aos expropriados no interior deste processo de expansão de latifúndios e extensão de monoculturas e pastagens, são postos ante a inevitabilidade do jogo do mercado, de uma lógica alheia aquela que conheciam.

2.1 – Quem são os que partem.

Quanto àqueles sobre os quais este trabalho de pesquisa se refere mais diretamente, na tentativa de trazer sua *experiência* para contribuir na construção de uma compreensão mais aprofundada sobre a reprodução social dos atingidos por estes processos de violência e expropriação, trataremos de identificá-los e levantar os fatores e sujeitos envolvidos na decisão da partida.

São eles nascidos na região nordeste do país, nos mais diversos Estados, migrantes sazonais, permanentes ou circulares. Sua presença na cidade espalha-se alongadamente no tempo, tendo desde migrantes vivendo há 35 anos na cidade como outros vivendo há apenas alguns meses, desde que a safra começou. No entanto, fato relevante há ser destacado, a princípio, é a representatividade dos originários desta região do país entre os habitantes do bairro estudado, o Jd. Cruzado, bairro onde, é preciso destacar, encontramos grande parte daqueles que se estabeleceram na região ou que estão residindo nela com toda a família mesmo não tendo constituído com este espaço uma relação de apropriação de fato, haja vista o curto tempo em que aí se encontram e, portanto, uma certa indefinição quanto à decisão de ficar ou retornar.

Figura 3.



Fonte: Dados dos questionários aplicados nos bairros Cruzado I e II, 2006

Vemos que os moradores do bairro são essencialmente paulistas e nordestinos, com destaque para os nascidos no próprio estado de São Paulo. No entanto, a forte presença de paulistas, por si só, ocultaria um outro dado fundamental na análise, fragmentando os sujeitos envolvidos no processo de migração, já que grande parte destes são filhos dos migrantes nordestinos presentes no bairro. Reunindo os laços desfeitos pela questão da *origem* dos moradores do bairro, e tratando migrantes e seus descendentes como partes de um mesmo *processo social*, temos então uma representatividade ainda maior para os sujeitos envolvidos nesse processo. Dos 59% de paulistas encontrados no bairro – 228 dos 385 registrados nos questionários – 41% são descendentes de migrantes nordestinos (filhos, netos e bisnetos) e 10% cônjuges destes descendentes, podendo ser incluídos, portanto, dentre aqueles envolvidos na reprodução social dos migrantes advindos desta região. Portanto, levar em consideração apenas o número de 28% de moradores nascidos no Nordeste ocultaria o fato de que, na verdade, unindo-os a seus descendentes e cônjuges, representam, em verdade, 59% dos moradores do bairro. Martins (2002, p. 26) também fala do problema que há em levar em consideração, nas estatísticas oficiais, apenas os números de migrantes de acordo com a *origem*. O que é, também, um dos motivos, dentre outros, levantados por estudiosos da temática para se questionar a categoria *migrante*. Para Martins, o filho do migrante “não é migrante, mas é uma vítima da migração”²⁸.

Quanto a estes trabalhadores originários da Região Nordeste, há destaque para os nascidos no Estado da Bahia (20% dos moradores do bairro), e, mais especificamente, na micro-região de Feira de Santana, entre os municípios de Pintadas, Conceição do Jacuípe e Ipirá. A presença marcante destes não somente no município, mas também nos municípios vizinhos, é atestada pelos trabalhadores entrevistados.

Principalmente aqui, o que dá muito aqui em Ibaté mesmo, são os baianos. Vem muita gente de Pintadas, de... Vem tudo pra cá. (Entrevista realizada com Manoel, 28/11/2006)

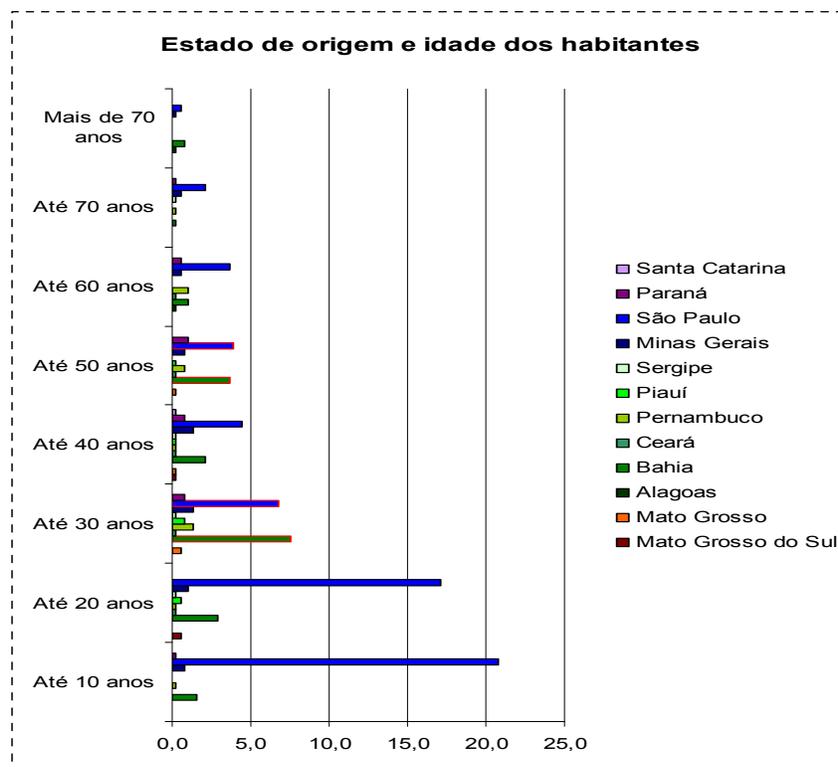
Aqui em Ibaté, em Américo, Araraquara... se você for andar mesmo o que você mais vai ver é o pessoal de Pintadas e Ipirá. Não é todas.

²⁸ De outro modo, Menezes (1992) também faz a crítica à categoria migrante, no entanto sua perspectiva é a negação da categoria a partir da auto-referência do trabalhador que migra: “O migrante não se auto-identifica enquanto tal, mas como trabalhador que, para se reproduzir e à sua família, aciona estratégias seja no seu ‘lugar de origem’ seja no ‘lugar de destino’. Ele não sofre apenas as pressões de ‘expulsão’ e ‘atração’, mas participa ativamente de um processo que não é exatamente o processo migratório, mas sim o de reprodução deste contexto de que faz parte” (p. 121).

Aqui mesmo, nesse lote aí pra baixo... Misericórdia! (Entrevista com Roberto, 12/12/2006)

O gráfico 3 (abaixo), que relaciona idade dos depoentes e Estado Natal, ressalta, ainda, dois dados relevantes em nossa análise. O primeiro é que os baianos em idade produtiva superam os moradores originários do próprio Estado de São Paulo, o que, então, pode confirmar a presença destes como mão-de-obra essencial na cidade. A margem vermelha colocada em destaque na faixa etária de 21 a 30 anos para os Estados de Bahia e São Paulo confirma este dado. De outro modo, vemos também, no gráfico, destaque para os baianos na faixa etária de 41 a 50 anos. Sendo costumeira a migração dos nordestinos quando mais jovens, com idade mais próxima àquela considerada de mais produtividade, podemos inferir destes dados que uma outra fase de grande migração destes baianos para a cidade a década de 70-80. A diminuição do número de moradores baianos na faixa etária de até 20 anos demonstra tanto a redução do fluxo destes para a cidade como também a reprodução de sua família no interior do bairro.

Gráfico 3. Distribuição dos migrantes segundo Estado de origem e faixa etária (%)



Fonte: Dados dos questionários aplicados nos bairros Cruzado I e II, 2006

No entanto, sendo os bairros Cruzado I e II o local onde residem aqueles que, em geral, se estabelecem na região ou permanecem durante um período de tempo com suas famílias, advertimos que este quadro não pode ser tomado como representativo também da origem dos migrantes sazonais. Embora não tenhamos construído um quadro para representação da origem destes últimos, as observações efetuadas a partir do trabalho de campo apontam que um grande número de mineiros fica alojados nas dependências da antiga colônia da Usina da Serra²⁹, e que maranhenses e piauienses são maioria nas pensões e cortiços situados no interior da malha urbana da cidade. Estes últimos, no entanto, estão concentrados na porção Sudoeste da cidade, nos bairros Icaraí e Aparecidinha.

²⁹ Na visita feita ao alojamento da Usina, em 13/09/2006, em companhia do Padre Garcia, da Pastoral dos Migrantes, cerca de 80% dos ali alojados eram do Estado de Minas Gerais e o restante eram do Estado da Bahia.

2.2. – Porque partir.

Os moradores do Cruzado I e II são também advindos das regiões naturais do agreste e sertão, assolados pelas difíceis condições do clima e pelo problema do abastecimento de água. Nas localidades onde não há nenhuma tecnologia para o armazenamento de água, como os açudes ou as cisternas, os camponeses esperam que a chuva chegue no momento devido para irrigar a plantação. Quando isso não acontece e, ao contrário, transcorre-se um longo período de seca, grandes contingentes de migrantes se dirigem para outras regiões agrícolas do país³⁰. Em praticamente todos os depoimentos vemos relatos das difíceis condições de reprodução nestas regiões de agreste e sertão.

Plantava. Às vezes você plantava, colhia bem um ano, outro ano você plantava e não colhia nada, você perdia a roça. E a luta continuava desse jeito, entendeu. Bom, o Norte até hoje é assim. Os lugares que tiveram o privilégio de ganhar uma irrigação ainda melhoraram muito, mas o lugar que nós moramos não tem nem como ter uma irrigação, porque não tem um rio corrente perto, então fica muito difícil! Aí se no tempo certo você planta e não falta chuva, você vai ganhar uma boa safra. Se você planta e falta chuva, você não ganha a safra, você vai perder praticamente o trabalho do ano inteiro. A vida lá é desse jeito. (Entrevista com Roberto, baiano, 12/12/2006).

Eu não quero ir lá tão cedo! Lá é sofrido! Deus que me livre! É seco... É assim: chove bastante de uma vez, e quando seca é para sempre também. Agora mesmo tá seco também. Meu pai falou que tá tudo seco lá, não tem bebida pros bixo, não tem comida... Agora ele tá comprando comida. Água ainda tem, porque é reservatório, aquelas represa grande. Mas a comida acaba, os capim... Ele tá dando ração comprada pro gado. (Entrevista com Ana, baiana, 12/12/2006)

A comparação entre o que fora sua terra e o que é ela hoje, algumas vezes produz constatações positivas. A chegada das cisternas há muitos lugares impede, hoje, que os animais morram de fome e que a família fique sem água necessária para as necessidades domésticas (cozinhar, lavar as roupas e louças, tomar banho). Eliminaram-se as longas caminhadas necessárias para buscar água para estas atividades domésticas indispensáveis, narradas por grande parte dos depoentes. No entanto, como Ana nos lembra, a capacidade de abastecimento das cisternas não permite que essa água seja utilizada também para a irrigação. Assim, sem irrigação, e,

³⁰ CASTRO (1964, p.62) e HAESBAERT (2006, p. 247) falam também de migrações envolvendo questões ecológicas ou de degradação ambiental, como as secas, agravadas pela lógica capitalista de uso do solo.

portanto, sem colheita, não há alimento para os animais e nem mesmo para a família nos períodos de seca.

Tais condições materiais apontam a migração como necessidade quase que inquestionável para a sobrevivência, no entanto alguns hesitam. A lógica de reprodução camponesa, regida pelos princípios imediatos de plantar e colher, e quem sabe comercializar os excedentes, faz a mediação que gera estes temores. “Como sobreviver sem plantar?” E o medo de passar fome é talvez um dos primeiros a despontar quando a migração surge como necessidade para a reprodução da família. “E meu pai nunca saía, tinha medo. ‘Ah, a gente vai sair daqui e vai morrer de fome.’” No entanto é o limite das possibilidades de sobrevivência que convence a muitos. “Eu digo: ‘Se a gente nunca morreu de fome aqui também pelo mundo não vai morrer não.’” (Entrevista com Selene, piauiense, 07/12/2006)

Quando solicitei aos depoentes que me descrevessem o lugar de onde vieram³¹, outra característica foi também repetidamente descrita: a das grandes pastagens de propriedade dos latifundiários da região.

É, tem só pasto. Porque o lucro deles lá é isso aí: vender leite, criar boi pra engordar, vender pro frigorífico... A maioria o lucro é esse aí. (Entrevista com Gilberto, 05/12/2006)

Woortmann (1990, p. 45) bem explica o processo de constituição destas imensas pastagens, através do processo de apropriação das *soltas*, que desde o começo do século vem se processando de forma acelerada em boa parte do Nordeste e também em outros Estados, como Goiás e Minas Gerais, com as largas.

O termo designava originalmente terras de livre acesso para a lavoura e para a criação, ou ainda para a retirada de madeira e lenha. Aos poucos, as soltas foram sendo apropriadas pelos proprietários, palavra que designa os que possuem grandes extensões de terras e cujo significado se opõe ao de dono, termo que se refere àquele que, pelo trabalho, transforma um trecho de soltas em sítio. Aos poucos, soltas passaram a não ser mais terras incultas no interior da propriedade e se tornaram como que individualizadas: ‘soltas de Fulano’, ‘soltas de Beltrano’. Simultaneamente, cresciam as restrições, com severas punições, aos ‘criatório solto’. A isso se acrescenta a transformação, já vista, das relações de arrendamento no interior da propriedade, que vão substituindo a terra de trabalho pela terra de gado. Contraindo-se o

³¹ Essa foi a única fonte de informação sobre o lugar de origem destes migrantes. Em função essencialmente da questão temporal não nos foi possível realizar trabalho de campo nos lugares de origem.

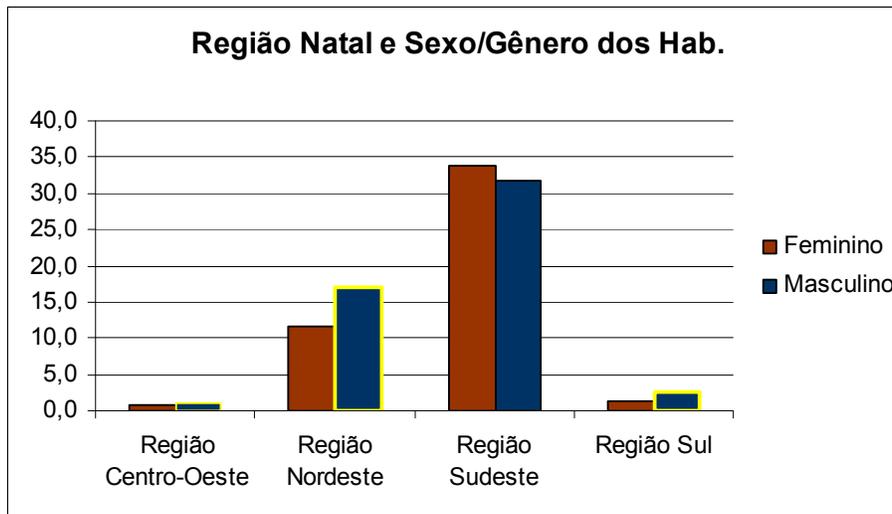
espaço do campesinato e a presença do arame farpado é a marca desse processo.

Ainda segundo o autor, a supressão destes supostos *naturais* da reprodução camponesa foram sendo aos poucos substituídos por supostos sociais, como a migração (p. 46). Algumas vezes a migração sazonal, outras vezes a migração definitiva. Pois que, sabemos bem, *terra de gado* é terra para pouca gente (D'INCAO E MELLO, 1976, p. 51). Essa é também a terra que se utiliza da mão-de-obra de alguns dos camponeses que tiveram seus espaços de reprodução sufocados pelas cercas de arame farpado. Mas de apenas poucos deles.

D'Incao e Mello narra, em outro tempo histórico, a expulsão maciça de pequenos proprietários da região da Alta Sorocaba nas décadas de 1960 e 1970 em função de uma exploração extensiva da terra que se fez também através da pecuária. Nesse contexto, ela afirma, "é fácil avaliar a acentuada desproporção estabelecida entre a oferta e a demanda de mão-de-obra e concluir sobre as conseqüentes condições de miserabilidade impostas ao trabalho rural" (p. 71)

Não havendo mais espaço para a reprodução de toda a família, é necessário que alguns partam para que outros consigam se reproduzir no local. Uns ficam entre cá e lá, entre o lugar de origem e um outro lugar escolhido para trabalhar, de onde enviam parte dos rendimentos aos que ficaram para permitir a reprodução da família. Os que partem são, a princípio, os homens, e aqueles mais jovens, recém-casados ou preparando-se para o casamento. Esta característica masculina da migração sazonal é afirmada por diversos outros estudiosos da questão³². E os dados recolhidos nos bairros Cruzado I e II confirmam este dado.

³² VETORASSI (2006), MORAES SILVA (1999), MENEZES (2002)

Gráfico 4—Gênero dos moradores do bairro Cruzado I e II, por região de origem (%)

Fonte: Dados dos questionários aplicados nos bairros Cruzado I e II, 2006

Embora os bairros estudados não sejam constituídos majoritariamente por migrantes sazonais, mas também por aqueles que trouxeram suas famílias, são, ainda, bairros constituídos em sua maioria por homens (53%). E, ainda, o número de moradores homens perante o número de mulheres é maior em todos os agrupamentos constituídos por originários de outras regiões geográficas do país, sendo o número de mulheres superior ao de homens apenas entre aqueles originários no próprio Estado de São Paulo, confirmando a característica masculina da migração.

Algumas vezes vêm apenas eles, os homens, à São Paulo para o trabalho. Outras vezes, não tendo conseguido, mesmo com os rendimentos do trabalho nos canaviais paulistas, manter as formas de reprodução da família no local de origem, acabam por trazê-las. Ainda em outras vezes, mesmo tendo já se estabelecido na cidade de Ibaté, retornam a seus lugares de origem para “buscar” as esposas. Joana e Inês são exemplos de mulheres que foram “buscadas” por seus namorados. Ambos eram trabalhadores sazonais quando da época do casamento, e acabaram fixando-se na cidade com sua família.

... Então depois daquela lição de moral, depois daquela decepção, eu pus na cabeça que homem devia ter uma família. Eu passei a conhecer que a pessoa não pode viver sozinha no mundo, precisa ter uma família. Aí foi onde que eu achei razão pra me preparar pra casar. Aí já tinha a candidata escolhida... Então eu falei: “Vai ser ela mesmo. (Entrevista com Roberto, baiano, 12/12/2006)

B.: E a senhora não ficou com medo de vir não? Quando a senhora ficou sabendo que ia casar e ia ter que vir com ele pra cá a senhora não ficou...

J.: Não. Eu não fiquei com medo porque eu fiquei segura nele, não é?

B.: E a senhora nunca tinha pensado em vir pra São Paulo?

J.: Não, porque eu não tinha parente nenhum aqui. O que é que eu ia fazer aqui?! Eu não tinha ninguém aqui. Só ele que casou comigo e eu conhecia, não é? [risos] Então... "Agora ele é meu marido, eu tenho que acompanhar ele." Mas eu, antes, não pensava. (Entrevista com Joana, esposa de Roberto, 12/12/2006).

Porque nós vim pra São Paulo? Porque sempre ele trabalhava. Vinha, tirava safra na Usina – ele trabalhou na Zanin, na Usina da Serra – e voltava. Aí ele me trouxe. (...) Nós casemo, e, na verdade, a nossa lua de mel, como fala - porque lua de mel é coisa de rico - foi nós vim praqui. Eu casei lá dia dezessete, dia dezenove nós viajemo praqui. Ele ficou lá seis meses, casemo, aí nós viemo praqui. Aqui mesmo pra Ibaté. (Entrevista com Inês, esposa de Rudnei, assassinado há 4 meses quando a entrevista foi realizada: 09/12/2006).

A migração do homem sozinho, muitas vezes, está ligada à questão da honra, quando ele migra porque se reduziu o espaço pertinente a ele, o roçado ou o pasto, e também para que a mulher não trabalhe (Woortmann, 1990). Assim, vemos a categoria de gênero entrecruzar-se com a de classe na determinação do impulso à migração. De outro lado, o retorno para buscar "a noiva", demonstra que a emigração de homens, muitas vezes resulta numa retirada de mulheres, embora isso nem sempre ocorra. E mostra também que "a emigração não constrói necessariamente uma distância social" (p. 50), e que, portanto, a prática do casamento entre os de "perto" pode ser uma das expressões da manutenção da relação entre dois espaços distantes, mas ainda interligados pela manutenção das relações de parentesco e laços afins.

Os dados recolhidos no questionário confirmam a sobrevivência do casamento entre "os de perto". Das 31 famílias nucleares registradas em que há ao menos um integrante nascido na região Nordeste, 16 delas foram constituídas através do casamento entre "conterrâneos", os "de perto". Algumas vezes estes casamentos acontecem com o processo da "busca" da noiva, e em outras há o encontro dos conterrâneos na própria cidade de Ibaté. Nem sempre há um reconhecimento que antecede o encontro nessa cidade de destino, mas o encontro de identidades, valores, histórias de vida e, portanto, de códigos de representação, facilita a aproximação. Foi o que aconteceu com Selene:

B.: E onde é que você conheceu seu marido?

S.: Aqui.

B.: E ele é da mesma cidade que você?

S.: Ele é.

B.: Onde você conheceu ele?

S.: Aqui na cidade, numa festa que eu fui. Aí ele perguntou de onde eu era, a gente começou a conversar...

(Selene, piauiense, 07/12/2006)

Às razões aqui levantadas que impulsionam a migração – como os problemas ecológicos e ambientais, a extensão das pastagens e, em decorrência, a necessidade de manter o roçado, ou simplesmente a reprodução da família na região de origem, ou ainda, para as mulheres, de acompanhar o esposo – temos ainda que ressaltar o importante papel das redes na sustentação do vínculo entre estes espaços geograficamente longínquos e mesmo no próprio impulso à partida.

2.3 – O papel das redes sociais no processo de partida/chegada.

A construção de redes sociais entre os que partem e os que ficam é essencial para a sustentação do processo de migração. Aqueles que primeiro partem, sejam eles parentes, vizinhos, amigos, conhecidos da região de origem, tornam-se o elo entre os diferentes territórios e o ponto de referência daqueles que decidem migrar em seguida. Durham (1976) afirma que o risco envolvido na migração de longa distância muitas vezes impõe um *fracionamento provisório* da unidade familiar, um deslocamento parcelado por parte das famílias de migrantes. Primeiro se desloca um dos membros da família, e quando este consegue instalar-se de maneira satisfatória no lugar de destino, volta à cidade e vai trazendo, progressivamente, outros membros da família. É o que nos relata Adalto, que demonstra a compreensão da extensão da importância das redes sociais para todo o universo dos migrantes. Antonietta, com a mesma compreensão, reafirma a tese de Adalto:

Primeiro veio um irmão mais velho. Porque era assim, os mais velhos iam trazendo aqueles mais novos, ia completando a idade e ia trazendo os mais novos. Então eu tenho um irmão mais velho, o Raimundo, que mora lá em Motuca. E aí ele nos trouxe pra cá. Arrumou serviço lá na Usina e trouxe a gente. (Entrevista com Adalto, 09/12/2006).

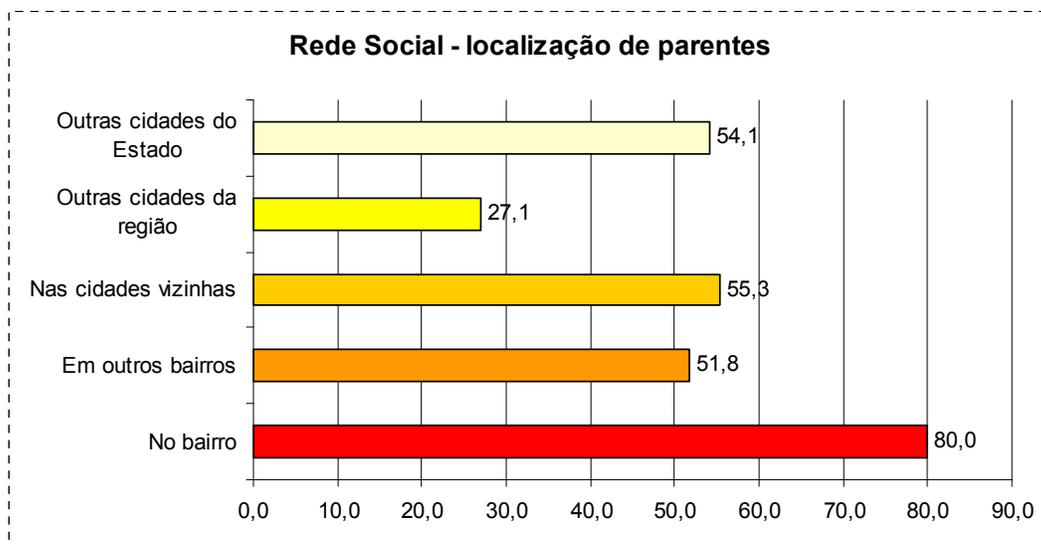
Então vim pra cá, consegui trazer minhas duas irmãs... Depois que tinha dez meses que eu tava aqui eu busquei minhas duas irmãs... Hoje inclusive elas são tudo casadas, são mãe também... E aí vieram pra cá e nós formamos nossa vida. Eu sou a mais velha. Veio a terceira e a quinta irmã. (Entrevista com Antonietta, 07/12/2006).

Algumas vezes também a vinda de outros membros da família ocorre de uma forma mais ocasional como, por exemplo, a partir de uma visita feita a algum parente. A história de Silvio é um exemplo de trajetória bastante marcada por eventuais estadias que se tornaram permanentes. Num primeiro momento, morava em Pernambuco, veio à São Paulo e tendo achado “gostoso aqui” decidi ficar. Fica então seis meses hospedado na casa do primo e, em seguida, vai *queimar lata*, ou seja, procurar seu próprio caminho, morar sozinho. Num segundo momento, decide ajudar a irmã, que morava em São Carlos, a cuidar do marido, que havia sofrido um grave acidente, e dos filhos, e não querendo “ficar à toa” procura emprego, encontra e então decide ficar na cidade. Observamos aí que o papel dos vínculos consangüíneos na ausência do marido é de fundamental importância, e que a distância não desfaz o sentimento de responsabilidade de uns membros sobre os outros, nesse caso do irmão

sobre a irmã que passa por uma situação difícil. E que, portanto, há um elo entre territórios longínquos, sustentado pelas relações de confiança, reciprocidade, e pelo contato possível entre os indivíduos.

A importância das redes é revelada por um dado que salta aos olhos no gráfico abaixo:

Gráfico 5 – Localização de parentes dos moradores segundo região de origem (%)



Fonte: Dados dos questionários aplicados nos bairros Cruzado I e II, 2006.

Cerca de 80% dos migrantes nordestinos possuem parentes no próprio bairro onde residem, o que atesta a importância das redes sociais no estabelecimento destes migrantes. Outro dado que revela a importância destas redes é o fato de 52% das residências onde residem migrantes nordestinos serem formadas de famílias extensas, abrigando de duas a quatro gerações, sendo que em 63% há um núcleo familiar em seu interior, enquanto que 37% destas são formadas por vínculos consanguíneos ou apenas de afinidades. Há ainda 40% das residências constituídas apenas por famílias nucleares e 8% delas onde reside apenas uma pessoa, viúva ou solteira.

A constituição destas redes é de fundamental importância tanto para a migração definitiva, ou para os migrantes que se estabelecem ou desejam se estabelecer nas cidades de destino, como para a migração sazonal, ou para os migrantes que circulam entre cá e lá. Para os primeiros, como afirmamos, os deslocamentos parcelados garantem maior segurança no estabelecimento posterior do grupo familiar. Para os segundos, embora não haja o desejo de um estabelecimento permanente nos locais de destino, as redes sociais são também indispensáveis, e

apresentam uma força ainda maior do que para os primeiros, sendo figura-chave nesse processo a ambígua figura do arregimentador. Moraes Silva (1999) destaca que o “gato” na maioria das vezes é um migrante com mais experiência, que, ao mesmo tempo em que está fortemente incluído no interior de sua rede social de origem, possui relações privilegiadas com os patrões no local onde estes virão a se empregar. Ao mesmo tempo em que seu ganho tem origem na super-exploração destes trabalhadores, goza de muita confiança entre os trabalhadores migrantes.

Esta rede de trabalhadores arregimentada pelo “gato”, ao mesmo tempo em que representa o meio através do qual diversos mecanismos de exploração/dominação passarão a agir são responsáveis também pela manutenção de um sentimento de segurança em meio à adversidade.

D.: Ah, lá tinha o meu primo que já fazia tempo que ele trabalhava lá, ele levava a turma pra lá, só que ele ficava só olhando a turma. Aí ele ajeitou pra mim, eu ainda era de menor.

B.: E quando você entrou no ônibus pra Santa Bárbara a primeira vez você lembra o que você sentiu, o que você pensou? Ou não? [silêncio] Sair de casa, ir pra um lugar estranho...

D.: Ah, foi estranho, porque era a primeira vez. Mas aí eu tava junto com meu tio, tinha bastante gente conhecida, tinha mais primo... Tudo no mesmo ônibus. A maioria do pessoal era tudo de lá. Os que não eram de lá eram de cidade próxima. (Entrevista com Gilberto, 05/12/2006)

A constituição de redes sociais se insere, portanto, nesta complexa teia de relações, em que, ao mesmo tempo em que são vistas pelos trabalhadores como um dos instrumentos que possibilitam a migração em bases mais seguras – sendo esta então uma estratégia de reprodução da unidade familiar para aqueles que sofrem o processo de desterritorialização – são também tomadas pelos agentes do capital como o meio mais eficaz para suprir a necessidade de mão-de-obra barata, apropriando-se e dando nova funcionalidade às relações de confiança e reciprocidade geradas à partir da comunidade local.



CAPÍTULO 3.
A Trajetória: Percursos de Resistência.

A etapa da análise que iniciamos agora – a análise das trajetórias – constitui momento essencial desta investigação, na medida em que nos fornecerá matéria para compreensão da configuração e dinâmica dos territórios dos migrantes tomados como sujeitos desta pesquisa, constituídos entre as idas e vindas pelo território nacional. Para construção desta análise reunimos presente e passado (através do processo de rememoração), narrativa e imagem (*portraits* de entrevistas ilustrados com fotografias e figuras cartográficas). Na abertura deste capítulo advertimos o leitor, brevemente, sobre a metodologia utilizada, em seguida (tópico 3.1) introduziremos os referenciais teóricos que fundamentam a análise das trajetórias. Apresentaremos estas últimas ao leitor no tópico 3.2.

A perspectiva teórica e metodológica do estudo das trajetórias possui uma fundamentação reconhecida e bastante útil para a compreensão do indivíduo a partir da inserção em seus quadros sociais. Esta discussão será melhor empreendida adiante. Mas antes dela advertimos o leitor ser esta uma perspectiva de análise em desenvolvimento no interior do Grupo de Pesquisa “Terra, Trabalho, Memória e Migração”, marcado pela opção teórico-metodológica da História Oral e pela perspectiva analítica que relaciona micro e macro estrutura, indivíduo e sociedade, texto e contexto.

Nesse sentido, é importante destacar diversos esforços de investigação semelhantes já produzidos no interior do grupo e que contribuíram na construção, direta ou indiretamente, também desta que aqui se apresenta. Alguns deles se caracterizaram (ou estão se caracterizando, haja vista estarem ainda em construção) em tentativas semelhantes de cartografar o movimento migratório dos depoentes. Tais tentativas estão assentadas, sobretudo, na compreensão da mensagem forte transmitida pela imagem, mesmo de seu valor pedagógico e das possibilidades analíticas suplementares que a construção destes “esquemas” pode nos fornecer. Constituíram-se em figuras de representação do movimento, no sentido de possibilitar uma representação espacial, temporal e algumas vezes sociológica do movimento migratório. GODOI (2007) se utilizou de uma figura cartográfica para ilustrar o movimento migratório de cada um de seus depoentes, 14 ex-metalúrgicos que migraram para as cidades de São Paulo e ABC Paulista entre as décadas de 1954 e 1964³³. Buscava compreender o processo de migração campo/cidade e de

³³ Referência importante conhecida a partir do trabalho de Stela GODOI foi o trabalho de PACHECO (2005), que embora não trabalhe com mapas ou figuras, tal como nós parte da análise de trajetórias

adaptação/resistência vivenciados por eles neste percurso. Claudirene Bandini, em tese de doutoramento em construção, sob o título "Costurando certo por linhas tortas: um estudo das práticas femininas no interior das convenções sociais", têm se utilizado da construção dos mesmos mapas para compreender as trajetórias de mulheres líderes religiosas e as relações de poder que por elas são vivenciadas (classe, gênero, etnia). É também um trabalho que busca compreender as relações contraditórias de reprodução/resistência vividas pelos sujeitos/objetos de sua pesquisa

Além destes esforços de representação do movimento construídas pelo pesquisador a partir das narrativas, temos realizado também outras experiências metodológicas no sentido de construção de um ambiente propício em que o próprio sujeito se envolva em um processo de construção da materialidade de sua memória, de representação de suas lembranças do passado. Estas experiências têm se mostrado férteis para o processo de rememoração e, ao mesmo tempo, dando origem a objetos que se constituem no próprio registro da memória viva, sua materialização, tornando-se, muitas vezes, importante fonte de reconstrução ou fortalecimento da identidade para seu artesão e peças-chave para as análises do pesquisador, atento ao processo de significação em construção. Ademais, são caracterizadas, também, pela compreensão da íntima e indissolúvel relação entre a memória e o mundo material que a cerca (tudo aquilo que está no espaço ao qual ela remete) elucidada, sobretudo, por HALBWACHS (2006, p. 157-189) e percebida nos conceitos de "muleta de memória", cunhado por SIMSON (1998) e "lugares de memória", por NORA (1993).

Nesse sentido VETORASSI (2006) e ANDRIOLLI (2005) solicitaram a seus depoentes que construíssem ilustrações que denominaram "mapas afetivos", sugerindo a temática e o material para a composição (lápiz de cor e folha sulfite branca). No primeiro caso, a pesquisadora solicitou que "desenhassem a cidade", já que buscava compreender a relação entre nativos e trabalhadores rurais migrantes na cidade de Guariba-SP. No segundo caso, Carmem Andriolli solicitou a seus depoentes que desenhassem lugares vividos e percorridos no interior da Fazenda Jatay, enquanto buscava refazer a história do lugar³⁴.

Os trabalhos com os "mapas afetivos" foram antecedidos por uma experiência semelhante realizada durante a pesquisa "Gênero e Exclusão Social", sob coordenação da Prof^a. Maria Aparecida Moraes Silva. Solicitamos que crianças, filhos de trabalhadores rurais da cidade de Rincão - SP, nos desenhassem suas famílias.

individuais. Neste caso, tratam-se de trajetórias de aposentados, homens e mulheres, a partir das quais ergueu reflexões sobre velhice e subjetividade.

³⁴ COVEZZI (2000) também trabalhou com a metodologia dos "mapas afetivos".

Buscávamos compreender o papel das relações de gênero e parentesco na reprodução destes trabalhadores³⁵. A análise de tais ilustrações, embora esteja recebendo um teor inédito no interior das Ciências Sociais, possuem lastro em análises realizadas através de trabalhos amplamente conhecidos nas áreas de psicologia, psiquiatria e terapia ocupacional, como os trabalhos de Carl Gustav Jung e Nise da Silveira (2001), que acreditavam que os desenhos e pinturas de seus pacientes representavam a totalidade de um self compartilhado e que a análise destas imagens poderia contribuir para a compreensão dos mistérios de seu inconsciente.

Ainda outra experiência realizada no sentido de construção da materialidade da memória foi a "oficina de argila", realizada no interior de pesquisa desenvolvida no assentamento Horto Guarani, na cidade de Araraquara-SP – sob coordenação de Maria Aparecida de Moraes Silva. Foi também experiência fecunda de reconstrução da identidade e resignificação do passado, quando assentados puderam repetir uma atividade que outrora fora costume comum (fonte de renda e construção lúdica), mas que, em virtude do próprio contexto sócio-espacial, caíra em desuso: o trabalho com a argila³⁶.

É este contexto, portanto, de imaginação investigativa que está inserido o trabalho aqui apresentado. Sua particularidade, entretanto, está no fato de estar sendo desenvolvido em outro campo específico do conhecimento das Ciências Sociais, a Geografia, o domínio *per se* da materialidade da existência humana, da materialidade constantemente reconstruída e resignificada pelas relações sociais. Neste universo, no interior do PPG em Geografia de Presidente Prudente, pudemos entrar em contato com preocupações metodológicas semelhantes, que vieram de encontro com as experiências desenvolvidas por nosso grupo de pesquisa. Trata-se de trabalhos preocupados em discutir metodologias qualitativas e colocar em questão os princípios e usos da Cartografia Temática³⁷. Buscamos, então, a partir do contato com tais estudos, trazer contribuições do olhar geográfico, seus métodos e suas teorias, para o

³⁵ No artigo MORAES SILVA et al (2007) pode-se encontrar a discussão sobre a experiência metodológica e seus resultados.

³⁶ O registro da atividade e de seus resultados pode ser encontrado em MORAES SILVA (2005b).

³⁷ Tal como a tese de doutoramento (em construção) de Eduardo Paulon Girardi, sob o título "Atlas da questão agrária brasileira" e orientação do Profº Bernardo Maçano Fernandes, e a dissertação de mestrado, também em construção, de Oséias da Silva Martinuci, sob o título "Padrões espaciais da pobreza urbana e a exclusão social no interior paulista" e coordenação do Profº Raul Borges Guimarães. Em ambos os grupos de pesquisa aos quais estes pesquisadores estão inseridos (NERA e CEMESPP, respectivamente) têm se desenvolvido importantes discussões metodológicas sobre a cartografia, em parceria com instituições brasileiras e francesas. Para o trabalho que aqui apresentamos, contamos com a importante contribuição do Profº Raul Borges Guimarães na sugestão de referências bibliográficas sobre a Cartografia Temática.

aperfeiçoamento da cartografia do movimento migratório, um dos instrumentos para a compreensão da trajetória e do território.

Coerentes com a proposta de alimentar a imaginação investigativa, nos lembramos de algumas colocações de MILLS (1980, p. 227). Ele nos adverte que é esta imaginação que nos distingue do simples técnico, e que ela pode ser cultivada com o acúmulo de experiência, com a observação, com a rotina de trabalho. Dizemos isso para afirmar que o ponto de partida mais coerente das investidas metodológicas não devem ser as técnicas em si. Estas são tão somente os instrumentos, que devem servir ao objeto de estudo, a fim de fazê-lo expressar-se e colocar-se à nossa contemplação. E é dessa forma que temos nos relacionado com o conhecimento da Cartografia. Ele, a princípio, nos surge como uma necessidade imposta pelo próprio processo investigativo, e, agora, buscamos nos apropriar do conhecimento da técnica e coloca-la à disposição de nossa pesquisa.

Acompanhando a descrição das trajetórias dos principais depoentes dessa pesquisa o leitor encontrará figuras cartográficas representando o trajeto percorrido. Assemelham-se ao mais antigo tipo de mapa, os mapas de itinerário, utilizados, sobretudo, para a navegação e para apontar caminhos percorridos por bandeirantes e “descobridores”³⁸.

No entanto, da forma como foi elaborado aqui, e, segundo a definição de alguns autores clássicos da Cartografia Geográfica, não deve ser chamado de *mapa* no *strictu sensu*. Tanto para JOLY (1990) como para RAISZ (1969) o tipo de cartografia que realizamos aqui – intuitivamente nos primeiros esboços – se aproxima da noção de *cartograma*³⁹. Trata-se de uma tipologia de cartografia que definiu a Cartografia Especial ou Temática (este último termo sendo aquele que popularizou tal tipologia), uma cartografia *esquemática*, nos termos de RAISZ, na qual “os contornos uniformes do terreno ou as locações exatas dos outros detalhes são alterados” (p. 263), uma vez que o foco central do trabalho é a busca da representação mais adequada das relações espaciais.

Joly, em seu livro “A Cartografia”, depois de expor algumas formas de classificação dos mapas temáticos, defende que a mais significativa delas seja aquela

³⁸ A representação mais comum neste caso “consiste em simbolizar o movimento por vetores traçados sobre a rota percorrida. Os vetores assumem a forma de flechas ou de faixas contínuas ou tracejadas, qualificadas por figurações ou cores e quantificadas por larguras proporcionais” (JOLY, p. 1990, p. 93)

³⁹ Para o primeiro autor pode ser definido como “representação descontínua de um fenômeno geográfico quantitativo por representações proporcionais localizadas” (p. 32) e, para o segundo, “qualquer mapa altamente abstrato, mapa simplificado, com a finalidade de demonstrar uma única idéia, no processo esquemático” (p. 263).

que efetua a diferenciação entre os mapas analíticos (ou mapas de referência) e os mapas sintéticos (ou mapas de correlação). Estes que elaboramos remetem àqueles primeiros, “que representam a extensão e a repartição de um fenômeno dado, de um grupo de fenômenos aparentados ou de um aspecto particular de um fenômeno, sem outro objetivo além de indicar sua localização” (p. 77)

Observamos não ser característico dos mapas temáticos a idéia de precisão. Portanto, na construção de nossos mapas não se considerou o sistema de referências e da projeção cartográfica, priorizando a localização pontual, as distâncias e trajetórias percorridas (como temática central), com a indicação, num primeiro plano, da direção tomada e da indicação numérica de cada ponto da trajetória. Os autores reclamados acima sustentam tal ausência de precisão para os mapas temáticos. JOLY (1990), ao tratar dos fenômenos localizáveis nos mapas aponta que aqueles sócio-econômicos podem dispensar o delineamento do relevo e também que a precisão das localizações diminui, de maneira que as medidas são cada vez mais aproximativas, senão mesmo ilusórias. Enfatiza, no entanto, a necessidade de tomar em conta os limites administrativos (p. 85). Mas mesmo tal advertência é hoje repensada por escolas cartográficas que chegam a dispensar a adaptação dos eventos cartografados aos limites administrativos, na tentativa de construção de uma cartografia essencialmente modelar e teórica, que dê conta da forma particular que os fenômenos tomam nos mais diferentes territórios e, ao mesmo tempo, seja passível de comparação e, portanto, generalização fácil (THÉRY, 2004). Tratando especificamente dos mapas de migração, RAISZ (1969) aponta também o caráter de representação tão somente aproximada que contêm, ao relatar que nestes a rota exata da migração nem sempre é seguida (p. 269).

Na construção de nossos mapas, apresentados segundo as tipologias de migração diferenciadas no processo de investigação (de permanência, de circularidade, sazonal) estivemos atentos às qualidades necessárias para construção de um bom mapa, largamente apontadas pelos teóricos da Cartografia. Qual sejam: a expressividade, a legibilidade e a eficácia na transmissão da informação⁴⁰. Partimos, ainda, da diferenciação realizada por BERTIN (1988, p. 47-48) entre os “mapas para ver” de “mapas para ler”⁴¹.

⁴⁰ JOLY (1990: 117-123), ARCHELA (1999).

⁴¹ Neste texto o autor defende que qualquer leitor tem o direito de fazer pelo menos dois tipo de pergunta diante de uma carta: 1. em tal lugar, o que há? 2. tal caráter, qual a sua geografia? A carta que responde apenas a uma destas perguntas caracteriza um mapa para ler.

Com vistas a tais preocupações metodológicas iniciamos o trabalho. Utilizando da base cartográfica do IBGE localizamos as cidades apontadas por nossos depoentes, realizamos ali uma implantação pontual⁴², traçamos a rota entre uma e outra cidade e realizamos, no trajeto, uma implantação linear⁴³. Para que o leitor possa se guiar na leitura do trajeto, enumeramos cada uma de suas etapas. Utilizamos de sinais convencionais⁴⁴ (●, ■, ◆) para a marcação da localização das cidades e inserimos, em cada ponto da trajetória, pictogramas (símbolos figurativos facilmente reconhecíveis) remetendo ao trabalho executado em cada ponto da trajetória e à localização ante o grupo familiar de convivência. A questão temporal foi resolvida indicando, com inscrições, o tempo de permanência em cada um destes pontos.

Advertimos o leitor que a informação essencial a ser transmitida nesta figura cartográfica é aquela que remete, sobretudo, à intensidade dos fluxos, ou, em outras palavras, à quantidade de vezes em que há mobilidade pelo território. Esta é a "informação para ler", segundo a definição de Bertin, que o mapa transmite, aquela transmitida de maneira instantânea e que carrega em si o poder de, na leitura do conjunto dos mapas, apontar o que é essencial neles. As reações de alguns pesquisadores ao acessar um primeiro esboço destes mapas, apresentado em um evento científico (MELO & MORAES SILVA, p. 2007), confirmam esta observação. Ao acompanhar a exposição espantaram-se com a intensidade dos fluxos nos mapas de trajetórias circulares, observação possível através da visualização do conjunto das figuras.

No entanto, além desta "informação para ver", oferecemos ao leitor mais curioso, aquele que se dispõe a "ler" o mapa, outras informações através dos pictogramas já aqui indicados. Eles respondem a questões essenciais das trajetórias, a alguns princípios assumidos por nós no tratamento da questão. Quais sejam, o de que trabalho e família constituem questões essenciais a serem observadas no tratamento das trajetórias individuais. Assim, indicamos, a cada etapa destas, o trabalho executado e o tipo de agrupamento familiar ao qual cada entrevistado esteve ligado. Procurando, ainda, resolver a relação tempo/espaco, indicamos o tempo de permanência de cada depoente em cada ponto da trajetória. Mas, para aqueles que se contentarem com a visualização do fluxo, a "informação para ver" do mapa, o texto em

⁴² Quando a superfície ocupada é insignificante, mas localizável com precisão, JOLY, 1990 p. 14.

⁴³ Quando sua largura é desprezível em relação ao seu comprimento, o qual, apesar de tudo, pode ser traçado com exatidão. (p. 14)

⁴⁴ Esquema centrado em posição real, que permitem identificar um objeto cuja superfície, na escola, é demasiado pequena para que possa ser tratados em projeção. (p. 14)

seguida dá conta de responder àquelas perguntas essenciais, que qualificam os trajetos.

Exploramos, ainda, a possibilidade de comparação aberta pelas “cartas para ver” (BERTIN, 1988, p. 48), reunindo, num mapa de conjunto, as trajetórias individuais segundo as diferentes categorias que representam. Estes eventos individuais, em conjunto, nos auxiliam a alcançar certa generalidade na reflexão sobre as trajetórias migracionais e a compreender o que elas representam ou dizem sobre as condições de vida da população em questão e, quem sabe, sobre novas tendências de mobilidade. A princípio, a generalização buscada aqui se restringe ao objeto tomado para estudo, mas, posteriormente, pode contribuir para a compreensão do fenômeno migratório em outros espaço/tempos.

Esperamos, com a construção destes mapas, sobretudo, ter nos apropriado das possibilidades de assimilação rápida oferecidas por estas imagens e que elas contribuam para a compreensão da questão proposta.

3.1. Sobre memória, trajetórias e quadros sociais.

Depois de termos tratado (no capítulo anterior), do momento que funda o processo migratório, aquele chamado de desterritorialização e desenraizamento, passaremos ao momento da análise da trajetória transcorrida pelos sujeitos dessa pesquisa. Por trajetória social, ao modo de BATTAGLIOLA (1991), “entendemos o encadeamento temporal das posições sucessivamente ocupadas pelos indivíduos nos diferentes campos do espaço social” (p. 3). Em oposição à trajetória individual, esta outra procura cindir espaço doméstico e espaço produtivo ou profissional numa mesma análise. O que quer dizer, que uma análise da trajetória a partir de um indivíduo deve sempre levar em consideração a trajetória familiar, posto que é, inevitavelmente, produto também da dinâmica das relações de força que frequentemente recompõe o grupo familiar e reorganizam ações e disposições individuais.

Para BATTAGLIOLA, “os indivíduos, a cada momento de sua existência, ocupam simultaneamente várias posições, resultantes notadamente de seus lugares nos campos profissional e familiar”. Assim, um trabalhador de determinada Usina é também provedor de determinada família, pai de algumas crianças (no caso dos trabalhadores rurais trata-se, em geral, de um grande número de crianças), também filho... Possui obrigações e produz expectativas em relação a cada um destes indivíduos aos quais está ligado por relações de parentesco, consangüinidade, ou outras formas de aquisição de compromissos de reciprocidade e obrigações.

As disposições são, então, relacionais, e esse princípio é ressaltado também no uso que Bourdieu (1996) faz desta definição. Para este autor, as disposições, ou posições sociais referem-se “às escolhas que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática” (p. 18). Mas adverte para que não tomemos como característica intrínseca de um grupo decisões tomadas em por uma oferta de bens e práticas possíveis num determinado momento, específico, particular. É assim que se exige um olhar investigativo sempre atento às possibilidades dispostas em cada contexto em que os grupos se inserem. E a análise das trajetórias corrobora, então, com tal projeto.

Trata-se de uma escolha teórico-metodológica que, conforme sugerimos em outro momento, procura fugir a uma concepção estruturalista, que reduz os agentes ao papel de suporte. Sem, no entanto, percorrer o caminho de uma análise puramente subjetivista, que tende a uma filosofia do sujeito e da consciência.

Debruçar-se sobre as posições sucessivamente ocupadas pelos sujeitos cada qual de um modo particular pode, para alguns, assemelhar-se a uma crença na elasticidade das possibilidades de mobilidade social. Não se trata disso. Para Bourdieu (1996), as escolhas, ou tomadas de posição, que os agentes vão tomando, fazem configurar uma unidade de estilo que vincula as práticas e os bens destes em uma classe de agentes. Tais disposições são também denominadas *habitus*, considerado princípio gerador de práticas distintas e distintivas (p. 18-22).

Observamos, assim, que ao esforço de Battagliola de compreender uma trajetória singular a partir da trajetória de todo o grupo familiar, a leitura de Bourdieu acrescenta um outro importante princípio. Para ele, no espaço social os agentes ou grupos sociais são hierarquizados segundo dois princípios de diferenciação: o capital econômico e o capital cultural. Ao trazer a importância de se tomar o espaço da atividade produtiva (do trabalho) como objeto de análise da trajetória, Battagliola fazia referência a este *capital econômico*. No entanto, a noção de *capital cultural* ultrapassa o grupo familiar, outro espaço no qual a autora reclamava atenção investigativa. No interior de determinado grupo, localizado num espaço geográfico particular, inserido em relações familiares a cada um deles, são produzidas respostas de ação práticas que são também incorporadas transformando-se em cultura. E devem ser levadas em consideração no momento da compreensão das tomadas de posição.

Embora Bourdieu não trate especificamente da definição de trajetória social, a literatura por ele produzida nos dá suporte para compreendê-la levando em consideração os quadros sociais nos quais cada indivíduo se situa e é situado em seu transcorrer. Porque “a pessoa não existe fora de seus quadros sociais” (ELIAS, 1991) e a essa perspectiva propriamente sociológica torna-se horizonte de toda essa pesquisa⁴⁵.

Embebidos desta clareza conceitual é que partimos para a coleta de narrativas dos sujeitos da pesquisa sobre sua trajetória, para, a partir dela analisar as escolhas efetuadas no percurso e compreender as relações criadas e recriadas com o espaço, os indivíduos e os grupos com os quais se relaciona em cada momento.

Nossa opção por uma análise que parte da narrativa das histórias de vida vêm ancorada numa concepção de memória que mantém no horizonte a mesma clareza na força dos “quadros sociais”. Halbwachs, diferenciando-se de uma filosofia da intuição que compreende a memória como uma força espiritual a que se opõe a substância

⁴⁵ Da análise dos “quadros sociais” também parte Dubar (1998) para a análise do processo identitário, baseado nas reflexões no conceito de “quadros sociais de identificação” de Kaufman.

material (seu limite e obstáculo), preocupa-se com o tratamento da memória como fenômeno social. Porque, afinal, considera que o “o caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é excepcional” e que é a vida atual do sujeito possui um caráter ativo no desencadeamento do curso da memória. Para ele, portanto, memória não é sonho, é trabalho. E o passado não ressurge no presente por um processo espontâneo, mas está sempre atrelado a acontecimentos e eventos presentes. (BOSI, 1994, p. 54-55)

Ainda, ao utilizarmos da memória para trazer ao presente a lembrança de posições sociais ocupadas no passado, é necessário atentarmos a que “todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais”, conforme nos lembra Halbwachs em seu livro “A memória coletiva” (2006). É grande o auxílio que este autor presta no desenvolvimento desta pesquisa através do capítulo “Memória coletiva e o espaço”, preocupados que estamos com a relação que este grupo de trabalhadores migrantes estabelece com os espaços vividos e transcorridos. O autor inicia o capítulo retomando uma idéia de Augusto Comte que logo nos faz refletir sobre as conseqüências que constantes redirecionamentos na trajetória podem causar aos indivíduos, procurando mostrar-nos a força do ambiente material nas disposições, sociais e internas aos sujeitos históricos.

Augusto Comte observou que o equilíbrio mental resulta em boa parte e antes de mais anda, do fato de que os objetos materiais com os quais estamos em contato diário não mudam ou mudam pouco e nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade. (...). Até fora dos casos patológicos, quando algum acontecimento também obriga a que nos transportemos a um novo ambiente material, antes que a ele tenhamos nos adaptado, atravessamos um período de incerteza, como se houvésemos deixado para trás toda a nossa personalidade: tanto é verdade, que as imagens habituais do mundo exterior são parte indissociáveis de nosso eu. (p. 157).

A força que a memória material (e também espacial) possui sobre a memória coletiva e a memória individual é atestada pelo autor em exemplos os mais diversos e ricos. E como não há memória que não aconteça num contexto espacial é para ele que devemos voltar nossa atenção para que essa ou aquela categoria de lembrança reapareça (p. 170).

E foi assim que, durante a realização de entrevistas, buscamos alimentar a memória destes trabalhadores migrantes. Solicitamos que buscassem recordar sua trajetória desde a cidade de origem até a cidade onde hoje residem através da memória dos lugares, da memória da casa e de seus arredores, do lugar onde ela se

encontra (bairro rural ou urbano, sítio, fazenda...) em relação a outros pontos fixos no espaço (outras moradias, espaços produtivos, comércio, igrejas, feiras...), dos espaços em que se transitava em determinada localidade... Algumas vezes questionávamos sobre a posse de fotografias ou objetos guardados dos espaços transcorridos, que funcionaram, diversas vezes, como "muletas de memória" eficazes no processo de rememoração⁴⁶.

E apesar de todos os esforços investigativos, da atenção a diversos aspectos metodológicos no momento de realizar as entrevistas, da utilização das "muletas de memória", algumas vezes de uma terceira pessoa que contribuiu para trazer à lembrança fatos guardados nos recônditos da memória... Não há como retornar ao passado tal como foi vivido outrora. Considerando memória como trabalho, e um trabalho que apenas pode recompor o passado a partir do presente, e com o filtro que o presente oferece, precisamos advertir que se trata sempre de um esforço de aproximação do que se passou num momento pregresso. Durante as tentativas de organização temporal da trajetória pelos entrevistados, nos deparamos recorrentemente com a dificuldade em manter uma linearidade. As lembranças vão e vem. E a força das imagens por diversas vezes não respeita a ordem cronológica dos acontecimentos, efetuam conexões outras. E, então, quando parece que recompomos toda uma trajetória, uma nova imagem aparece, de um lugar transcorrido ainda não dito. E se nos detivéssemos mais e mais, talvez surgissem outras e outras, imagens e lembranças. "Vê-se que o progresso da atenção tem por efeito criar de novo não somente o objeto apercebido, mas os sistemas, cada vez mais vastos, aos quais ele pode vincular-se"⁴⁷. Durante a aplicação dos questionários solicitamos também a descrição da trajetória de cada família. Mas pode-se supor o quanto a lembrança destas estão ainda mais distantes do passado tal como foi vivido! Por isso, utilizaremos muito brevemente dos dados de trajetória coletados nos questionários.

É importante termos em mente, ainda, que a lembrança é sempre uma releitura, o que nos possibilita interpretar o papel que o passado assume no momento presente, e no que se pode vislumbrar de futuro. Weil, em seu livro "A condição operária e outros estudos sobre a opressão" já advertia ser uma ilusão perigosa voltar as costas ao passado para vislumbrar o futuro (1998, p. 418).

⁴⁶ Tais fotografias produzidas pelos depoentes foram recolhidas pela pesquisadora, e os "objetos de memória" fotografados, compondo o arcabouço empírico de que este trabalho em outros momentos também se serve.

⁴⁷ Nesse trecho BOSI (1994, p. 50) fala sobre os níveis de expansão da memória a partir das colocações de Bergson.

Apresentaremos, assim, as trajetórias separando-as em agregados de trajetórias semelhantes (definidas aqui em trajetórias sazonais, de permanência e de circularidade) e utilizando de mapas construídos das trajetórias de nossos entrevistados. A princípio apresentaremos trajetórias individualmente, em forma de portraits contínuos, um após o outro. Esperamos que a leitura destes vá apontando ao leitor aqueles dados que, pela força de significado contida, serão merecedores de uma análise mais acurada no momento de pensar as relações que os migrantes nordestinos estabelecem com o espaço das cidades por onde residem ou circulam.

3.2. Entre ficar e partir, a diversidade de trajetórias.

Vimos no capítulo sobre a partida algumas motivações que levam os sujeitos tomados por esta pesquisa a procurar a migração como resposta às mudanças estruturais que os atingem, como a expansão dos latifúndios, que transformam a diversidade cultivada pelos pequenos proprietários em extensas monoculturas ou pastagens. Por não termos pré-estabelecido como sujeitos desta pesquisa migrante advindos de uma única região, e, ao contrário, termos realizado a pesquisa empírica na cidade de destino onde estes migrantes se encontravam, a cidade de Ibaté, nos deparamos com sujeitos atingidos de modo diverso pelas transformações na estrutura. Todavia, a consequência é a expulsão, e é ao processo que se inicia a partir dela que aqui nos voltaremos.

TRAJETÓRIAS MARCADAS PELA SAZONALIDADE.

Trazemos a experiência de quatro sujeitos cuja trajetória apresenta uma característica de sazonalidade. Três destes são advindos de uma mesma cidade, Santo Antonio dos Lopes (MA), localizada na microrregião do Médio Mearim, na área central do Estado. Residem todos na "demanda", o que os entrevistados associaram à denominação paulista de "sítio". São eles Elias, Celso e Nice. Os homens são irmãos, filhos de um pai pequeno proprietário de terras nesta localidade. A trajetória de ambos ilustra os diferentes rumos que os integrantes de uma mesma família tomam quando crescem os filhos, casam-se e não é mais possível dividir a propriedade entre eles.

Ambos advêm de uma região aonde a apropriação de terras para pastagens vem se processando progressivamente. Competir com os anseios dos grandes proprietários de adquirir novas terras vem se tornando tarefa cada vez mais difícil. No entanto alguns pequenos proprietários resistem, como os pais de Celso e Elias. É a estes, os filhos, que se reserva a tarefa de buscar, fora do lugar, novas fontes de renda para possibilitar a manutenção da casa, da família e do pequeno lote.

No período em que estão residindo em Santo Antonio dos Lopes os homens trabalham na atividade de "passar uma juquirá"⁴⁸, uma expressão que foi explicada como agregando todo o trabalho produtivo do lote: carpa, plantação, colheita e o trato com o gado. Nesta economia, essencialmente de subsistência, vendem-se apenas os

⁴⁸ Expressão usada por Elias. Entrevista realizada em 06/12/2006.

excedentes. E compra-se apenas aquilo que não pode ser beneficiado no lote, como o açúcar e o café. Alguns realizam atividades produtivas não apenas em seu lote, mas também em terras alheias, em geral nas propriedades de grandes pecuaristas, quando recebem a diária pelo trabalho, que complementa a renda familiar.

Às mulheres, além do afazeres domésticos, é destinado o trabalho de extração e beneficiamento do coco-babaçu. Segundo Nice, as mulheres reservam alguns dias unicamente para este trabalho. Passam o dia todo na mata, ao redor das palmeiras, recolhendo os cocos que caem e “rebolando” aqueles que ficam presos no alto, atirando pedras ou galhos para que caiam e sejam recolhidos. Em seguida os quebram com pequenos machados que são batidos sobre pequenas toras de madeira apoiada no fruto. Estes, quebrados e limpos, são pilados (amassados com pilão), cozidos em fogão à lenha, assim transformados em óleo e vendidos. Vende-se também apenas o fruto. Segundo nossa entrevistada, quando saiu de sua cidade, há dois anos do momento em que a entrevista estava sendo realizada, o quilo do coco (bruto ou transformado em óleo) custava um real⁴⁹, e em um dia de trabalho era possível colher de 10 a 12 quilos do fruto.

⁴⁹ Nice afirma que recebe 1 real o quilo do coco-babaçu. Celso, seu cunhado, em outro momento, conta que as mulheres recebem 30 centavos pelo quilo. Esta controvérsia configura-se como um dos exemplos em que as narrativas são utilizadas em prol da valorização/desvalorização da atividade realizada por homens e mulheres. (Entrevista realizada em 07/12/2006).



Fotos 4 e 5: Doadas por Celso e Nice. Na primeira, temos a ilustração do trabalho das mulheres da quebra do coco-babaçu. Na seguinte, o processo da lavagem do arroz, plantado e colhido geralmente por homens. Ao fundo da foto 5, observamos um pouco da paisagem do lugar, entre palmeiras e casas de pau-a-pique cobertas com folhas de bananeira. (Fotos cedidas por Nice,

Elias possui uma moradia construída nas terras de sua família, onde mora com a esposa, e uma outra na cidade, em construção. Ainda não possui filhos. Foi o primeiro que, em 2004, decidi vir para o Estado de São Paulo junto com outros maranhenses. Enquanto isso seu irmão mais velho, Celso, circulava por outras regiões do país. É em 2005 que Celso decide acompanhar seu irmão e o cunhado no trajeto Santo Antonio dos Lopes – Ibaté – Santo Antonio dos Lopes para o corte da cana-de-açúcar. Este último, 32 anos, casado, possui seis filhos. Tem uma casa construída nas terras da família de Nice⁵⁰.

A trajetória percorrida por Elias pode ser definida como pendular, constituída pelo percorrer entre dois pontos bastante definidos no espaço, Santo Antonio dos Lopes e Ibaté. Permanece cerca de dois meses na primeira cidade e 10 meses na segunda, sendo que em uma das safras trabalhou por 11 meses, tendo permanecido apenas um mês em sua cidade de origem (mapa na página seguinte).

⁵⁰ Sugerimos que o fato desta família não ter obedecido as regras de transmissão da herança, que em geral privilegia o filho primogênito, se deve a uma peleja de família não explicada em detalhes, mas citada por diversas vezes durante a entrevista. Em virtude dela, Celso não vai até a casa de seu pai há 4 anos.

Para este entrevistado, a razão de migrar está sempre envolta em projetos bem definidos, relativos aos anseios de consumo da família e às necessidades produtivas do lote, como a construção da casa na cidade, compra de artigos eletro-eletrônicos para lazer/atividades domésticas, de tecnologias de produção ou de novas cabeças de gado. Quando estes são alcançados, é hora do retorno. Além de acumular parte do salário para estes fins, enquanto trabalha e reside em Ibaté, destina também parte dele para a sobrevivência da família residente no Maranhão.

A narrativa de Elias é marcada pelo sentimento de ausência, do lugar, da família, das dinâmicas de lá. No entanto, não mantém consigo nenhum "objeto de memória", nada que o lembre tudo que foi deixado pra traz durante estes longos meses. O esquecimento cumpre aí, então, um papel importante, o de abreviar o sofrimento.

E o tempo é preciso acelerar, despistar, de alguma forma. Porque a espera do retorno o faz lento. O lazer poderia ser uma forma de distraí-lo, mas Elias não frequenta bares, festas e tem um contato muito raro com a vizinhança do alojamento onde mora na cidade⁵¹. Então, "eu durmo um sono, direto. Eu gosto de dormir um sono. Passa o dia que eu nem vejo" (Entrevista realizada em 06/12/2006). Assim, ao mesmo em que descansa da dura lida diária no trabalho no canavial, parece acelerar o tempo que não passa.

A única forma de comunicação que Elias mantém com Santo Antonio dos Lopes é a conversa por telefone. "Falo por telefone, todo final de semana. O mais tardar é quinze dias, mas todo final de semana eu ligo quase. Porque a saudade é grande." (Entrevista realizada em 06/12/2006). E as dificuldades para conseguir estabelecer esta única forma de comunicação, também. Como seus pais residem na "demanda", e grande parte dos sítiantes não possuem telefone particular, é preciso ligar (quase sempre num domingo) para um telefone público ou para um parente na cidade para que este dê um aviso àquele com quem se deseja falar e o leve até sua casa na cidade. Assim, o contato efetivo pode acorrer até uma semana depois do desejo manifesto dele.

A experiência de migração de Celso é diversa daquela de seu irmão menor. O tracejado das linhas constituídas por seus movimentos pelo espaço remete à

⁵¹ Elias mora neste alojamento com cerca de 30 outros maranhenses. É constituído de 3 casas germinadas com um quarto, uma cozinha e um banheiro. É de propriedade do turmeiro, funcionário da Usina, que só recebe trabalhadores rurais para residir no local. Mais informações sobre as acomodações serão oferecidas no capítulo seguinte, que trata da vida dos migrantes em Ibaté.

Trajatória de Elias



Legenda:

● Municípios onde morou

➔ Trajetória de Elias

↔ Ida e Volta

Com quem migrou/residiu

👤 Sozinho

👨‍👩‍👧 Com família conjugal

Trabalho

🪓 Roça de Subsistência

🌾 Colheita da cana

Tempo de Permanência

Xa Em anos

Xm Em meses

ilustração de um fluxo concêntrico (próximo mapa). Há sempre um retorno a um ponto, a cidade onde foi criado, no Maranhão. Mas os movimentos migratórios, embora ligados à atividades sazonais, relacionadas à agricultura e o extrativismo, constituíram tentativas diversas de relação com o espaço, de encontrar um lugar que pudesse tornar-se fonte de sobrevivência do grupo familiar. Experiências penosas, marcadas pela dificuldade de manutenção da extensa família (cinco filhos e a esposa), por condições de trabalho precárias e situações de superexploração.

Nascido no Estado do Ceará, quando sua família aí residia, migra muito cedo para o Estado do Maranhão (pontos 1 e 2 do mapa), onde até hoje seus pais mantêm-se estabelecidos. Daí, já casado, é levado por um “companheiro” à cidade de Goianésia, no Pará, para o trabalho de serraria (ponto 3). A narrativa de Celso sobre essa difícil experiência é rica em detalhes:

C.: Não, lá é bom pra gente ganhar dinheiro, certo? É bom, mas não recebia, o cabra não pagava.

B.: Você foi trabalhar de quê lá?

C.: De serraria. Eu só recebi na primeira quinzena. A gente bebeu, comeu... Mas depois dessa quinzena em diante nós ficamos dois meses sem pegar um centavo. O cara fez a besteira de dar um cheque de duzentos reais pra nós pagar as contas. Eu digo: “Que conta que nada, eu vou é embora com esse dinheiro.” Meio mundo de gente passou isso lá. No começo a gente fez até uma compra pra pôr no barraco. Compremos fogão, botijão... um bocado de besteira, porque o cara era fiador, não é. Teve que comprar. Mas saímos de lá sem pagar nada, viemo embora. Chegou lá nós passemo dois dia viajando sem comer nada. Compramo a passagem e sobrou quatro reais pra um e quatro reais pra outro. Aí nos viemo embora, viajemo à noite, viajemo o dia, e mais uma noite, no outro dia chegamo num bar e compramo um prato de comer pra nós dois. [riso] Depois de dois dias de viagem! O dinheiro não dava pra comprar cada qual um! Eu cheguei foi morto em casa. Eu pensava assim: “Dessa vez eu não escapo, dessa não!” Eu pensei que não escapava mesmo não. Eu disse que ia queimar a boroca⁵² e a rede⁵³.

B.: E quem levou vocês pra lá?

C.: Foi um companheiro nosso, um sem-vergonha. Levou nós e depois abandonou nós. O barraco que nós morava lá também, quando dava uma chuva nós ficava tudo em pé. Porque molhava tudo. O teto era de compensado. As parede era madeira, mas quando chovia em cima lá... a gente tirava a rede que ficava pra lá e pra cá, botava numa corda só e dormia dentro. Dormia assim, olha,

⁵² “Boroca” foi explicada por Celso como sendo aquilo que em São Paulo conhecemos por mochila.

⁵³ A rede é outro dos objetos que Celso sempre carregava em suas migrações sazonais em busca de trabalho. Com esta última frase – “eu disse que ia queimar a boroca e a rede” – Celso quis dizer que depois do que passou no Estado do Pará chegou a pensar em não mais migrar em busca de trabalho. “Boroca” e rede são signos da migração para ele, objetos que ele sempre carregava.

escanchado. Porque não tinha onde ficar nesse tempo. (Entrevista realizada em 07/12/2006)

Uma experiência que denuncia as condições subumanas a que tantos trabalhadores são submetidos sob o capitalismo. Depois desta primeira tentativa, Celso retorna à Santo Antonio dos Lopes (pontos 4) e em seguida decide acompanhar o irmão Elias na migração para Ibaté, já que parecia uma situação mais segura e certa de rendimentos e condições de trabalho (ponto 5). Num primeiro momento (2003) migra sem a família, acompanhado do irmão e do cunhado (marido de sua irmã). Vinham para São Paulo com um ônibus que passava por diversas cidades do interior paulista deixando maranhenses em busca de trabalho nos canaviais paulistas. A passagem foi comprada com o dinheiro de empréstimo de familiares. Este não é, portanto, o caso clássico em que os trabalhadores são trazidos pelo agenciador de mão-de-obra, o gato. Chegaram a São Paulo sem garantia de emprego e moradia, e, sem saber, antes mesmo da safra começar. Era mês de fevereiro e a safra só começaria em abril. Procuraram pelo presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, Daniel, que os levou até um alojamento e os prometeu emprego no corte da cana-de-açúcar em meados de abril⁵⁴.

Celso percorre este "corredor de migração"⁵⁵, entre Ibaté e Santo Antonio dos Lopes (a linha marcada nas extremidades pelos pontos 5 e 6), por duas safras seguidas (2003/2004 e 2004/2005). Na safra seguinte faz a viagem também sozinho (ponto 7), mas no mês de junho envia à sua mulher quantia suficiente para que venha morar em São Paulo com os 5 filhos (linha que liga os pontos 1 a 2, em tom marrom). As causas de tal decisão não nos foram reveladas com clareza, mas Celso sugeriu que tenha ocorrido desavenças entre Nice e algumas pessoas da comunidade em função de "boatos maldosos" postos em circulação a respeito dela durante sua ausência.

A princípio, Nilce acreditou que poderia trabalhar em Ibaté para contribuir com a renda familiar. No entanto, descobriu que a creche da cidade só concedia vaga a seu filho mais novo, para os demais não haveria abrigo fora do período letivo. E que o Conselho Tutelar poderia retirar-lhe o direito de guarda dos filhos caso os deixasse

⁵⁴ Até o recebimento do primeiro salário, Celso e seus companheiros se alimentavam de abacate (a fruta da estação) com farinha e, no primeiro mês de trabalho, da divisão das marmitas algumas vezes feita pelos outros trabalhadores no eito.

⁵⁵ Termos cunhados por MORAES SILVA (1999), que faz referência à migração sazonal de mineiros para o corte da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto durante safras sucessivas.

Trajatória de Celso e Nice



sozinhos em casa. Também não poderiam destinar uma parte do parco rendimento para que terceiros cuidassem das crianças. É então que as condições de sobrevivência começam a se tornar difíceis, pois a família de sete membros era sustentada apenas pelo salário de Celso.

Quando entrevistamos o casal, os encontramos decididos, então, a retornar ao Maranhão. Celso há poucos dias havia encerrado a safra e aguardava o acerto de contas da Usina e a data combinada com o ônibus que vinha da cidade de Santa Lúcia-SP para o retorno. Para uma família numerosa como a deste casal, a vida na cidade torna-se custosa. Sem o trabalho da mulher, inviável. De um rendimento de cerca de R\$ 1.200 reais⁵⁶, entre R\$ 800 e 900 são destinados à aquisição de produtos básicos da alimentação da família, como o arroz, o feijão, a farinha de milho, o açúcar e o café. Com o restante compram a carne, pagam o aluguel, a água e a luz. Analisando as possibilidades dispostas a eles, através de um cálculo de ganhos e perdas, Nilce chega à seguinte conclusão, tomada em conversa com o esposo: "Aqui tá ficando mais difícil. Porque lá pelo menos essas coisas a gente não compra, e eu posso ajudar ele⁵⁷. (...). Lá pelo menos a gente vai livrar o aluguel, o arroz, o feijão... coisa assim." (Entrevista realizada em 07/12/2006).

No tempo que estiveram em Ibaté, estabeleciam comunicação com os familiares maranhenses por conversas telefônicas e troca de cartas. A primeira forma de comunicação era estabelecida uma vez a cada um ou dois meses, enfrentando as mesmas dificuldades narradas por Elias. Para a segunda forma, não havia frequência regular, tendo sido realizada poucas vezes, acompanhada de fotos de Ibaté e de parentes e conterrâneos emigrados. Nice encontra o rascunho de uma das cartas enviadas à sua mãe. Abaixo, a transcrição da leitura que ela faz deste documento durante a entrevista:

B.: Sua mãe tava triste nessa época?

N.: Tava com a clavícula quebrada.

B.: Nice, você não quer ler a carta pra mim?

N.: [risos] Mas nem eu não leio minha letra. "Em primeiro lugar minha benção. Mãe, fiquei muito feliz em receber sua carta, mas ao mesmo tempo fiquei triste em saber que a senhora está sofrendo, mas peço a Deus que acabe esse sofrimento da senhora." [risos] "E quero que fique boa logo. Mãe, eu sinto muita falta de todos. Da

⁵⁶ Celso afirmou receber cerca de R\$ 700,00 por quinzena, pelo trabalho no corte da cana crua, destinada a dar origem a novas mudas. É considerado o melhor cortador de cana da turma (ao lado de um colega também maranhense), cortando aproximadamente 15 toneladas por dia.

⁵⁷ No Maranhão, quando as mulheres não levam as crianças para o trabalho de extração e beneficiamento do coco-babaçu, deixam-nas em casa sós, umas cuidando das outras. Ademais, trata-se de pequenas comunidades, onde os laços entre os moradores são mais estreitos e a responsabilidade sobre as crianças mais difusa, dividida entre vizinhos, parentes consangüíneos e afins, como os compadres.

senhora e de todos vocês. Mãe, por enquanto estou bem, e os meninos, mas não gostam muito daqui, dizem que querem voltar, eles sentem muita saudade de vocês, aqui não tem lugar pra eles sair, e por isso que eles não gostam daqui. Mas eu acho bom. Se a Nilcileide⁵⁸ quiser vim pra cá...”, porque ela queria vim pra cá. “Se ela quiser vim pra cá nós manda o dinheiro pra ela vim mais a Gisele⁵⁹. Do jeito que nós comer, elas comem. Do jeito que nós faz com nossos filho, nós faz com a Gisele, porque o Celso gosta muito da Gisele. Nós paga a Ledinha [Nilcileide] pra olhar os menino que vou trabalhar. Diz pra ela e pra Gisele que se elas vim eu fico muito feliz. Mãe, eu achei que a senhora vendeu a cama pelo preço bom, será que dá pra pagar as minhas contas? E o guarda-roupa, será que ela vai ficar com ele agora que ela está usando? Ela tem que ficar com ele. Mãe, aquela foto foi o Celso que tirou, e nós estava sorrindo da Sônia⁶⁰, porque ela estava suja e ela queria tomar banho e o Celso não deixou.” [risos] “Ela zangou e nós estava sorrindo.” Porque na carta ela mandou perguntar por que é que nós tava com aquela cara, se nós tava com frio ou se nós tava com medo. Aí eu falei que nós tava sorrindo porque a Vaninha tava suja e queria tomar banho e Celso não deixou. (Entrevista realizada em 07/12/2006)

Os fatos narrados na carta por Nice à sua mãe retratam a avaliação das crianças sobre o processo migratório, o sentimento de ausência, de saudades, a força da rede social mobilizada pelas relações de parentesco e pelo sentimento de ajuda mútua entre os integrantes da família. A preocupação da mãe de Nilce em interpretar as expressões nos rostos de familiares e amigos na foto que lhe foi enviada fala sobre os elos de afetividade mantidos entre espaços longínquos, sobre o sofrimento da desagregação familiar e a dificuldade de comunicação dos sentimentos vivenciados por uns e outros, nos locais de origem e destino.

O outro caso que ilustra uma trajetória marcada pela sazonalidade é o de Gilberto (próximo mapa), solteiro, 29 anos, natural da cidade de Pintadas (BA), localizada na microrregião de Feira de Santana, no Centro-Norte do Estado, cidade de onde provém um volume considerável de migrantes residentes em Ibaté. Segundo relatos de diversos entrevistados é uma região de ocupação extensiva para a pecuária. Há 11 anos, desde os seus 18 anos de idade, Gilberto se dirige ao Estado de São Paulo para o trabalho na agro-indústria da cana-de-açúcar. E, assim como Elias, afirma realizar este trajeto sempre em virtude de projetos pontuais, como adquirir uma moto ou uma “casa na rua”, que já está em processo de construção. “Lá nós chama na rua quando é na cidade”, explica Gilberto. (Entrevista realizada em 05/12/2006)

Em Pintadas, desde a infância, Gilberto realizava as atividades produtivas do lote ao lado de seu pai, roçando, plantando e colhendo produtos como o milho, a arroz

⁵⁸ Irmã mais nova de Nice.

⁵⁹ Sobrinha de Nice, filha de uma irmã mais velha.

⁶⁰ Vizinha de Celso e Nice.

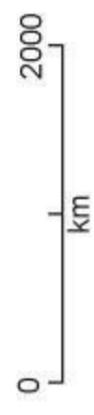
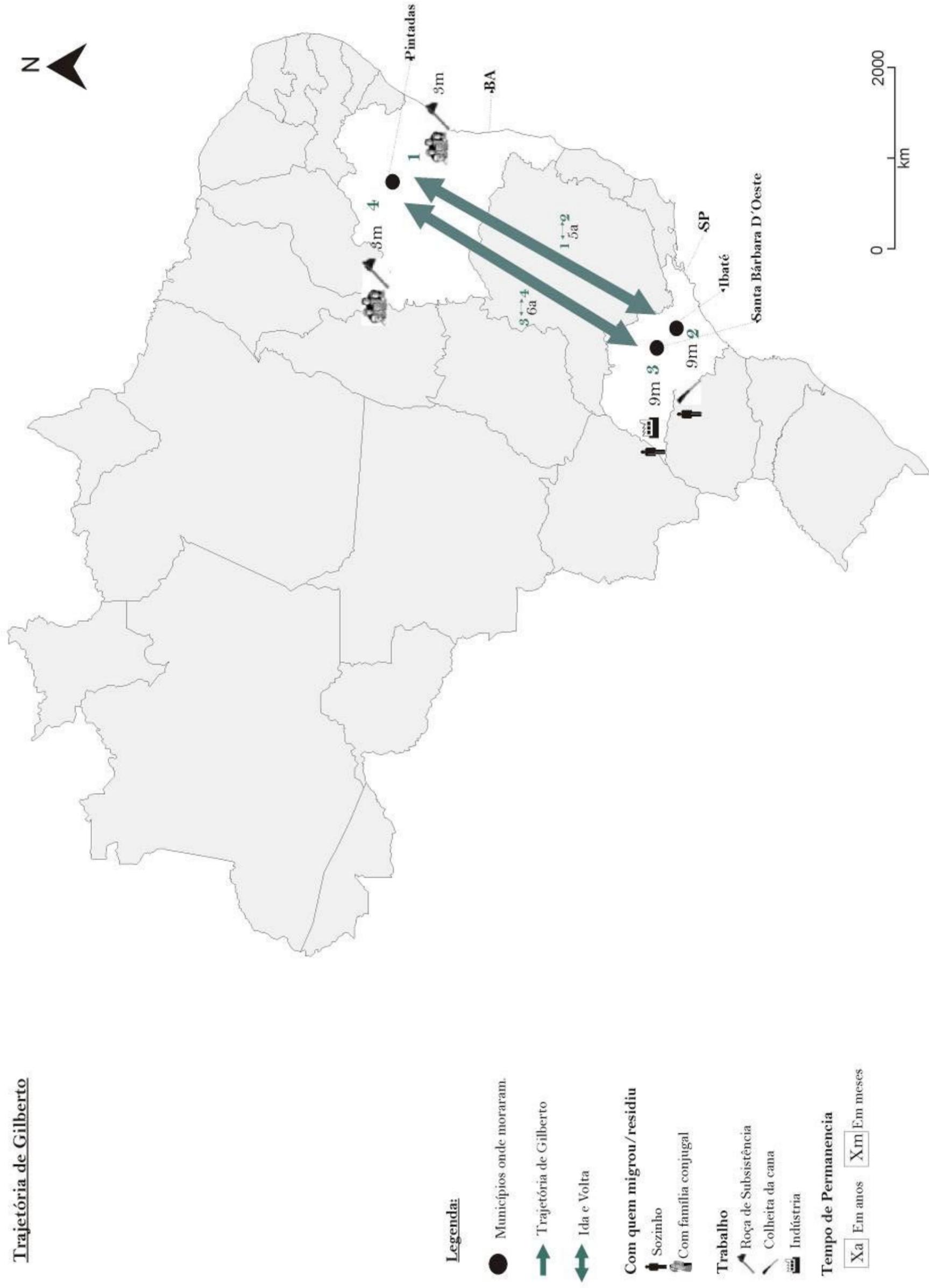
e o feijão. Ao alcançar a maioria passa pela primeira experiência migratória. É levado por um primo à cidade de Santa Bárbara D'Oeste para o trabalho no corte da cana (pontos 1 e 2 da trajetória). Este primo, contratado pela Usina, acumulava as funções de gato, fiscal da turma no canavial e serviços gerais (como a limpeza do alojamento e a feitoria do café da manhã daqueles que moravam em seu bloco). Depois de cinco anos realizando o trajeto Pintadas – Santa Bárbara D'Oeste – Pintadas têm notícia, por um colega conterrâneo, de que o trabalho no interior da Usina da Serra, em Ibaté, pode ser menos penoso. Vai até a cidade passar por um teste, indicado por um amigo e então é admitido para o trabalho do beneficiamento do açúcar⁶¹. A partir daí, por mais seis anos realiza migrações sazonais para a cidade de Ibaté, sempre para o trabalho na indústria (pontos 3 e 4). Nos 4 primeiros anos é hospedado no alojamento da Usina. Nos dois seguintes, como sua irmã mais velha também migrara para a cidade, com marido e filhos, tendo alugado uma casa para a acomodação da família, Gilberto passa a ficar hospedado aí durante o período da safra.

No entanto, nos relata que não retornaria à Pintadas ao fim desta última safra (2005/2006). Todo o rendimento excedente, acumulado, teria sido enviado para pagar a compra de material de construção e contratação de mão-de-obra de pedreiros que construíam sua "casa da rua". "Aí chega lá, não tá pronto. Às vezes a pessoa não tem dinheiro suficiente pra acabar, aí chega lá, olhar e não ter dinheiro pra acabar... é melhor não ir." (Entrevista realizada em 05/12/2006). Desta vez, o projeto que encerrou o movimento migratório não havia sido alcançado.

Gilberto nos explica que o retorno após a partida, mesmo quando se pensa em acompanhar os tempos de plantar e colher, e retornar ao fim da safra, nem sempre é certo, tanto para ele como para muitos outros trabalhadores. Se estes são solteiros e não possuem obrigações familiares tão rígidas quanto os casados, as possibilidades de mudança de rumo são ainda maiores. Desavenças familiares e contração de relações conjugais na cidade de destino potencializam a possibilidade da permanência aí. Ainda em outras ocasiões, o projeto de migração vai além da safra, estendendo-se por um prazo pré-estabelecido pelo jovem trabalhador de permanecer na cidade por um tempo mais alongado, 3, 4 anos, e só depois retornar ao lugar de origem.

⁶¹ Ao fim, Gilberto percebe que os ganhos na indústria não são maiores, e que algumas vezes é possível até que se obtenha um salário superior no corte da cana, por se tratar de uma atividade remunerada em função da produtividade. No entanto, optou por mudar de ocupação em função do cálculo do desgaste físico.

Trajatória de Gilberto



E embora este jovem entrevistado reconheça as múltiplas possibilidades abertas desde o momento da partida, bem como a força do poder econômico reduzindo a autonomia dos trabalhadores sobre seus destinos, não parecia feliz com a permanência em Ibaté. E quando questionado sobre o desejo do retorno, responde: "Ah, sempre assim dá uma vontade, mas... a gente tem que esquecer". (Entrevista realizada em 05/12/2006). Novamente o esquecimento, como necessidade para reduzir o sofrimento causado pelo sentimento de ausência.

TRAJETÓRIAS MARCADAS PELA PERMANÊNCIA.

Quatro outras trajetórias foram agrupadas por apresentarem uma forte característica de permanência, sendo que três dos sujeitos que as realizaram são originários da região de Pintadas, na Bahia, e um do Estado do Piauí. Como já apontamos, grande parte daqueles que se estabelecem na cidade de forma mais ou menos permanente são baianos.

Adalto⁶² (trajetória no próximo mapa), 47 anos, casado, três filhos, nasceu na cidade de Riachão do Jacuípe (BA). Muito cedo migra para a cidade de Pintadas (ponto 1 e 2 no mapa), para as terras de um "primo rico" de sua mãe. Eram, então, apenas moradores do sítio, e não proprietários. Alguns irmãos de seu Adalto residem nestas terras até os dias de hoje. Desde pequeno, aí, trabalhava na roça ao lado de quatro irmãos e duas irmãs. Além do trabalho no sítio, trabalhavam "pra fora", para os fazendeiros da região, limpando o terreno para a formação de pasto, destocando, derrubando árvores com o machado e roçando. Aos 19 anos, pouco depois de casado, é convidado pelo irmão mais velho para morar na cidade de Motuca-SP (pontos 3) . Este irmão já trabalhava no corte da cana-de-açúcar e prometera conseguir emprego a Adalto nesta mesma Usina.

Num primeiro momento Adalto migra só, com a intenção de primeiro estabelecer-se na cidade de Motuca para depois trazer a esposa. Assim, aproximando-se o meio da safra é que ela deixa a Bahia em direção à São Paulo. Moram ainda um tempo na cidade de Matão (ponto 4). Nesta primeira estadia de 10 anos em São Paulo, Adalto trabalha no corte da cana-de-açúcar e no interior da Usina de beneficiamento do produto. E então decidem retornar à Bahia (pontos 5). Para Adalto, a estada no

⁶² Não foi traçada a trajetória da esposa de Adalto junto à dele no mapa por não termos conseguido realizar entrevista diretamente com ela, que relutou todas as vezes em que fizemos o convite a uma conversa.

Estado de São Paulo já parecia alongada, e achou que retornando à Bahia com um certo capital acumulado seria possível viver “mais sossegado”. Mas, nas palavras de Adalto, “não deu, não deu. Passemos até necessidade lá. Eu não passei mais necessidade por que... eu cheguei lá em dezembro e em janeiro eu voltei” (Entrevista realizada em 09/12/2006). Num espaço curto de tempo percebe a inviabilidade da vida no Nordeste novamente.

Retorna à São Paulo só, para a cidade de Santa Bárbara D’Oeste (pontos 6), novamente para o trabalho do corte da cana-de-açúcar. Nesta cidade passa apenas quatro meses, quando decide se mudar para Ibaté (ponto 7). Com cinco meses depois de seu retorno a São Paulo envia uma quantia em dinheiro para a passagem de ônibus do retorno da esposa e dos filhos. Estes retornam já para a cidade de Ibaté, onde Adalto e a esposa encontram emprego na Usina Zanin, ele na indústria e ela no corte da cana. Nesta cidade encontram terrenos mais baratos e acessíveis a trabalhadores de baixa renda como os cortadores de cana. É somente nesta cidade, depois de quase 20 anos da primeira tentativa de migração para São Paulo, que a família consegue adquirir a casa própria.

Outro dos eventos marcantes da trajetória de Adalto é aquele em que sofreu um acidente de trabalho no tempo em que esteve empregado na indústria.

Foi ali [na Usina Zanin] onde eu caí dentro de um gamelão de garapa e atrofiou a coluna, os joelhos, as vistas... Aí eu passei dois anos e três meses afastados e aí me aposentaram. Aí eu vivo dessa aposentadoria. (...). O gamelão é uma valeta, assim, uma vala. Ela tem dois metro de largura com cinqüenta de comprimento. Dá mais de cinqüenta de comprimento. É onde mói a cana e corre aquela garapa. Aí tinha uma tela, um lugar da gente passar, e tava aberto e eu não vi. Era de noite, era quase dez horas da noite aí eu caí lá dentro. Ah, me cortei inteirinho, isso tudo é sinal de lá. Olha, vai fazer três anos esse acidente. Aí era quando eu era só safrista. Acabou a safra, eu tava afastado e aí que eles me aposentaram. Aposentei em São Carlos. (...) Eu trabalhava operando lá pra não deixar entupir as bica, ligar a bomba e desligar pra não derramar a garapa. (Entrevista realizada em 09/12/2006)

Hoje seu Adalto tem uma visão deficitária, muitas cicatrizes pelas pernas, dores nos joelhos e cansaço. A renda da família é garantida com sua aposentadoria obtida com a invalidez, o salário pago pelo INSS também à sua esposa, que se encontra

afastada por um problema crônico de varizes nas pernas, e a venda de “geladinhos”⁶³ pelo bairro nos períodos quentes.

Dos três filhos, os dois solteiros (um rapaz de 19 anos e uma menina adotiva de sete) moram na casa com Adalto, e o filho casado, num “puxadinho” no mesmo terreno, com a esposa e três filhos. As funções exercidas pelos filhos em idade produtiva são: operador de moto-serra e aplicador de veneno em lavoura. É avô de quatro crianças. Filhos e netos, todos paulistas. Um irmão de seu Adalto também mora em Ibaté, mas não há uma relação de muita proximidade entre eles.

Podemos apontar diversos fatores responsáveis pela permanência da família no Estado de São Paulo. A aquisição da casa própria surgiu com força nessa decisão. “Eu tenho vontade de voltar, mas não tenho nada lá (...). E eu não quero me desfazer [da casa] porque a gente sofreu muito pra fazer isso aqui.” Na fala de seu Adalto percebemos também um forte sentimento de gratidão à São Paulo na frase repetida diversas vezes: “Tudo que eu tenho foi adquirido aqui. Eu não posso dizer que aqui é ruim, eu não posso dizer” (Entrevista realizada em 09/12/2006). O fato de esse Estado ser também o lugar onde os filhos nasceram, foram criados e hoje trabalham e reproduzem suas famílias é outro desses motivos. Adalto e a esposa não desejam manter-se longe dos filhos, que já sinalizaram que não morariam na Bahia. A desagregação das relações estabelecidas com o lugar de origem, em função das poucas visitas realizadas, e, sobretudo, da morte dos pais de Adalto, reforça o processo de distanciamento do lugar. Na tentativa de retorno estabelecida experimentaram esse distanciamento no enfraquecimento das relações, com as pessoas de lá e o espaço de vida. A proximidade com aquele lugar que se conhecera outrora, distante no tempo e no espaço, é hoje vivenciada em alguns costumes, como a alimentação e a manutenção de uma pequena horta no terreno na cidade. É, tão somente um espaço com o qual se mantém relações simbólicas, de representação, de identidade. Mas um espaço com o qual ainda se mantém relações.

Dentre os objetos de memória apontados na casa por seu Adalto, quase todos remetiam ao lugar de origem. No entanto, um deles representava o sentido do trajeto e a representação da mudança para São Paulo em sua história de vida. Trata-se do cavalo negro de louça exposto no alto da estante da sala de estar (cuja imagem é apresentada na abertura deste capítulo). Este objeto foi adquirido ainda na cidade de

⁶³ Preparados de polpa de fruta batidos com água ou leite, embalados em sacos relativamente longos (cerca de 15 a 20 centímetros) e finos e congelados. Depois de pronto, furando-se uma das extremidades do “geladinho” pode-se sugar o conteúdo do pequeno sorvete. É vendido por um preço de 25 centavos aquele batido com água e 50 centavos com leite.

Trajetória de Adalto

Legenda:

● Municípios onde morou

➔ Trajetória de Adalto

➔ Ponto de partida das trajetórias

➔ Ida

↔ Ida e Volta

Com quem migrou/residiu

👤 Sozinho

👨👩👧👦 Com família consanguínea

👨👩 Com família conjugal

Trabalho

🌾 Roca de Subsistência

🏪 Comércio

🌿 Colheita da cana

👴 Aposentadoria

🏭 Indústria

Tempo de Permanência

Xa Em anos

Xm Em meses



Motuca, logo após a chegada em São Paulo, e desde então vem acompanhando-o em seu trajeto, inclusive no momento de retorno à Bahia. Esta figura, o cavalo, é vista recorrentemente na representação dos “grandes desbravadores”, como os portugueses e os bandeirantes no Brasil Colonial. É apropriada por Adalto na representação que faz de si e de sua trajetória, apontando para um processo de ascensão social experimentado com a migração. No momento da construção desta representação o sofrimento vivido em função das condições insalubres de um trabalho mal remunerado, que chegou a causar-lhe uma invalidez permanente para o trabalho, é esquecido. Porque, enfim, para Adalto, qualquer comparação com o passado vivido na Bahia lembra-lhe uma escassez ainda maior. E é justamente de tal análise comparativa que o sistema econômico se serve para conceder a estes trabalhadores migrantes o mínimo possível e necessário como remuneração e condições de trabalho.

A segunda trajetória a ser relatada marcada pela tentativa de permanência é a de Inês (próximo mapa). Chegamos até esta entrevistada influenciados pelos diversos comentários da vizinhança a respeito da morte recente de seu esposo. A informação de que ambos eram originários da Bahia acentuou nosso desejo de procura. Encontramos em Inês disposição para lembrar, boa vontade e, talvez, necessidade de dividir as reflexões sobre esse momento de transição. Eventos como falecimentos, nascimentos, casamentos, estes eventos rituais que marcam as trajetórias, são em geral momentos de intensa reflexão interior e resignificação do passado. É então que as lembranças surgem com força. E a entrevista com Inês foi, assim, rica em detalhes, emoções e narrativas vivas.

Nascida na cidade de Pintadas (ponto 1), migra com 16 anos para a capital, Salvador (ponto 2), autorizada pelos pais a ir trabalhar de empregada doméstica em uma casa de família. Inês afirma que seu pai concedeu tal autorização acreditando que em Salvador a filha teria maiores chances de continuar os estudos. “Foi uma chance que meu pai me deu”, interpreta a entrevistada (Entrevista realizada em 09/12/2006).

No entanto, durante os nove meses que esteve trabalhando nesta residência, Inês era mantida aprisionada, obrigada a trabalhar sem receber salário, apenas refeições escassas e uma cama para dormir. Era proibida de efetuar ou receber ligações telefônicas, e nem mesmo lhe era permitido alcançar o andar térreo do prédio onde trabalhava. Foi descoberta nestas condições pelo namorado, Rudnei, que cansara de aguardar notícias suas e descobrira o telefone do lugar onde trabalhara em Salvador. Depois de diversas tentativas de contato frustradas, visto que a dona da casa

informava que não conhecia a pessoa que procurava, Rudnei consegue falar com Inês quando esta atende ao telefone na ausência da mulher que a aprisionava. Esta então relata a Rudnei o que havia se passado durante todo esse tempo. Na companhia do pai de Inês, Rudnei vai até Salvador buscar Inês. A mulher que a aprisionara negou todas as queixas, mas a fisionomia de Inês denunciava os maus-tratos: quando encontrada, pesava 39 quilos, os cabelos mal-tratados e as roupas amarelas e rasgadas de tanto uso.

Retornando à Pintadas com a família (ponto 3) passa mais 6 meses na casa dos pais, quando então se casa com Rudnei. Dois dias após o casamento, migra para Ibaté com o marido (ponto 4), que já há alguns anos efetuava esse movimento em busca de trabalho nos canaviais paulistas. Em Ibaté, passa a residir em um conjunto de casas geminadas de três cômodos construídas para receber os trabalhadores migrantes. Neste momento ainda não tinham filhos. O primeiro deles é nascido na cidade de Ibaté, pouco depois da chegada do casal na cidade.

Inês conta que desde a chegada na cidade pensava no retorno. Em trabalhar, acumular certo capital, talvez alguns bens, e retornar à Pintadas. Com o passar do tempo e a vivência em uma temporalidade tomada pelo tempo do trabalho, e de um trabalho árduo, cansativo, o desejo de retornar e viver mais “descansado” cresce. Na cidade Inês não procura emprego assalariado, trabalha somente com os afazeres domésticos e o cuidado do filho. Apenas seu marido continua empregado no trabalho do corte da cana. Com três anos na cidade, depois de já terem comprado uma casa na cidade de origem, acumulado alguns bens e capital, decidem finalmente pelo retorno.

Ao chegar a Pintada (ponto 5), Inês parecia tomada pela clareza de que esta tinha sido a melhor decisão. Chega a proclamar por diversas vezes: “Olha, eu prefiro pegar e sentar ali no passeio e pedir esmola, mas voltar pra São Paulo pra cortar cana nunca mais!” (Entrevista realizada em 009/12/2006)

No entanto, em Pintadas não encontraram fonte de renda capaz de assegurar a sobrevivência da família tal qual desejavam. O capital acaba, os bens começam a ser vendidos. Inês se recorda que o último objeto vendido foi a televisão. “Tinha a televisãozinha de 14 polegadas, e uma televisão era tudo nessa época” (Entrevista realizada em 09/12/2006). É forte a representação contida nesse objeto. Desfazer-se dele era como atestar a inutilidade de todo esforço e sofrimento experimentado com a migração. Venderam-na para comprar remédios e uma alimentação especial para o filho mais velho, que tinha contraído uma forte pneumonia.

Concluem pela necessidade da migração para São Paulo novamente, desta vez para a cidade de Boa Esperança do Sul (ponto 6), onde já morava uma irmã de Inês com o marido e os filhos⁶⁴. A princípio se hospedam na casa da irmã, mas logo alugam uma casa para a família. Por sete anos Rudnei e Inês trabalham, ambos, no corte da cana. Enquanto isso, os filhos freqüentavam creches e escolas. Nesta cidade adquirem a primeira casa própria.

É então que Inês começa a observar as marcas do trabalho árduo e insalubre no corpo: dores nas costas, nas pernas e problemas respiratórios. Cansados, então, do trabalho no canavial, recebem a informação da irmã de Inês residente em Ibaté de que um abatedouro de frangos da região estaria contratando novos trabalhadores. Decidem pelo retorno à cidade que primeiro residiram no Estado de São Paulo (ponto 7). Ambos empregam-se no abatedouro. Vendem a casa em Boa Esperança do Sul e compram uma outra em Ibaté, no bairro do Cruzado. E é neste bairro que Inês mora até hoje.

Mas quatro meses antes da entrevista um outro evento marca a história de vida de Inês, e abala aquele quadro de relativa estabilidade: casa própria, um emprego visto, num primeiro momento, como mais leve⁶⁵, filhos crescendo, se habituando à cidade e esperançosos de oportunidades de trabalho quando da maioridade... Seu marido é assassinado aos 42 anos. Nesse momento Inês tem 37 anos. Acredita que seu marido, embriagado, tenha reagido a uma tentativa de roubo depois de sair do trabalho no abatedouro e se dirigir a um bar que costumava freqüentar no bairro mesmo em que morava.

Este evento, que cria uma atmosfera favorável à resignificação do passado, traz à Inês novamente o desejo do retorno à Pintadas, de viver mais próxima de seus pais. Neste momento teria a estabilidade financeira garantida pela pensão que passa a receber com o falecimento do marido. No entanto, encontra-se vivendo aquele mesmo dilema vivido por Adalto. Os filhos criados em São Paulo estabelecem um vínculo mais

⁶⁴ Todos os irmãos de Inês migraram também para São Paulo: um deles mora na cidade de Araraquara, outro em Ibaté e três em Araras. Um outro irmão faleceu também, jovem, aos 27 anos, em São Paulo, assassinado.

⁶⁵ Sobre o trabalho no abatedouro, Inês afirma: "Era pouca diferença da roça. A única coisa que era diferente é que nós não tomava nem sol e nem chuva, que era lá dentro." O trabalho aí é, ao modelo fordista, organizado por uma esteira por onde os frangos passam, do abate ao estocamento na câmara fria, e nele cada trabalhador executa uma etapa do trabalho de beneficiamento para o consumo. Inês trabalhou durante muito tempo na atividade do ensacamento do frango. "Eu tenho que pegar esse frango, enfiar num funil que fica assim em cima mesa (...) o saquinho tá lá, já no funil, aí já sai lá dentro de saquinho, do funil, as meninas ficam lá embaixo, na grampeadeira, pára aquele frango que eu tô enfiando aqui, grampeia e solta lá, pro balanceiro pesar. (...). Em um minuto eu tenho que ensacar mais ou menos uns 20 a 30 frangos." Esta atividade a deixou com fortes dores no braço. (Entrevista realizada em 09/12/2006)

estreito com o lugar, e a decisão de retorno não pode ser tomada apenas tendo em vista os anseios pessoais, é preciso pensar no futuro dos filhos.

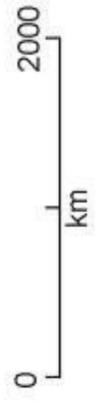
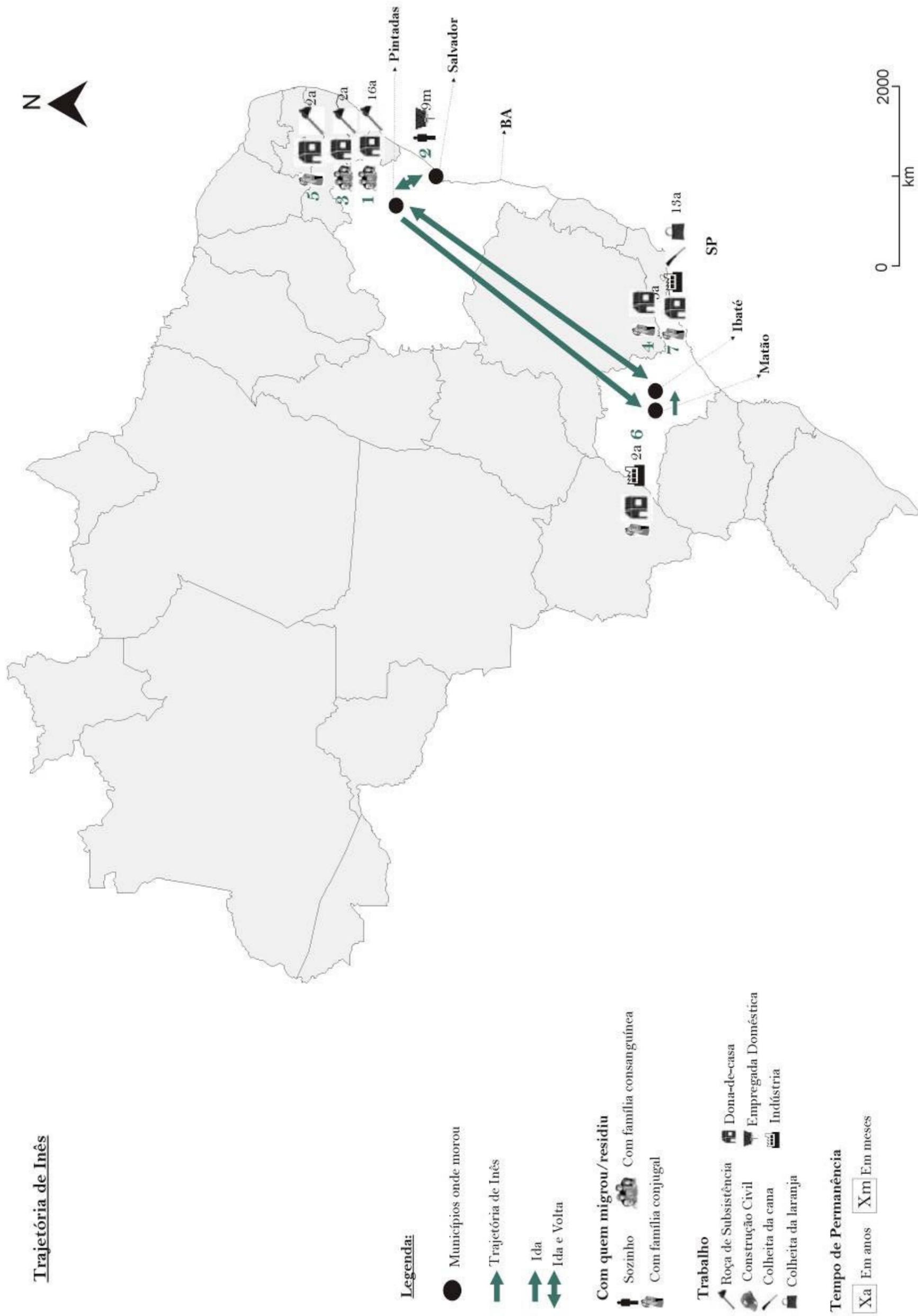
Em um momento em que os filhos se ausentaram da sala de estar de sua casa onde acontecia a entrevista, Inês comenta em tom de confissão que em janeiro próximo retornaria à Pintadas com os filhos à pedido da sogra, com a idade já avançada, que desejava rever os netos, o elo com o filho falecido. E que alugaria uma casa e tentaria, novamente, lá estabelecer-se. Para assegurar uma possível inadaptação dos filhos à Pintadas, deixaria a casa de Ibaté alugada também, caso decidisse voltar.

A narrativa de Inês sobre a migração dos pais à São Paulo concede-nos, também, importantes subsídios para pensar o processo de territorialização deste migrantes nordestinos. Seu pai, em um momento difícil de precisar na narrativa, migra com a esposa, sua mãe, também para Ibaté, para próximo dos filhos. E adoece. Não se acostuma com o clima, as comidas e a temporalidade diferentes. E desiste. "Aqui eu não volto." Dessa experiência e do sofrimento observado entre os mais próximos que também migram constantemente cria a seguinte máxima: "São Paulo é ilusão. Ganha dinheiro, mas arranca a sola da mão" (Entrevista realizada em 09/12/2006). Inês conta que ele repete constantemente essa frase, sempre que o assunto da migração entra em questão nos diálogos.

A mãe de Inês retorna à Pintadas com o marido, mas passa a se dividir entre as duas cidades, esta onde reside o marido e aquele Estado onde moram todos os filhos, São Paulo. Por diversos anos esteve por cerca de três a quatro meses em São Paulo, por entre as cidades do interior paulista onde residem os filhos, e o restante do ano com o marido. Só recentemente, com a idade avançando, têm reclamado do incômodo do corpo com viagens tão longas e com tanta frequência de ônibus. É este um exemplo de uma migração temporária envolta, indiretamente, na questão do trabalho, do trabalho dos filhos que precisaram migrar. Porque o que impulsiona sua mãe, diretamente, é o desejo de se manter próxima dos filhos. Está posto o entrecruzamento de diversos níveis da realidade social (economia, gênero, família) na determinação do ato de migrar.

Retornemos ao episódio do adoecimento do pai de Inês sobre outra perspectiva. Esse evento nos fala também de estados de saúde psicossomáticos

Trajatória de Inês



a primeira coisa que vem a cabeça da gente é a depressão. A gente sente muita... sei lá, muita tristeza, muita revolta também, muita dor. Eu estou com mais de doze anos que não vejo meu pai. Mais de doze anos! (Entrevista com Inês, 09/12/2006)

Podemos supor que este estado psicossomático seja produto também de sofrimentos experimentados em outras esferas da vida, como a do trabalho⁶⁶ (no corte da cana ou no abatedouro), reconhecidamente estranhado⁶⁷ e penoso.

Exploradas diversas possibilidades de reflexão a partir da rica narrativa de Inês, passemos à terceira trajetória marcada pela permanência, a de Selene, 26 anos (no próximo mapa). Nascida no Estado do Piauí, na cidade de Caldeirão Grande do Piauí, localizada na microrregião do Alto Médio Canindé, à sudoeste do Estado. Uma região quente e seca. Aí reside com seus pais e as duas irmãs mais novas até os 21 anos de idade. No sítio de propriedade de seu pai – uma propriedade que há muitos anos vêm sendo passada de geração à geração – participa essencialmente das atividades domésticas. A narrativa de Inês sobre essa etapa de sua vida é marcada pela descrição da precariedade, das difíceis condições climáticas e do difícil acesso à água. Em virtude destas questões, conseguiam retirar da terra quase exclusivamente o feijão. Os outros produtos da cesta básica da região, como o milho e mandioca, necessitavam das chuvas, escassas na região, para brotar.

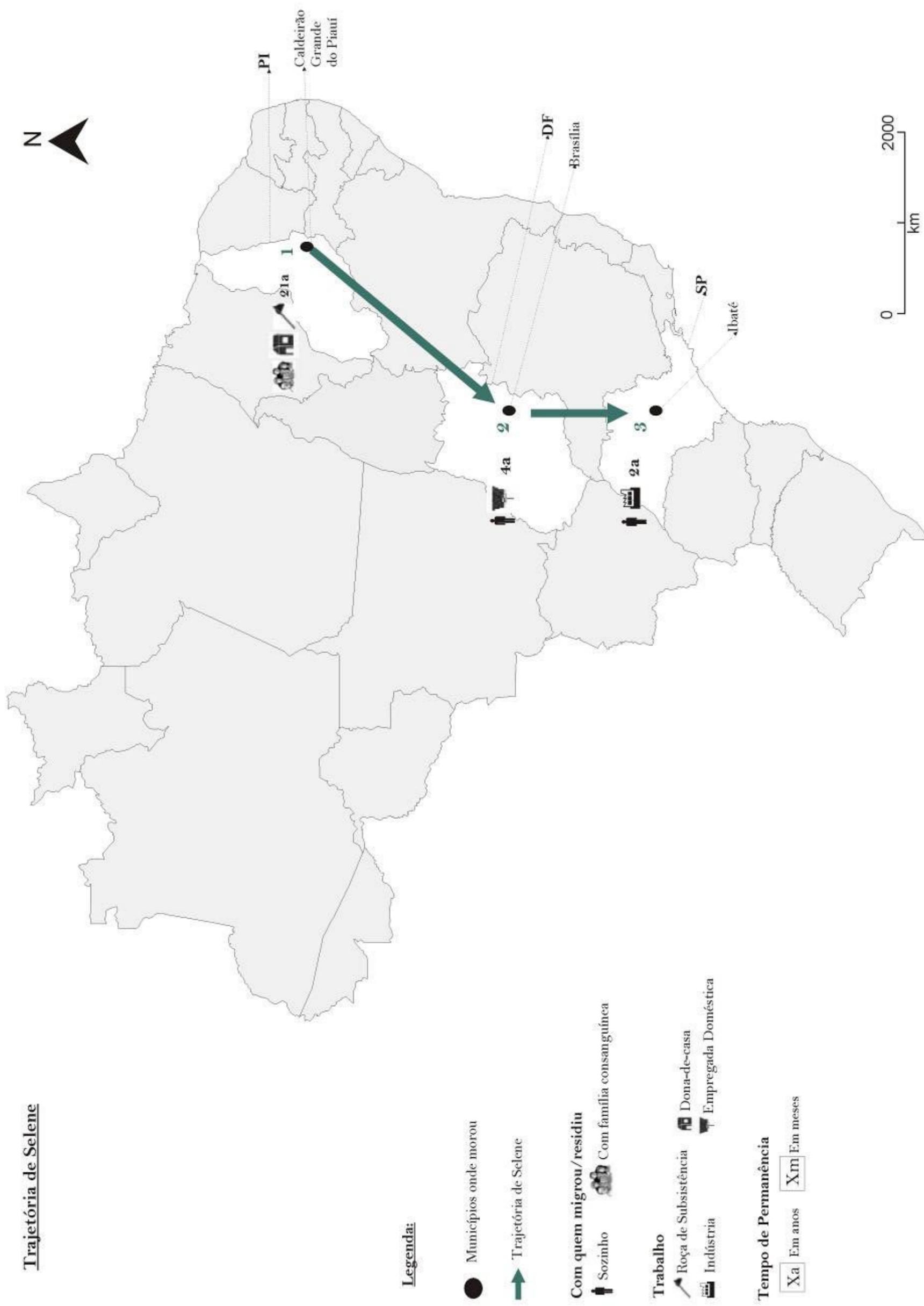
Aos 21 anos migra sozinha para Brasília (ponto 2), depois do retorno de um vizinho que a informa do desejo da antiga patroa de contratar uma empregada doméstica para trabalhar na chácara onde morava, num bairro rural da cidade. Selene, sempre incomodada com as precárias condições de sobrevivência no sítio do pai, a contragosto da família decide pela migração. Pede uma quantia em dinheiro emprestada à tia, compra a passagem de ônibus, e toma o rumo de Brasília. Selene, assim, foge a um “lugar comum” encontrado nos estudos de migração, aquele que afirma a predominância do homem na inauguração do movimento migratório do grupo familiar.

Conta que não fazia em Brasília um trabalho pesado, e que sua função de empregada doméstica se confundia à de acompanhante da patroa viúva. Depois de um ano residindo na chácara consegue convencer toda a família a migrar também para lá,

⁶⁶ Sobre os sofrimentos vividos no trabalho, o grupo de pesquisa “Terra, Trabalho, Memória e Migração” trata no texto “Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado” (MORAES SILVA et al, 2006)

⁶⁷ O princípio do trabalho estranhado é tratado por MARX (2004): afastamento do objeto do trabalho do produtor (trabalhador) e o domínio das coisas sobre os homens como uma potência estranha, autônoma e independente.

Trajatória de Selene



e encontra emprego para todos por entre os contatos que estabeleceu na cidade. O pai passa a trabalhar como caseiro na chácara mesma onde Selene já trabalhava, a mãe como merendeira de uma escola das proximidades, uma das irmãs como babá e a outra como empregada doméstica.

Nas primeiras férias efetivamente gozadas, Selene decide viajar à Ibaté para visitar um tio também piauiense que aí residia com a família. Selene se agrada da vida na cidade e decide não retornar mais à Brasília, deixando lá toda sua família. Em Ibaté (ponto 3) encontra um namorado, nascido na mesma cidade que ela nascera. No capítulo sobre a partida – quando apontávamos que uma das razões da migração (feminina) decorria do processo do retorno do homem para buscar a noiva ou esposa – utilizamos o exemplo de Selene para mostrar que os elos entre o lugar de origem e destino vão além daqueles vínculos já estabelecidos no interior de um grupo que mantém relações próximas, de reconhecimento, parentesco e vizinhança, e que o encontro de identidades no lugar de destino é outra das expressões da força do lugar e da cultura na constituição das famílias.

Com este namorado conterrâneo, cortador de cana nas Usinas da região, Selene se casa sete meses após sua chegada em Ibaté, e com ele passa a morar. Depois de casada também se emprega, no abatedouro próximo à cidade. Com o rendimento do salário do casal, e algumas economias guardadas, em pouco tempo compram um terreno e nele constroem duas casas, uma para habitar e outra para alugar e, assim, transformar em mais uma fonte de renda. Quando de nossa conversa, Selene estava afastada do trabalho em função do nascimento recente de seu primeiro filho.

É uma pessoa de poucas palavras, e de uma visão crua da vida. Nosso diálogo foi breve. A última informação transmitida é a de que sua família pensava, agora, em se mudar para Ibaté. Seu pai tinha planos de abrir um comércio e uma das irmãs falava em tentar o ingresso na universidade. Selene parecia feliz com o trajeto percorrido e com a mudança de vida que a migração proporcionou. Não fala de sofrimento em função da migração e nem do trabalho.

A última trajetória aqui apresentada como sendo marcada pela permanência é a de Gilmar, 24 anos, nascido em Pintadas. Migrou com seus pais aos três anos de idade, tendo retornado à sua cidade uma única vez para uma visita pouco antes de realizada a entrevista. (mapa na página seguinte).

Seu pai passou toda a vida trabalhando nos canaviais da região. Havia falecido há seis anos em função de um problema cardíaco. A mãe, que antes trabalhava na

colheita da laranja, com o falecimento do marido se afasta do trabalho e passa a viver dos rendimentos da pensão deixada por este. Gilberto trabalhou no corte da cana por apenas quatro meses. Afirma não ter “vocação” para tal atividade. Grande parte de seu tempo de trabalho até então foi ocupado no ramo da construção civil, contratado por particulares e também pela prefeitura do município.

Há cerca de um mês havia retornado de uma viagem à Pintadas, quando se reencontrou com a cidade de origem e com os parentes. Lá se encanta por uma prima legítima e com ela inicia um namoro. Falava em trazê-la para morar com ele em Ibaté.

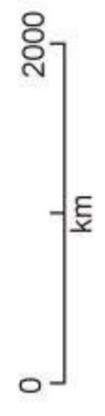
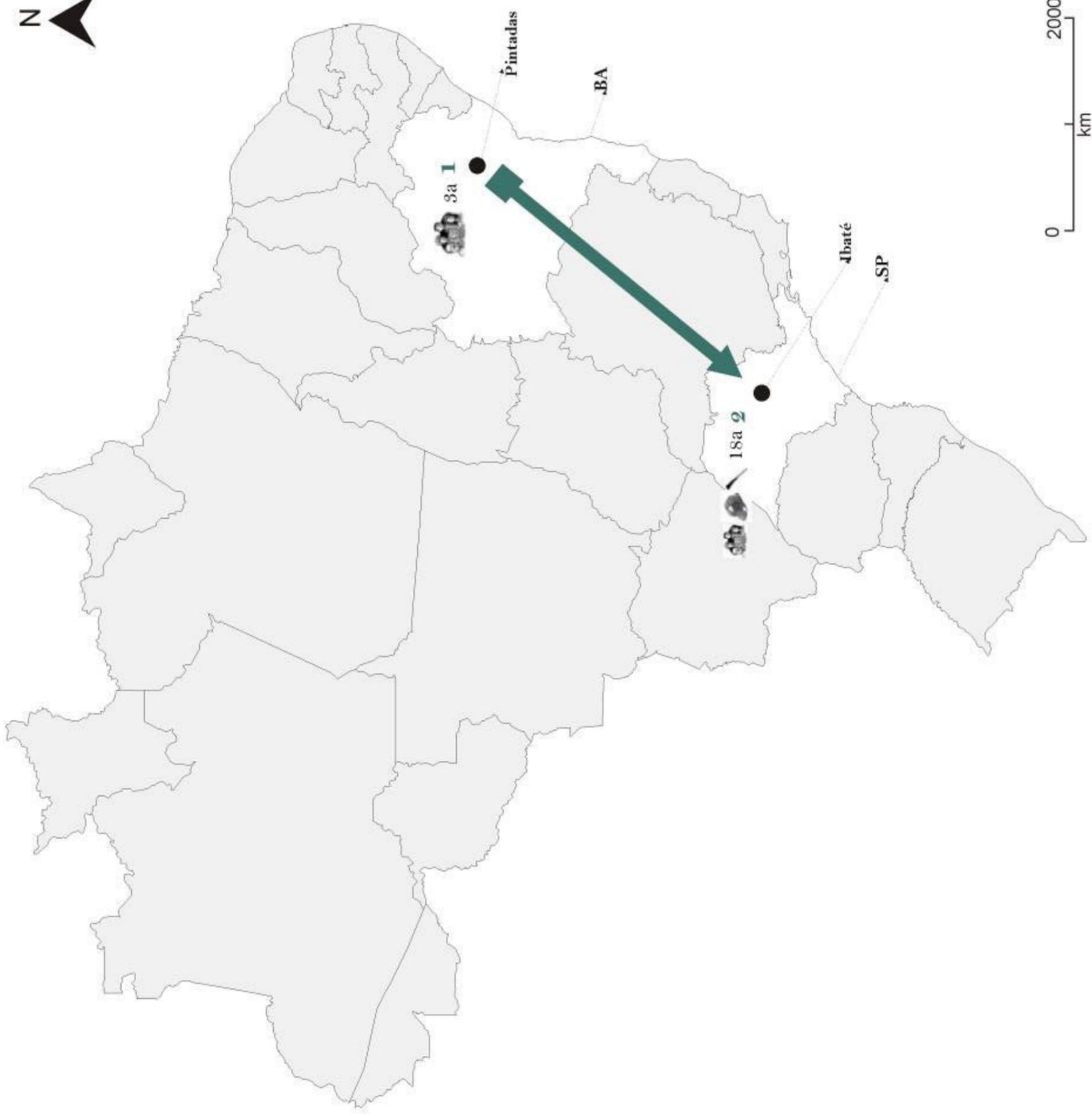
O caso de Gilberto, por um lado, nos fala, novamente e de outra forma, dos elos reconstruídos entre lugares distantes no espaço através das relações sociais. E, quem sabe, da resignificação de costumes. O casamento entre primos era comum no modelo de família monogâmico e patriarcal, herdado por nossa formação social de portugueses na colonização⁶⁸. A união entre parentes consangüíneos assegurava que as propriedades seriam mantidas sob o domínio do grupo familiar. Este costume, já distante no tempo, têm sido re-significado por novos contextos. Pelo empobrecimento de diversas famílias nordestinas, mas de manutenção de pequenas propriedades vizinhas em mãos de um mesmo grupo familiar, outras vezes pela migração rural-urbana. Costume re-significado e re-territorializado.

Por outro lado, a narrativa de Gilberto aponta para a ambigüidade própria de sua identidade. Considerado nordestino em São Paulo e paulista no Nordeste, sofre uma crise de identidade característica dos migrantes de segunda geração. O trecho transcrito abaixo, em que Gilberto compara a vida cá e lá, denota uma confusão originária da ambigüidade vivida.

Eu cheguei lá na Bahia e achei complicado, as coisas é tudo diferente lá, tudo diferente da gente daqui. O modo das pessoas agir, falar... é muito diferente. Não tem serviço... Lá se você trabalhar, você come, se você não trabalhar, você come do mesmo jeito. E aqui não, você tem que trabalhar senão você não come. Tem uma força, tem uma água... Lá tem força, tem água, mas lá é tudo baratinho, né. Porque lá não tem serviço. (...) Ah, se tivesse serviço lá eu não vinha nunca pra cá. Se tivesse serviço eu fazia minha vida lá. (Entrevista realizada em 05/12/2006)

⁶⁸ Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (1988, p. 92), afirma: “A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos. Bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar”.

Trajatória de Gilmar



Legenda:

- Municípios onde morou
- ➔ Trajetória de Gilmar
- ➔ Ponto de partida das trajetórias
- Com quem migrou/residiu
 - Com família consanguínea
- Trabalho
 - Colheita da cana
 - Construção Civil
- Tempo de Permanência
 - Xa Em anos
 - Xm Em meses

TRAJETÓRIAS MARCADAS DE CIRCULARIDADE

Apresentaremos duas trajetórias que, em verdade, se referem ao trajeto de quatro sujeitos, dois casais: Roberto e Joana e João e Ana, todos baianos.

Roberto, 47 anos, nascido na cidade de Monte Alegre (ponto 1), à nordeste do Estado da Bahia, migra ainda na infância para a cidade de Ipirá (ponto 2), vizinha à cidade de Pintadas. No pequeno sítio do pai, na infância participava do trabalho produtivo do lote. Na adolescência começou a trabalhar numa pequena empresa que realizava a extração do sisal (da planta *agave*), sua transformação em corda e sua comercialização. Integrante de uma família bastante extensa (de 15 irmãos) e de, conseqüentemente, uma vida material bastante precária, muito jovem decide sair de casa para tentar a vida em São Paulo, aos 15 anos. Seus companheiros de trabalho, já adultos, falavam sobre a facilidade de se encontrar emprego em São Paulo à época (década de 70), até mesmo para aqueles menores de idade. À contragosto dos pais, Roberto vende os poucos pertences de valor (bicicleta, relógio e alguns porcos), compra a passagem de ônibus e toma o rumo daquele Estado que chama por “coração do Brasil” (ponto 3). Um amigo prometera levá-lo até Guarulhos, a fim de que se hospedasse na casa de sua irmã. Garantiu, ainda, que caso não conseguisse empregar-se ali, nas proximidades da capital, o levaria para o interior, na casa de um cunhado.

Na casa destes conhecidos, em Guarulhos, o espaço é reduzido e as acomodações precárias. É constituída por apenas dois cômodos, uma cozinha e um outro cômodo multifuncional. Roberto passa a dormir sobre três cadeiras reunidas e cobertas por ½ colchão de solteiro. Nesta cidade, de fato, encontra dificuldades de se empregar em função da idade, tendo exercido tão-somente uma atividade informal na feira, “levando despesa de madame no carro”. Procurava um emprego mais seguro. Então parte para o interior, para a casa do cunhado daquele seu colega de Ipirá.

Com ele passa por mais duas cidades, Boa Esperança do Sul (ponto 4) e Dourada (ponto 5), trabalhando em colônias de fazendas de gado, roçando pasto e tratando do gado. Aí se desentende com um companheiro de trabalho por uma namorada, chegando o episódio a decorrer em agressão física mútua. O fazendeiro busca pelo culpado, para afastá-lo do emprego. Como aquele com quem brigou já

possuía uma família e filhos, Roberto decide deixar a fazenda e procurar um rumo. A partir daí passa a “queimar lata”⁶⁹, ainda menor de idade.

Tendo experimentado a dificuldade de encontrar emprego registrado em carteira, decide ir até o Fórum de Araraquara explicar sua história ao Juiz, que o concede um documento que atesta a maioria perante a lei. Com este documento passa a residir na cidade de Santa Ernestina (ponto 6) e trabalhar na cidade de Guariba, na atividade do corte da cana. Aí passa cinco meses, quando é convidado a trabalhar como frentista num posto de gasolina da cidade de Votuporanga (ponto 7). É novamente despedido e retorna para desta vez residir e trabalhar na cidade de Guariba (ponto 8). Aí trabalha mais uma safra e com o dinheiro que recebeu do acerto decide se mudar para São Carlos (ponto 9), uma cidade “muito falada” na região, por ter maior quantidade e diversidade de oportunidades de emprego, na agricultura, na indústria e na construção civil. Em São Carlos trabalha em diversas indústrias, de ramos diversos.

Em uma das visitas aos familiares de Ipirá, quando ainda morava em Guariba, Roberto pede a mão de sua vizinha, Joana, em namoro, a menina que ele observava crescer com olhos admirados e interessados. Foram sempre vizinhos, tendo convivido desde muito jovens. É quando Joana alcança os 14 anos que Roberto a pede em namoro. Na viagem seguinte oficializa o noivado, quatro anos depois se casa e então a leva consigo pra São Carlos (ponto 2).

Joana conta que a princípio temeu a mudança, mas que depositou a responsabilidade por sua segurança nas mãos do esposo. O processo de adaptação ao lugar é lento. Conta-nos que, passados dois anos da chegada na cidade, mantinha o desejo secreto do retorno. Mas o tempo passa, o casal conquista a condição de assalariados (ora permanentes, ora temporários), nascem os dois filhos, a família adquire uma casa própria em São Carlos... e então acabam por se acostumar com a mudança. E desejam manter-se estabelecidos na região.

Em uma fase de desemprego para o casal, Roberto é convidado pelo irmão⁷⁰ à passar alguns dias na cidade de Ibaté à procura de emprego temporário, sem registro em carteira, para assegurar algum rendimento para a família. Essa estada, que Silvio planejava estender por no máximo seis anos, dura 25 anos (pontos 2 e 3). Vendeu a

⁶⁹ Queimar lata “é você morar sozinho, sem pai, sem mãe, sem parente.” (Entrevista realizada em 06/12/2006)

⁷⁰ Roberto tem irmãos no Rio de Janeiro (RJ), São Carlos e Ibaté (SP), e na região de Ipirá (BA). Dos irmãos de Joana (8), um mora em Araraquara, três na cidade de Ibaté (SP) e os demais em Ipirá (BA).

Trajetória de Roberto e Joana

Legenda:

● Municípios onde moraram.

→ Trajetória de Roberto

→ Trajetória de Joana

→ Ponto de partida das trajetórias

→ Ida

↔ Ida e Volta

Com quem migrou/residiu

👤 Sozinho

👨‍👩‍👧 Com família consanguínea

👨‍👩‍👧 Com família conjugal

Trabalho

🔨 Roça de Subsistência

🏠 Construção Civil

🌾 Colheita da cana

🏠 Colheita da laranja

🏭 Indústria

🏪 Comércio

🏠 Dona-de-casa

👤 Aposentadoria

👤 Empregada Doméstica

Tempo de Permanência

Xa Em anos

Xm Em meses



casa em São Carlos, comprou outra em Ibaté, a perdeu na época do Plano Collor e alguns anos depois adquire outra casa própria. Nesta cidade decide voltar ao trabalho na cana, já que não era mais admitido nas indústrias da região – em função da idade e de já ter sido despedido de muitas delas – e os “bicos” que encontrava na construção civil não asseguravam a manutenção da casa. Em Ibaté trabalha como cortador de cana por mais alguns anos.

Depois de adquirir alguma estabilidade material, decide pela tentativa de retorno com toda a família (pontos 11 e 4), como tantos outros. Também como estes, ficam pouco tempo (apenas quatro meses), o suficiente para concluírem pela inviabilidade de manutenção da família no lugar de origem. O pequeno capital acumulado se acaba, os bens começam a ser vendidos e não encontram fonte de renda segura. Roberto ainda tentou o cultivo de alguns produtos para a subsistência que, antes mesmo de afluírem, secaram. Este foi, então, o estopim para a decisão do retorno. Segundo Joana: “Aí ele enlouqueceu para vim praqui de novo”. (Entrevista realizada em 12/12/2006) Deixaram ainda a casa fechada e mobiliada para um eventual retorno à Ipirá (pontos 11 e 4).

Roberto é o primeiro que retorna à Ibaté (ponto 12), sozinho, e meses depois de ter se estabelecido na cidade, alugado uma casa e conseguido um emprego, traz a esposa e os filhos (ponto 5). Passado o tempo, novas dificuldades materiais os impeliram à venda progressiva de tudo que havia ficado em Ipirá, primeiro os móveis e por último a casa.

Em Ibaté, Roberto trabalha por mais dois anos no corte da cana. Joana trabalha na colheita da laranja e na função de diarista em casas de família de São Carlos.

Até que, também como tantos outros, começa a sentir o reflexo da dura trajetória laboral no corpo, principalmente na coluna. Descobre uma inflamação aguda na musculatura e passa a encontrar dificuldades para comprovar a relação causal entre suas dores e o trabalho penoso no corte da cana. Quando a entrevista foi realizada, há seis anos não trabalhava em função do desgaste físico na coluna⁷¹.

⁷¹ Passou dois anos recebendo benefício do INSS por doença. O diagnóstico oferecia-lhe sempre a possibilidade de recorrer com um novo pedido de afastamento, estendendo o direito ao benefício, mas não atestava invalidez para o trabalho. Depois de pedidos reincidentes, Roberto desistiu. Fala sobre a humilhação de, depois de tantos anos de trabalho, não ter seu direito de aposentadoria reconhecido. “Eu acho que se for ver na carteira lá, eu tive vinte e três anos no registro, mais os registro que às vezes não teve contribuição, que foi registrado com gato e o tempo que trabalhei quando era de menor. Se for juntar tudo dá uns 26, 27 anos. Aí você fica doente, vai lá no INSS e o INSS joga você fora!” (Entrevista realizada em 09/12/2006)

Hoje a família vive com o benefício que Joana recebe do INSS em função de afastamento por doença (muitas varizes na perna), do dinheiro que recebe da irmã e a sobrinha por cuidar de seus filhos enquanto trabalham e da contribuição dos dois filhos solteiros que residem com eles⁷².

E apesar das condições precárias que vivem hoje, não desejam o retorno. Acreditam que lá a vida material seria ainda mais precária, as oportunidades de obtenção de renda menores e a adaptação dos filhos mais difícil. Roberto afirmou por diversas vezes que somente com uma aposentadoria assegurada pensaria com maior cuidado no retorno ao Nordeste.

As lembranças são atraídas pelos porta-retratos postos na estante da sala e em outras fotos guardadas. Roberto guarda também a lembrança de uma ausência, de um tempo não-vivido, interrompido pela migração e pelo trabalho.

O tempo que eu tinha dar e receber carinho dela [da mãe], esse tempo eu perdi. Mas o que eu mais penso é isso. Que eu tive tempo pra carinho pra minha mãe e receber dela... e fiquei pelo mundo, no meio dos estranhos. (Roberto, 12/12/2006)

Joana não fala muito de recordações. Quando questionamos sobre os costumes, diz que nem na culinária carrega muitas marcas do passado, porque migrou jovem e aprendeu a cozinhar já em São Paulo. Também, como tantos outros depoentes, não vão à bailes dançar as músicas típicas da região, como o forró. Bailes são "para solteiros". Observamos aí a força do papel moralizador da família e também da Igreja, contribuindo para o perecer da cultura e a desagregação da identidade.

A segunda trajetória marcada pela circularidade é a de João e Ana (próximo mapa). O desenho dos traçados que indicam os caminhos percorridos, de tantos e tão entrecruzados, dificultam até mesmo a leitura do mapa confeccionado. E advertimos que haveria ainda mais linhas representando os trajetos, se nos fosse possível organizar cronologicamente toda a narrativa sobre os lugares percorridos e nos fosse possível retornar ao passado tal com foi vivido.

João, 56 anos, nasceu na cidade de Baixa Grande e cedo se mudou com a família para a cidade de Pintadas (ponto 2). Ao lado dos nove irmãos trabalhou com o pai, pequeno proprietário, no roçado e no tratamento de algumas poucas cabeças de gado, e também na função de carpinteiro. Neuza, 53 anos, nascera na cidade mesma de Pintadas. Contribuía somente com as atividades do lar, com a produção de artigos

⁷² Um deles trabalha, na safra, no interior da Usina da Serra (e, portanto, quando a entrevista foi realizada, na entressafra, estava sem emprego) e o outro fazia bicos de pintura residencial.

de indústria doméstica (derivados do leite, de frutas e verduras) e sua comercialização (na feira). Em Pintadas, ambos moravam na área rural do município, próxima à "vila", a área urbana da cidade⁷³. E eram vizinhos. João sempre atravessava o pasto onde ficavam cercados os bois do sítio de Neuza, observando-a.

Aos 18 anos, João dá início à sua jornada em busca de melhores condições de vida. Vai ao Mato Grosso (ponto 3) trabalhar no corte da cana com outros familiares e conterrâneos. Desiste e retorna. O trabalho lhe pareceu árduo e molesto. De volta à Pintadas (ponto 4), migra para o Rio de Janeiro (ponto 5), onde já morava um irmão. Aí aprende a função da carpintaria, que passa a exercer por diversos dos lugares onde já transitou. Enquanto ainda era solteiro, passava de seis a oito meses trabalhando na construção civil e retornava à Pintadas.

Casa-se aos 24 anos com Neuza, que à época tinha 20 anos de idade, e a leva consigo por entre outros trajetos, sempre acompanhando um familiar ou hospedando-se em casa de algum. Passam nove meses em Salvador (ponto 7 e 2), um ano em Belo Horizonte (8 e 3) e cerca de dois anos em São Paulo (ponto 9 e 4), neste trecho trabalhando sempre no comércio ambulante ao lado de um irmão de João. Cansados da insegurança e da pouca rentabilidade do trabalho informal, João volta ao trabalho da carpintaria. A família, então, se muda de São Paulo para Taboão da Serra (ponto 10 e 5) e aí se estabelece por oito anos. Sentido-se sós, migram para o Rio de Janeiro (ponto 11 e 6), onde quatro irmãos de João moravam com suas respectivas famílias.

Quando aí estavam, o pai de Neuza adoece e ela migra com os filhos para Pintadas (ponto 7) a fim de cuidar da saúde dele, já viúvo. Passam-se dois anos. Enquanto isso, João, no Rio de Janeiro, é convidado por um cunhado a mudar-se para Motuca (ponto 12) e aí se emprega novamente no corte da cana-de-açúcar. Neuza retorna para São Paulo indo encontrar-se com o marido nesta cidade de Motuca (ponto 8). João novamente não se adapta ao trabalho pesado e destinam-no ao trabalho de aplicação de veneno para matar as formigas.

Em Motuca, vão morar numa casa de apenas um cômodo. Neuza cuida da casa, dos filhos e, pela manhã, serve refeições a 10 cortadores de cana. O salário de seu trabalho e do marido juntos não é suficiente para o cuidado com os filhos. Neuza, já cansada de tantas idas e vindas, em um dia à tarde recolhe o pagamento dos trabalhadores a quem servia refeições, vai ao Centro da cidade, compra roupas e comida para os filhos, passagens de ônibus e retorna à Pintadas (ponto 9), sem o

⁷³ Em uma dada época, os pais de D. Neuza compraram uma casa na vila onde passavam os finais de semana.

marido. Adverte, em contato posterior com o marido, que só retorna se o marido abandonar o trabalho no corte da cana e conseguir adquirir uma casa própria para o abrigo da família.

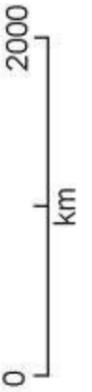
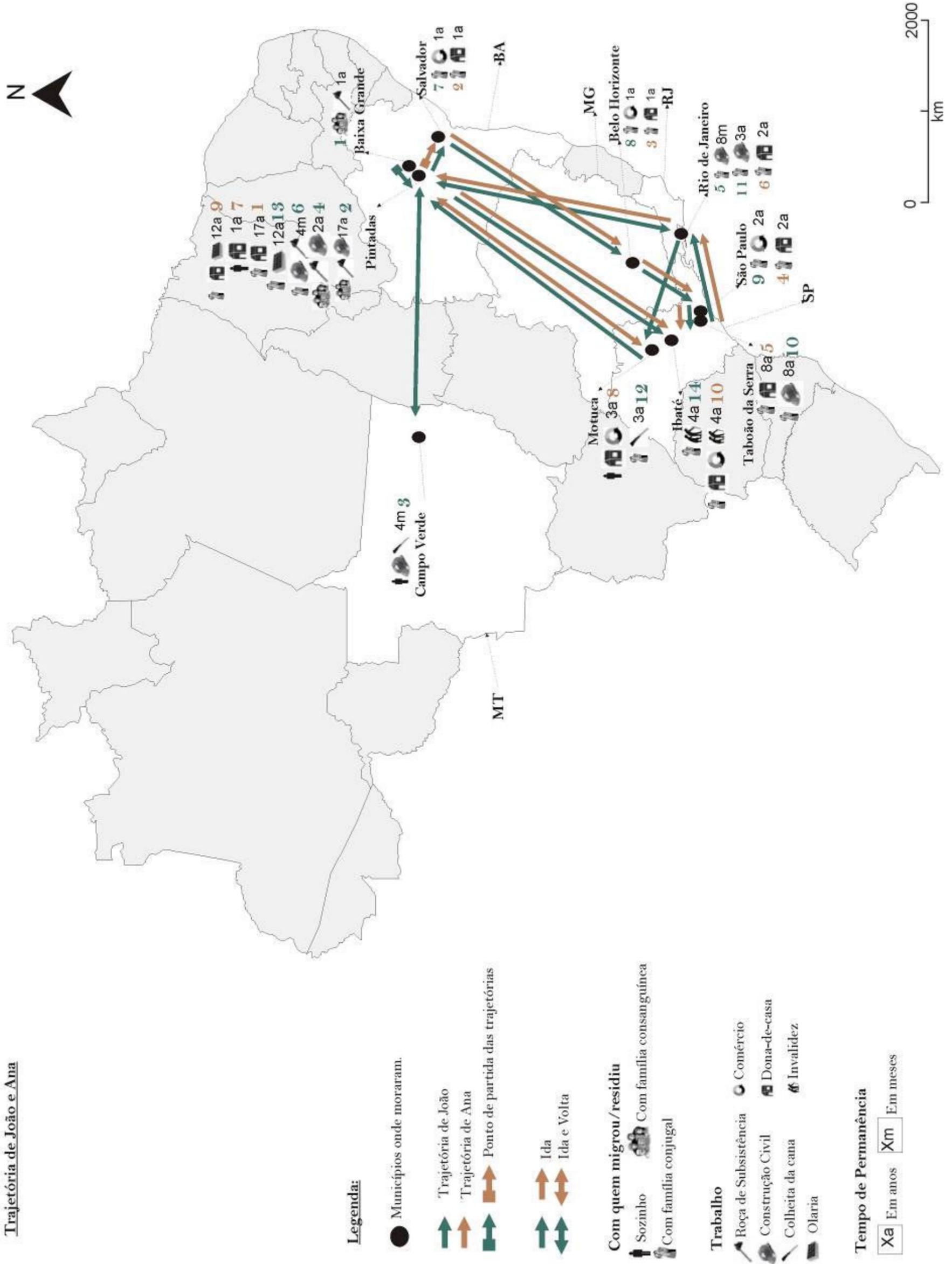
Se eu te falar [Motuca] foi o lugar que eu mais... Que eu não tenho saudade, porque eu tinha uma vida muito... Deus me livre! Muito triste! (...) Então, menina, eu só vivia chorando. (...). Eu falava de coração mesmo que eu não queria viver. Cada ano que ia vendia uma coisa, ao invés de levar dinheiro eu buscava dinheiro, não dava. Era tanta dificuldade que meu pai tinha que vender coisa lá. Aí eu peguei e disse a ele chorando: 'Eu não vou mais pra São Paulo. Enquanto você não melhorar, não ter uma casa. Pra eu vender o que eu tenho eu não vou'. (Entrevista com Ana, 12/12/2006)

João vai à procura da esposa (ponto 13), compra uma casa em Pintadas e decide abrir uma olaria. Aí trabalham ele, a esposa, os filhos e mais alguns empregados assalariados. Passam-se 12 anos. E o empreendimento começa a apresentar mais prejuízos que ganhos. Muitas das vendas eram feitas à crédito (fiado) e não eram pagas, ocorriam episódios de roubo de tijolos periodicamente, o pagamento aos empregados eram feitos na forma de adiantamento e não havia saldo para cobrir os pagamentos posteriormente... "Aí ele foi se desgostando e disse que ia parar. Aí parou". (Entrevista realizada em 12/12/2006)

Decidem novamente pelo retorno, depois de 12 anos passados em Ipirá (pontos 14 e 10). Mas desta vez para a cidade de Ibaté, onde já residia uma irmã de Ana. João muda-se primeiro, mora por sete meses em uma casa de aluguel, sozinho, e enquanto isso constrói a casa própria, exigência de Neuza para seu retorno e o dos filhos para perto do marido. Passados estes sete meses, mudam-se para a casa própria ainda em fase de acabamento. E hoje, os rendimentos que compõe a renda familiar são o salário de dois filhos (funcionários de indústrias na cidade), o trabalho com comércio informal à domicílio realizado por Neuza (venda de artigos diversos para o lar, vestuário e adereços femininos) e o benefício concedido pelo INSS a João por um problema de saúde adquirido durante o trabalho na olaria (o enfraquecimento dos ossos).

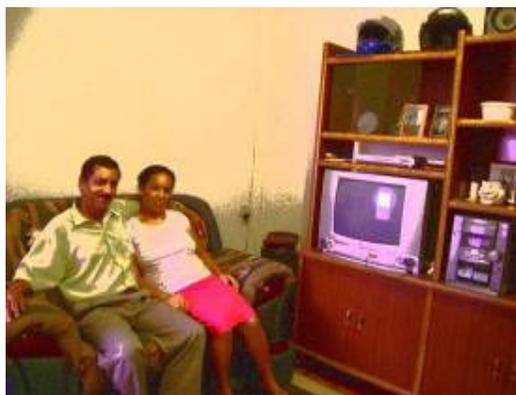
A trajetória de intensa circularidade vivida por esta família foi determinada, por um lado, pela recusa às condições precárias de trabalho dispostas a grande parte da população de sua cidade de origem: o trabalho nos canaviais. Por diversas vezes João experimenta o exercício desta atividade e a recusa, passando a circular em busca de outra fonte de renda. "Ave Maria! Trabalho de suíno! Era ruim." (Entrevista realizada em 06/12/2006) A exigência quanto ao grau de escolaridade nas indústrias impediu

Trajatória de João e Ana



seu acesso ao emprego neste ramo, já que estudara somente até o segundo ano primário. Restou-lhe quase sempre o trabalho da construção civil e o comércio informal, ambos bastante precários e sempre marcados por um ritmo instável.

O desespero e a ansiedade frutos das reduzidas possibilidades dispostas a eles pode ser erguida como uma das razões de tão intensa circularidade. Esperava-se sempre, a cada nova cidade, encontrar a solução dos problemas enfrentados pela família.



CAPÍTULO 4.
Territórios de migrantes nordestinos.

Até aqui, viemos apresentando, num movimento progressivo, diversas informações essenciais para compreensão da relação que os migrantes nordestinos que residem em Ibaté, ou que perpassam a cidade durante alguns meses do ano, estabelecem com o espaço. A opção pelo uso do conceito de *território* indica que buscamos compreender o contexto no qual se desenrolam relações de *apropriação* deste espaço.

Num primeiro momento esta opção informa que temos os olhos voltados para o *trabalho* efetuado num determinado espaço. O sentido da apropriação que perseguimos é, pois, aquele de uma *ação conduzida*, concreta e abstratamente. Raffestin (1993), retomando reflexões de Lefebvre sobre a produção do espaço, ressalta o sentido do *trabalho* efetuado para a produção, por exemplo, do território nacional, que é “batizado, modificado, transformado” pela formação de redes, circuitos e fluxos que aí se instalam (rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas, rotas aéreas). (p. 143).

Buscar compreender as relações destes sujeitos com o espaço a partir do conceito de *território* (como espaço constituído por relações de *apropriação*) informa, ainda, que haveremos de compreendê-las no seio de relações de poder. Tais relações caminham no sentido do poder de dominação, concreta e abstratamente. Concretamente, teríamos uma disputa pela materialização de lógicas divergentes no espaço, pela imposição de uma disposição e um ordem material que demarcassem limites do poder de ação sobre o mundo, limites, então, territoriais. Abstratamente falamos de uma disputa no plano simbólico, ao modo do conceito de “poder simbólico” de Bourdieu, poder de dominação, de caráter marcadamente político, que se assenta no *reconhecimento* das relações de força, “que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante” (p.11)

Como relações de poder que se desdobram tanto concreta quanto abstratamente, remetem, simultaneamente, a relações das mais diversas naturezas: econômica, política e cultural. Nas palavras de Haesbaert (2006):

Se entendermos o território no seu sentido amplo de dominação e/ou apropriação do espaço, nos termos de Lefebvre para a produção do espaço, podemos afirmar que os objetivos desta produção e controle (ou des-controle, no caso de incluir a des-territorialização) podem ser os mais diversos, envolvendo fatores de ordem econômica, política e/ou cultural. (p.172)

Nesse sentido, escapando às tendências de abordagem “unidimensionais” bastante comuns nos estudos sobre a territorialização, caminhamos no sentido de uma visão “integradora” do território (Haesbaert), de uma investigação que percorra estas diferentes dimensões da existência humana para compreender como as disputas pela apropriação do espaço transcorrem no interior de cada uma delas.

Assim, depois de contextualizarmos a cidade que é locus desta pesquisa (primeiro capítulo), e de, em seguida, percorrer o trajeto mesmo da migração de nossos sujeito-objetos (a partida, no capítulo 2 e a trajetória, no capítulo 3), refletiremos sobre o sentido da territorialização construída neste processo.

Num primeiro momento (tópico 4.1), embebidos fundamentalmente da discussão construída no primeiro capítulo, refletiremos sobre os processos de apropriação dispostos aos migrantes no interior da cidade. Num segundo momento (4.2), aprofundaremos algumas reflexões sobre o processo de territorialização a partir das considerações sobre a trajetória percorrida, tendo no horizonte os apontamentos do segundo capítulo. Por último, utilizaremos as discussões empreendidas nestes dois tópicos anteriores para construir algumas relações entre a territorialização de nossos migrantes e sua relação com o processo de exclusão/inclusão precária. É, portanto, neste último capítulo que reunimos diversas das informações fornecidas no corpo do trabalho e construímos uma análise cujo foco é aquele do processo de apropriação do espaço pelos migrantes.

A organização da reflexão e sua exposição delas neste capítulo foi orientada, sobretudo, por alguns apontamentos realizados por SOJA (1971) a respeito do processo de formação dos territórios, apontamentos que são retomados na obra de Raffestin (1993) Segundo aquele autor, o território é formado por “tessituras, nós e redes” que organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre a dinâmica predominante no espaço.

Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. (SOJA, 1971⁷⁴, apud RAFFESTIN, 1993, p. 151)

A tessitura implicaria uma noção de limite territorial, de área de influência de um determinado poder, formada por malhas, zonas de influência, que cristalizam um

⁷⁴ SOJA, 1971. INSERIR REFERÊNCIA CORRETA.

conjunto de fatores sociais e/ou culturais. Tais zonas, entretanto, não são homogêneas, nem uniformes e quase nunca aleatórias. Os pontos (ou nodosidades) são os locais de referência, onde os sujeitos se agrupam, cuja posição pode ser determinada absoluta ou relativamente. A rede (abstrata ou concreta, visível ou invisível) é o sistema onde se desenham as tramas, é o mecanismo que assegura a comunicação entre os espaços e sujeitos, é aquela que possibilita assegurar o poder de apropriação sobre o espaço.

Tais tessituras, nós e redes constituem os territórios tanto numa escala local (como a escala de um bairro) quanto numa escala mais ampla, como a nacional. Através das narrativas das trajetórias pudemos desde já observar, entre as idas e vindas dos migrantes por entre as redes constituídas entre cá e lá, que devemos tomar em consideração não apenas a escola local, mas também a escola nacional, ou inter-regional.

O aspecto da *tessitura* foi parcialmente desvendado no capítulo 2, quando nos remetemos às razões que levam à desterritorialização de nossos entrevistados, que os inserem em relações de poder pela apropriação dos espaços. Neste momento, no tópico 4.1, apresentamos mais alguns aspectos da tessitura do território, analisando as relações de poder no interior da cidade de Ibaté, cidade que é *locus* principal de nossa pesquisa. A partir do tópico 4.2 daremos luz aos nós e redes constituídas no movimento entre a terra de origem e de destino de nossos migrantes.

Faret (2003⁷⁵ apud FLORES, 2004) efetua a reunião destes pontos descritos por Soja num único conceito, o de *território migratório*, conceito que, caminhando no sentido de nossa compreensão das relações territoriais, carrega também o sentido do *poder* contido na noção de apropriação e o define em relação à diversidade de expressões da experiência humana (econômica, política, cultura). Assim, de acordo com Flores,

El conjunto de lugares que componen un territorio migratorio no son puntos aislados, aun si geográficamente se encuentran dispersos. Lo que conforma ese territorio es tanto el lugar de origen (real o imaginario), como lo que vincula entre sí a los distintos lugares de migración. El territorio migratorio es un espacio organizado y significativo que mantiene una lógica propia (Faret, 2001). Es un espacio a donde se crean nuevas formas de sociabilidad, se construyen redes, se elaboran estrategias, se encadenan migraciones locales, regionales, nacionales e internacionales, y se establecen los vínculos entre los agentes que posibilitan la inserción de los

⁷⁵ FARET, A. Les territoires de la mobilité : migration et communautés transnationales entre le Mexique et les États-Unis. Paris CNRS Ed., 2003.

trabajadores a los distintos mercados laborales. En este sentido, la lucha por el control del espacio resulta vital y es fuente para el desarrollo de nuevas identidades. (p. 14)

Desde os primeiros contatos com tal literatura tivemos a clareza de que precisaríamos também lidar com esta idéia de um processo de apropriação territorial realizado *na* mobilidade. Apostamos que a leitura dos *portraits* concedeu ao leitor tal clareza, tal como esta veio a nós.

4.1. Território e cidade: a tessitura constituída pelas relações de apropriação do espaço da cidade.

Vimos no primeiro capítulo que embora os trabalhadores rurais se espalhem por toda a cidade, nos é possível apontar alguns bairros onde eles se concentram, e, ainda, algumas características específicas para cada porção periférica da cidade. Tal processo de segregação é produzido por um encadeamento de fatores. Por um lado, os produtores do espaço urbano (Estado, capital imobiliário, especuladores...) determinam a valorização diferencial dos espaços segundo sua utilização para o processo de acumulação (CARLOS, 1994). Assim, os bairros mais acessíveis para a faixa de renda dos trabalhadores rurais e operários de baixa qualificação são aqueles bairros populares à Sudoeste e Nordeste do centro da cidade e ainda aqueles localizados no vão entre a ferrovia e a rodovia. Para a lógica dos consumidores deste espaço (os moradores), que valorizam as localizações segundo a necessidade de reprodução da vida, o uso residencial e o lazer, estar próximo aos semelhantes, aos familiares, àqueles com os quais se possui uma relação de identidade cultural, é um critério de seleção importante. Para estes trabalhadores, que recebem uma remuneração baixa e variável segundo a produtividade e ainda se encontram recorrentemente sujeitos a períodos de desemprego, este critério têm seu valor superestimado. Assim, aqueles hábitos e valores próprios do mundo rural, como os laços estreitos com a vizinhança, compadres e familiares, são transplantados para o espaço urbano e servem também à construção de uma rede de solidariedade que possibilita a manutenção destes trabalhadores na cidade⁷⁶.

Esta lógica de reprodução observada na escolha do "lugar urbano" é também observada no estudo que fez AGIER (1998) sobre o bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo, a partir de uma análise etnológica das posições, redes e itinerários urbanos. Para o autor, a escolha daquilo que denomina "lugar urbano" tem tanto referência externa quanto interna. "Visto de fora – poderíamos também dizer: visto do alto, posto que isso acarreta a ambição cartográfica – pode ser definido como uma região moral, no sentido compreendido por Roberto Park" (p. 60). Este nível de análise define os limites dos bairros a partir de suas características sócio-morais, e orienta a mobilidade residencial a partir da distinção que eles oferecem. "Esse sentido de lugar

⁷⁶ A importância da manutenção destas relações sociais próprias do mundo rural para a manutenção dos trabalhadores rurais já vêm sendo destacada no interior de outras pesquisas realizadas por nosso grupo, coordenadas pela Prof^a. Maria Aparecida Moraes Silva e financiadas pelo CPNq e FAPESP. Pode-se encontrar referência em MORAES SILVA et al (2003) e MELO (2003).

tem a cidade inteira como referência". (p. 60) A definição de lugar a partir de dentro é aquela marcada pelas mediações sociais, caminho para que o indivíduo torne-se urbano. Afirma que "as redes familiares e quase-familiares por um lado, e os grupos de pares por outro, parecem, na Liberdade, serem as principais formas de mediação entre o cidadão e a cidade." (p. 61). Observamos ser assim também em Ibaté.

Inês, baiana que mora na cidade há cerca de 15 anos, fala da importância, para ela, da proximidade com a família. No mesmo bairro em que mora, o Cruzado I, mora também uma irmã sua com o marido, que são também padrinhos de seu filho mais novo. No bairro Icarai mora um outro irmão casado e na cidade de Araraquara uma terceira irmã também casada com a família. Em diversas situações, tais parentes – principalmente estes que residem no mesmo bairro – cumprem papéis fundamentais na reprodução da família de Inês, como na divisão da responsabilidade sobre os filhos com as irmãs e na realização de algumas atividades atribuídas comumente ao homem por seu cunhado, marido de sua irmã, quando do falecimento de seu marido, há cerca de 3 meses antes de nos conhecermos.

Se eu não tivesse [a família por perto] eu não tava aqui mais não. [silêncio]. É, porque você tendo parente por perto parece que você se sente mais... mais seguro, não é? Que nem no dia que o menino adoeceu. Eu saí daqui três horas da manhã para o hospital e deixei recado pra minha irmã vim aqui e cuidar dos meninos que eu tava no hospital. Porque eu tenho parente, não é? Agora sendo vizinho... Que nem eu, não conheço muito bem os vizinho aqui, então fica meio difícil. (Entrevista realizada em 09/12/2006).

... as coisas mais forte de resolver é como o problema dessa casa. Tem que contratar pedreiro, eu não tenho experiência, tem que comprar material e eu não sei que material que precisa... Tem que chegar e... chamar uma pessoa que entende, da família, que nem o meu compadre, marido da minha irmã, que é o único que me ajudou... "Compadre, arruma o pedreiro, vai lá, mostra o serviço, pergunta a ele o que é, o que vai precisar, quanto eu vou gastar..., porque eu não entendo isso. Que tipo de material vai precisar..." Isso aí era dele [do marido falecido], entendeu, eu não me envolvia com isso. (...) Essa parte de pedreiro mesmo eu joguei tudo pra ele [o compadre]. "Olha, compadre, o senhor vai me falando pra ver até onde eu posso chegar, vê o que dá pra fazer e o que não dá, porque eu não entendo." O pedreiro pode chegar aqui e dizer: "Não, eu só trabalho pra senhora por cinquenta reais." Pra mim ele tá dando o preço dele. Eu não entendo nada! Tem, por exemplo, problema de material, eu não entendo. Vai precisar de quê? "Isso é assim e assim." Você tem que chegar na loja e saber comprar. Então é isso que tá sendo mais difícil pra mim, então eu tenho que entregar na mão do meu cunhado. (Entrevista realizada em 09/12/2006)

Inês está incluída entre os 80% de moradores dos bairros Cruzados I e II que, ao responderem nosso questionário, afirmavam possuir parentes residindo no mesmo bairro, e também entre os 51% que afirmaram possuir parentes residindo em outros bairros da cidade. Mas há também aqueles que decidiram residir nestes bairros simplesmente porque o preço do terreno lhes era acessível, aí não possuíam nenhum familiar, algumas vezes apenas algum conhecido ou conterrâneo. Também para estes é necessário estreitar relações, construir redes sociais que sustentem suas relações com o território. Na ausência de parentes – ou mesmo em virtude de desavenças com estes – vizinhos, conterrâneos e companheiros de fé religiosa, este que forma as redes quase-familiares de Agier (1998), formam a comunidade a qual se sentem parte nesta cidade a princípio estranhada.

Para Maria, que veio para do Estado do Pernambuco para Ibaté em companhia unicamente de seu marido Silvio e dos filhos e aí reside há cerca de 15 anos, a relação com o grupo religioso e a vizinhança configuram a comunidade à qual ela e sua família se sentem parte. Diariamente recebe visita das “irmãs” da Igreja, com elas faz visitas a outros “irmãos” doentes ou que passam por graves necessidades materiais, é a caminho da Igreja que Maria tantas vezes experimenta a vida no bairro, observando as transformações ocorridas no espaço através do tempo, é também na Igreja ou através dos companheiros de fé que tem notícia de acontecimentos relevantes para a vida da comunidade, como falecimentos, nascimentos, casamentos, decisões político-administrativas que afetam o bairro, eventos comunitários... Também a relação com os vizinhos tem grande importância para a família de Maria, o que não quer dizer que se tratem sempre de relações amigáveis. O estreitamento das relações sociais expõe sempre as pessoas aos mais diferentes desencontros, de humores, de valores, de interesses, diversos deles narrados por Maria. Mas importa reter que é também com este grupo que a família experimenta a vida comunitária, é este grupo que tantas vezes oferece à Maria o equilíbrio emocional que o sentimento de pertencimento e o necessário exercício das relações sociais concede aos homens. Porque “a pessoa muito calada não pode ter saúde. Eu não gosto de ficar sem conversar com ninguém. Essa daí [a vizinha baiana], eu gosto de conversar com ela. Ela fala dos problemas dela, a gente conversa...” (Entrevista realizada em 04/12/2006).

Também para Nice, que veio do Maranhão para Ibaté com o marido e possui como parente próximo somente o cunhado (irmão do marido), migrante *sazonal* que reside num alojamento bem próximo de sua casa, a relação estreita com as vizinhas constrói ao seu redor uma atmosfera de afetividade e reciprocidade. Quando ela vivia

o momento chamado por alguns de *resguardo* e por outros de *quarentena* (momento subsequente ao parto, constituído de cerca de 42 dias, em que a mulher observa certos cuidados) depois do nascimento de seu filho mais novo, o único nascido no Estado de São Paulo, a vizinha cumpre o papel que sua mãe ou irmãs cumpririam caso residissem por perto, realizava aquelas atividades domésticas proibidas à Nice naquele período de recuperação: lavava as roupas (todas à mão) e preparava as refeições da extensa família (5 filhos e o marido). Fez isso durante todo o período da *quarentena*. Depois de mudar de residência dentro do mesmo bairro Nice manteve contato com essa vizinha e criou laços estreitos com a nova vizinha de frente. “Quando ela não tá aqui eu tô por lá. [riso]. Estamos sempre juntas.” (Entrevista realizada em 07/12/2006)

Adalto, baiano que mora em Ibaté há cerca de 15 anos, assim como Inês possui parentes próximos, um irmão mais velho, mas com ele não mantém relações próximas. Por diferenças de humor entre eles e, talvez também, um certo preconceito racial, vêem-se raramente. Adalto é fruto de um intenso processo de miscigenação, como tantos outros nordestinos. Fala-nos de uma avó cabocla, “pegada no mato”, de pais e avós mais claros do que ele e de irmãos de fenótipos bastante variados. Dentre eles, Adalto é o mais escuro, e o irmão que mora no mesmo bairro que ele, o mais claro. Quando pela primeira vez questionei Adalto sobre a relação com este irmão, ele responde: “Ele... é dessas pessoas racistas, mais do que eu ainda.” Mas, no avançar de nossa conversa, nega ter se sentido vítima de algum preconceito. “Ninguém nunca falou nada disso aí pra mim não. Eu ando por aí, graças a Deus, de cabeça erguida aí e ninguém nunca falou nada” (Entrevista realizada em 09/12/2006).

Observamos que o preconceito étnico/racial é pano de fundo para muitos dos conflitos e rixas, tanto entre parentes como entre vizinhos. Retornando ao caso de Inês – relatado há pouco –, cujas relações são quase que restritas ao grupo familiar, o preconceito racial sentido por ela desde a chegada na cidade e expresso em rixas eventuais, distanciou-a da maioria dos vizinhos dos arredores de sua casa.

B.: E quando a senhora chegou aqui a senhora se sentiu bem recebida pela vizinhança?

I.: Não.

B.: Não?!

I.: Eu chorei, quantas vezes eu chorei!

B.: Por quê?

I.: Ah, eu sei lá, eu acho que os vizinhos tinham nojo ou era medo da gente, não sei o que é que era, era um tratamento esquisito! Olhava pra gente e daí a pouco tava... A gente não podia nem conversar que já entrava correndo pra dentro de casa, não sei se era nojo ou medo da gente.

B.: Nossa, porque será?

I.: Ah, eu não sei não mas... você não vai importar que eu falo, mas aqui tem muita gente que tem preconceito, viu, muita gente que pensa que todo mundo tem maldade, todo mundo pensa coisa ruim... (Entrevista realizada em 09/12/2006)

Desde que Inês toma a iniciativa de admitir o preconceito que lhe é dirigido, atitude bastante rara – nos deparamos, mais frequentemente (como no caso de Adalto), com a relação oposta, de negação do preconceito quando de nosso questionamento ou de silêncio em relação a ele, um silêncio que é, muitas vezes, uma tentativa de negação para si, de não aceitação ou de impotência ante ele – passo a investigar a que ele é referido.

Uma grande parte dos moradores naturais da cidade ou de outros Estados cultiva certo preconceito regional contra os nordestinos, preconceito que se remete algumas vezes ao vocabulário e sotaque diferentes, à relação com o tempo dos acontecimentos, em geral mais lento, diferenciando-se do ritmo acelerado característico de Estados mais próximos do ideal de modernidade⁷⁷, como São Paulo (aliás, seu ícone), e ao fato de ser a região Nordeste uma das regiões (junto com a região Norte) com um maior índice de população de cor negra e parda. Diversos autores têm destacado questões como esta que observamos em nossos trabalhos de campo⁷⁸, como Vasconcelos (2007) que fala de um “novo racismo” direcionado à população daí originária, a partir das concepções de Antonio Sérgio Guimarães:

...no Brasil, entre os “brancos” estariam incluídos os mestiços e mulatos claros (...) e os “baianos” e “nordestinos” teriam sido transformados nos alvos principais do “novo racismo” brasileiro. Para o autor, as desigualdades sociais separariam brancos de negros, ricos de pobres e nordestinos de sulistas. P. 3.

Inês conta-nos com tristeza o dia em que um vizinho paulista expressa o desejo de manter-se distante dessa “gente do Norte”. Apercebendo-se, talvez tardiamente, da ofensa causada em Inês, se desculpa: “Não é nada com você não, Inês, eu não tenho nada contra você.” Outros episódios em que a entrevistada sentiu-se ofendida com preconceitos direta ou indiretamente direcionados a ela são relatados, como o dia em que uma colega de oito expressa um sentimento declarado e exacerbado de fobia racial, dizendo “que nordestino era ordinário, era ruim, era tudo imbecil, ignorante, estúpido, que odiava nordestino, quem fosse amigo dela que não falasse de nordestino perto dela...”, ou a notícia de que numa cidade próxima, um prefeito estava

⁷⁷ Acompanhando a distinção feita por Santos (1996) entre o “tempo lento” e “tempo rápido”.

⁷⁸ Dentre eles, estão HAESBAERT (1997) e MAGNOLI (1997).

controlando a entrada de nordestinos na cidade, acreditando que tal deliberação diminuiria as ocorrências de violência na cidade⁷⁹. “Aí nós fica sabendo daquilo a gente fica sem graça, não é?”

Tal preconceito é percebido não apenas em relação aos paulistas em condições econômicas e políticas superiores (patrões, comerciantes locais, pessoas com mais posses...), tal como se possa supor. É também percebido em relação aos moradores do lugar, trabalhadores com baixa qualificação em busca de emprego, tal como eles. Para estes, o nordestino, além de todos aqueles qualificativos de estigmatização, é aquele que vem “roubar o emprego da gente” porque é aquele que suporta a dura lida do trabalho, mais resignado, certo de que não encontrará condições melhores em sua terra de origem (no caso daqueles que buscam estabelecer-se na cidade) ou então obstinado pelo compromisso de enviar divisas ao lugar de origem para o sustento da família (no caso dos trabalhadores sazonais). É do que nos fala Manoel:

Ás vezes as pessoas diz assim que os baianos, os nordestino, vem aqui tirar o serviço dos paulistas. A pessoa fala: ‘Vem aqui tirar o nosso serviço.’ Mas se você for analisar, ele vem pra trabalhar. De uma forma ou de outra os paulista são meio folgado, gosta de coisa manera, trabalhar no leve... Eu não sei se você concorda comigo. Eu sou paulista... se eu pudesse pegar uma coisa mais levinha.... não é? E ele não. Eles vai na sacaria, vai cortar cana, vai na bituca, vai carpir... Porque a obrigação deles... Eles quer manter a família deles lá onde deixaram. Eles vieram aqui com o objetivo de trabalhar e mandar uma recompensa, mandar uma verba pra quem fica lá no lugar de onde eles vieram. Eles vieram em busca de uma missão, o objetivo deles é esse, o propósito deles é esse. Que seja trabalho pesado ou leve, mas eles vieram pra trabalhar. Por isso que a nossa empresa aí, a Usina, eles já pegam muitos migrantes. Porque eles sabem que o objetivo deles aqui é trabalhar (Entrevista com Manoel, 28/11/2006).

Tal observação sobre a disposição ao trabalho que caracteriza o nordestino, neste caso reforça as retaliações que tradicionalmente recaem sobre o nordestino em São Paulo. Talvez a atitude compreensiva e tão somente afirmativa observada nas palavras de Manoel transcritas acima sejam possíveis porque é ele filho de pais nordestinos. Mas é nas palavras de João Carlos que observamos o lado mais transparente desse descontentamento. Ele afirma que os nordestinos “estragaram o

⁷⁹ Acreditamos que o recorrente comentário da população (de origem bastante desconhecida aqui e acolá) se refere ao ocorrido na cidade de Santa Rosa do Viterbo no ano de 2006, noticiado pela FOLHA DE SÃO PAULO em 25/04/2006. Segundo a reportagem a Polícia Civil solicitou naquele ano aos empreiteiros de mão-de-obra o cadastro de todos os trabalhadores migrantes a fim controlar sua presença na cidade e evitar o aumento da violência. Tal atitude foi definida pelo Presidente da OAB Marcos Souza como uma medida “fascista”.

Estado de São Paulo”, e que, inclusive, o prefeito da cidade estava “bronqueado” com o fato destes migrantes não investirem o rendimento de seu trabalho na cidade de destino, porque “ao invés deles gastar aqui, eles leva pro Norte”, deixando de investir nessa “cidadezinha que é pobre” (Entrevista realizada em 09/12/2006).

As relações de conflito vivenciadas pelos nordestinos no contato com os paulistas são semelhantes aos conflitos vivenciados também por aqueles em relação aos sulistas (gaúchos). HAESBAERT (2007), ao estudar o processo de territorialização gaúcha no Nordeste, mais especificamente na cidade de Barreiras, na Bahia, faz um extenso levantamento dos qualificativos que são atribuídos a sulistas e baianos, construindo um “conjunto (aparentemente) dual de qualificações identitárias” (p. 163), reproduzidas abaixo:

“Gaúcho”	“Baiano”
Inteligência	Burrice
Trabalho	Preguiça, festa
Ambição	Despretensão
“Esperteza”	Simplicidade; ingenuidade
Agressividade	Modéstia, meiguice
Dureza, rigidez	Tolerância (com “ginga”, “arrodeios”)
Conservadorismo	Liberalidade
Limpeza, ordem	Sujeira, desordem

Alguns destes “pares duais” poderiam ser tomados também para pensar a relação do nordestino com o paulista, haja vista uma tendência a certa aproximação entre aqueles nascidos no “Sul” e a certos valores atribuídos àqueles originários desta grande região significativa, como os valores do progresso e do desenvolvimento econômico. A estes nascidos no “Sul” poderiam, então, ser atribuídos, ainda, os qualificativos relativos à inteligência, ao trabalho, à ambição, a esperteza, a limpeza. Os demais qualificativos expostos no quadro (“agressividade”, “dureza, rigidez” e “conservadorismo”) são atributos que nos parecem referidos mais diretamente ao caráter tradicionalista e ao forte conteúdo machista típico de tais sociedades, que se opõe à modernidade, ao refinamento no trato das relações sociais que a idéia de “civildade” contida no moderno supõe e, também, à uma maior exposição às transformações advindas com a modernidade, como o questionamento às relações de poder de homens sobre mulheres (tanto mais forte quanto mais carregados de *urbanidade* os conteúdos dos espaços urbanos).

De toda forma, este quadro é apresentado aqui apenas para fornecer ao leitor mais uma esforço de expressão das diferenças étnicas envolvendo nordestinos e sulistas, numa perspectiva mais ampla. Não pretendemos nos aprofundar no estudo de tais distinções neste momento⁸⁰, mas apenas identificá-las como mais uma das relações que tornam difíceis as relações de apropriação dos sujeitos de nossa pesquisa, migrantes nordestinos trabalhadores do setor sucroalcooleiro, no interior de uma pequena cidade de São Paulo. Pois, tal como ocorre entre gaúchos e baianos, são impostos qualificativos de superioridade ao paulista em detrimento aos qualificativos de inferioridade atribuídos ao nordestino. Substituamos o termo “gaúcho” pelo de “paulista” no trecho transcrito abaixo e temos uma perfeita correspondência entre a observação de HAESBAERT em suas pesquisa e estas que fazemos aqui:

É importante observar que essas contraposições aparecem de forma a conceder quase sempre um valor superior, mais positivo, ao “gaúcho” (os símbolos que o identificam são basicamente “símbolos de prestígio”, para usar os termos de GOFFMAN, 1988) e mais negativo ou depreciativo ao “baiano” (cujos símbolos de identidade são sobretudo “símbolos de estigma”)... (2007, p. 163)

Por outro lado, como já anunciamos, tais preconceitos não remetem somente a uma questão regional, que contrapõem baianos e paulistas, mas também a um preconceito de cor, que contrapõe negros e brancos. Retornando ao caso de Inês, aquela que mais abertamente nos falou do preconceito que lhe é dirigido, trata-se de uma mulher negra, de pele escura, além de nordestina. Seu marido, segundo seu relato e as fotos que nos mostrou, tinha uma pele ainda mais escura, bastante negra. Observamos que, para ela, o preconceito está no entrecruzamento desta dupla identidade – negra e nordestina. Dessa forma, Inês não sofre preconceito apenas de paulistas, mas também dos próprios conterrâneos de pele mais clara. A ideologia do branqueamento tem tal força entre os nordestinos, que, como é praticamente generalizada a miscigenação com a etnia negra africana, se coloca grande valor na gradação do tom da pele⁸¹.

Neste contexto de tensão e medo (gerado pelo estranhamento no contato com o diferente) eventos ocasionados pelo encontro dos mais diferentes fatores corroboram no sentido de reforçar e justificar o preconceito. Inês relata que os episódios

⁸⁰ HAESBAERT, no estudo aqui citado (2007) faz um levantamento demorado nas qualificações utilizadas para definir “gaúchos” e “nordestinos”, apontando, tantas vezes as contradições e o preconceito que expressam.

⁸¹Sobre a ideologia do branqueamento, ver SKIDMORE (1979).

recorrentes de embriaguez de seu marido seguidos de sua morte violenta (cuja suspeita da causa gira em torno de uma tentativa de roubo) reforça, entre os vizinhos, uma associação entre sua negritude ou sua *nordestinidade* e uma tal tendência à marginalidade e ao banditismo.

Também no interior do grupo familiar geram-se conflitos alimentados por um certo preconceito de filhos nascidos ou criados no Estado de São Paulo direcionados a seus pais nordestinos. É um conflito de gerações que expõe não somente a interiorização de uma hierarquia entre regiões e culturas, mas também entre temporalidades, entre a noção de moderno e arcaico, entre expressões de globalismos e regionalismos. É também na longa e franca conversa com Inês e seus filhos que tal preconceito torna-se explícito.

Inês: O pessoal tem mais preconceito por que... primeiro é a fala, eles não gosta muito da fala do baiano, fala que baiano fala muito errado. Eu falo errado, meus filho aí que estuda fala que eu falo muita palavra errada.

Beatriz: É, você acha que fala?

Inês: E também fala que...

Filho: Manda ela falar "play station dois" aí.

Inês: Não vou falar. (Entrevista realizada em 09/12/2006)

Vemos nesse episódio a interiorização do preconceito tanto em Inês, que aceita a idéia de que fala mesmo muita coisa errada, quanto de seu filho, que muito jovem (14 anos) e residindo num bairro periférico de uma cidade periférica dentro da hierarquia do mundo urbano, aprende a falar e a valorizar o conhecimento da língua inglesa, ensinada nas escolas públicas, veiculada através de produtos de origem norte-americana ou simplesmente de nomeação inglesa e imposta de tantas outras formas como a língua do mundo globalizado.

Peço licença ao leitor para ressaltar este conflito de gerações recordando-me de uma memória da infância e adolescência, narrada, então, em primeira pessoa. Minha mãe, que saiu do Estado da Paraíba para se dirigir ao Estado de São Paulo já aos 24 anos, tanto em função do tempo que lá viveu quanto pela valorização interior de sua cultura, preservou muito do vocabulário regional. A cada nova palavra proferida por minha mãe e estranha aos nossos ouvidos, meus e de meus irmãos – e algumas vezes também de meu pai, que saíra do Nordeste quando menino, aos 9 anos –, seguia-se uma manifestação de estranhamento e comicidade. E algumas vezes dizíamos: "Mas essa palavra não existe, mãe! De onde a senhora a tirou?!" E minha mãe soberbamente respondia: "Pois procurem essa palavra no dicionário pra ver se não

encontram!” E nós procurávamos. E encontrávamos!!! Com o tempo percebemos que muitas destas palavras estranhas para nós eram de um português mais arcaico, mais preservado, o que podemos atribuir ao fato de ser a região Nordeste uma das primeiras colonizadas pelos portugueses e não ter sido muito afetada pelas transformações e os signos da modernidade, dado seu atraso econômico e o fato de ser região mais expulsora do que receptora de novas levas migratórias. Que não existissem no dicionário as palavras que dizia minha mãe! Eram dela e de sua forma de relação com o mundo e de identidade cultural. E a atitude afirmativa de minha mãe certamente construiu sentimentos também positivos em nós quanto à nossa origem, tantas vezes subestimada na relação com os outros, tal como algumas vezes a subestimamos com nossas interrogações. Narro essa história aqui da mesma forma que narrei ao filho de Inês durante a entrevista realizada na sala de sua casa.

Quanto aos homens migrantes, trabalhadores sazonais, observamos que as relações sociais são praticamente limitadas ao espaço dos alojamentos e à relação com o comércio local. Sendo característico a organização dos trabalhadores segundo a região de origem, como apontam diversos estudos⁸², esta relação entre conterrâneos, dentre eles muitos aparentados, forma a comunidade à qual estão inseridos nestas cidades de destino. Entretanto, junto àqueles outros migrantes espalhados pela cidade, vivenciam também conflitos marcados pelas diferenças étnico/raciais e culturais no contato com o outro, o morador do lugar⁸³.

Assim, retomando casos característicos como estes narrados até aqui, assentamos a importância das relações sociais, da constituição das redes sustentadas por tais relações e a questão da localização em relação a esta rede, como alguns dos sustentáculos dos territórios. Damos luz às delicadas relações que permeiam a construção dos territórios através da vida cotidiana, muitas vezes invisíveis às cifras, aos números absolutos e relativos, aos mapas e gráficos... Trazemos a reflexão sobre as difíceis relações de poder vivenciadas no cotidiano, por meio das relações experimentadas no interior das organizações sociais da família e gênero, de raça/etnia, de vizinhança, de compadrio...

Mas para compreender o processo de constituição dos territórios destes migrantes é preciso trazer outras informações mais sobre como vivem nossos sujeitos nestes bairros periféricos. Haesbaert (2006, p. 249-250) nos lembra que o processo de

⁸² VETORASSI (2006), MORAES SILVA (1999).

⁸³ VETORASSI (2006) faz um estudo detalhada sobre estes conflitos à luz das contribuições de Norbert Elias com seu estudo sobre os estabelecidos e os outsiders.

territorialização ou desterritorialização é bastante diferenciado, e levanta algumas das questões responsáveis por tal diferenciação:

(...) devemos falar em des-territorialização do migrante como um processo altamente complexo e diferenciado, diferenciação esta que aparece acoplada:

a) às classes socioeconômicas e aos grupos culturais a que está referida;

b) aos níveis de des-vinculação com o território no sentido de:

b.1) presença de uma base física minimamente estável para a sobrevivência do grupo, o que inclui seu acesso a infra-estruturas e serviços básicos;

b.2) acesso aos direitos fundamentais de cidadania, garantidos ainda hoje, sobretudo, a partir do território nacional em que o migrante está inserido;

b.3) manutenção de sua identidade sociocultural através de espaços específicos, seja para a reprodução de seus ritos, seja como referenciais simbólicos para a 'reinvenção' identitária.

Algumas destas questões nos foram sugeridas como que espontaneamente desde que decidimos compreender o processo de inclusão/exclusão precária destes migrantes através do conceito de território. Pois que estes [os territórios] não são constituídos apenas pelas relações sociais, algumas das quais já nos referimos até aqui, mas também sobre as condições materiais e estruturais de vida destes migrantes na cidade, e sobre a possibilidade de reprodução [e resignificação] das práticas culturais, como afirma Haesbaert no trecho acima.

Quanto à reflexão sobre as condições materiais de existência, começamos trazendo algumas informações sobre as moradias destes migrantes. Em primeiro lugar é essencial diferenciarmos essa informação em função das diferentes categorias a que podemos identificá-los (permanente, circular e sazonal). As condições de moradia dos migrantes identificados a uma ou outra destas categorias é diversa, e refletem as diferentes relações com o território.

Tratando-se dos trabalhadores sazonais, para os quais a passagem pela cidade já está previamente definida como temporária, não é raro encontrar condições de moradia bastante precárias nas pequenas cidades da região: alojamentos ou pensões lotadas de trabalhadores migrantes, ausência de móveis e eletrodomésticos indispensáveis, como geladeira e cama, e condições bastante insalubres. Em Ibaté, durante o ano de 2006, uma força-tarefa envolvendo a Sub-Delegacia do Trabalho, o Ministério Público, a Polícia Federal, a Polícia Militar, e a Guarda Municipal da cidade, interditaram um alojamento de trabalhadores localizado no Jardim Icaraí. Segundo

CHIMIM (2006) o alojamento abrigava mais de 100 trabalhadores advindos de diversas cidades do Maranhão. Quanto às questões que levaram à interdição, o jornal descreve:

Os apartamentos não tinham cama, os colchões estavam todos jogados pelo chão, o banheiro coletivo sequer tinha chuveiro (apenas canos sem energia elétrica) e o esgoto estava correndo a céu aberto. Os trabalhadores também não tinham armário e geladeira para guardar os alimentos. Alguns chegavam a usar sal para tentar preservar a carne, contudo o procedimento só atraiu mais moscas para o lugar.

Celso, um de nossos entrevistados, morava no alojamento quando da interdição. Contou-nos que depois deste evento os trabalhadores foram transferidos para um conjunto de casas no bairro Cruzado II, antes mesmo da conclusão da obra. Segundo Celso, os trabalhadores chegavam do trabalho no canavial e ajudavam os pedreiros a acelerar a construção das casas. O lugar era de propriedade de um funcionário da Usina que cumpria duas funções: motorista do ônibus que os levava diariamente ao canavial e fiscal do trabalho realizado aí. Fez a transferência dos trabalhadores para este novo local por ordem de funcionário da gerência da Usina.

Dois meses depois, o jornal local noticia a interdição de outro alojamento na cidade, pelo Ministério Público⁸⁴. Conhecemos também, no bairro Cruzado I, outro alojamento interditado pela Vigilância Sanitária.

Aqueles migrantes cujas trajetórias foram consideradas por nós como marcadas pela permanência ou circularidade serão tratados nestas considerações sobre a vida na cidade num mesmo momento, haja vista espalharem-se pelo bairro como moradores que desejam aí estabelecer-se. Os dados dos questionários aplicados nos bairros Cruzado I e II atestam tal informação. Dentre as residências onde ao menos um dos moradores advém da região Nordeste (51% do total) 63% são casas próprias e 33% casas alugadas (as demais residências cedidas).

Nestas residências a média de moradores por é de 4,44, havendo desde 3 residências com um único morador, todos aposentados, até uma residência com 16 moradores. Quando aplicamos o questionário nesta última residência conversamos com Margarida (a responsável pela casa) e a convidamos para uma entrevista mais alongada para compreendermos com mais profundidade sua trajetória e as condições de vida em sua casa. Em vão. Margarida resistiu a nossos convites. No entanto, algumas informações importantes estão contidas no questionário e foram também registradas nos Cadernos de Campo. Margarida veio para Ibaté há cerca de 18 anos

⁸⁴ OLIVEIRA, 2006.

por causa de seu marido. Não veio trazida por ele, mas sim “atrás” dele, como ouvimos dizer que fazem tantas mulheres nordestinas. Margarida, morando em Pintadas, na Bahia, desconfiou de que seu marido estivesse envolvido com outra mulher em São Paulo. Decidiu, então, mudar-se para Ibaté com os filhos pequenos. Passou a morar com o marido, mas a distância entre eles parecia já ter se estabelecido. O marido não passava os finais de semana em casa. Margarida suportou tal situação até que os filhos crescessem e então, se separou do marido. Sua história repetiu-se com as filhas, que também criaram os filhos sós. Margarida residia naquela ocasião com as quatro filhas – sendo que três destas são solteiras e uma amasiada –, 5 netos, 5 netas e o genro, num terreno de 5/25 m² cuja área construída ocupa cerca de metade do terreno e é constituída de 2 quartos (um deles é dormitório para 5 pessoas e o outro para 8 pessoas), uma sala/quarto (que é dormitório para 2 pessoas) e uma cozinha. O sustento da família é garantido por sua aposentadoria, o salário das quatro filhas empregadas no corte da cana e do genro empregado numa indústria do ramo da construção civil (IRPA Postes) que, perfazem, num *mês bom* (na definição de Margarida) cerca de 2.300 reais, que representa uma renda per capita de R\$ 143 reais!

Em função do número elevado de moradores nas residências é comum encontramos no interior das casas cômodos conjugados, multi-funcionais, como estes da casa de Joana:



Foto 6 – Em primeiro plano, o cômodo utilizado como sala de estar e dormitório dos filhos do casal. Ao fundo, o quarto do casal. (B. M. M, 2006)

As precárias condições materiais de existência destes migrantes são denunciadas também através de um outro dado, aquele que mostra a aglomeração de construções num mesmo terreno. Em pelo menos 25% dos terrenos dos migrantes nordestinos há mais de uma casa no terreno. Em pouco mais da metade destes casos trata-se de terrenos de outrem, e os migrantes nordestinos são apenas locatários de uma das residências. Dentre os outros casos, aqueles em que os migrantes são proprietários, outra residência foi (ou está sendo) construída para os filhos ou nela reside algum parente consanguíneo. É este o caso de Adalto, que acompanhamos mais de perto através de entrevista e conversas informais. Na foto abaixo, à esquerda, a parte mais escura da construção é o puxadinho construído depois do casamento de seu filho do meio. A partir daí, indo em direção ao fundo do terreno está a casa onde mora com a esposa e a filha adotiva (ambas presentes na foto ao lado de Adalto). À direita, o cômodo que utilizam como dispensa.

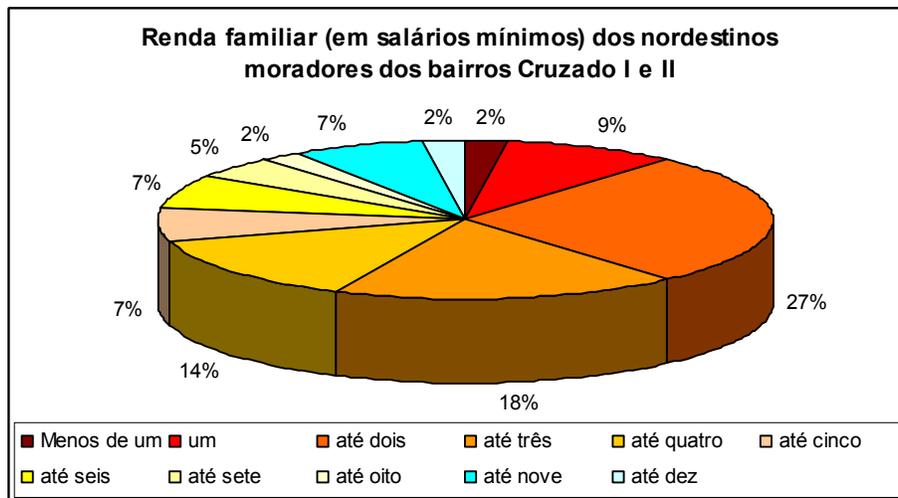


Foto 7 – Casa de Adalto (baiano) e sua família (B. M. M., 2006)

Este é, portanto, um bairro marcado pela concentração populacional. Já havíamos visto que mais da metade da população da cidade reside nestes bairros periféricos. E vimos, há pouco, a grande concentração de moradores nas residências e

de casas nos terrenos. Mas é inversa a situação quando falamos de concentração de renda. Verifiquemos este dado através do gráfico abaixo:

Gráfico 6



Fonte: Dados recolhidos através dos questionários.

Observamos que pouco mais de metade das famílias de nordestinos possuíam uma renda de até três salários mínimos, o equivalente a pouco mais de mil reais à época da realização do trabalho de campo. A média da renda per capita destas famílias era de cerca de 290 reais e a média da renda por pessoa empregada de 560 reais.

Os baixos salários são responsáveis pela ativação de diversas estratégias que possibilitam a sobrevivência do grupo familiar. Algumas delas referem-se ao estabelecimento de relações de reciprocidade entre parentes, conterrâneos, compadres, vizinhos, irmãos de fé..., aquelas sobre as quais já nos referimos acima. Outras se referem à reativação de práticas típicas do mundo rural, que, são, ao mesmo tempo, expressões da cultura destes migrantes em sua maioria advindos do mundo rural. Dentre tais práticas está o cultivo de frutas, verduras e plantas medicinais dos terrenos das residências. Pelo menos 25% dos terrenos onde residiam nordestinos eram utilizados também para o cultivo de uma infinidade de culturas de subsistência. Tais culturas são mantidas por moradores desempregados, aposentados e donas de casa. Encontramos em nossas visitas plantas ornamentais (folhagens e flores), árvores e arbustos frutíferos (pinha, manga, limão, mamão, banana, goiaba, mexerica, laranja, limão), verduras e legumes (couve, alface), uma diversidade de temperos e ervas medicinais e até mesmo alguns cereais, como o milho.



Fotos 8 e 9 – À esquerda, as plantas ornamentais cultivadas por Joana e, à direita, a horta cultivada no terreno de Adalto. (B. M. M. 2006)

Encontramos a revifitação destes hábitos rurais não apenas nos terrenos das residências, mas também nos cultivos em áreas públicas (foto 10), nos diversos terrenos cultivados com verduras e legumes para o comércio (foto 11), nas galinhas soltas pelas ruas ainda sem asfaltamento (foto 12) e nas cabras e cabritos de Eva em pastoreio (foto 13).



Fotos 10 e 11. À esquerda, cultivo em área pública, no limite entre os bairros Cruzado I e Jd. América. À direita, horta para fim comercial mantida por entre os terrenos residenciais do Jd. Cruzado II. (B. M. M. 2006)



Fotos 12 e 13. À esquerda, galo caminhando pela calçada não pavimentada do bairro Cruzado II. À direita, cabras e cabritos de Eva em pastoreio, no terreno não-construído entre os bairros Jd. Cruzado II e Jd. América. (B. M. M., 2006)

A manutenção destes cultivos em diversos espaços (residências, áreas públicas, terrenos comerciais), a criação destes animais para o abate e consumo do leite (como no caso das galinhas e das cabras de Eva), reconstrói a ambientação do mundo rural, ao mesmo tempo em que serve para reduzir os custos com a feira semanal, o gasto na padaria e mesmo nas farmácias. Maria Rodrigues, baiana de 78 anos, uma das depoentes que registramos em nossos questionários, cultiva diversas ervas medicinais que doa aos vizinhos adoentados.

Como forma de resistência ante a precariedade da vida e à destruição da cultura, tais costumes enfrentaram, no espaço da cidade, alguns conflitos com o poder local. O presidente da Associação de Bairro relatou-nos algumas providências tomadas pela prefeitura no sentido de exterminar cultivos e criações encontrados em espaços públicos e tentativas recorrentes de controle destas práticas também nos terrenos residenciais. Tais providências, que vemos hoje tomar vulto nas pequenas cidades da região, caminham no sentido dos princípios da *higienização* difundidos pela burguesia desde o início do processo de industrialização⁸⁵.

Ao tratarmos da característica do consumo destes trabalhadores, que nos oferece neste momento outro subsídio para pensar os níveis de (des)vinculação dos migrantes nordestinos com o território, é necessário lembrarmos, em primeiro lugar, de uma informação fornecida no tópico 1.3, quando nos remetemos à algumas características da organização do espaço da cidade. Dissemos que a segregação sócio-espacial produz também o "circuito inferior da economia" que, no caso do que

⁸⁵ MELLO, J. M. C & NOVAIS, F. (1998). Tais princípios estão também na base das interdições observadas recentemente na legislação sanitária, que, impondo procedimentos custosos para o trato e beneficiamento de produtos agroindustriais, acaba por beneficiar os grandes empresários do setor e contribuir para a perpetuação das condições de miserabilidade de pequenos produtores.

podemos avaliar nos bairros Cruzado I e II, não se constitui efetivamente em um subcentro, dada a baixa diversidade dos produtos e serviços aí encontrados. Podemos dizer que o necessário para a alimentação (mercados, padarias, açougues, mercearias), o cuidado com a saúde (farmácias) e com o vestuário (pequenas lojas de roupas e calçados) são encontrados nestes subcentros. Mas muitas vezes mesmo este consumo mais elementar é realizado no centro da cidade. É comum, por exemplo, o estabelecimento de estreitas relações de dependência entre os moradores destes bairros periféricos e os comerciantes do centro. Estes, que em geral constituíram seus estabelecimentos há mais tempo do que aqueles dos subcentros, construíram com os moradores da periferia da cidade uma relação de troca, observada na fala de alguns de nossos entrevistados:

Ele... esse homem ele me socorreu aqui... no tempo aqui que eu fiquei sem trabalhar, não é, tempo do Collor lá, que apertou tudo, deu desemprego, eu mesmo fiquei desempregado... E esse homem, esse dono do supermercado, ele me socorreu. Ele falou: "Não, pode ir comprando aí, pode ir comprando e ajuntando, que quando você começar a trabalhar nós dá um jeito de ir pagamento de pouquinho." E foi assim que nós fizemos! (Entrevista com Silvio, pernambucano, 04/12/2006)

Porque lá eu já compro faz tempo, e a gente paga um pedidinho e faz outro, paga um e faz outro... Então... a gente não trabalha com cheque, não trabalha com cartão, então se perder aquele crédito lá fica difícil pra você fazer outro, então eu continuo lá. (Entrevista com Adalto, baiano, 09/12/2006)

Tal dependência, entre comerciantes e moradores, pode ser interpretada de diversas maneiras. Uma delas pode caminhar no sentido de afirmar estar constituída, através desta relação, um outro importante mecanismo para possibilitar a sobrevivência destes trabalhadores migrantes marcados pela instabilidade econômica, bem como dos pequenos e médios comerciantes. Numa outra perspectiva, que não se distancia desta primeira, mas que pode estar contida nela e acontecer simultaneamente, é aquela que ressalta a questão do poder exercido pelos comerciantes, únicos fornecedores possíveis de diversos produtos necessários à sobrevivência dos moradores, que se aproveitam tanto da questão da constante exposição dos moradores ao desemprego e às colocações de baixa remuneração quanto à consequente dificuldade de adquirir crédito financeiro (cartão de crédito, cheque especial, financiamento, etc.) para oferecer a possibilidade de compras à prazo sem necessidade de garantia (compras fiado), essencialmente nos momentos de dificuldade, e assim fazer perdurar uma relação de fidelidade que assegure a existência

de seu estabelecimento. Algo muito próximo da noção de *clientelismo*, que caracteriza as relações entre os notáveis (fazendeiros e personalidades políticas) e os agricultores no Nordeste⁸⁶.

Além desta circulação para o comércio pelo território da cidade, são realizados também constantes movimentos para este fim às cidades circunvizinhas (Araraquara e São Carlos), principalmente para a compra de artigos de vestuário, eletrodomésticos e móveis. É, novamente, a dificuldade de adquirir crédito financeiro que muitas vezes leva estes trabalhadores a procurar as grandes redes de lojas populares que oferecem a possibilidade do pagamento através de fichas de compensação a serem quitadas em qualquer agência bancária (os crediários). As pequenas lojas da cidade de Ibaté não possuem esta forma de pagamento. De outro modo, afirmam os trabalhadores encontrar preços mais baixos nestas cidades circunvizinhas, determinados (se supõe) por uma maior concorrência, maior diversidade de produtos disponíveis ao consumo e uma maior procura, determinada tantas vezes pela aglomeração populacional.

Observamos, através destas informações, algumas contradições que agravam a precariedade da vida nestes bairros periféricos da região de Ribeirão Preto, as relações constituídas por seus moradores com o território. Há uma lógica predominante na determinação das localizações que distancia os trabalhadores dos locais onde são produzidos preços mais baixos, quais sejam, aqueles em há uma maior aglomeração de estabelecimentos comerciais e, portanto, maior concorrência.

E embora a necessidade de intensa circulação pelo território seja reafirmada pela pequena complexidade funcional do bairro onde vivem estes trabalhadores e também pelas relações de clientelismo mantidas entre os comerciantes e os moradores dos bairros periféricos, as condições estruturais para a circulação são também bastante precárias. Quando iniciei os trabalhos de campo (para o qual contei com o transporte público) cheguei a esperar por pouco mais de uma hora em um dos pontos de ônibus do bairro Cruzado I por um ônibus que me levasse até o centro da cidade. Diversos moradores também reclamaram da pouca circulação do transporte público. Durante a realização do trabalho assisti uma relativa melhora destas condições.

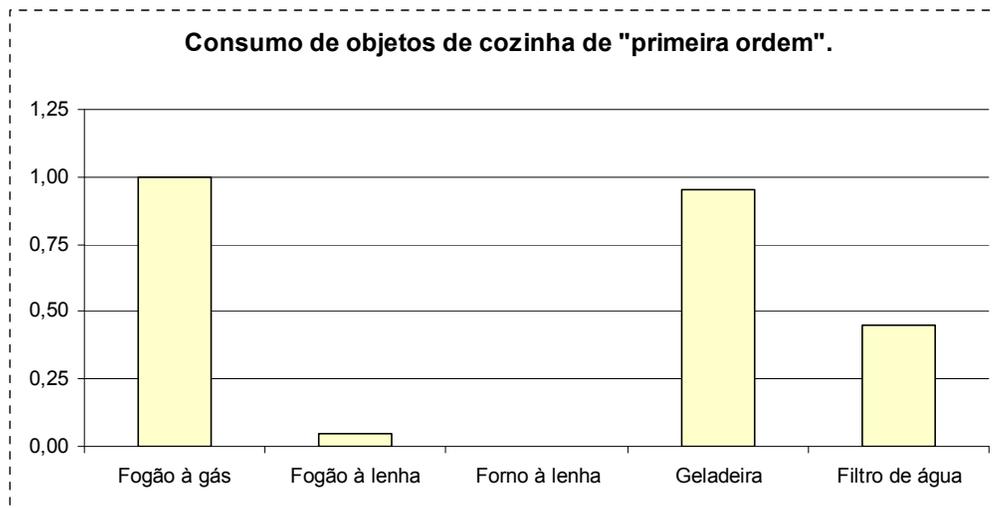
Os moradores da cidade dependem, para sua circulação, quase exclusivamente do transporte público para os deslocamentos inter-municipais e de disposição e saúde física para os deslocamentos intra-municipais realizados a pé ou de bicicleta. Os dados dos questionários aplicados nos bairros Cruzado I e II apontam que cerca de 80% das residências possuem ao menos uma bicicleta. O número é bastante inferior quando se

⁸⁶ Sobre o clientelismo no Nordeste consultar BURSZTYN (1985).

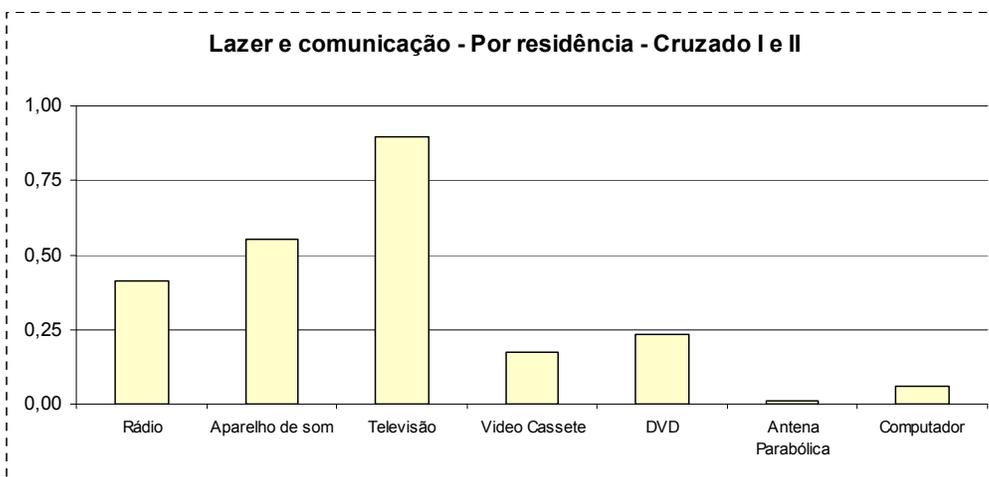
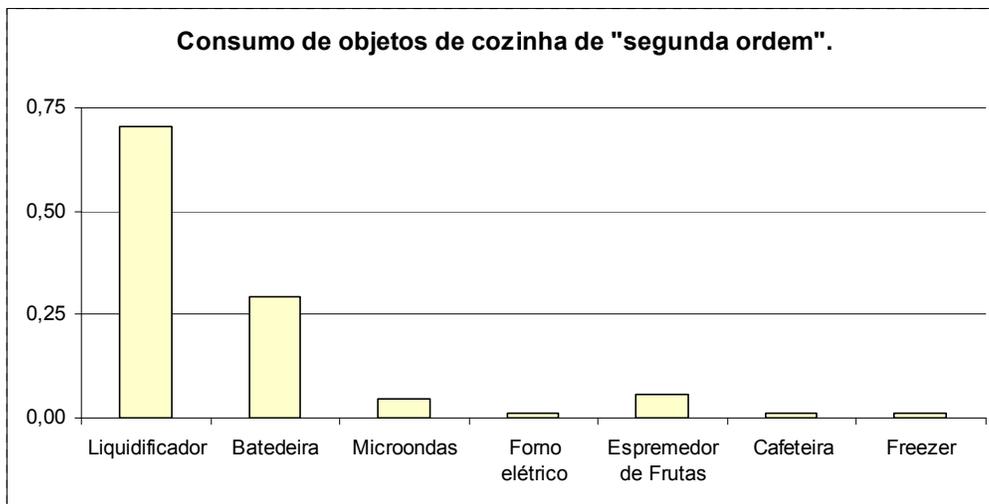
trata de veículos automotores: apenas 20% possuíam ao menos um carro e 5% possuíam ao menos uma moto.

Tratando-se ainda do consumo realizado pelos trabalhadores dos bairros estudados, fornecemos abaixo mais algumas informações dos questionários. Para organização dos artigos consumidos segundo sua importância para a execução das atividades de reprodução da família distinguimos aqueles relativos às atividades de preparação e conservação dos alimentos segundo as denominações “de primeira ordem” ou “de segunda ordem”, que buscam diferenciar aqueles considerados essenciais daqueles considerados supérfluos. Tal diferenciação teve inspiração nas noções de mediações de “primeira ordem” e mediações de “segunda ordem”, encontradas em ANTUNES (2003)⁸⁷.

Gráficos 7, 8 e 9.



⁸⁷ Segundo este autor, a finalidade das mediações de primeira ordem é a “preservação das funções vitais da reprodução individual e societal”. Quanto aquelas de segunda ordem, elas afetam a funcionalidade das mediações de primeira ordem ao “introduzir fetichizadores e alienantes de controle social metabólico” (p. 19-20).



Fonte: Dados dos questionários aplicados nos bairros Cruzado I e II, 2006.

Quanto àqueles denominados “de primeira ordem”, observamos que apenas o fogão à gás é encontrado em todas as residências, e que há algumas que não possuem geladeira. É um fato que nos faz remeter ao fenômeno do *estranhamento*, subjacente ao modo de produção capitalista⁸⁸, já que diversos dos trabalhadores do bairro participam do processo de construção deste último artigo (fabricando compressores na maior das empresas do ramo do país, a Tecumseh) e alguns deles nem mesmo conseguem apropriar-se deste objeto produzido.

Retomando a recomendação de Haesbaert (2006) citada na página 142, que têm nos orientado a levantar os diversos fatores que precisam ser tomados na avaliação do nível de desvinculação do migrante com o território, lembremos da

⁸⁸ Tal como no trabalho de GODOI (2007, p. 10-11) ao nos remetermos ao *estranhamento* estaremos fazendo referência ao sentido negativo que se pode atribuir ao termo *alienação*.

notação quanto à infra-estrutura e serviços básicos. Tratamos já de alguns destes aspectos quando nos remetemos às condições de moradia, às características do comércio e do consumo local e à constante circulação pelo território imposta pelas limitações deste comércio. Tratemos então de outras destas questões.

A princípio, através das entrevistas e de conversas com um assessor do prefeito fomos informados de diversas irregularidades no loteamento dos bairros Cruzado I e II. Em primeiro lugar, os lotes começaram a ser vendidos antes que fosse emitido o registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis. Tal situação só foi regularizada 20 anos depois (!) quando finalmente a Prefeitura abre um processo contra o empreendedor responsável. Planejados em lotes de 10x25m², foram vendidos também em tamanhos de 5x25m² de forma irregular, o que têm criado diversos transtornos no momento de determinar a propriedade do imóvel para registro em cartório, já que os lotes possuem dois proprietários de fato e apenas um de direito. O loteador cometeu outra irregularidade ao não reservar o percentual de 35% do terreno para sistema de lazer e uso institucional. Esta última informação nos foi revelada sem muita precisão, mas pudemos observá-la *in locu*. Em nossas visitas em campo, encontramos um único espaço (grande parte dele sem pavimentação e ainda pouco construído) reservado a tais fins, localizado no vão entre os bairros Cruzados I e II. É aí que encontramos alguns serviços públicos, como o Centro de Formação Artística e uma unidade do Programa de Saúde da Família.



Fotos 14 e 15 – À esquerda, uma das unidades do Programa de Saúde da Família. Atrás dele (à direita) encontramos o Centro de Formação Artística (equipado com sala para aulas de dança, música, com biblioteca e sala de áudio-visual). (B. M. M., 2006)

Os outros serviços públicos disponíveis no bairro tiveram de ser distribuídos em lotes reservados ao uso residencial pelo loteador. São eles uma segunda unidade do PSF e o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social):



Fotos 16 e 17. À esquerda, uma das Unidades do PSF, e à direita o CRAS. (B. M. M., 2006)

Quanto aos espaços reservados ao lazer, observamos que com exceção da pequena praça localizada ao lado de uma das unidades do PSF, naquele vão entre os bairros Cruzado I e II, os demais espaços destinados a este fim se encontram em sua maioria nos limites entre a área urbana e os espaços vazios, não construídos, da cidade. Como se de fato não se tivesse reservado outro espaço por entre as construções residenciais. É o caso do campo de futebol (foto 18) e do parque de diversões (foto 19) retratados abaixo, mas também de um outro campo de futebol na beira da Rodovia Washington Luis, onde são realizados os campeonatos da cidade, não retratado por nós.



Fotos 18 e 19. À direita, um dos campos de futebol chamado pelos moradores de "Chapadão Relâmpago". É assim denominado porque, sob o terreno de terra batida, a bola desliza com mais velocidade do que em campos de concreto ou gramado. À esquerda, um dos parques infantis construídos pela atual gestão. (B. M. M., 2006)

Estes primeiros apontamentos referentes à organização do espaço urbano dos bairros periféricos denunciam, num primeiro momento, o negligenciamento de empreendedores no planejamento do lote e a corroboração do poder público antes tais questões. Observamos que algumas providências começaram a ser tomadas um tanto tardiamente (20 anos depois!). O levantamento do uso de tais espaços, do funcionamento dos serviços públicos disponíveis, nos traz ainda informações que concedem relevo à precariedade da vida em tais espaços.

O atendimento à saúde foi apontado por diversos moradores como digno de maior atenção do poder público. Ao serem questionados sobre os maiores problemas vividos no bairro, este era recorrentemente destacado. Em conversa com uma das agentes do PSF da cidade descobrimos a origem de tantas reclamações. Soubemos que o PSF da cidade tem estrutura para atender um número de até 1.000 pessoas, mas que a demanda de atendimento na cidade é maior, chegando a 1.500 atendimentos por mês. O fluxo de pacientes no Posto é grande, e é potencializado pelo fato de existir na cidade um único Posto de Pronto Atendimento, localizado no centro da cidade. Em função da dificuldade deste Posto de atender a demanda por pronto atendimento de toda a cidade, os PSFs acabam por cumprir também tal função, e não somente aquela que lhe caberia, de execução de programas de saúde e prevenção de doenças. A incapacidade destes Postos de atender a demanda por serviço público de saúde resulta também no deslocamento de diversos moradores para a cidade circunvizinha mais próxima, São Carlos, a procura de tais atendimentos, tanto para aqueles de urgência como para consultas médicas. Algumas falas são expressivas em denunciar a questão aqui apontada:

Se acontecesse alguma coisa assim de surpresa aqui não tem nada, tem que correr pra São Carlos, procurar outra cidade. Eu mesmo, meus problema mesmo eu corro pra São Carlos, nem aqui eu não vou, porque não tem, não tem condições! A área de saúde aqui está péssima, está péssima. A gente fala o que sente, não é, e o que a gente vê. Porque se a gente não sentir e não ver a gente não pode falar nada. (Entrevista com Roberto, 12/12/2006)

Mas, sim, tem que colocar um Pronto Atendimento. Eu não posso... eu não sei quando eu vou ficar doente. E se eu sou um pai, e você é uma mãe, e eu fico doente, eu quero ser atendido. E lá não, lá tem que ser agendado. E tem um máximo para os encaixe, de cinco a sete pessoas. Então é aí que a população questiona. Porque eles tão doente, eles precisa ir no médico, e chegar lá eles não são aceito. Porque as condições do PSF não são essas. Mas mesmo assim a gente, na saúde, a gente pede que eles abre uma exceção pra essas pessoas que precisam. (Entrevista com Manoel, 28/11/2006)

Diversos problemas foram apontados também em relação ao funcionamento do Centro da Assistência Social, visitado por nós em Setembro de 2006. Naquele momento era um serviço bastante recente no bairro, e ainda pouco conhecido pelos moradores. Está localizado na primeira rua do bairro Cruzado I (na Avenida São Carlos), próximo à Rodovia Washington Luis. Notei que aqueles moradores do Cruzado II nem ao menos conheciam a existência de tal serviço. Foi idealizado como um posto de "orientação" para os cidadãos, com o objetivo de prevenir situações de risco. E direcionado a atender, preferencialmente, famílias contempladas com a Bolsa Família, com os benefícios do LOAS (Lei Orgânica de Assistência Sociais) e do BPC (Benefício de Prestação Continuada a idosos e deficientes de todo tipo). Mas a assistente social responsável pelo Centro já nos apontava as grandes dificuldades com as quais deve lidar no cotidiano e os diversos caminhos através dos quais os moradores chegam às situações de risco: falou-nos sobre o problema das altas taxas de natalidade, dos filhos do carnaval, dos rodeios e dos trabalhadores migrantes que retornam aos lugares de origem; acredita ainda que o benefício da Bolsa Família tem incentivado a gravidez de mulheres desempregadas ou que recebem baixos salários; ressaltou também o elevado número de moradores afastados pelo INSS em função de acidentes de trabalho ou doenças adquiridas durante o exercício de sua função; narrou-nos o recorrente pedido de "bolinhas" (as anfetaminas) por alguns trabalhadores moradores do bairro. Tratam-se, de fato, de problemas de uma tal extensão de difícil controle pelos programas de Assistência Social.

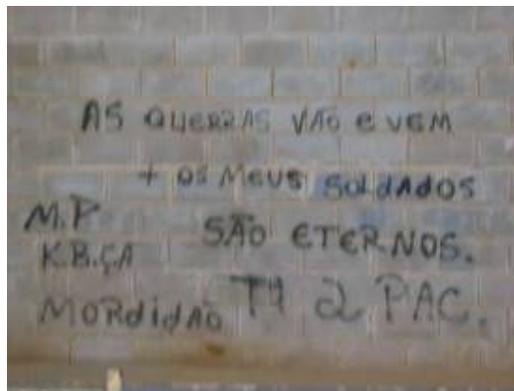
Quanto à utilização dos espaços públicos para o lazer, observamos que, embora tenham ocorrido problemas quanto à definição de espaço a este fim no bairro, eles são recorrentemente recriados e apropriados pelos moradores. A associação de bairro é responsável, por exemplo, pela organização de freqüentes campeonatos esportivos entre os moradores da cidade de Ibaté e de outras cidades do Estado (foto 20) e pela organização de uma festa anual do Dia das Crianças também no bairro (foto 21), dentre outras festas e eventos ocasionais organizados algumas vezes em parceria com a Prefeitura Municipal e outras vezes apenas com colaborações de moradores e comerciantes do bairro. Espaços abandonados pelo poder público são apropriados por jovens que não possuem na cidade espaço de encontro e de lazer, construindo uma sociabilidade marginal. Como acontece com o Ginásio de Esportes financiado pelo Governo Federal cuja verba fora desviada⁸⁹ e a obra não concluída (foto 22). Encontramos neste espaço expressões dos jovens sobre sua condição de existência,

⁸⁹ Cf JORNAL FOLHA DE IBATÉ, 18/04/2006.

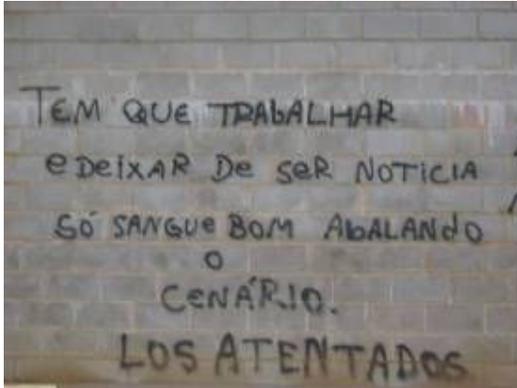
expressões algumas vezes cruas sobre sua exposição à marginalidade, e outras vezes observamos a manifestação de seu desejo de inclusão (fotos 23 e 24). Espaços vazios e pequenos lagos, no limite entre a área rural e urbana, e mesmo as ruas sem pavimentação são também apropriados por crianças e jovens (fotos 25, 26 e 27). As atividades desenvolvidas pelas escolas e também pelo Centro de Formação Artística não são suficientes para suprir a demanda desta faixa etária que, em função das altas taxas de natalidade, povoam o bairro. Vemos, assim, a prática de brincadeiras caseiras e uso da criatividade na descoberta das possibilidades de diversão e vivência da infância.



Fotos 20 e 21. À esquerda, final de um campeonato de futebol no "Chapadão Relâmpago", organizado pela Associação de Moradores. Alguns destes jogadores são migrantes nordestinos que trabalham no corte da cana e em outras atividades, moradores das periferias da cidade. À direita, festa do Dia da Crianças do ano de 2006. (Cedidas por Manoel, 2006)



Fotos 22 e 23. À esquerda, o Ginásio de Esportes cuja obra não fora concluída por desvio de verba. direita, uma das frases registradas pelos jovens na parede do Ginásio. (B. M. M., 2006)



Fotos 24 e 25: À esquerda, frase registrada na parede do Ginásio de Esportes por jovens. À direita, crianças fazem bolinhas de argilas para lançarem com seus estilingues. Estão sentado à beira de um vale por onde passa um dos córregos da cidade. Tal vale fica localizado entre os bairros Cruzado I e II e Jd. América. (B. M. M., 2006)



Foto 26 e 27. Crianças brincando de "taco" ou "betsy" numa das ruas do bairro Cruzado II. Crianças banhando-se em lado no limite rural/urbano da cidade. (B. M. M., 2006; Cedida por Manoel, 2006)

Durante o trabalho de campo nos foi possível ainda captar o aspecto da precariedade da vida dos moradores do lugar denunciado pelo negligenciamento do poder público ante à diversas outras questões de infra-estrutura. Apenas o bairro Cruzado I possuía asfaltamento quando realizamos o trabalho de campo. Trata-se, no entanto, de um asfaltamento bastante precário (foto 28), que necessitaria de um total recapeamento, ainda não realizado. Nas palavras de Manoel trata-se de um "asfalto frio", que não foi compactado, e que a cada nova chuva sofre esfrelamentos em diversos trechos, tendo a prefeitura desenvolvido tão somente um trabalho recorrente de tapar os buracos já tapados por gestões anteriores. Já o bairro Cruzado II e Jd. América (vizinho a estes onde aplicamos o questionário), loteados entre o fim da década de 80 e o ano 2000, ainda não possuíam asfaltamento e as ruas sofriam um constante e progressivo processo de erosão causado pelo escoamento das chuvas

(foto 29). No ano de 2006 o jornal local fala de um buraco de quase 30 metros aberto no Jd. Cruzado II no período de chuvas⁹⁰. Tais trechos erodidos foram causadores de diversos acidentes entre os caminhantes, motoristas de carros, motocicletas e bicicletas. Recentemente, depois de concluído o trabalho de campo soubemos que o Cruzado II passava por um asfaltamento feito com bloquetes de concreto, como soubemos também que já havia sido feito no bairro Icaraí, outro bairro periférico localizado à Nordeste do centro da cidade.

Muito se falou também da ponte que liga os bairros Jd. América e Cruzado I, denominada pelos moradores de "Tomara que Caia" (foto 31), em função dos diversos tombamentos e reerguimentos por que passou desde sua construção. Localizada numa baixada entre os dois bairros, nos períodos de chuva recebe grande volume de água e lama advindo do Jd. América. Já foi causadora de diversos acidentes, como o deslizamento de um ônibus circular, um carro de passeio (foto 30) e o tombamento de um poste de luz localizado em uma de suas extremidades.



Fotos 28 e 29: À esquerda, buracos no asfaltamento do bairro Cruzado II. À direita, erosão causada pela chuva em área não asfaltada no bairro Cruzado II. (B. M. M., 2006; Cedida por Manoel, 2006)

⁹⁰ JORNAL FOLHA DE IBATÉ, 15/02/2006.



Fotos 30 e 31. À esquerda, carro de passeio preso entre rua não pavimentada e Ponte Tomara que Caia. À direita, é possível observar o desalinhamento dos bloquetes de concreto de tal ponte. (Cedidas por Manoel, 2006)

Os problemas ambientais agravados pela negligência quanto às questões sanitárias devem ser também apontados como fatores responsáveis pela diminuição da qualidade de vida dos moradores. Um destes problemas já foi apontado por nós quando falávamos da organização do espaço da cidade. Falamos da proximidade entre as residências e a monocultura da cana-de-açúcar. É necessário ainda falar de graves problemas no escoamento do esgoto destes bairros localizados na porção Sudoeste da cidade. O equipamento que bombeava o esgoto para a estação de tratamento da água, localizada no centro da cidade, sofreu um dano que até o momento em que estivemos circulando pela cidade não havia sido reparado em função do alto custo necessário para tal concerto (foto 32). O que implicava no escoamento deste esgoto pelas águas de uma pequena nascente cujo curso fazia um trajeto que passava por um vale entre os bairros Cruzado I e II e Jd. América (foto 33), aquele à beira do qual os meninos enrolavam suas bolinhas de argila. Em um certo trecho, tal córrego encontrase com um outro cuja nascente está no território da cidade de São Carlos (segundo relatos de moradores), e, então, a partir daí é também contaminado pela esgoto da cidade de Ibaté (foto 34). Problemas com o escoamento do esgoto foram percebidos também pelas ruas do bairro Cruzado II (foto 35) e ainda em trechos, entre a área rural e urbana, que foram apontados como locais onde existem avarias antigas na canalização. A água escoada destas avarias é muitas vezes ingerida pelos animais que fornecem carne e leite para alguns dos moradores (foto 36).



Fotos 32 e 33. À esquerda, local de onde deveria ser bombeado o esgoto dos bairros da porção Sudoeste da cidade para a estação de tratamento do Centro. À direita, ponto de encontro da água que desce da estação desativada (na vertical) com a água do córrego (na horizontal). (B. M. M., 2006)



Fotos 34 e 35. À esquerda, ponto de encontro entre a água do córrego de Ibaté poluída pelo esgoto (à esquerda) com a água limpa que chega da água da nascente de São Carlos (à direita). À direita, armação de madeira encobre esgoto a céu aberto no bairro Cruzado II. (B. M. M., 2006)



Foto 36. Água escoada por uma avaria na canalização do esgoto, localizado por debaixo dos galhos secos. Observamos o animal ingerindo tal líquido contaminado. (B. M. M., 2006)

Levantadas aqui, portanto, diversas das questões que nos apontam as possibilidades de apropriação do espaço pelos migrantes nordestinos, muitas das quais apontam para a precariedade da vida, corroborada pela ação de empregadores, empreendedores do setor imobiliário e poder público, tratemos de ressaltar o aspecto da resistência cotidiana empreendida pelos moradores dos bairros que visitamos na cidade de Ibaté. Algumas delas estão presentes na revivificação de costumes trazidos do mundo rural e na apropriação de diversas áreas (não regulamentadas) para o lazer, como já pudemos mostrar acima. Outras são relacionadas à resistência cultural e podem ser remetidas àquele último tópico sugerido por Haesbaert (2006) ao qual devemos nos atentar para a compreensão das relações do migrante com o território [“manutenção de sua identidade sociocultural através de espaços específicos, seja para a reprodução de seus ritos, seja como referenciais simbólicos para a ‘reinvenção’ identitária.” (p. 249-250)]

Quanto a estes últimos, podemos apontar ao menos dois espaços apropriados para o compartilhar da cultura, o Bar do Paraíba (foto 37) e a lagoa do Cruzado I (foto 38). No Bar do Paraíba, são servidas refeições típicas nordestinas, e principalmente baianas, haja vista o grande volume de moradores advindos deste Estado. Aí, principalmente homens (mas não somente eles, já que o bar funciona sob os cuidados de uma mulher, Antonia, paraibana) encontram-se e compartilham notícias das terras de origem, de parentes, e sentem-se reconfortados na presença dos semelhantes. Já a lagoa do Cruzado I é apropriada por grupos religiosos (dentre os quais participam muitos nordestinos) para a reprodução de rituais como o batismo nas águas.



Foto 37 e 38. À esquerda, Bar do Paraíba. À direita, lago localizado no limite rural-urbano utilizado para rituais religiosos. (B. M. M., 2006)

Quando questionamos os moradores sobre a ocorrência de festas ao som de músicas típicas do Nordeste, como o forró, soubemos que tais festas públicas foram mais comuns no passado, mas, devido à freqüente associação entre os migrantes e a violência, estas têm se tornado cada vez mais raras. Hoje estão circunscritas às festas públicas organizadas pela Associação de Bairro, realizadas para a entrega de prêmios dos campeonatos de esporte ou comemoração de datas oficiais (como o Dia da Criança, do Trabalho, etc.), e também às festas privadas, quando estes migrantes reúnem no terreno de suas casas parentes próximos, amigos e conterrâneos, oferecem comidas e música típica. Tais festejos são bastante comuns, por exemplo, nos dias de chegada de ônibus de trabalhadores vindos do Nordeste, quando então se transmitem informações sobre aqueles que lá ficaram e se distribuem encomendas e presentes trazidos de lá.

Recentemente, em contato com outros pesquisadores, soubemos da existência de uma Folia de Reis na cidade, denominada "Companhia de Ibaté", formada por migrantes baianos. Durante nosso trabalho de campo não soubemos da existência de tal Companhia e mesmo posteriormente não encontramos referências mais precisas sobre ela.

Na pesquisa de VALE (2007) encontramos referências aos vários estabelecimentos comerciais de nordestinos espalhados pela cidade de Boa Vista (RO), apontando para o processo de territorialização destes migrantes na cidade bem como para a influência deste na transformação do espaço e na construção de uma nova territorialidade. Para este processo também concorrem a preservação de diversos costumes regionais, através do trabalho da Associação de Cangaceiros Ciranda do Thianguá, da culinária regional encontradas em diversos estabelecimentos comerciais da cidade, da música de características e temas da realidade nordestina reproduzida

em show noturnos e em Compact Discs comercializados por um músico migrante nordestino na cidade e, ainda, do trabalho de um grupo de teatro em Roraima, que reproduz os dilemas da vida dos migrantes nordestinos na própria cidade. (p. 246-254).

Observamos que, em relação ao processo de apropriação de espaços para cultura encontrados em Ibaté, estes observados na cidade de Boa Vista são mais numerosos e diversificados. A comparação com o que ocorre nestes diferentes espaços, tendo em vista que estão localizados em diferentes regiões geográficas do país (Norte e Sudeste, respectivamente), correspondem a formas urbanas bastante diferentes (uma capital com dimensão de cidade-média, com 250.000 habitantes, e uma pequena cidade do interior com população de pouco mais de 30.000 habitantes) nos sugere algumas razões para a dificuldade observada em Ibaté na reprodução da cultura: a distância absoluta (em termos de distancia entre dois pontos, distância geográfica) e relativa (referentes às diferenças culturais do migrante e do nativo) e as relações de poder que compõe esta última.

A exposição aqui, de todas essas informações nos faz compreender melhor a tessitura (RAFFESTIN, 1993) de um dos pontos do "território migratório" dos sujeitos de nossa pesquisa: a cidade de destino, Ibaté. Analisamos algumas das relações sociais que os envolvem, de poder, reciprocidade ou identidade, que fortalecem ou tornam mais tenso o vínculo com o espaço. Permeando tais relações, podemos apontar o papel de diversos sujeitos – e do exercício de seu poder específico – na construção de tais relações.

Quanto aquelas relações que tornam mais tensa a vida no bairro pudemos apontar o preconceito étnico e regional, as precárias condições de moradia, os problemas para a legalização da propriedade do terreno, a baixa renda das famílias migrantes, a necessidade de circulação (intra-municipal e inter-municipal) constante imposta pela baixa funcionalidade da cidade, o funcionamento insuficiente de alguns dos serviços públicos e total ausência de outros, os problemas de infra-estrutura, saneamento e de tratamento de outras questões ambientais no espaço do bairro, o controle da manifestação cultural nos espaços públicos da cidade. Esse breve levantamento afirma a precariedade e a conflitualidade⁹¹ presente no espaço do bairro.

De tal contexto de precariedade e conflitualidade surgem formas de resistência que tornam possível a vida no bairro. Algumas delas caminham no sentido de

⁹¹ Termo utilizado também por MANÇANO (2005). "Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência." (p. 7).

apropriação de espaços para constituir neles seu território. A primeira que podemos citar é o fato mesmo da aglomeração de nordestinos nestes bairros periféricos, que os faz parecer “colônias de nordestinos”. Outras são: a relação mantida com parentes, vizinhos, conterrâneos, compadres, companheiros de fé religiosa; a revificação de costumes reconfigurando uma ambientação rural neste espaço urbano; manutenção de costumes culinários, do gosto pela música regional, e de festas (ainda que muitas delas restritas ao espaço privado) que celebram a identidade.

No estudo, que se segue, dos outros pontos deste “território migratório”, os nós e as redes constituídas entre o espaço de origem, o espaço de destino e aqueles transcorridos, poderemos trazer novos dados à nossa análise das relações de poder observadas no processo de construção dos territórios e das experiências de resistência.

4.2. Território para além da cidade: entre os “territórios migratórios” e os “lugares de memória”.

Depois de alguns apontamentos sobre a vida destes migrantes nordestinos na cidade de Ibaté, nos deteremos por um instante em como constroem seus territórios a partir de uma escala mais ampla, a escala da circulação pelo território nacional. Analisaremos, portanto, os pontos (ou nós) de referência para a circulação pelo território e como, pela circulação entre um e outro destes pontos se constituem redes que sustentam tais migrações.

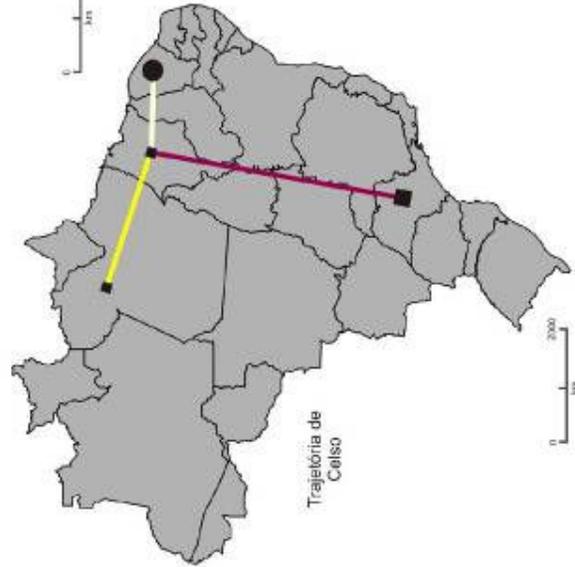
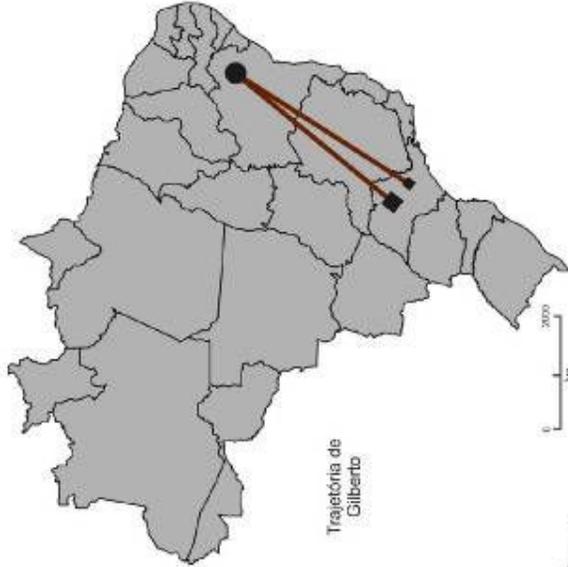
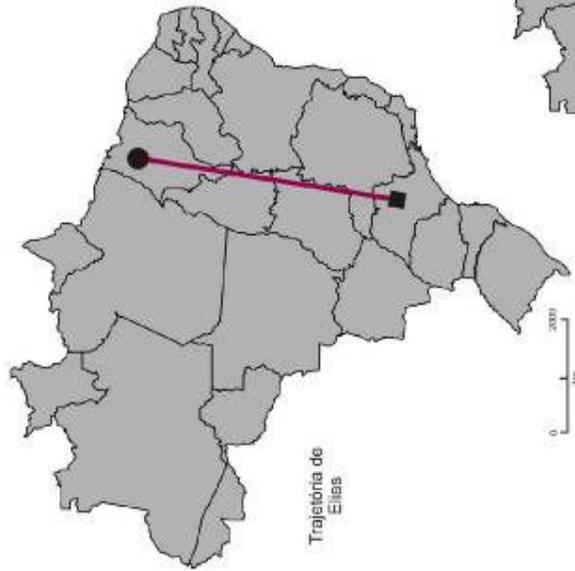
A partir do traçado das trajetórias apresentado nos mapas individuais no capítulo anterior, confeccionamos um mapa de conjunto, ilustrando o traçado mais elementar constituído pelo movimento migratório de cada um de nossos depoentes. Tais mapas não privilegiaram a direção dos trajetos (embora em alguns casos, mais lineares, seja possível segui-lo), mas tão somente seu traçado entre um e outro ponto e a quantidade de vezes em que se percorreu tal trajeto. Eles reúnem trajetórias semelhantes de acordo com a distinção adotada neste trabalho (migrações marcadas pela sazonalidade, pela circularidade e pela permanência) sem, no entanto, se preocupar em assentar categorias. Esperamos, com essa tentativa de aproximar os semelhantes, nos aproveitar dos benefícios de uma análise comparada, que pode dar relevo à diferenças e semelhanças e nos auxiliar na compreensão delas. Um trabalho que se assemelha à busca de generalidade que está na origem da cartografia modelar (THÉRY, 2004). É a partir das observações possíveis sobre tais informações que iniciamos algumas reflexões.

Assim, no interior do grupo de trajetórias agrupadas por sua semelhança podemos observar também diferenças, que ilustram as diferentes relações que se estabelecem com o espaço. Organizamos os mapas no sentido de caminhar da trajetória menos complexa à mais complexa, em cada uma das tipologias agrupadas (mapas a seguir). Assim:

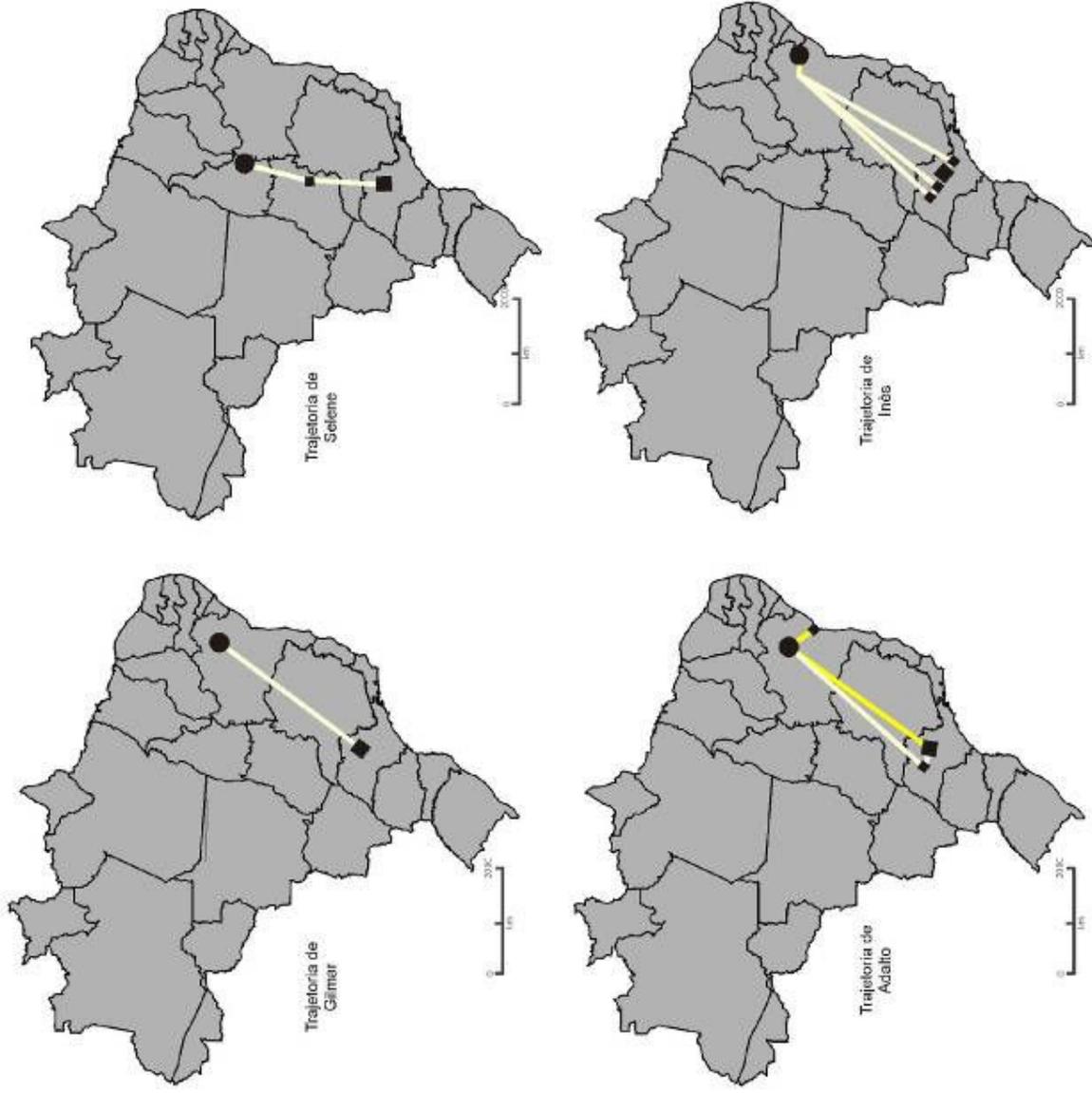
a) Nas trajetórias sazonais, vemos um trabalhador que percorreu sempre o mesmo “corredor de migração”, outro que efetuou movimentos sazonais por duas cidades de um mesmo Estado (SP), e ainda outro que fez tentativas de migração sazonal em diferentes regiões do país.

b) nas trajetórias marcadas pela permanência, vemos: um migrante com um único movimento migratório, sem outras etapas ou retornos; um migrante que passou

Trajetórias Sazonais



Trajelórias de Permanência



Legenda

Quantas vezes percorreu o trecho

1 vez (ida)

2 vezes (ida e volta)

3 vezes

4 vezes

5 vezes

6 vezes

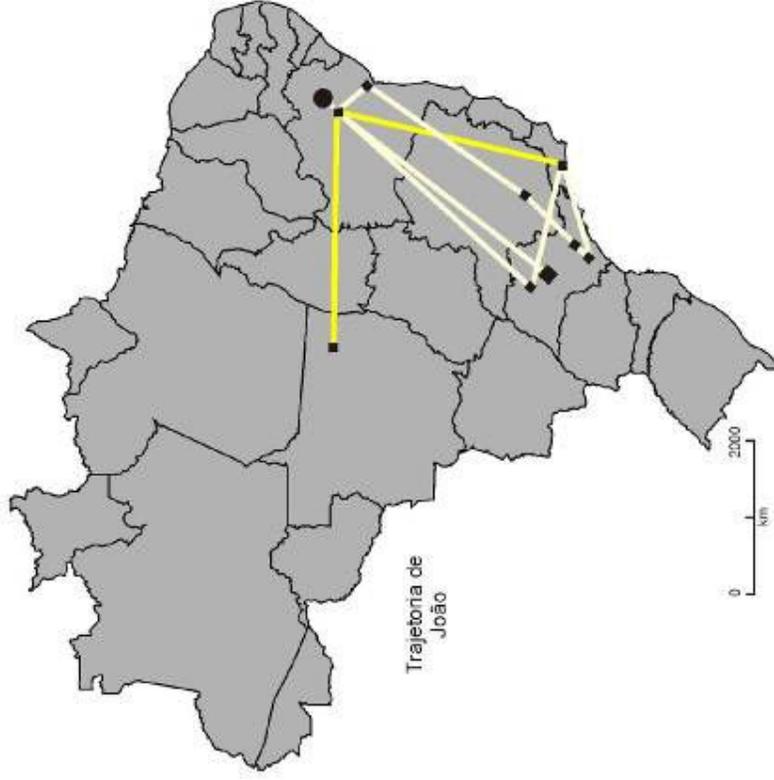
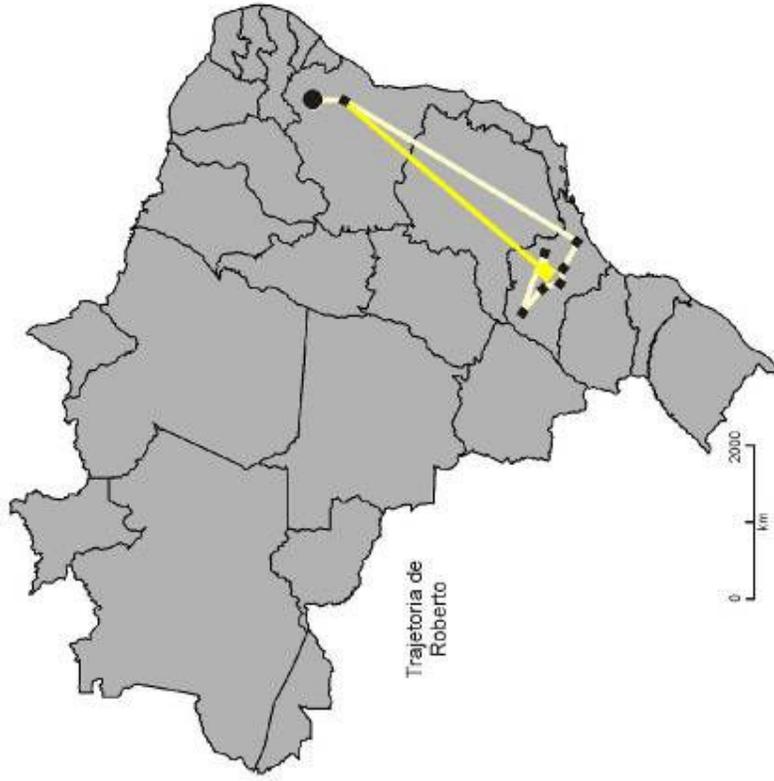
Mais de 6 vezes

● Município onde nasceu

■ Município onde reside atualmente

■ Município transcorrido

Trajektorias Circulares



Legenda

Quantas vezes percorreu o trecho

- 1 vez (ida)
- 2 vezes (ida e volta)
- 3 vezes
- 4 vezes
- 5 vezes
- 6 vezes
- Mais de 6 vezes

- Municipio onde nasceu
- Municipio onde reside atualmente
- Municipio transcrito

por apenas duas cidades, num movimento de “descida progressiva” assemelhando-se às migrações por etapas; outro que passou por migrações em 3 cidades (1 em sua cidade de origem e duas em outro Estado, SP), tendo efetuado duas tentativas de retorno ao lugar de origem; e um último que passou por 4 cidades no Estado de São Paulo, tendo efetuado uma migração de retorno.

c) Nas trajetórias marcadas pela circulação vemos a multiplicação do número de cidades percorridas: no primeiro mapa, o traçado dos caminhos percorridos (por entre 8 cidades e 2 Estados) compõe uma figura mais ordenada, linear; no segundo, entretanto, as numerosas e multi-direcionais linhas expressam uma trajetória (por entre 10 cidades e 5 Estados) bastante desordenada. As cores e os pontos que ligam as linhas denunciam diversas tentativas de retorno, algumas vezes de um mesmo ponto e outras vezes de pontos diferentes.

A análise simultânea do número de pontos (cidades) que ligam as linhas (movimentos migratórios), as diferentes direções que estas ligações efetuam e as cores das linhas, que ilustram o número de vezes que se efetuou o movimento entre um e outro ponto, nos aponta a complexidade das trajetórias. De outra forma, a intensidade das cores ressalta a questão do retorno observada como relevante para nossas discussões desde os trabalhos de campo. É aquele dado que, como um blues⁹², foi se afirmando também a partir do contato com o objeto de estudo. Num primeiro momento, as narrativas perpassaram sempre este tema, em seguida a organização das trajetórias nos mapas individuais a ilustraram e nos fizeram a ela retornar, por último a percebemos através dos mapas de conjunto.

Este constante movimento de retorno, que atravessa as tipologias de trajetórias aqui delineadas, afirma, independentemente da quantidade de vezes em que se tenta o retorno, a continuidade do lugar de origem como um dos pontos do “território migratório” de nossos sujeitos. VALE (2007) também ressaltou essa questão em seu estudo sobre territórios de migrantes nordestinos em Roraima, afirmando a preservação dos laços de consangüinidade e a afirmação da migração como fenômeno componente da cultura do nordestino (ainda que impulsionada constante por estímulos externos, como a fragilidade da economia e o esgotamento dos recursos naturais) (p. 234). A partir destas observações VALE insiste, por diversas passagens em seu trabalho, que “o nordestino migra com os pés, e não com a “alma”, pois a

⁹² “Seria, então, possível iniciar a demarcação da área básica do ‘antropológico blues’ como aquela do elemento que se insinua na prática etnológica, mas que não estava sendo esperado. Como um ‘blues’, cuja melodia ganha força pela repetição das suas frases de modo a cada vez mais se tornar perceptível” (DA MATTA, 1978, p. 30).

multiterritorialidade constituída pelas rotas percorridas não consegue desvincular o nordestino do Nordeste” (p. 235).

De outra forma, a recorrência do retorno nos aparece como intrinsecamente ligado ao ato de migrar. Observamos que é comum o estabelecimento de um papel funcional para o ato de migrar, ele é quase sempre tomado como resposta à uma necessidade prática (trabalho, assistência a parentes enfermos, aproximação do grupo familiar) que, tendo sido suprida ou solucionada, engendra o retorno. Este “é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes” (SAYAD, 2000, p. 11).

Sayad vê o retorno como tão intrinsecamente ligado ao ato de migrar que propõe fazer do estudo deste evento uma “antropologia total do ato migrar”. Para ele, o retorno constitui a “série dos grandes mitos propostos à explicação da história e à elucidação da pessoa humana” (p.12), e expõe a natureza fundamentalmente ambígua do fenômeno migratório. (p.13).

O retorno pressupõe relação com o tempo e o espaço. Com o tempo na medida em que, no imaginário imigrante, é um retorno a si e ao seu grupo, a um tempo anterior à migração, um reencontro. E é também uma relação com um espaço qualitativo, emocional, carregado de afetividade e paixão. (p.12)

O “mito do eterno retorno” é, assim, a expressão desse desejo constante de reencontro com um tempo e um espaço de nostalgia, de lembranças, de memória. No entanto, o caráter mitológico de sua realização está posto na impossibilidade de se reviver o passado tal como foi experimentado outrora. É possível retornar ao espaço transcorrido e encontrar nele muitas marcas do passado, mas o tempo não retrocede, não pode ser revivido.

E assim o migrante vive uma relação ambígua, entre a identidade com o grupo original (identidade biológica, social, histórica, política, cultura, etc.) e a participação em outros grupos secundários. Essa relação de ambigüidade, “de má fé, é marcada de consciência culpada em relação ao primeiro grupo de origem” ao qual se precisa deixar claro, a todo momento, que não foi “deixado afetivamente, nem pelo coração, nem pelo espírito”. (p. 13)

Entre os migrantes sazonais que partem para o trabalho na colheita da cana-de-açúcar o retorno está pressuposto, embora nem sempre se realize. Partem de suas regiões de origem para o Estado de São Paulo com projetos bem definidos a serem alcançados com os rendimentos obtidos no trabalho. Tratando-se de um trabalho com uma remuneração baixa e variável, já que os ganhos são determinados pela produtividade, nem sempre tais projetos são alcançados. Quando não o são (como

aconteceu com Gilberto na época de nossa entrevista), algumas vezes decide-se por não retornar, pela impossibilidade de custear a viagem ou pelo constrangimento de não ter obtido êxito naquilo em que se propôs. Ainda outros eventos ocorridos no interior do grupo familiar, como aquele sugerido por Celso e Nice, podem determinar a fixação do trabalhador e de sua família na cidade de destino.

Entre aqueles que perderam o vínculo com a propriedade (por questões de sucessão da posse da terra ou venda pela impossibilidade de reprodução de toda a família sobre ela) é também recorrente a tentativa de retorno, depois de um tempo de trabalho e acumulação de rendimentos, como pudemos perceber nas trajetórias de vários de nossos entrevistados: Adalto, Inês, Joana e Roberto, João e Ana. Durante a aplicação dos questionários verificamos também que das residências onde o informante era originário da região Nordeste (e, portanto, fizemos o registro da trajetória), 33% já haviam tentado o retorno ao lugar de origem e lá estavam, novamente, em Ibaté. Tentativa, portanto, frustrada. Se pudéssemos recolher as trajetórias daqueles que estão experimentando o retorno e, portanto, localizam-se neste momento na cidade de origem, teríamos sem dúvida uma expressão ainda mais significativa deste fenômeno.

Enquanto que para essa categoria de trabalhadores, os assalariados rurais, o retorno é recorrente, entre outras categorias de trabalhadores esse fenômeno não tem a mesma vultuosidade. Na pesquisa empreendida recentemente por GODOI (2007), nas trajetórias de operários que migraram para o Estado de São Paulo para o trabalho no ramo da metalurgia observamos que não há menção de um retorno ao lugar de origem, o reencontro com o passado está circunscrito à experiência da rememoração.

Se este fenômeno (o retorno) é observado como tão intrinsecamente ligado ao ato de migrar, se aqueles que partem mantêm nas consciências o desejo do retorno, alimentado tanto pelo compromisso com o grupo original quanto pelo sentido de reagregação da identidade, o fato de certos grupos efetivarem tal movimento em detrimento de outros nos desperta questionamentos que podem nos levar a desvendar outros sentidos para este fenômeno.

Entre trabalhadores assalariados rurais de hoje e operários da metalurgia da década de 50 há diferenças que podem elucidar tais sentidos. Diferenças essas relativas ao contexto político-econômico, remuneração e condições de abrigo nas cidades. Estes operários chegaram ao Sudeste num período da história de reconhecida ampliação do parque industrial nacional, quando inúmeras multinacionais aí se instalam, e de conquista de direitos trabalhistas assegurados pela Consolidação das

Leis do Trabalho. Neste contexto conseguiram empregar-se, com relativa facilidade, na condição de assalariados permanentes, sobretudo nas indústrias automobilísticas, dada a intensa procura de mão-de-obra para esta fase de expansão no ramo. Depois de um longo e árduo trajeto laboral, conquistam, enfim, a aposentadoria.

Dos trabalhadores assalariados rurais encontrados hoje nas pequenas cidades do interior paulista, há também aqueles que chegaram à São Paulo no período de expansão da monocultura da cana-de-açúcar e, em decorrência, empregaram-se também com facilidade. No entanto, numa colocação de um nível de remuneração inferior àquela dos operários, quase sempre em caráter temporário, instável, e atravessada por um difícil processo de regulamentação das condições de trabalho. Experimentaram o período marcado pela precarização do trabalho na década de 80, que intensificou a volantização da mão-de-obra, e, na década seguinte, uma aceleração do processo de mecanização da lavoura, que desemprega a muitos e torna difícil o emprego de tantos outros.

Partindo deste contexto, e da análise das narrativas de nossos entrevistados, encontramos então um outro papel para o fenômeno do retorno, o de compor o quadro das estratégias de resistência desta categoria de trabalhadores à precariedade das possibilidades dispostas à manutenção do grupo familiar. Não queremos, com essa indicação, retirar deste fenômeno as características apontadas por Sayad, mas tão somente falar de um entrecruzamento que torna mais complexa a compreensão de sua ocorrência entre esses trabalhadores. Complexidade esta determinada no campo da economia, já que o retorno torna-se necessário também em função das condições precárias e insalubres encontradas por estes trabalhadores na agroindústria canavieira e da dificuldade encontrada no emprego destes migrantes em ramos da economia com níveis superiores de remuneração.

Se mesmo aqueles sitiantes desapropriados – pelas mais diversas razões – depois de migrarem tentam o retorno, é porque a conquista de uma moradia e renda estáveis têm sido difícil, mesmo nas pequenas cidades do interior paulista onde o preço dos terrenos é menor. Na narrativa das trajetórias percebemos que a conquista da casa própria demanda um longo tempo de trabalho no ramo. E ainda que a circulação pelo território em busca de outros empregos, em geral no ramo da construção civil, em atividades informais e em pequenas indústrias, rarefaz os poucos ganhos obtidos cá e lá.

Assim, entre a manifestação do “mito do eterno retorno” e as investidas territoriais contra a precariedade, vão se construindo as diversas experiências de resistência destes trabalhadores ante o processo de inclusão/exclusão precária a que se vêem sujeitos.

Entre as trajetórias marcadas por uma intensa circularidade pelo território encontramos a negação explícita das condições de trabalho nos canaviais, este “trabalho de suíno”, nas palavras de João, aceito unicamente como condição da impossibilidade de emprego em outras atividades. Postos entre a dificuldade de manutenção da família no lugar de origem – e, para muitos também a inadaptação ao contexto do retorno, transformado pela ação do tempo transcorrido – e a insatisfação ante às possibilidades dispostas no lugar de destino, caminham no interstício: a procura incansável. Para aqueles que conquistam a aposentadoria por tempo de serviço ou por invalidez – solicitadas pelo corpo já cansado e maltratado pelas condições insalubres de trabalho, mas negadas a muitos destes trabalhadores – e outros cujos filhos conseguem empregar-se, ainda que precariamente, a estabilidade chega tarde, quando o corpo não mais consegue gozar do tempo livre.

Além destes retornos efetivamente realizados pelos migrantes, há circulação de outras pessoas e objetos pelas redes constituídas por entre os diferentes pontos dos *territórios migratórios*, circulação esta que reforça a constituição destes territórios na medida em que expressa uma forma de apropriação do espaço na mobilidade. Trata-se da circulação de pessoas que vão e vêm levadas por parentes ou não-parentes localizados nos pontos destas redes, de visitas eventuais realizadas à cidade de origem, dos pertences e presentes que vão e vêm pelos ônibus de trabalhadores rurais, das informações e sentimentos que transitam pelas cartas e ligações telefônicas.

Tais circulações são de difícil cartografia, mas exemplos ocorridos com nossos depoentes afirmam a importância dessa circulação constante entre cá e lá, circulação de natureza das mais diversas. Como quando Joana retornou à Pintadas, na Bahia, para o nascimento dos filhos gêmeos porque desejava a companhia da mãe para este momento e também porque desejava que os filhos nascessem nordestinos. E como quando as filhas da vizinha de sua mãe, na Bahia, retornaram com ela para Ibaté a fim de auxiliá-la nos primeiros meses do trato com os gêmeos recém-nascidos. A circulação constante da mãe de Inês entre cá e lá é outra destas fortes expressões: durante muito tempo passava alguns meses do ano no interior de São Paulo por entre as casas dos filhos e os outros meses na Bahia com o marido. Somente recentemente

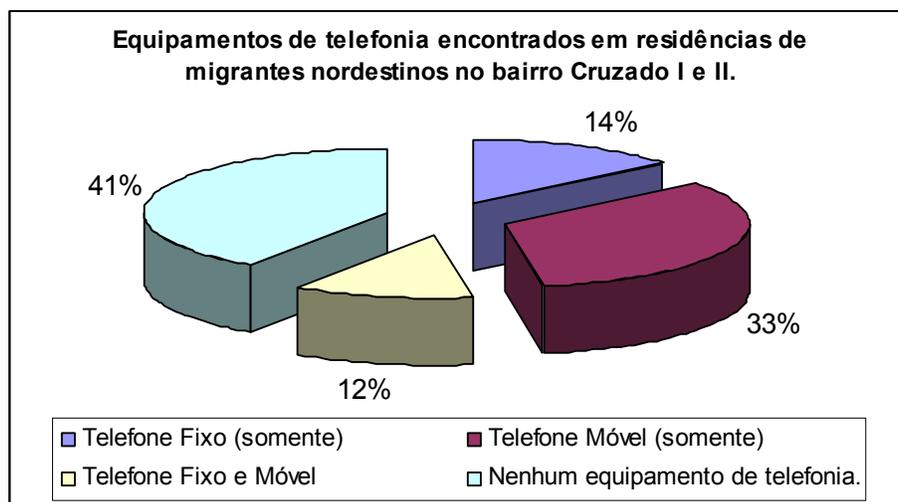
vêm anunciando o desejo de interromper este trânsito e se estabelecer em Pintadas em virtude do avançado da idade, que a faz sentir maiores incômodos nas constantes viagens de ônibus. Ana retornou à Pintadas por duas vezes em função de estados graves de saúde de seu pai e sua avó, tendo prolongado sua estadia, nos dois momentos, até o falecimento destes. Foi também na casa desta última depoente que observamos outra forma de circulação que descobrimos ser também bastante constante. Uma vizinha, também natural de Pintadas, interrompeu nossa entrevista para comprar um utensílio doméstico daqueles que Ana vendia para enviar de presente de Natal para sua mãe pelo ônibus de trabalhadores rurais que partiria do Cruzado II no dia seguinte. Nos rascunhos das cartas de Nice, enviadas à sua família, presenciemos a expressão e circulação das expectativas, das frustrações, de informações, e a expressão do desejo de sustentar o vínculo entre as pessoas e os espaços longínquos.

A manutenção desta circulação constante traz às claras alguns dos caminhos trilhados na tentativa de manutenção de seus territórios, mas as dificuldades encontradas para a sustentação destes trânsitos apontam, mais uma vez, para a precariedade, e para as dificuldades que se precisa vencer para manter determinados hábitos que preservem os territórios. A condição dos ônibus que levam os trabalhadores às cidades de origem (muitos dos quais partem do bairro mesmo do Cruzado II⁹³) é bastante precária. Chegamos a ouvir de diversos depoentes a notícia do tombamento de um destes ônibus à caminho do Nordeste. De outro modo tais ônibus são também alvo constante de roubos em estradas com pouca circulação e fiscalização, haja vista o conhecimento, por parte dos que realizam tais atos, de que estes ônibus servem de veículo de transporte de diversas mercadorias e valores.

Ademais, tais deslocamentos efetivos até o lugar de origem são bastante raros. O valor dos salários impede, tantas vezes, de realizar visitas periódicas ou enviar divisas para trazer parentes do lugar de origem. Por outro lado, os altos preços dos cartões telefônicos e do uso dos telefones privativos (em alguns espaços) e as dificuldades de acesso aos benefícios da expansão dos meios de comunicação, marcadas pelas diferentes ritmos de sua expansão (em outros), faz com que os contatos por telefone sejam também cada vez mais raros e ligeiros.

O gráfico abaixo ilustra a posse de equipamentos de telefonia (fixa e móvel) nas residências de trabalhadores nordestinos encontrados no bairro Cruzado I.

⁹³ Caminhando pelo bairro, encontramos um ponto de venda clandestino de passagens de ônibus que levam os trabalhadores ao Nordeste. Através das entrevistas tivemos a informação de que o ônibus partia uma vez por semana e que a passagem custava em torno de duzentos reais.

Gráfico 10.

Fonte: Dados recolhidos nos questionários, 2006.

Observamos, por um lado, a dificuldade de aquisição dos equipamentos de telefonia fixa e, por outro, uma relativa expansão da telefonia móvel, como temos assistido por todo o país. No entanto, a popularização do termo “celular pai-de-santo” entre as camadas populares nos leva a relativizar a expansão do consumo de serviços de telefonia. Diversos destes trabalhadores adquiriram aparelhos celulares, aquisição proporcionada pelo contexto de produção flexível em massa e diminuição dos valores de uso das mercadorias⁹⁴. No entanto, a maioria deles não consegue alimentar o funcionamento de tal aparelho com os créditos comercializados pelas operadoras de telefonia móvel. Assim, mantém o aparelho em funcionamento apenas para que sejam localizados por parentes (em situação de emergência), pelos patrões ou para facilitar a comunicação com novas empresas, mas continuam consumindo (quando possível) cartões telefônicos e utilizando telefones públicos para efetuar ligações.

Quanto aos equipamentos públicos de telefonia, embora sejam amplamente disponíveis, diversos depoentes denunciaram o alto custo dos cartões telefônicos, e, portanto, a dificuldade de acesso aos equipamentos de comunicação. Na região do sertão nordestino são também raras as residências com telefone fixo. O mais comum é a existência de um ou alguns telefones fixos localizados em áreas urbanas, ou então as cabines telefônicas controladas por uma operadora que efetua as ligações dos

⁹⁴ Sobre tais questões podemos encontrar importantes referências nos textos de ANTUNES (2003: 50-52) e no artigo de MORAES NETO & CARVALHO (1997).

moradores do lugar, recebe ligações dos parentes distantes e envia um mensageiro a avisar à pessoa procurada. É o que nos relata Inês, sobre o período recente (de cerca de 5 anos atrás) em que apenas o marido migrava para Ibaté nos períodos de safra e ela se mantinha em Pintadas com a família, e também Nice.

I.: Falava rapidinho. Só ligava pra dizer que tá tudo bem, que mandou o dinheiro, quanto ia mandar, em que conta ia ponhar pra receber... só isso. Se tava tudo bem, com saudade... e pronto. Era rapidinho.

B.: E falava de quanto em quanto tempo por telefone?

I.: De mês em mês. Às vezes tinha uns que passava dois, três meses sem falar. Porquê? Porque era muito caro, era muito caro pra usar o telefone.

B.: E quando ia receber ligação? Como é que fazia pra avisar que alguém tinha ligado?

I.: Lá era assim, era um tipo dum posto, postinho de saúde, entendeu? Então tinha um postinho de telefone. Aí as telefonistas já tinha um mensageiro. Dava o nome da pessoa, o endereço certinho, em que sítio morava, e só ligava no dia da feira também porque sabia que as pessoas se encontravam ali na cidade, que podia falar com alguém pra dar o recado. Aí o mensageiro ia e dava o recado. (Entrevista com Inês, 09/12/2006)

B.: E todo mês você fala com ela?

N.: Não, passa mês, dois... Ela não mora na cidade, então eu tenho que ligar num domingo pra lá, que eu tenho essa irmã minha que mora na cidade, eu ligo pra ela chamar minha mãe, ela vai dar o recado pra minha irmã e minha irmã vai lá dar o recado pra minha mãe. Então no outro domingo eu vou falar com ela. (Entrevista realizada com Nice, 07/12/2006)

Tais limites impostos à comunicação a algumas comunidades, como esta que estudamos, é uma das questões que nos impõem ressaltar a caráter de seletividade da expansão da mundialização do capital e o conteúdo fabuloso na afirmação do processo de globalização. Encontramos tal clareza na tese de Santos, desenvolvida em "Por uma outra globalização" (2000). O autor denuncia que "um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas." (p. 19)⁹⁵.

E se os trabalhadores aqui não conseguem se apropriar da expansão dos serviços de comunicação modernos, observamos que preservam muito pouco hábitos de comunicação progressos, como a troca de cartas via correio. Tantos deles em função da baixa escolaridade e falta de hábito de leitura e escrita. Podemos mesmo

⁹⁵ Retornaremos esta questão específica no tópico seguinte, quando refletiremos sobre o processo de exclusão/inclusão precária resultantes do processo de territorialização de nossos sujeitos.

nos questionar se, mesmo em tempos passados, esta compôs parte das práticas incorporadas por esta população. Embora questionássemos a todos sobre a troca de cartas com parentes distantes, somente Nice nos afirmou ter realizado tais trocas em períodos recentes. E aqueles que a realizavam em tempos pregressos não preservavam guardadas as cartas trocadas.

Diversos dos apontamentos até aqui realizados (como aqueles que denunciam a dificuldade de realizar visitas periódicas até o lugar de origem, de utilização dos serviços de telefonia e raridade das comunidades mantidas por cartas) nos falam das frustrações nas tentativas de manutenção do vínculo com o território a partir da materialidade. No entanto, não só de materialidade, de circulação material (ainda que tão somente de informações e sentimentos por telefonemas ou cartas, mas de circulação efetiva) entre o lugar de origem e destino são construídas relações territoriais. Estas são construídas, ao contrário, tanto por eventos expressos e percebidos materialmente quanto pela imaterialidade dos sentimentos mais diversos e das relações.

O vínculo (essencialmente aqueles de consangüinidade) mantido com os que ficaram no lugar de origem é dos sentimentos mais frequentemente expressos pelos depoentes como aqueles que os mantêm ligados a tais espaços. A saudade daqueles que ficaram e o desejo de alimentar as relações não qualifica uma expressão tão-somente de manutenção do vínculo consangüíneo, mas de manutenção de uma relação de identidade, realçada pelo contexto de intensas diferenças culturais vivenciadas nas cidades paulistas de destino. É a saudade do "jeito do pessoal", do "ritmo do pessoal" um pessoal mais prestativo, que "acolhe mais a gente" (nas palavras de Joana e também de Gilberto), com os quais se experimenta um sentimento de maior conforto, (nas palavras de Inês).

Mas outros sentimentos marcam, também, a identidade com o lugar e com o *ritmo*, não só das pessoas, mas também dos espaços, ou, poderíamos dizer, com a *territorialidade* de seus lugares de origem. Diversos depoentes, como seu Adalto, valorizaram uma maior "liberdade" de circulação pelo espaço, que para ele caracteriza o lugar onde vivia no Nordeste. Outros tantos expressaram uma forma de identidade como que intrínseca entre as pessoas e os territórios ao remeterem-se à uma necessária ligação com a "terra da gente". Tal fenômeno é reforçado pelos símbolos de fecundidade atribuídos à terra, aquela que fecunda e que cria, e ainda por um pensamento "naturalista" a respeito do homem, visto quase como uma extensão de sua terra de origem. Assim, se é daquela terra que veio a vida é para ela que a vida

deve retornar, foi o que disse Joana a um representante comercial de uma funerária que certo dia bateu à porta de sua casa na cidade de Ibaté:

Eu quero é ir para o lugar onde eu nasci e me criei. Aí eu falei pro rapaz assim: 'Eu quero ser enterrada na minha terra. Sabe, quando eu fico doente,' eu falando pra ele, 'eu peço logo a Deus: 'Não me leve aqui não, Senhor. Tem misericórdia! Não faça isso comigo não.' Eu peço mesmo, eu falo mesmo, chorando! (Entrevista com Joana, 12/12/2006)

Mas este sentimento não é compartilhado por todos, em todos os momentos. No trabalho de Haesbaert (1997) encontramos diversas advertências quanto ao caráter de determinismo geográfico de certas concepções "naturalistas", ou que "naturalizam" a relação do homem com o meio. Muito ao contrário observamos que tais sentimentos de pertencimento (como tantos outros sentimentos) não são expressos com linearidade ou mesmo com alguma propriedade de estabilidade determinada e imutável ou ainda que se manifeste sempre da mesma maneira em diferentes pessoas. Tantas vezes, toma força um sentimento de gratidão pela terra de destino, que se expressa numa gratidão generalista por "São Paulo". Como explica Adalto, "é aquele negócio, tudo que nós temos foi feito aqui bem verdade". Tantas outras vezes o sofrimento causado pela precariedade da vida e pela impossibilidade de continuar se reproduzindo (com o grupo familiar) na região de origem funda um sentimento de revolta contra este espaço. É como se essa "terra da gente", essa "terra-mãe" tivesse abandonado seus filhos, que são agora bastardos em terras ilegítimas. Selene é caso exemplar destes: moça que muito jovem deixa o Piauí a contragosto dos pais, mais tarde traz toda a família com ela e, durante nossa entrevista, esbravejou curtas e grossas expressões de descontentamento com a vida que lá levava. Outras vezes, a fim de retirar de seus hábitos e de seus corpos (quando possível) aquelas características que são fonte de expressões de preconceito e intolerância advinda dos moradores do lugar (ou de outras regiões geográficas), transforma-se o sotaque, o gosto musical, a dinâmica de organização do espaço doméstico, negam-se os hábitos alimentares e o costume do vestuário, entre tantos outros processo de negação e transformação. Quanto a estas questões, poderíamos citar diversos casos. Dentre eles, escolhemos um bastante corriqueiro e de fácil percepção: a transformação do sotaque. João Carlos, paulista que fora casado e tivera filhos com uma gaúcha e, mais tarde, depois do falecimento desta, casa-se com uma nordestina, ao compará-las e tentar diminuir os atributos negativos que em outros momentos ele próprio imprimiu sobre a "raça" nordestina afirma: "mas ela quase não tinha sotaque mais". Mas tantas vezes

tais transformações não são fruto de um processo finalístico, mas tão somente expressão de algo próximo àquilo que Haesbaert convencionou chamar de multiterritorialidade⁹⁶, vivenciada a partir do processo migratório e da interação com diferentes grupos sociais.

Importa reter que a identidade é construída sempre em relação ao Outro, ao novo contexto de relações (sociais e espaciais) em que ela se redesenha. Lembra-nos Pollak que,

Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (1992, p. 5)

Progredindo em sua análise sobre a relação entre memória e identidade, Pollak esclarece que tal "negociação" desenrola-se na forma de conflitos, disputas:

Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que *a memória e a identidade são valores disputados* em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.

Tantos sentimentos desencontrados como aqueles que observamos há pouco, ora de identidade, ora de afastamento em relação às representações construídas a partir do lugar de origem – que no contato com o outro passam por constantes recriações – expressam, portanto, a disputa no seio da qual se define e redefine a territorialidade, cotidianamente. Pois que o processo de construção desta não acontece pela sobreposição de temporalidades umas sobre as outras, de apagamento do passado e substituição pelo que agora é presente. Há uma relação dialética, em que um tempo *toca* o outro. Mas é sobretudo no seio destas disputas entre o velho e o

⁹⁶ "(...) uma territorialização efetivamente múltipla não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação sociais implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma *multiterritorialidade*." (HAESBAERT, 2004, p. 344)

novo, o nativo e o estrangeiro, que se redesenha uma nova territorialidade, composta por um híbrido que raramente contém partes iguais.

Em alguns momentos e espaços seja mesmo possível observar um certo “equilíbrio” na manifestação das diferentes temporalidades, como percebemos através da observação de Manoel acerca da convivência de expressões culturais diferentes, simultaneamente.

Ibaté, se você for ver, existe sempre mistura de raças, de Estados... Então... eu gosto do Axé, eu gosto do forró, eu gosto daquela música baiana... Então todo mundo enturma naquilo ali, fica uma coisa até participativa. (Entrevista com Manoel, 28/11/2006)

Em diversos outros momentos este contexto de conflitualidade é responsável por ressaltar as diferenças e fazer emergir expressões de resistência. Talvez esse seja o sentido forte contido nas recorrentes menções ao retorno (realizado ou desejado), já citado aqui diversas vezes como o blues que emerge do contato com a realidade local. Efetivado ou simplesmente expresso como um desejo que tantas vezes não encontra condições materiais de se realizar, é como se expressasse a forma de resistência percebida como de maior força, ou maior eficácia, pelos sujeitos desta pesquisa.

Observamos, no capítulo anterior, as dificuldades que os migrantes nordestinos encontram de materializar sua cultura, de construir territórios materiais na cidade de destino. Se tais dificuldades são tão latentes, percebemos que aqueles que procuram alimentar a relação com os lugares de origem (material ou imaterialmente), sustentando seus “territórios migratórios”, são os que mais força adquirem no processo de resistência.

E se o retorno enquanto o deslocamento de um ponto físico a outro nem sempre é possível, como já apontamos anteriormente, observamos que aqueles que efetuam um “retorno simbólico” através da materialização de qualquer forma de expressão da memória e do conteúdo da cultura, são também aqueles que mais efetivamente participam da luta pela preservação de seus territórios.

Assim, observamos que a possibilidade ou não do retorno produz relações distintas com o processo de esquecimento/rememoração. Elias e Gilberto, migrantes sazonais, quando questionados sobre os sentimentos referidos à ausência, à distância de sua terra de origem, terra de morada e de vida, erguem o “esquecimento” como necessário para abreviar o sofrimento. Já entre aqueles cujas trajetórias são marcadas pela relativa permanência e circularidade, a lembrança parece necessária.

Michael Pollak (1989), ao estudar a relação entre memória coletiva e memória individual e as disputas entre memória oficial e a memória de grupos minoritários nos sugere algumas razões para que “esquecimentos” e “silêncios” sejam percebidos nos discursos de sujeitos. O autor encontrou evidências importantes de que “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória.” (p. 11) Assim, esse trabalho de gestão da memória se faz necessário por motivos os mais diversos, como para abreviar o sofrimento, possibilitar a integração à comunidade local ou reduzir o sentimento de culpa.

No caso da pesquisa realizada com estes migrantes nordestinos, observamos que uma certa forma de *esquecimento momentâneo*, reservado ao meses do trabalho na lavoura, é como que *produzido* pelo desejo de manter distante um sofrimento que é temporário, tal qual a estada distante de seu lugar de origem. É comum atestarmos que estes trabalhadores sazonais não carregarem consigo fotos e objetos de memória. Pois que se “nosso ambiente material traz ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros” (HALBWACHS, 2006, p. 155), melhor não tê-los, porque eles recordam uma ausência que é compulsória, e que desperta sofrimento. É como se, assim, estivessem se negando a fazer do lugar de origem simplesmente um lugar de “representação”. O retorno é desejado e *é efetuado* frequentemente. É o retorno que refaz os laços *suspensos* pela distância.

Já para aqueles que se mantêm distantes do lugar de origem por um tempo mais alongado e, por muitas vezes, impossibilitados até mesmo de realizar visitas periódicas que reforcem os laços da identidade e das relações sociais, recorre-se àquele tipo de “retorno simbólico” através do processo de representação. A construção e a manutenção do passado se dá no plano simbólico, nos “objetos de memória”, nas fotografias e em alguns costumes mantidos.

Durante os trabalhos de campo pudemos observar que diversos entrevistados mantinham alguns costumes regionais. Alguns destes costumes, aqueles que interferem mais diretamente na organização do espaço, foram citados no tópico anterior. Mas há ainda os hábitos reproduzidos no cotidiano, no interior da casa: é comum o preparo do cuscuz e da polenta (preparados com farinha de milho), da “carne de sol”, do mocotó, do sarapatel, da buchada de bode. O momento de preparação e degustação destes alimentos é também momento de rememoração, de fortalecimento da identidade e de “retorno”. É o que podemos observar nas palavras de Socorro.

É muito costume que a gente faz lá, e aí a gente faz de vez em quando. Eu adoro cuscuz com leite, ontem mesmo eu fiz! É gostoso! Quando eu vou na casa das minhas irmãs a gente costuma se reunir e fazer aquela comida nordestina. Nossa, é bom demais! (Entrevista com Antonieta, 07/12/2006)

Na casa de João, terminada a entrevista, ele nos serve um doce de banana que há pouco chegara da Bahia através de um dos ônibus de trabalhadores rurais, entregue pelas mãos de um conterrâneo. Pareceu-nos um gesto de manifestação do desejo de preservação de sua identidade.



Foto 39: João, sorridente, servindo-nos o doce de banana trazido recentemente de Pintadas, na BA. (B. M. M., 2006)

Também nos objetos trazidos e preservados do lugar de origem estão armazenados componentes que preservam a identidade, como na colcha que Inês utilizava em sua cama na Bahia. Ao falar-me da colcha, como um dos poucos objetos que ainda preserva do lugar de origem, expressa um certo contentamento em perceber o apego que um de seus filhos cultivou com este objeto. Alex dorme com a colcha todas as noites. É como se a colcha preservasse um elo (já desfeito no espaço) não somente entre ela e sua terra de origem, mas também desta última com seus filhos, todos nascidos em São Paulo. Na foto abaixo, os três filhos paulistas de Inês seguram a colcha trazida da Bahia:



Foto 40: Filhos de Inês segurando colcha trazida de Pintada, BA. (B. M. M., 2006)

O candeeiro de Adalto (abaixo) carrega traços da territorialidade e da temporalidade característica de sua terra de origem (também a cidade de Pintadas-BA) quando foi deixada. Ele é guardado no cômodo de “despejo” da casa, junto a outros tantos objetos que marcam a história da família, como algumas peças do berço de madeira que abrigou os filhos (hoje já casados) e o machado que usava para abater os animais para o consumo. E o candeeiro vez ou outra (quando o fornecimento de energia é interrompido, por problemas com a distribuidora ou falta de pagamento) retoma a função que desempenhara outrora. E a precariedade da vida efetua o elo entre tempo-espacos distantes, tal como acontece com a “caçarola” de Inês (foto da capa)

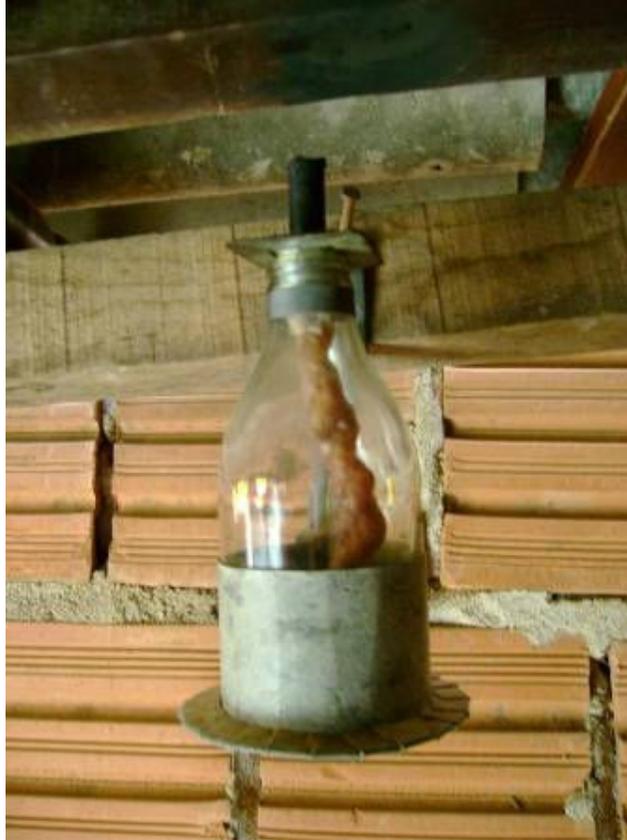


Foto 41: Candeeiro de Adalto, trazido de Pintadas-BA. (B. M. M., 2006)

Na casa de Adalto ocorre uma situação bastante particular e rara: é o homem aquele que toma para si a tarefa de preservar alguns traços da história da família. Com mais recorrência assistimos o contrário, é mais comum que a mulher seja a guardiã destes objetos. É que observamos na casa de Joana e Roberto, João e Ana, Celso e Nice. Esta é uma tese que vem sendo afirmada no interior das pesquisas desenvolvidas no grupo "Terra, Trabalho, Memória e Migração"⁹⁷.

Chegamos, assim, ao fim deste tópico tendo explorado algumas questões importantes para compreensão das possibilidades de resistência dos sujeitos de nossa pesquisa. Assistimos à precariedade da vida material nos bairros periféricos onde residem, ao contexto de conflitualidades constantes em que estes trabalhadores estão inseridos, à dificuldade de apropriação de espaços físicos e públicos para a preservação da memória e da cultura, à dinamização de um território na mobilidade (marcada tanto pela identidade com o lugar de origem como pela precariedade da vida no lugar de destino), os "territórios migratórios", e à resistência da memória sobretudo nos espaços privados. Embebidos destas reflexões é que caminhamos para a discussão que

⁹⁷ Expressa no artigo MORAES SILVA; MELO & APPOLINÁRIO (2003), dentre outros.

encerra nossas preocupações, aquele que insere os migrantes nordestinos no processo de inclusão/exclusão precária.

4.3. Entre a exclusão-inclusão precária e a resistência: apontamentos sobre memória e território.

Depois de transpassarmos todo o trajeto dos migrantes nordestinos que encontramos em Ibaté paramos para observar o lugar que ocupam neste espaço-tempo. O traço de *precariedade* denunciado através desta pesquisa e de tantas outras⁹⁸ frequentemente encaminha a que pensemos no termo *exclusão*, por seu caráter de *negação*, como aquele que melhor reflete sua condição. No entanto, tal como Martins (2002) defende,

A palavra exclusão conta apenas metade do processo, mas não conta a consequência mais problemática da economia atual, que é a inclusão degradada do ser humano no processo de reprodução ampliada do capital. (p. 24)

Desta forma, denuncia o caráter estático, imutável contido na defesa do conceito de exclusão, que substitui a idéia de “processos de exclusão”. De outro lado aponta para os equívocos contidos no seu caráter unilateral (ou estruturalista), que não leva em conta a reação da vítima. Assim defende a utilização do termo “inclusão precária” como capaz de expressar tanto o lugar que os trabalhadores passam a ocupar no processo de reprodução ampliada do capital a partir dos processos de exclusão de que são vítimas, quanto as reações empreendidas pelos excluídos no sentido de caminhar em direção à integração.

MORAES SILVA (2003) contribui no sentido de reafirmar essa tese de Martins que centra a discussão sobre as possibilidades de integração/desintegração no contexto econômico e político vigente sobre a noção de *processo*.

A exclusão não pode ser vista como algo absoluto, pronto, fechado, finito. Entende-se a migração como uma abertura, como caminho para novos ciclos que se abrem e se fecham constantemente. Desta sorte, considera-se a exclusão em termos relativos, gerando contraditoriamente possibilidades e alternativas realizadas pelos próprios sujeitos. Os atos de violência ligados ao tráfico de drogas, considerados negativos, a participação em movimentos sociais e políticos organizados, a inserção em trabalhos mais precários e a migração, são fissuras abertas, provocadas pela exclusão. (p. 32)

⁹⁸ “... propõe-se a partir da história de proletarianização destes trabalhadores a redefinição do termo precariedade dado que seu viver sempre teve essa marca. A formalidade e a estabilidade do trabalho nunca existiram de fato, a não ser em momentos intermitentes. Pode-se dizer que esse trabalho, na vertente inicial de volante, já nasce enquanto precário, contingente, eventual, inconsistente.” (MORAES SILVA, 2003, p. 34).

Nesse sentido, a autora defende a utilização do binômio exclusão-inclusão precária, que remete a uma disjunção com continuidade, ainda que precária. Na compreensão do processo migratório destes trabalhadores que chegam para o trabalho nos canais afirma a idéia de uma "migração forçada", imposta pelos processos de desterritorialização ou de precarização da vida no lugar de origem. No entanto, ressalta a importância de se compreender que, se de um lado tal migração é resultado de um processo histórico, de outro é responsável por desencadear um outro. E é propriamente esta perspectiva que sustenta as análises da ação dos sujeitos envolvidos nos processos sociais. (p. 31-32)

É essa perspectiva que vimos perseguindo durante todo o processo de investigação. Buscamos compreender o papel ativo dos sujeitos desta pesquisa, bem como as relações de poder que os envolve e que impõe limites à sua ação, principalmente àquelas que se traduzem na apropriação de espaços de reprodução.

No tocante às possibilidades de ação, e de *mobilidade* Martins afirma a necessidade de pensarmos no "deslocamento social que existe no interior do deslocamento espacial" (p. 31), na "migração para além de sua dimensão territorial e demográfica" (p. 35), observadas a partir da migração de um lugar para outro, perspectiva que tantas vezes é, de fato, negligenciada por diversos estudos "territorialistas"⁹⁹. E termina por afirmar a existência de indícios de uma certa "reestamentalização da sociedade", de um enrijecimento das camadas sociais. Para ele poderíamos definir dois grupos claros: aquele formado pelos *incluídos* em diferentes graus, que gozam dos direitos de acesso ao que de material e cultura esta sociedade oferece, e outro formado pelas pessoas "que vocês chamam de excluídas, na verdade incluídas marginal e residualmente nesta sociedade" (p. 30).

Esta tese da rigidez da estratificação social é defendida por outros autores, como DURHAM (1984) que afirma que tal rigidez tem sido responsável pela crença de grande parte da população de que a migração era o único caminho para "melhorar de vida" ou "ascender socialmente".

Para os migrantes nordestinos que conhecemos através desta pesquisa, o processo de exclusão-inclusão precária desencadeia destinos diferentes. Para alguns deles (aquele que apresentaram trajetórias de circularidade ou permanência) tal processo alcança a perda efetiva do controle do território que lhe servia como espaço de reprodução (e a toda a família) e funda a busca incessante por reterritorialização,

⁹⁹ "... é interessante verificar que nenhuma destas perspectivas [de compreensão do território: econômica, política e cultural] focaliza a desterritorialização como processo de exclusão socioespacial (...)." HAESBAERT, 2006, p. 193.

no espaço, na economia, nas relações sociais. Para outros, aqueles que ainda conseguiram manter-se nas terras de origem (em geral em função do parcelamento das terras da família) tal processo funda uma reterritorialização na mobilidade, uma forma de territorialização precária que, impedindo-o de manter a família com os rendimentos obtidos no lugar de origem (com a lavoura e os trabalhos eventuais prestados a terceiros) leva-o a migrar sistematicamente de um lugar a outro.

Ademais destes diferentes destinos tomados, mantém-se um certo sofrimento que acompanha os processos de exclusão. Aqueles que buscam manter a terra e a família na região de origem devem se sujeitar, para isso, a um trabalho extenuante, a receber baixos salários, a viver em condições de moradia insalubres e precárias (nas cidades de destino), e a manter-se por um tempo mais alongado na região de "destino" do que na região de "origem", mais tempo longe da família e de sua terra. Aqueles que abandonam a região de origem como espaço de vida e de reprodução do grupo familiar, buscando estabelecer-se na região de destino, sujeitam-se à possibilidade de não mais rever os parentes que lá se mantiveram, a sofrer as difíceis conseqüências do processo de desenraizamento e de reconstrução de si através do contato com o outro, a ser vítima, de forma mais intensa, daquele "novo racismo" de que nos falava Adalberto Sérgio. Quando abandonam o lugar de origem podem estar abandonando também este lugar como refúgio estratégico em situações limites. Retornar torna-se mais difícil. Vimos que muitos destes migrantes permanentes tentaram o retorno e se frustraram com tal tentativa. Podem estar, assim, colocando-se numa condição de maior exposição às flutuações econômicas e de maior sujeição às condições precárias de trabalho e subsistência que conseguem manter uma relação mais longa com a cidade. Aqueles que se negam ao "trabalho de suíno", trabalho sujo, de notável percepção degradante, entram, tantas vezes, numa condição de maior circulação pelo território.

Sabemos que dentre as determinações de uma trajetória mais ou menos complexa (com maior ou menor mobilidade pelo território) não corroboram apenas sentimentos como esse que apresentamos agora, de uma certa rebeldia que se volta contra as determinações econômicas. Relações interpessoais tensas, marcadas por questões de gênero, raça/etnia, geração, autoridade (e, portanto, poder) causam também deslocamentos. E assim, estes últimos podem expressar formas de resistência àquilo que, de forma diferente, oprime uns e outros.

Assim, o preconceito que frequentemente relaciona o migrante pobre (que circula mais ou menos) à marginalidade, à criminalidade, ou, em outros termos, a uma

personalidade de difícil trato, a uma fraqueza que o fez desistir de impor-se ante aquilo que o oprimia, perde de vista o contexto de tensões e desequilíbrios no seio do qual se desenrolam as relações de poder das mais diferentes naturezas. Tais preconceitos são, assim, tantas vezes inspirados pelo medo do desconhecido, pelo desejo de *poder* sobre os fatores que influenciam o meio em que vive, ou, quem sabe, de conhecimento e reconhecimento daqueles que compartilham o mesmo espaço de vida.

Assim, atingidos por processos desagregadores, desafiadores¹⁰⁰, alguns circulam mais e outros menos. E todos resistem, a seu modo. Aqueles migrantes que apresentam uma trajetória mais circular parecem fazê-lo de forma um tanto mais auto-destrutiva, visceral, na medida em que negando as condições que lhes são apresentadas, colocam-se ante a processos recorrentes (e sempre tensos) de territorialização e desterritorialização, enraizamento e desenraizamento. Foi assim que João e Ana, depois de muito circularem, decidem se estabelecer em Ibaté. De outro modo, aqueles que iniciam uma trajetória sazonal resistem para manter-se no lugar de origem, ainda que a custos extremamente elevados, como aqueles que levantamos acima. E há também aqueles que perseguem incessantemente a permanência, quer seja aqui, quer seja acolá, e a seu modo resistem ao processo de desterritorialização de que foram alvo.

Dentre os movimentos migratórios entre diferentes cidades e regiões, observamos a recorrência do movimento de retorno ao lugar de origem, movimento este que sustenta a construção de “territórios migratórios” entre cá e lá, entre o local de origem e o(s) local(is) de destino. Estes, sobre os quais nos detivemos com mais detalhe no item anterior, expressam uma forma de resistência na mobilidade. A possibilidade de um movimento de territorialização que se expressa na mobilidade é então percebido no conceito “território migratório” (FARET apud FLORES, 2006) e em diversas afirmações efetuadas sobretudo por geógrafos¹⁰¹.

Através da circulação posta em funcionamento pela construção destes “territórios migratórios” observamos a transformação da territorialidade dos espaços, tanto de origem quanto de destino dos migrantes. O primeiro é transformado por esse

¹⁰⁰ “Falar de desafiado... não é pressupor uma ruptura, mas recompor um percurso. A noção pertence ao mesmo campo da semântica da dissociação, da desqualificação ou da invalidação social. Desafiado, dissociado, invalidado, desqualificado, em relação a quem?” (Castel apud MORAS SILVA, 2003. p. 32). CASTEL (INSERIR REFERÊNCIA).

¹⁰¹ “Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxo/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento.” (HAESBAERT, 2006, P. 280). No capítulo onde encontramos tal enxerto, intitulado “Territórios, Redes e Aglomerados de Exclusão”, Haesbaert passa em revista alguns autores que, de diferentes modos, sustentam tal afirmação, dentre eles: Deleuze e Guattari, ao falar de um “território no movimento”, Bonnemaison, ao tratar o território como uma “rede de itinerários”, e Bourdieu, ao afirmarem a persistência de territórios descontínuos.

movimento de constante retorno e de entrada de bens e valores oriundos das cidades de destino; o segundo é transformado pela ocupação que os migrantes efetuam no espaço da cidade, e, mais propriamente, nos bairros periféricos onde se instalam. Por diversas vezes nos remetemos ao híbrido construído pelo encontro de diversas temporalidades.

Mas já advertimos em outro momento: tal híbrido raramente se compõe de uma acomodação harmônica entre as partes. Porque é construído no interior de relações de poder. Sem perder de vista tal contexto afirmamos, ademais, que esta acomodação, ainda que tensa, acaba por conceder ao espaço caracteres que remetem à dinâmica de organização social e espacial destes que chegam. Tal referência espacial pode tornar-se referência de identificação e apropriação do espaço, à medida que vai materializando, e assim, fortalecendo, o sentido da ocupação através do tempo.

Deste sentido de ocupação que atesta um direito de *apropriação* do espaço nos fala Halbwachs ao refletir sobre a relação entre memória e espaço. Segundo o autor,

... um homem ou muitos homens só adquirem um direito de propriedade sobre uma terra ou sobre uma coisa a partir do momento em que a sociedade da qual são membros admite a existência de uma relação permanente entre eles e essa terra ou essa coisa, ou se essa relação for tão imutável quanto a coisa em si. (...). Qualquer princípio que invoquemos para fundamentar o direito de propriedade não adquire nenhum valor se a memória coletiva não intervier para garantir sua aplicação. (...). A sociedade não estabelece apenas uma relação entre a imagem de um lugar e sua descrição por escrito. Ela só o vê a partir do momento em que ele já estiver ligado a uma pessoa, seja porque esta o circundou de limites e fechaduras, seja porque normalmente ali reside, o explora ou o faça explorar por sua conta. (2006, p. 172-173).

Assim, afirmamos que a materialização da existência de um grupo sobre determinado espaço (que pode ser observada na composição da territorialidade) e a conservação da memória desta existência através do tempo, constituem fatores indispensáveis para atestar o direito de apropriação de um grupo sobre tal espaço. É sobre a memória dessa ocupação, conservada em bases materiais, que se valem os processos de reconhecimento de propriedade por via jurídica, como o direito de usucapião em propriedades urbanas e rurais¹⁰², a legislação que autoriza a

¹⁰² O Código Civil estabelece, nos artigos 1.238 a 1.244, os critérios para julgamento de direito de propriedade adquirida através da posse. De forma geral, o procedimento decorre sobre imóveis ocupados de entre 5 e 20 anos, sem "oposição", sendo necessário comprovar a posse através de testemunhos.

desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária¹⁰³ e também aquela que legaliza a propriedade de áreas de Remanescentes de Quilombos¹⁰⁴.

O sentido da territorialização de que falamos neste trabalho não perpassa, necessariamente, o sentido legal do reconhecimento, mas compreendemos que a disputa pelo poder de apropriação perpassará, ainda que simplesmente no nível das relações sociais ou das disputas políticas locais, o sentido de reconhecimento comum, assegurado pela construção de uma memória coletiva da ocupação do espaço.

Em se tratando da territorialização de migrantes nordestinos em uma cidade paulista, observamos que a precariedade da vida a que são expostos nos bairros de trabalhadores rurais é expressão dos processos de hierarquização (que fundam processos de reconhecimento) inerentes ao funcionamento dessa sociedade capitalista. Assim, o processo de valorização do espaço ocupado acompanha o processo de valorização dos diferentes agrupamentos humanos que sobre ele se distribuem, valorização que recai sobre o lugar destes agrupamentos no interior das categorias de classe social, gênero e raça/etnia. E então os bairros onde residem tais trabalhadores, ao mesmo tempo em que apresentam os preços mais baixos, acompanhando os baixos salários, são também aqueles que recebem uma atenção bastante deficitária do poder público, com estruturas e disponibilização de serviços bastante precários, como pudemos perceber em outros momentos de nossa exposição. É este um dos fatores que marca com o sentido da precariedade a territorialização destes migrantes, uma precarização territorial marcada pelo lugar ocupado no processo de produção.

De outro modo, este mesmo processo de hierarquização define as manifestações culturais dominantes, relacionadas ao sentido da modernidade e da urbanização, e assim oprime a manifestação das diferenças, como pudemos perceber das considerações sobre o preconceito étnico e regional que recai sobre os migrantes nordestinos nos bairros paulistas. É este outro dos fatores que torna difícil o sentido do reconhecimento e, portanto, da apropriação territorial. No tocante às marcas deixadas pelo conteúdo de raça/etnia que nos compõe, vimos que em condições de tensão e de geração de conflitos, algumas destas marcas podem ser mascaradas, como o sotaque e os costumes, que transformados corroboram para o processo de aceitação na

¹⁰³ A legislação que estabelece os critérios de desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária (artigos 184 a 191 do Código Civil) tem também a função de desapropriar terras sem ocupação, que em geral são utilizadas para especulação imobiliária. Este procedimento caminha no sentido de encontrar nos vestígios materiais as marcas da não-ocupação, que possibilitam a transformação do lugar em assentamentos de Reforma Agrária.

¹⁰⁴ O direito de propriedade de comunidades quilombolas sobre as terras que ocupam foi assegurado pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

comunidade estrangeira. De outro modo os “silêncios” acerca dos eventos de violência (simbólica ou concreta) característicos das manifestações de preconceito contribuem para sua reprodução e tornam-se suportes importantes para o processo de dominação/exploração. No entanto, aquelas marcas deixadas no corpo, no fenótipo que é comumente associado às diferentes raças, não há como negá-los.

Nesse sentido, mais do que a negação, que caminha no sentido do *apagamento* das marcas que associam a uma raça ou grupo étnico, o trabalho desenvolvido por FLORES (2004) aponta para o papel do fortalecimento da identidade étnica como caminho de resistência eficaz. Estudando os “territórios migratórios” constituídos por mexicanos entre seu país de origem e alguns Estados dos EUA, afirma que entre as idas e vindas constantes entre cá e lá desenvolve-se uma relação de identidade não apenas com o lugar de origem, mas também com o lugar de destino, mas que tal processo não implica no “apagamento” dos traços culturais de origem e que, ao contrário, o agrupamento dos trabalhadores em associações ligadas a uma base étnica particular fortalece o processo de reconhecimento social e político das diferenças, criando condições de reivindicação coletiva que possibilita a luta por uma territorialização de mais dignidade.

Pese a que se mantiene la afiliación con el lugar de origen (Coatecas Altas, San Adalto Huitepec, Santa María Asunción, etc.), se desarrolla una identidad con el lugar de destino. De tanto ir al Noroeste, se adopta el modo norteño: las botas vaqueras, el sombrero de ala, el pantalón de mezclilla, la camisa de cuadros, el cinturón de hebilla plateada, y la música (la “tambora” y la “redoba”). Todo eso llevan a sus pueblos cuando regresan. Pero en los lugares de destino, pese a ser discriminados, reivindican su pertenencia étnica y hacen de ello una bandera que les permite obtener la regularización del predio invadido y su urbanización, escuelas bilingües y maestros espaciales. Buscan recrear sus tradiciones, negociando recursos tanto con los gobiernos de los estados de destino como de los de origen para la celebración de sus fiestas patronales y paganas.

Hemos visto que, a la vez que se extienden las colonias y barrios en estas regiones agrícolas, producto de las estrategias de los jornaleros, surgen en ellas un conjunto de asociaciones, con una base étnica particular (mixtecos y triques), si bien a lo largo de su trayectoria van estableciendo una cobertura más amplia que incluye a la una población pobre y discriminada que encuentran en su condición de “indígenas” un sentido para organizarse. (p. 10)

Assim, observamos que a memória da ocupação do território, cujas marcas podem ser encontradas no espaço, é fortalecida quando acontece um esforço de preservação da memória cultural do grupo que reivindica direitos de apropriação, tal

como acontece com os territórios quilombolas hoje, que reivindicam uma identidade afro-descendente.

Quanto aos sujeitos de nossa pesquisa, migrantes nordestinos, observamos que sua manifestação cultural tem sido bastante controlada nos espaços públicos urbanos, controle que se assenta sobre o preconceito que frequentemente os associa à marginalidade e à violência, como pudemos demonstrar em outros momentos. Dessa forma, embora a territorialidade local vá adquirindo contornos que atestam o processo de ocupação massiva destes migrantes, advindos sobretudo do Estado da Bahia, como acontece nos bairros Cruzado I e II, o processo de *reconhecimento* atravessa, ainda, um desenrolar bastante tenso.

A memória preservada nos espaços privados, nas festas reproduzidas nos terrenos das residências, nas "muletas de memória", objetos que tantas vezes refazem o elo entre os lugares distantes, entretanto, afirma a resistência destas memórias, aponta para a existência de fissuras, de rugosidades (SANTOS, 1996) na lógica social e espacial dominante que preservam a cultura através da materialização dos hábitos, dos costumes, de lógicas trazidas de outros espaços.

Se não é possível percebermos a resistência ancorada em uma luta política mais efetiva por territórios, por espaços de poder e de apropriação, é porque os desequilíbrios experimentados nas pelejas cotidianas decorridas através das relações de poder não têm lhes favorecido. Para que se conquiste, por exemplo, espaços de vivência da cultura é preciso que se alimente (no plano da representação) a identidade cultural. A materialização desta representação seria, assim, uma etapa intermediária necessária para que chegássemos à luta por mais um dos nós do território.



*Inscrição no muro: "Só os fortes sobrevivem"

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Iniciamos estes pensamentos finais relatando que encontramos, na discussão sobre o *território*, a problemática da *localização*, temática facilmente associada ao âmbito da Ciência Geográfica. No entanto, nosso esforço de compreensão das *localizações* atravessa (sem descartar) o sentido propriamente físico, geográfico do termo, na medida em que se propõe a estudar quaisquer destas localizações (no espaço físico ou na estrutura social) com vistas à sua participação no desenvolvimento da estrutura social. Assim, trabalhamos com perspectivas tanto geográficas quanto sociológicas, na medida em que nos preocupamos tanto com as localizações dos espaços físicos quanto dos sujeitos que os ocupam em referência à estrutura social.

Refletimos, num dado momento, sobre como a localização do bairro (em referência à cidade) e da cidade (em referência à hierarquia da estrutura urbana) impõe um difícil processo de territorialização para os trabalhadores migrantes que estudamos. Estes residem em um bairro periférico de uma cidade periférica no interior da estrutura urbana, e é o sentido desta localização no interior do espaço urbano que impõe graves problemas à dinâmica da vida cotidiana, relativos à circulação, ao acesso a serviços essenciais públicos e privados, dentre outros. Tratamos aqui de uma cidade cuja parcela substancial da população residente ocupa a função de trabalhadores *rurais*. Estes, por sua vez, se encontram em uma localização também periférica no processo de valorização em curso no interior do processo produtivo. Tal localização, a que está exposta parte substancial da população (marcada pelos baixos índices de escolarização), é responsável pela determinação dos baixos salários, da menor mobilidade funcional, de freqüente exposição ao desemprego e ao subemprego (às formas mais precárias de inclusão). A esta seqüência incluímos ainda a informação de que estes trabalhadores são oriundos de uma região geográfica também periférica na hierarquia de valorização das diferentes porções do território nacional (valorização que marca também os homens e mulheres aí nascidos), o que frequentemente os expõe a condições de exploração/dominação ainda maiores, tanto no interior do processo produtivo quanto nos espaços de moradia e reprodução da vida cotidiana (no bairro e na cidade). Falamos, portanto, de uma exposição tanto maior a uma dominação que ao mesmo tempo em que se expressa na forma de coação para sobre as relações sociais na forma de poder simbólico (Bourdieu, 2000). Perseguindo o objetivo de tratar, neste trabalho, de levantar os problemas percebidos nos espaços de *reprodução* dos trabalhadores, apontamos, assim, o preconceito de cunho regionalista (Haesbaert, 1997; Vasconcelos, 2007) que atinge os trabalhadores rurais migrantes advindos dos

diversos Estados nordestinos e de alguns entraves dispostos no sentido de tornar difícil a apropriação de espaços para a reprodução da cultura (essencialmente no bairro).

Talvez possamos falar, então, de um processo de periferização multiescalar, que se desenvolve, essencialmente, no nível das relações sociais e que ao se projetar no espaço (e fundar os processos de diferenciação espacial) alimenta, reforça, tais distinções. É como se sucedesse um processo de retroalimentação entre as posições na estrutura social e no espaço físico, a ponto de uma conter a outra. E então possamos observar o sentido forte da *materialização* para o processo de reprodução em seu sentido mais amplo.

A reflexão sobre o sentido da *materialização* como forma de *expressão* de um modo de existência, expressão essa somente possível a partir da luta pela *apropriação* do espaço, foi traduzida na adoção do conceito de *território*. Da forma como vêm sendo desenvolvido pelos autores sobre os quais nos apoiamos (Lefebvre, Dematteis, Raffestin, Haesbaert dentre outros) tal conceito contém o sentido do *conflito*, das disputas pelo poder de apropriação, bem como a clareza de que tais disputas se expressam nas mais diferentes dimensões da existência humana (econômica, cultural, política) e que estes conteúdos encontram-se tantas vezes entrecruzados nos fenômenos sociais (como nas relações de poder). Assim, procuramos desvendar o processo em curso de disputa pelo exercício da materialização de diferentes modos de vida apontando o esforço sempre conjunto (entrecruzado) destas diferentes dimensões no *trabalho* de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Este sentido do *trabalho*, levado à cabo por homens e mulheres que em momentos específicos da disputa posicionam-se como parte de uma ou outra destas lógicas participantes do conflito, é, então, tanto mais eficaz quanto mais difunde-se pelas diferentes estruturas da sociedade. Assim, a luta pela expressão cultural é também uma luta política; a luta por poder político é também uma luta que necessariamente perpassa os valores difundidos na cultura e no interior das diferentes classes sociais; a luta por poder econômico há que se desdobrar no plano político e cultural. E o que percebemos, para a realidade desvelada neste trabalho, é que os desequilíbrios experimentados no exercício do poder de apropriação do espaço têm reforçado o caráter de precariedade e de sofrimento da existência destes trabalhadores assalariados rurais nos bairros periféricos das pequenas cidades.

As reações dos sujeitos ante a esse processo tomam os mais diferentes rumos, configurando experiências de resistência de diferentes naturezas. O fenômeno do *retorno* é evidenciado no processo de investigação como aquele percebido como de

maior eficácia enquanto experiência de resistência. É como se os desequilíbrios de poder experimentados no lugar de destino o apontassem enquanto tal. Observamos, ainda, que é este um fenômeno que perpassa as mais diferentes trajetórias, desde aquelas mais tradicionais, como a migração sazonal, até as trajetórias marcadas pela tentativa de permanência ou por uma intensa circulação pelo território. Para os migrantes sazonais o retorno é em si mesmo uma escolha de resistência posta em ação repetidamente, frequentemente. Nas trajetórias marcadas por uma tentativa de permanência ou por uma maior circulação pelo território nacional observamos ser também comum o movimento de retorno ou a manifestação de um desejo de efetuar tal movimento.

Na reflexão sobre este fenômeno apontamos, ademais de sua força de sentido, as dificuldades na materialização deste movimento de retorno e mesmo na realização das expectativas construídas ao redor da eficácia desta ação enquanto forma de resistência que proporcionasse uma melhoria substancial das condições de vida. Muitos relatos denunciam as dificuldades encontradas para a materialização deste movimento, mantido sempre no horizonte como forma de resistência possível. Por outro lado, as narrativas sobre as experiências do retorno efetivadas são marcadas de uma avaliação bastante negativa. Estas observações nos encaminharam a pensar que se pudéssemos ter a dimensão do retorno a partir do lugar de origem, a partir da perspectiva daqueles que retornaram e que lá decidiram ficar, poderíamos avaliar a extensão do fenômeno em sua totalidade. É esta uma perspectiva aberta no interior do processo de investigação.

Este trabalho deu conta, ainda, de registrar outra forma de resistência também carregada do sentido de *retorno*, qual seja, aquela que alimenta as lembranças e os costumes associados aos lugares de origem, uma forma de *retorno simbólico*. Deparamo-nos, por entre as residências daqueles trabalhadores que colaboraram com nossa pesquisa – ademais da dificuldade encontrada para registro e manifestação da cultura e da memória nos espaços públicos da cidade – com a preservação de alguns *objetos de memória*, que carregam traços da cultura e da lembrança do lugar e das pessoas deixados, mas com os quais é mantida uma relação de identidade. O lugar de origem é revivido também nos encontros entre conterrâneos (aparentados ou não) realizados quase sempre nos terrenos das moradias, nos espaços privados, ambientados com músicas e comidas regionais. Algumas destas comidas são também reproduzidas na alimentação cotidiana da família. É também uma *experiência* de *retorno* dotada de um forte significado para estes trabalhadores migrantes.

Afirmamos também que as expressões de resistência que se traduzem neste *retorno simbólico* não podem ser definidas de forma linear. Tantas vezes os conflitos étnico-regionais vivenciados no bairro, origem de expressões de preconceito e intolerância dos moradores nascidos no lugar ou em outras regiões do país, acabam por fundar um processo de gestação da negação das marcas e das lembranças relacionadas ao lugar de origem, realizadas por meio ora do esquecimento, ora do silêncio, ora das tentativas de apagamento das marcas que no corpo, no vestuário, no sotaque ou no vocabulário remetem à região de origem. Dissemos também que essa transformação dos costumes não encontra impulso simplesmente nesse processo de negação. Em verdade é produto, novamente, de um entrecruzamento que torna difícil a tarefa de explicação e desvendamento. Podemos afirmar, nesse sentido, que é produto também de um processo de formação de uma identidade múltipla construída através da experiência da multiterritorialidade, e, talvez, que é também fruto de um desejo de apropriação dos signos da modernidade, do mundo urbano-industrial, dos objetos de consumo e dos resultados do progresso humano possível pela via do desenvolvimento técnico-científico-informacional.

Importa reter que tomamos como uma das tarefas deste trabalho ressaltar um dado que é tantas vezes negligenciado na análise dos elementos responsáveis pelo processo de territorialização dos migrantes, e apontá-lo da forma particular que se desdobra para estes trabalhadores: um conflito entre diferentes que é sublinhado pelo preconceito de caráter étnico-regional (mas que, é importante destacar, deve ser tido como um fenômeno marcado por causalidades das mais diferentes naturezas). E isto porque observamos que o mecanismo, acionado frequentemente, de negação da cultura para produzir a aceitação na comunidade de adoção acaba por produzir o efeito contrário aquele esperado, tornando estes trabalhadores nordestinos ainda mais fragilizados.

Para esta descoberta o diálogo com a bibliografia foi fundamental, na medida em que nos possibilitou a comparação com outras realidades e outras esferas da experiência humana. Olhamos para o estudo de Flores (2006) e vimos os trabalhadores mexicanos construindo associações trabalhistas assentadas também na identidade étnica (neste caso, indígena) e assim, fortalecendo suas possibilidades de luta política, de participação na vida da comunidade estrangeira para a qual se dirigiram fundamentalmente em busca de emprego (EUA). As reflexões sobre a relação entre a memória e o espaço construídas por Halbwachs (2006) nos falaram também do papel da preservação da memória de ocupação do espaço para o *reconhecimento* do

direito de apropriação sobre ele, remetendo-se a processos de luta por legalização do poder de propriedade de uma comunidade sobre determinado espaço ocupado. As reflexões de Pollak (1992) foram também muito valiosas e fortalecendo nossa descoberta a medida em que afirmam o dado do conflito posto às claras quando no diálogo que ocorre entre memória individual e a memória dos Outros no processo de formação da identidade.

Assim, com o decorrer do processo de reflexão sobre o objeto que tomamos encontramos a força de sentido da hipótese que esteve sempre circundando-o, a que a preservação da memória é um dado imprescindível para o processo de apropriação do espaço, e, portanto, para a construção de territórios. E que preservar memória significa também preservar cultura e identidade. É preciso que estes migrantes nordestinos fortaleçam tais concepções para que possam adquirir força no conflito inevitavelmente inaugurado com a decisão de migrar.

Embora o papel da memória preservada no encontro entre iguais e na preservação de objetos e de valores relacionados à identidade cultural nos espaços privados possa ser subestimada por muitos estudiosos enquanto forma de resistência com efetivo poder transformador (como frequentemente é feito por aqueles de uma visão marcadamente estruturalista), compreendemos como uma etapa necessária e mesmo como o sustentáculo de qualquer processo de resistência que caminhe no sentido da transformação das coisas tal como estão assentadas hoje.

Nestas reflexões conclusivas gostaria, ainda, de ressaltar a dinâmica do processo de descoberta que se desdobrou na construção destes pensamentos, e por isso torno a construir uma narrativa em primeira pessoa. Para contar que, embora enquanto um grupo de pesquisa que compartilha concepções fundamentais adotemos a premissa de que a memória e o método da História Oral sejam ferramentas imprescindíveis para a compreensão do sentido da *experiência* dos mais diferentes grupos, uma premissa que encerra o compromisso em tratar homens e mulheres como sujeitos de sua história, enquanto pessoa, pesquisadora, não esperava encontrar um sentido tão forte para a memória e processo de rememoração no processo de territorialização destes migrantes nordestinos que vivem em condições tão precárias nas pequenas cidades da região de Ribeirão Preto. Isso foi efetivamente uma *descoberta*, cuja possibilidade de existência foi marcada também pela *experiência*, dos sujeitos desta pesquisa e também minha, enquanto pesquisadora. Ter tido acesso a reflexões de grandes pensadores acerca da memória e da experiência não parecia suficiente para completar o processo de entendimento. Era preciso *experimentar*.

Assim, encontramos o sentido forte do papel da *experiência* e dos processos de rememoração não apenas nos nossos "objetos" de estudo, mas em nossa própria formação enquanto seres sociais. Encontramos a importância do *termo ausente* reivindicado por Thompson a alguns marxistas (1981).

Estas reflexões recordam-me pensamentos de Mills acerca do processo de trabalho de investigação:

"... aprender a usar a experiência de sua vida no trabalho continuamente. Nesse sentido, o artesanato é o centro de si mesmo, e o estudante está pessoalmente envolvido em todo o trabalho intelectual de que se ocupe. Dizer que pode "ter experiência" significa que seu passado influi e afeta o presente, e que define a sua capacidade de experiência futura. Como cientista social, ele terá de controlar essa interinfluência bastante complexa (...)." p. 212.

Compreendi, ao fim deste trabalho, a importância da experiência pessoal para encerrar o processo de compreensão, e, por outro, a importância da preservação da memória da experiência dos grupos sociais que participam de nosso processo de formação da identidade e também de nossa memória pessoal. Transmitir experiências é também rememorar e preservar memória. Terminei, então (se isso não violenta por demais a *forma*) por expressar minha gratidão a todos aqueles responsáveis por construir a meu redor uma atmosfera de pensamentos tão valiosos como estes que me possibilitaram a compreensão de meu objeto de estudo. Sem eles o sentido forte da *experiência* não se realizaria tal como pude vivenciar ao fim deste trabalho.

Bibliografia.

- AGIER, M. Lugares e redes – as mediações da cultura urbana. In: NIEMEYER, A. M.; GODOI, E. M. P. (Orgs). *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 41-63.
- ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964, p. 252.
- ANDRIOLLI, C. S. *Nas Entrelinhas da História, Memória e Gênero: lembranças da antiga fazenda Jatahy (1925 - 1959)*. 2006, 229f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, 264p.
- ARCHELA, R. S. Imagem e representação gráfica. *Revista Geografia*. Londrina, v.8, n.1, jan/jun 1999, p. 5-11.
- BANDINI, C. A. *Costurando certo por linhas tortas: um estudo das práticas femininas no interior das convenções sociais, 2008*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos
- BATTAGLIOLA, F. (Org). *Entre travail et famille. La construction social des trajectoires*. CSU, Iresco-Cnrs, 1991.
- BENINCASA, V. *Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930*. São Carlos: EDUFSCar, 2003, 290p.
- BERNARDELLI, M. L. F. H. O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva – SP. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. W. (Orgs.) *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, 247p.
- BERTIN, J. Ver ou ler. In: *Seleção de Textos. Cartografia Temática*. São Paulo: AGB, v. 18, 1988, p. 45-54.
- BOSI, E. Cultura e desenraizamento. In: _____ (org.). *Cultura Brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 2004, p. 16-41.
- _____. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. (vol. 1, série 1ª, *Estudos Brasileiros*). São Paulo: Edusp, 1987, 484p.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BRANDÃO, C. R. O outro: esse difícil In: _____. *Identidade e etnia: a construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. 2ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CADERNO DE ENTREVISTAS. *Migração, memória e território. O trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista*. Impresso, 2006.

CAIADO, A. S. C. *Migração e Rede Urbana: Estudo da Mobilidade Demográfica nas principais Aglomerações Urbanas do Estado de São Paulo na Década de 90*. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, Caxambu. *Anais Eletrônicos do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_726.pdf> Acessado em 12/6/2006.

CAIRES, A. C. R. *Nem tudo era doce no império do açúcar*. Vida, trabalho e lutas na Usina Tamoio – 1917/1969. 1993, 350f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de Muros. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/EDUSP, 2000.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CARLOS, A.F.A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, 270 p.

CASTRO, J. *Ensaio de Geografia Humana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.

CHIMIM, R. Força-tarefa desmonta alojamento de trabalhadores rurais. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 08 abr 2006.

COVEZZI, M. *Lembranças do Porto: um estudo sobre o trabalho e os trabalhadores do porto de Cuiabá (1940-1970)*. 2000, 315f. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

DA MATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter 'Anthropological Blues'. In: NUNES, E. O. (Org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 23-35.

DEMATTEIS, G. Apresentação. O território: uma oportunidade para repensar a Geografia. In: SAQUET, M. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

D'INCAO E MELLO, M. C. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação&Sociedade*, v.19, n. 62, Campinas, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_0101-7330/lnq_en/nrm_iso. Acesso em: 15/06/2007.

DURHAM, E. *A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva, 1973.

ELIAS, D. *Globalização e Agricultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

- ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.
- ENDLICH, A. M. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná*. 2006, 321f Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. de Doutorado. UNESP, Presidente Prudente.
- FARET, L. et all. (coord.). *Migrants des Suds. Acteurs et trajectoires de la mobilité internationale*. Co-éditions IRD/PUM Toulouse/Université de Montpellier, 2007.
- FATI BORRI, J. A. Ibaté registra crescimento populacional. *Jornal Eletrônico Uniara*, 15/10/2004.
- FERNANDES, B. M. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais*. Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, v. 16, p. 273-284, 2005.
- FERNANDES, B. C. *MST, movimento dos trabalhadores Rurais sem-terra*. Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, M. E. (Coord). *A cidade e seus limites*. As contradições do urbano na 'Califórnia Brasileira'. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004.
- FLORES, S. M. L. Control del espacio y territorialidad en las migraciones rurales. Um ejembro en el caso de México. In: VII Congresso Latino-Americano de Sociología Rural, 2006, Quito. *Anais eletrônicos do VII Congresso Latino-Americano de Sociología Rural*. Recife: UFPE, 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cd alasru2006>>. Acesso em: 14/02/2006.
- FOLHA DE SÃO PAULO. FOLHA RIBEIRÃO. "Santa Rosa quer cadastrar migrantes. Objetivo da Polícia Civil do município é evitar aumento da violência com a safra da cana." 28/04/2006.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1988.
- GODOI, S. C. *A roça e o aço: as experiências e as resistências operárias no Brasil Moderno (1954-1964)*. 2007, 220f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. *Des-Territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997
- JOLY, F. *A cartografia*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

- JORNAL FOLHA DE IBATÉ. *Ginásio inacabado gera prejuízo de R\$ 115 mil ao município*. Ibaté, 18/04/2006.
- KOSSOY, B. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- KOWARICK, L. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LEFEVRE, H. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991a.
- MAGNOLI, D. Regionalismo e preconceito contra o nordestino. In: KUPSTAS, M. (org.). *Identidade Nacional em Debate*. São Paulo: Moderna, 1997.
- MARTINS, J. S. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. In: *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio*. Petrópolis, Vozes, 1998, p. 19-34.
- _____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo, Hucitec, 2000.
- _____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, KARL. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. O método em economia política. In: KONDER, L (Org.) *Marx, vida e Obra*. São Paulo, Nova Cultural, 1983.
- MELO, B. M. *Reforma Agrária. A experiências das mulheres*. Relatório de pesquisa de IC/CNPq, Araraquara, 2004.
- _____. *Gênero e Exclusão Social*. Relatório de pesquisa de IC/CNPq, Araraquara, 2003.
- MELO, B. M. ; SILVA., M. A. M. . A resistência mutante: reflexões sobre memória e território. In: V Seminário Memória Ciência e Arte: razão e sensibilidade na produção do conhecimento, 2007, Campinas. *Anais do V Seminário Memória Ciência e Arte: razão e sensibilidade na produção do conhecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007. v. 1. p. 156-158.
- MELLO, J. M. C. & NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A. e SCHWARCZ, L. M. (coord. e org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 63-170.
- MENEZES, M. A. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPA, 2002.
- _____. Questionamentos às categorias 'migrante de retorno' e 'migrante'. *Boletim de Geografia Teórica*, v. 22, 1992.

- _____. O retorno para a festa. *Revista Travessia*, n. 5, 1990.
- MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MORAES NETO, B. R. Elementos para uma História Econômica da Rigidez e da Flexibilidade na Produção em Massa. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, n.2, maio-agosto 1997, p. 271-307.
- MORAES SILVA, M. A. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: DEMARTINI, Z. B. F; TRUZZI, O. (Orgs). *Estudos Migratórios. Perspectivas Metodológicas*. São Carlos, EDUFSCar, 2005.
- _____. Das mãos à memória. In: ECKERT, C.; MARTINS, J. S.; NOVAES, S. C. (Org.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. 1 ed. Bauru: EDSC, 2005b, v. 1, p. 295-315.
- _____. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: *Idéias – O avesso do trabalho*. IFCH – Unicamp, ano 9, volume 2, ano 10, 2003.
- _____. Errantes do fim do século. São Paulo: Unesp, 1999
- _____. As cidades dos bóias-frias. In: *Revista Travessia* n. 15, jan/abr, 1993.
- _____. Andorinhas: nem cá, nem lá. (vídeo). Araraquara, FCLAr, 1991.
- MORAES SILVA, M. A.; MELO, B. M.; APPOLINÁRIO, A. P. A família tal como é nos desenhos de crianças. *Ruris*, Revista do Centro de Estudos Rurais, vol. 1, n. 1, 200p, 2007.
- _____. Família de trabalhadores rurais. Para além dos modelos. In: 30º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, 2006, São Paulo. *Anais do 30º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos*. São Paulo: USP, 2003.
- _____. A memória na esteira da luta pela terra. In: II Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2003, São Paulo. *Anais do II Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Simpósio Internacional de Geografia Agrária*. São Paulo : USP, 2003a. v. 1. p. 346-446.
- MORAES SILVA, M. A. et all. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. *Revista Eletrônica NERA*, ano 9. n.8, 2006. Disponível em: <www.prudente.unesp.br/dgeo/nera>. Acesso em 30/06/2006.
- MORAES SILVA, M. A.; MENEZES, M. A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. *Revista Eletrônica do Nead*, Brasília/DF, 2006.
- NORA, Pierre (1993). Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo. n.º10, p.7-28.
- OLIVEIRA, A. P. Ministério do Trabalho interdita outro alojamento. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 20 jun 2006.
- PACHECO, J. L. *Elos Refeitos*. Aposentados contam e refazem suas trajetórias de vida. Campinas: Editora Setembro, 2005.

- PASTORAL DE MIGRANTES/GUARIBA. *Dossiê: 2001-2003*. Rota de mobilidade humana para o interior paulista. Pastoral de Migrantes /Guariba, 2004.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- POVOA NETO, H. A produção de um estigma: Nordeste e Nordestinos no Brasil. *Revista Travessia*, n.19, mai/ago, 1994.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAISZ, E. *Cartografia Geral*. Rio de Janeiro: Editora Científica, 1969.
- RIBEIRO, L. C. Q. Segregação e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. *Texto para discussão*, Observatório Social das Metrôpoles. In: http://www.observatoriodasmetrololes.ufrj.br/download/Segregacao_residencial_e_politicas_publicas.pdf. Acessado em 21/09/2007.
- ROLNIK, R. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, L. (Org.) *As lutas sociais e a cidade. São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- SAFFIOTI, H. I. B. No Fio da Navalha: Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil Atual. In: MADEIRA, F. R. (org.) *Quem Mandou Nascer Mulher?* Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos/UNICEF, 1986
- SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da USP, 2005.
- _____. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2000.
- _____. O território e o saber local. *Cadernos IPPUR*, nº 2, ago/dez 1999.
- _____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Educ, 1994.
- _____. *O espaço dividido*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1979.
- SAYAD, Abdelmalek. O retorno. *Revista Travessia* – edição especial, jan-2000.
- SILVEIRA, N. et al. Quaternio: homenagem Nise da Silveira. *Revista do Grupo de Estudos C. G. Jung*, nº 8. Rio de Janeiro, 2001. Pp. 88 – 105.
- SINGER, Paul. Migrações internas; considerações teóricas sobre seu estudo. In: _____. *Economia política da urbanização*, São Paulo, Brasiliense, 1976.
- SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: Raça e racionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976
- SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CORREA, R. L. et all. (Org). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

- _____. *O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000
- SPOSITO, M. E. B. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. Tese (Livre-docência), FCT, UNESP, Presidente Prudente, 2004.
- THÉRY, H. Modelização gráfica para a análise regional: um método. *GEOUSP Espaço e Tempo*, n. 15, pp. 179-188, 2004.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Os limites da teoria, e a plasticidade do trabalho (repensar auto-crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). *Pegada (UNESP)*, v. 7, p. 7-40, 2006.
- THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, P. A voz do passado. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- VAINER, C. B. Estado e migrações no Brasil. Anotações para uma história das políticas migratórias. *Revista Travessia*, n. 36, jan/abr, 2000.
- VALE, A. L. F. *Migração e Territorialização - As Dimensões Territoriais dos Nordestinos em Boa Vista / RR*. 2007, 365F. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- VASCONCELOS, P. A. O debate sobre a questão racial no Brasil urbano: passado e presente. *Revista Bibliográfica de Geografia e Ciências Sociais*. Vol. XII, nº 729, 2007. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/b3w-729.htm>>. Acesso em 14/08/2007.
- VELHO, G. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- VETTORASSI, A. Espaços divididos e silenciados. 2006, 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2006.
- VILLELA, J. L. M. O que distingue o nomadismo da migração? O caso do cangaço de lampião. *Revista Travessia*, n. 27, 1997.
- VON SIMSON, Olga. Memória e Identidade Sócio-Cultural. In: XI th International Oral History Conference - Proceedings vol. 03. *Anais do XI Internacinal Oral History Conference*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: FIOCRUZ, Casa de Oswald Cruz, 1998.
- ZALUAR, A. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan Editora da UFRJ, 1994.
- WEIL, S. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- WENSKO, A.; MELO, B. M. Gênero e Exclusão Social. *Relatório de Pesquisa de IC/CNPq*, Araraquara, 2002.
- WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 7, n 1, jan/jun, 1990.

ANEXO A. Questionários aplicados.

1.1. Nas moradias de trabalhadores que se estabeleceram na cidade.

Data de aplicação: _____ Pesquisador: _____
 Endereço: _____ Telefone: _____
 Nome do informante: _____

1. Moradores e Condições de Moradia.**1.1 – Moradores.**

Parentesco	Sexo M/F	Ano Natal	Estado Civil	Local de Nascimento	Nível de Escolaridade	Ocupação	Empregador	Carteira assinada?
Informante								

1.2 – Condições de Moradia.

1.2.1 - Tipo de domicílio: <input type="checkbox"/> ½ Lote. <input type="checkbox"/> Lote Inteiro. <input type="checkbox"/> Edícula. <input type="checkbox"/> Cortiço. <input type="checkbox"/> Outro. Especificação: _____
1.2.2 - Quanto à propriedade: <input type="checkbox"/> Própria. <input type="checkbox"/> Alugada. <input type="checkbox"/> Cedido. <input type="checkbox"/> Outra condição. Especificação: _____
1.2.3 - Para imóveis próprios: <input type="checkbox"/> Adquiriu a casa construída. <input type="checkbox"/> Comprou o terreno e construiu. <input type="checkbox"/> De Particulares <input type="checkbox"/> De Repartições Públicas. <input type="checkbox"/> De Imobiliárias. <input type="checkbox"/> De Particulares. <input type="checkbox"/> De Repartições Públicas. <input type="checkbox"/> De Imobiliárias <input type="checkbox"/> Com financiamento. <input type="checkbox"/> Sem Financiamento <input type="checkbox"/> Com financiamento. <input type="checkbox"/> Sem Financiamento <input type="checkbox"/> De Bancos Públicos. <input type="checkbox"/> De Bancos Privados. <input type="checkbox"/> De Bancos Públicos. <input type="checkbox"/> De Bancos Privados. Especificações (anotar os puxadinhos construídos): _____
2.4 - Para imóveis próprios financiados: <input type="checkbox"/> O imóvel está quitado <input type="checkbox"/> As parcelas restantes estão em dia. <input type="checkbox"/> Há parcelas atrasadas. Número de parcelas do financiamento: _____ Valor das parcelas: _____ Especificação: _____
1.2.5 - Para imóveis alugados: <input type="checkbox"/> Por imobiliária. <input type="checkbox"/> Direto com o proprietário. Valor do aluguel: _____ Relação com o proprietário: _____
1.2.6 - Para imóveis cedidos: <input type="checkbox"/> Por tempo determinado. <input type="checkbox"/> Por tempo indeterminado. Especificar: _____ Especificar relação com o conessor: _____
1.2.7 - Extensão do terreno: 1.2.7.1 - Tipo de terreno: <input type="checkbox"/> Concretado. <input type="checkbox"/> De terra. <input type="checkbox"/> De piso. <input type="checkbox"/> Misto. Especificar: _____ 1.2.7.2 - Utilização do terreno: <input type="checkbox"/> A casa ocupa todo (ou quase todo) o terreno. <input type="checkbox"/> Há um espaço significativo além da casa no terreno. <input type="checkbox"/> Há outras construções no terreno. <input type="checkbox"/> Não há outras construções no terreno. Especificar: _____ Utilização da área não construída: <input type="checkbox"/> Lazer. <input type="checkbox"/> Cultivo. <input type="checkbox"/> Geração de Renda. <input type="checkbox"/> Atividades Domesticas <input type="checkbox"/> Outras atividades.
1.2.8 - Tipo de material de construção: 1.2.8.1 - <input type="checkbox"/> Alvenaria <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Gesso <input type="checkbox"/> Barro <input type="checkbox"/> Taipa <input type="checkbox"/> Outros. Especificar: _____ 1.2.8.2 - <input type="checkbox"/> Com acabamento <input type="checkbox"/> Sem acabamento. Tipo de acabamento: _____ 1.2.8.3 - Telhado: <input type="checkbox"/> Brasilit <input type="checkbox"/> Cerâmica. <input type="checkbox"/> Outros. _____ 1.2.8.4 - A casa possui forro? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não. Material: <input type="checkbox"/> alvenaria <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> gesso <input type="checkbox"/> barro <input type="checkbox"/> Outros. _____

1.2.9 - Para imóveis construídos.

1.2.9.1 - Especificar a forma de aquisição do material: _____

1.2.9.2 - Especificar a forma de construção: _____

1.2.10 - Instalações de energia, água, esgoto e coleta de lixo.1.2.10.1 - Há instalação elétrica: Sim Não - Ligada Desligada. Motivo do desligamento: _____Tipo de Instalação Elétrica: Rede Óleo, querosene ou gás de butijão Gato Outras. Especificar: _____1.2.10.2 - Há rede de água: Sim Não - Ligada Desligada. Motivo do desligamento: _____Tipo de instalação: Rede Poço ou Nascente Outras. Especificar: _____1.2.10.3 - Forma de escoamento do esgoto: Rede Fossa ligada à rede Fossa não ligada à rede Fossa rudimentar Vala Direto para o rio, lago ou mar Outra forma. Especificar: _____1.2.10.4 - O lixo do domicílio é: Coletado diretamente Coletado indiretamente Queimado ou enterrado na propriedade Jogado em terreno baldio ou logradouro Jogado em rio, lago ou mar Outro destino. Especificar: _____**1.2.11 - Interior da casa.**

1.2.11.1 - Número de cômodos (com o banheiro): _____

Sala de estar: _____ Sala de jantar: _____ Cozinha: _____ Banheiro: _____ Quarto: _____

1.2.11.2 - Cômodos Conjugados (sala-quarto, sala-cozinha-quarto, quarto-cozinha...): _____ Especificar: _____

1.2.11.3 - Número de pessoas por dormitório ou cômodos conjugados. Especificar: _____

1.2.11.4 - Móveis ou utensílios domésticos: fogão à gás fogão à lenha forno à lenha geladeira mesa filtro de água liquidificador outros equipamento eletrônicos de cozinha.

Especificar: _____

 cama colchão guarda-roupa rede sofá estante poltronas outros móveis de estar e dormitórios.

Especificar: _____

 rádio aparelho de som televisão video cassette DVD antena parabólica telefone fixo telefone celular computador outro aparelhos eletro-eletrônicos para o lazer e comunicação. Especificações: _____ box de banheiro tanquinho máquina de lavar roupas centrifuga outros equipamentos ligados à higienização

Especificação: _____

 outros equipamentos Especificações: _____

1.2.11.5 - Muletas de memória e objetos ligados à cultura do depoente (objetos que recordam o lugar de origem do migrante, como fotos, móveis, utensílios, imagens ou qualquer outro objeto _____)

2. Renda Familiar.

Parentesco do titular da renda	Sexo (F/M)	Residente na casa?	Origem da renda	Valor

3. Ascendência e Descendência¹⁰⁵**3.1. Família Consanguínea.**

Parentesco	(V-M) ¹⁰⁶	Idade ¹⁰⁷	Estado Civil	Local de Nascimento	Local de Moradia	Ocupação	Empregador	Carteira assinada?
Pai								
Avô Paterna								
Avô Paterno								

¹⁰⁵ Do informante (ou entrevistado).¹⁰⁶ Vivo ou Morto¹⁰⁷ Em caso de falecimento, anotar a idade do falecimento.

Mãe								
Avô Materna								
Avô Materno								

Número de irmãos: _____ Homens: _____ Mulheres: _____

3.2. Família conjugal.¹⁰⁸

Número de Filhos: _____ Homens: _____ Mulheres: _____

Sexo M/F	(V-M)	Idade	Estado Civil	Local de Nascimento	Local de Moradia	Nível de Escolaridade	Ocupação	Empregador	Carteira assinad
Cônjug									

4. Trajetória de Migração e Trabalho (anotar também as mudanças de endereço no interior da cidade)

	<i>Origem</i>	<i>Características do lugar</i>	<i>Destino</i>	<i>Ano</i>	<i>Motivação</i>	<i>Acompanhantes</i>	<i>Atividades exercidas no destino (anotar empregador e se era com carteira)</i>
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							

5. Deslocamentos (ou movimentos pendulares)

	<i>Origem</i>	<i>Destino</i>	<i>Motivação</i>	<i>Frequência</i>	<i>Distância</i>	<i>Horário (Ida e Volta)</i>	<i>Transporte</i>
--	---------------	----------------	------------------	-------------------	------------------	------------------------------	-------------------

¹⁰⁸ Anotar aqui apenas aqueles filhos que não residem com o depoente, já que os outros já foram listados como moradores.

	<i>Origem</i>	<i>Destino</i>	<i>Motivação</i>	<i>Frequência</i>	<i>Distância</i>	<i>Horário (Ida e Volta)</i>	<i>Transporte</i>
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							

6. Rede social.

Parentes próximos (anotar o grau de parentesco):

No bairro: _____

Em outros bairros: _____

Nas cidades vizinhas: (Ibaté, Araraquara): _____

Nas cidades da região: _____

Quando chegou à cidade, tinha algum contato que o receberia? Sim Não. Quem? _____

Como é o contato com os parentes distantes? (aqueles que moram no local de origem)? _____

1.2.10 - Instalações de energia, água, esgoto e coleta de lixo.

1.2.10.1 - Há instalação elétrica: Sim Não - Ligada Desligada. Motivo do desligamento: _____

Tipo de Instalação Elétrica: Rede Óleo, querosene ou gás de butijão Gato Outras. Especificar: _____

1.2.10.2 - Há rede de água: Sim Não - Ligada Desligada. Motivo do desligamento: _____

Tipo de instalação: Rede Poço ou Nascente Outras. Especificar: _____

1.2.10.3 - Forma de escoamento do esgoto: Rede Fossa ligada à rede Fossa não ligada à rede Fossa rudimentar Vala

Direto para o rio, lago ou mar Outra forma. Especificar: _____

1.2.10.4 - O lixo do domicílio é: Coletado diretamente Coletado indiretamente Queimado ou enterrado na propriedade Jogado em terreno baldio ou logradouro Jogado em rio, lago ou mar Outro destino. Especificar: _____

1.2.11 - Interior da casa.

1.2.11.1 - Número de cômodos (com o(s) banheiro(s)): _____

Sala de estar: _____ Sala de jantar: _____ Cozinha: _____ Banheiro: _____ Quarto: _____ Outro tipo de cômodo: _____

1.2.11.4 - Móveis ou utensílios domésticos por cômodo.

Cozinha: _____

Sala de estar: _____

Sala de jantar: _____

Banheiro: _____

Varanda: _____

Quintal: _____

Quarto 1: _____

Quarto 2: _____

Quarto 3: _____

Quarto 4: _____

Quarto 5: _____

Quarto 6: _____

Quarto 7: _____

Quarto 8: _____

Quarto 9: _____

Quarto 10: _____

Quarto 11: _____

Quarto 12: _____

* Demais quartos anotar no verso.

[P.S: Verificar se há telefone fixo, aparelho celular, fogão a gás, fogão a lenha, filtro d'água, rádio, tv, video cassete, dvd, geladeira, máquina de lavar, tanquinho, microcomputador... Nos quartos, verificar e descrever como são as acomodações-leito: se há camas, colchoes, conchonetes, redes, luz elétrica, etc... Enfim, descrever tudo que há no ambiente.]

1.2.11.5 - Muletas de memória e objetos ligados à cultura do depoente (objetos que recordam o lugar de origem do migrante, como fotos, móveis, utensílios, imagens ou qualquer outro objeto

2. Ascendência e Descendência¹⁰⁹.**2.1. Família Consangüínea.**

Parentesco (V-M) ¹¹⁰	Idade ¹¹¹	Estado Civil	Local de Nascimento	Local de Moradia	Ocupação	Empregador	Carteira assinada?
Pai							
Avô Paterna							
Avô Paterno							
Mãe							
Avô Materna							
Avô Materno							

Número de irmãos: _____ Homens: _____ Mulheres: _____

2.2. Família conjugal.¹¹²

Número de Filhos: _____

Homens: _____

Mulheres: _____

Sexo (V-M)	Idade	Estado Civil	Local de Nascimento	Local de Moradia	Nível de Escolaridade	Ocupação	Empregador	Carteira assinada
M/F								
Cônjuge								

3. Trajetória de Migração e Trabalho (anotar também as mudanças de endereço no interior da cidade)

	Origem	Características do lugar	Destino	Ano	Motivação	Acompanhantes	Atividades exercidas no destino (anotar empregador e se era com carteira)
1							
2							
3							
4							
5							

¹⁰⁹ Do informante (ou entrevistado).

¹¹⁰ Vivo ou Morto

¹¹¹ Em caso de falecimento, anotar a idade do falecimento.

¹¹² Anotar aqui apenas aqueles filhos que não residem com o depoente, já que os outros já foram listados como moradores.

	<i>Origem</i>	<i>Características do lugar</i>	<i>Destino</i>	<i>Ano</i>	<i>Motivação</i>	<i>Acompanhantes</i>	<i>Atividades exercidas no destino (anotar empregador e se era com carteira)</i>
6							
7							

4. Deslocamentos (ou movimentos pendulares)

	<i>Origem</i>	<i>Destino</i>	<i>Motivação</i>	<i>Frequência</i>	<i>Distância</i>	<i>Horário (Ida e Volta)</i>	<i>Transporte</i>
1							
2							
3							
4							
5							

2. Rede social.

Parentes próximos (anotar o grau de parentesco):

No bairro: _____

Em outros bairros: _____

Nas cidades vizinhas: (Ibaté, Araraquara): _____

Nas cidades da região: _____

Quando chegou à cidade, tinha algum contato que o receberia? Sim Não. Quem? _____

Como é o contato com os parentes distantes? (aqueles que moram no local de origem)? _____

6. Renda:

Origem: _____ Valor: _____

**ANEXO B. Procedimentos adotados na aplicação dos
questionários.**

Apresentamos aqui o relato do Caderno de Campo do dia 04/07/2006, quando descrevemos o processo de aplicação piloto dos questionários, a definição da amostra e uma breve avaliação sobre as dificuldades encontradas na utilização desta metodologia.

04/07/2006. Aplicação piloto dos questionários, coleta de dados sobre o loteamento dos bairros periféricos e definição da amostra.

Neste dia, no período da manhã eu e Juliana Dourado aplicamos alguns questionários, numa tentativa piloto de perceber seus limites e captar questões importantes que possivelmente ficaram ausentes. Cada uma de nós aplicou cinco questionários, entre as 9h00 e as 11h30 da manhã. Percebemos, portanto, que o tempo médio para sua aplicação é de cerca de 40 minutos. Notamos também que é preciso criar novos campos para o registro das seguintes informações: a existência ou não de forro, a etnia, a renda familiar, a mudança de residência no interior da cidade, os “puxadinhos” construídos, os móveis e utensílios domésticos, e o grau de escolaridade das crianças.

Um de meus temores na aplicação destes questionários era o de não encontrar os trabalhadores em casa durante a semana e, então, ter que aplicá-los somente no fim de semana, o que acabaria por transformar essa etapa da pesquisa num percurso de tempo muito alongado, atrasando outras etapas a serem cumpridas. Mas qual não foi minha surpresa ao perceber que são de fato poucas as residências vazias durante o dia, e que há muitos trabalhadores desempregados e afastados ocupando as casas, os bares e circulando pelo bairro, mesmo durante a semana. Também não encontramos grande rejeição dos moradores em colaborar com nosso propósito. Fomos bem recebidas em suas moradias, alguns servindo-nos água, café... Há também aqueles que ficam receosos com algumas perguntas que lhes parecem por demais íntimas, como a renda familiar, o motivo das migrações de um a outro lugar... Mas tenho deixado claro a estes que se sintam à vontade para não responder qualquer das questões.

Na aplicação destes e, mais tarde, das amostras que de fato utilizei para a pesquisa experimentei também o lado cruel da pesquisa quantitativa. Este questionário solicita informações bastante íntimas da vida dos depoentes, como já relatei acima, e, ao mesmo tempo, configura-se num contato quase mecânico, estabelecido por meio

de perguntas diretas e respostas exatas. Encontro-me, então, muitas vezes, numa situação paradoxal e um tanto incômoda, onde solicito que o depoente fale de questões um tanto complexas de uma maneira simples, violentando, muitas vezes, o próprio dado e, por conseqüência, a história e a disposição dos depoentes em falarem dela. Percebi também que meu interesse por conhecer mais profundamente a vida dos depoentes desencadeia, em alguns deles, a vontade da narrativa. Este desencadeamento mostra o quanto estes trabalhadores se sentem felizes ao se sentirem valorizados, e quanto sentem a necessidade desta valorização. Particularmente em alguns idosos percebi uma carência afetiva extrema, exteriorizada na dificuldade em que me deixassem partir, na vontade de sempre estender as respostas e falar de tudo quanto os incomoda. Esta carência sem dúvida é fruto da desvalorização com que nossa sociedade adultocêntrica os trata. Tenho me esforçado para não ser insensível a situações como estas, e demorar-me mais em algumas casas quando percebo que falar está fazendo algum tipo de bem ao depoente. Não quero tratá-los como ratos de laboratório, não desejo violentar estas pessoas. Mas preciso registrar que a questão dos "prazos" e dos limites mesmo inerentes a essa forma de registro da informação, o questionário, algumas vezes marca minhas preocupações. A partir do momento que comecei a aplicação destes tenho travado uma luta constante entre o racional e o sensível, entre os limites impostos por essa forma de registro da informação e os não-limites necessários a um contato verdadeiramente humano.

Ademais, é preciso também registrar que muitos trabalhadores sentem-se bem em poder contribuir para esta pesquisa. Especialmente quando falo, ao me apresentar, que estou empreendendo um esforço para compreender a vida dos migrantes nestas novas cidades para onde se dirigem, há uma reação de simpatia ao propósito, e quem sabe suscitada mesmo pela sensação de abandono e desenraizamento experimentada por muitos deles.

Pouco antes do almoço, no horário combinado, dirigi-me ao PSF para pegar, com Andréia, os dados referentes ao número de habitantes dos bairros. Esta me informou que o número aproximado de moradores nos bairros periféricos são: Icaraí e Res. Mariana: 4.264; Esfer: 2.755; Cruzado I e II: 6.794. Estes dados foram compilados pelo Depto Municipal de Saúde da Cidade de Ibaté e confirmam que cerca de metade da população se concentra nas periferias da cidade.

Retornei à Prefeitura à procura do Eng. Mendes para solicitar informações sobre a fundação e o loteamento dos bairros das periferias. O Jd. Encanto do Planalto (vulgo Esfer) é o mais antigo deles, tendo sido fundado em 1976, seguindo-se o loteamento

do Icaraí, em 1978, do Jd. Cruzado I, em 1986, Jd. Cruzado II, em 1998, e Jd. América, em 1999. Os bairros Cruzado I e II foram loteados pela empresa CEPAR Empreendimentos, de São Carlos. O Jd. América pela empresa Ville Roma Empreendimentos, de Limeira, e o Encanto do Planalto pelos proprietários Adalto Irineu Buzo e Nedson Assad Fraige.

Obti também os dados do número de lotes dos bairros Cruzado I e II, onde aplicarei os tais questionários. Percebi que essa informação pode ser a base mais coerente para o cálculo de minha amostra, já que os questionários registrarão dados sobre a residência, e não sobre cada morador. No Cruzado I foram projetados 984 lotes com tamanho 10/25 m², sendo que o engenheiro calcula que cerca de 30% dos lotes tenham sido divididos em dois lotes de 5/25 m². No Cruzado II foram projetados 851 lotes de 5/25 m². Portanto, a soma dos lotes dos dois bairros totalizam 1.835 lotes da amostra. Levando em conta que muitos lotes devem mesmo ter sido subdivididos e sublocados podemos aproximar este valor para cerca de 2.000 lotes. Em diálogo com minha orientadora pensamos que a amostragem de 5% já seria suficiente para a elaboração de um esboço das condições de vida e das características das trajetórias dos moradores, e seria também um número possível de ser aplicado numa pesquisa encaminhada por uma única pesquisadora de campo. Embora seja uma amostra relativamente pequena, acreditamos que dada a homogeneidade das condições de vida no bairro e o fato de que esta não será a única metodologia de pesquisa, seria uma proporção suficiente para registrar as questões pontuais que desejamos. Estes 5% totalizam cerca de 100 questionários então. Com base na média de tempo percebida na aplicação piloto destes, posso depreender que levarei cerca de 10 dias inteiros para concluir este trabalho sozinha.

Feita a aplicação piloto e estabelecida a amostragem, delineei alguns parâmetros para meu trabalho:

Quanto ao trajeto percorrido e a escolha da residência: esforçarei-me por traçar trajetos contínuos os mais longos possíveis, para não precisar escolher aleatoriamente uma nova residência para reiniciar a pesquisa; tendo sido escolhida uma amostra de 5%, transformamos este dado numa proporção de 1 residência a cada 20; se a contagem decair sobre uma residência vazia, em uma em que o morador não esteja disposto a responder nossas perguntas ou ainda num comércio em que os proprietários não residam no local, passa-se à próxima residência em que haja algum morador presente e disposto a contribuir no intervalo destas 20, mantendo a contagem a partir da residência anterior registrada pela pesquisa, e não a partir desta última.

Quanto ao depoente: entendo que o ideal seria que este fosse o(a) responsável pela casa, mas, na ausência deste(a), qualquer morador que já tenha trabalhado é um depoente que pode nos conceder informações valiosas.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)